

CÓDIGO PENAL

Aprovado pelo Decreto-lei 19/2009, de 8 de Abril, com base na autorização legislativa conferida pela Lei 13/2008, de 13 de Outubro, e alterado pela Lei 6/2009, de 15 de Julho



KÓDIGU PENÁL

Aprovadu ho Dekretu-Lei19/2009, iha 8 Abril, ho baze iha autorizasaun ne'ebé Lei 13/2008, iha 13 Outubru, fo, no alteradu ho Lei 6/2009, iha 15 Jullu

Ficha técnica / Fixa técnica

Título: Código Penal

Tradução, anotação e sistematização: Cláudio Ximenes

Edição: Tribunal de Recurso

1a. Edição, Dili, Outubro 2009

Tiragem: 1000 exemplares

Títulu: Kódigu Penál

Tradusaun, anotasaun no sistematizasaun: Cláudio Ximenes

Edisaun: Tribunál ba Rekursu

Edizaun dahuluk, Dili, Outubru 2009

Tirajen: ezemplár 1000

Prefásiu / Prefácio

*Ho Kódigu Penál
ne'ebé moris iha 7 Juñu 2009
Timór-Leste hametin tan nia
sistema-jurídiku.*

*Maibé, hanesan lei hotu-hotu,
ema sira-ne'ebé servisu iha
tribunál no sidadaun sira presiza
lee no komprende Kódigu Penál
Timór ne'e, liuliu hodi hatene
hahalok ne'ebé maka lei
konsidera krime no hahalok
ne'ebé maka lei la konsidera
krime ka iha situasaun ne'ebé
maka hahalok ida fo-fatin ba
pena no iha situasaun ne'ebé
maka hahalok ida la fo-fatin ba
pena.*

*Hamutuk ho difikuldade sira-
ne'ebé ita hasoru kuandu ita
aplika Kódigu foun ruma, ita iha
difikuldade boot ida-tán: ita
seidauk domina ita nia lian ofisiál
Tetun no Portugés.
Versaun Tetun laiha karik, ema
sira-ne'ebé ladún hatene
Portugés sei iha difikuldade boot
atu iha asesu ba kódigu ne'e.*

*Tanba ne'e maka ha'u hodi-biit
tradús Kódigu ida-ne'e ba Tetun.*

*Ha'u hatene katak halo
tradusaun ba textu jurídiku
difisil tebes; difisil liu-tán tanba
ha'u la'ós tékniku iha
tradusaun; difisil liu-tán tanba*

*Com o Código Penal
em vigor a partir de 7 de Junho
de 2009, Timor-Leste deu mais
um passo na consolidação do
seu sistema jurídico.*

*Mas, como qualquer lei, o
Código Penal Timorense
precisa de ser lido e entendido,
não só pelos que trabalham nos
tribunais mas também pelos
cidadãos, que precisam de
saber quando é que uma
conduta constitui um crime ou
em que situações determinada
conduta dá lugar à pena e em
que situações não.*

*A falta de domínio das línguas
oficiais – o Tétum e o
Português – é uma dificuldade
a juntar àquelas próprios da
aplicação de um novo código.
Sem uma versão em língua
Tétum o este código será de
difícil acesso para aqueles que
não tenham ainda
conhecimento suficiente do
Português.*

*Por isso, arrisquei-me a
traduzir este diploma para
Tétum.*

*Fi-lo com a consciência das
dificuldades próprias da
tradução de qualquer texto
jurídico, feita por quem não é*

tradusaun ne'e tenke halo ba lian ne'ebé sei dezenvolve-án daudaun. Maibé ha'u fiar katak, nune'e, ha'u fo mós korajen ba jurista grupu ki'ikoan idane'ebé, hamutuk ho ha'u, estuda tiha ona ka estuda daudaun Tetun tuir perspetiva jurídika iha Centro de Formação Jurídica atu hakás-án liu-tán hodi dezenvolve ita nia lian Tetun atu sai hanesan lian iha servisu iha Timór-Leste nia tribunál.

Kona-ba ortografia ha'u hakás-an atu tuir padraun ortográfiku ba lian Tetun ne'ebé Institutu Nasionál ba Linguística, iha Universidade Nasionál Timór-Loro Sa'e, dezenvolve, nu'udar Dekretu 1/2004 haruka.

Atu garante nafatin rigór iha konseitu jurídiku ida-idak, ha'u adota hanesan tetun lia-fuan português barak, ho laran-metin katak, kuandu ita uza beibeik ona, ita sei toman lia-fuan sira-ne'e. Tanba rigór mós, ha'u la uza termu tetun sira-ne'ebé seidauk iha significadu metin iha diskursu jurídiku.

Iha publikasaun ne'e hatama mós, ho nota iha rodapé, significadu ba liafuan balu ne'ebé uza iha ne'e, hodi fasilita deit sira nia kompreensaun, ho laran metin katak aban-bairua sei tau-

técnico de tradução e para uma língua ainda em desenvolvimento; mas também com a certeza de que, ao fazê-lo, estou a encorajar o pequeno grupo de juristas que comigo estiveram ou estão a fazer uma abordagem do Tétum na perspectiva jurídica no Centro de Formação Jurídica para se empenhar ainda mais no desenvolvimento dessa língua nacional para a tornar mais facilmente utilizável como língua de trabalho nos tribunais de Timor-Leste.

Na ortografia tive a preocupação de respeitar o padrão ortográfico da língua Tétum desenvolvido pelo Instituto Nacional da Linguística da Universidade Nacional Timor-Leste, tal como o impõe o Decreto 1/2004.

Para manter o rigor dos conceitos jurídicos optei por adoptar termos provenientes do português, que a utilização depressa tornará familiares. Pela mesma razão optei por não utilizar ainda alguns termos tétum cujo significado no discurso jurídico ainda precisa de ser consolidado.

Nesta publicação procura-se indicar, em notas de rodapé, o significado de alguns dos

*hamutuk iha glosáriu ida termu
jurídiku sira-ne'ebé uza
daudaun iha ne'e.*

*Livru ida-ne'e tau hamutuk
Kódigu Penál Timór, lei ne'ebé
fo autorizasaun ba Governu atu
aprova kódigu ne'e ho dekretu-
lei no mós lei ne'ebé altera
kódigu ne'e nia artigu 141, sira
hotu iha versaun Portugés no
Tetun.*

*Ha'u agradese ba PNUD nia
Programa ba Justisa tanba
apoiu finanseiru ne'ebé fo-fatin
livru ida-ne'e .*

Dili, 13 Outubru 2009

*termos usados, apenas para
facilitar a sua compreensão, na
expectativa de que no futuro se
venha a organizar um
glossário dos termos jurídicos
aqui utilizados.*

*Este livro contém as versões
Portuguesa e Tétum do Código
Penal Timorense, da lei que
autoriza o Governo a provar o
código por decreto-lei, bem
como da lei que alterou o
artigo 141º do código.*

*Agradeço ao Programa de
Justiça do PNUD ter financiado
a publicação deste livro.*

Díli, 13 de Outubro de 2009

*Cláudio Ximenes
Tribunál ba Rekursu nia Prezidente /
Presidente do Tribunal de Recurso*

CÓDIGO PENAL

Aprovado pelo Decreto-lei 19/2009, de 8 de Abril, com base na
autorização legislativa conferida pela Lei 13/2008, de 13 de Outubro,
e alterado pela Lei 6/2009, de 15 de Julho



ÍNDICE

Decreto-Lei 19/2009, de 8 de Abril (Aprova o Código Penal)

CÓDIGO PENAL

LIVRO I - PARTE GERAL

TÍTULO I - DA APLICAÇÃO DA LAI PENAL

CAPÍTULO ÚNICO - PRINCÍPIOS GERAIS

Artigo 1º - Princípio da legalidade

Artigo 2º - Proibição de analogia

Artigo 3º - Aplicação da lei penal no tempo

Artigo 4º - Lei excepcional ou temporária

Artigo 5º - Momento da prática do facto

Artigo 6º - Lugar da prática do facto

Artigo 7º - Princípio da territorialidade

Artigo 8º - Factos praticados fora do território nacional

Artigo 9º - Restrições à aplicação da lei timorense

Artigo 10.º - Aplicação subsidiária

TÍTULO II - DO CRIME

CAPÍTULO I - PRESSUPOSTOS GERAIS

Artigo 11º - Acção e omissão

Artigo 12º - Responsabilidade criminal

Artigo 13º - Responsabilidade por actuação em nome de outrem

Artigo 14º - Imputação subjectiva

Artigo 15º - Tipos de dolo

Artigo 16º - Tipos de negligência

Artigo 17º - Erro sobre as circunstâncias

Artigo 18º - Erro sobre a ilicitude

Artigo 19º - Agravação pelo resultado

Artigo 20º - Inimputabilidade em razão da idade

Artigo 21º - Inimputabilidade em razão de anomalia psíquica

CAPÍTULO II - FORMAS DO CRIME

Artigo 22º - Actos preparatórios

Artigo 23º - Tentativa

Artigo 24º - Punibilidade da tentativa

Artigo 25º - Tentativa não punível

Artigo 26º - Desistência voluntária
Artigo 27º - Casos de participação
Artigo 28º - Arrependimento posterior
CAPÍTULO III - AGENTES DO CRIME
Artigo 29º - Agentes
Artigo 30º - Autoria
Artigo 32º - Cumplicidade
Artigo 33º - Culpa na participação
Artigo 34º - Ilicitude na participação
CAPÍTULO IV - CONCURSOS E CRIMES
CONTINUADOS
Artigo 35º - Concurso de crimes
Artigo 36º - Punição em caso de concurso
Artigo 37º - Concurso de sanções
Artigo 38º - Pena de prisão com execução suspensa em
cúmulo jurídico
Artigo 39º - Conhecimento superveniente do concurso
Artigo 40º - Crime e outra infração
Artigo 41º - Crime continuado
Artigo 42º - Concurso de normas
CAPÍTULO V - CAUSAS DE EXCLUSÃO
SECÇÃO I - CAUSAS DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE
Artigo 43º - Exclusão da ilicitude
Artigo 44º - Legítima defesa
Artigo 45º - Estado de necessidade
Artigo 46º - Conflito de deveres
Artigo 47º - Consentimento
SECÇÃO II - CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPA
Artigo 48º - Excesso de legítima defesa
Artigo 49º - Estado de necessidade desculpante
Artigo 50º - Obediência indevida desculpante
TÍTULO III - DAS CIRCUNSTÂNCIAS
CAPÍTULO ÚNICO - REGRAS GERAIS
Artigo 51º - Determinação da medida da pena
Artigo 52.º - Circunstâncias agravantes gerais
Artigo 53º - Reincidência
Artigo 54º - Habitualidade criminal
Artigo 55º - Circunstâncias atenuantes gerais
Artigo 56º - Circunstâncias de atenuação extraordinária
Artigo 57º - Graus de atenuação extraordinária
Artigo 58.º - Concurso de circunstâncias

TÍTULO IV - DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO CRIME

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 59º - Penas e medidas de segurança

Artigo 60º - Limite das penas e das medidas de segurança

Artigo 61.º - Finalidade das penas e medidas de segurança

Artigo 62º - Escolha da pena e da medida de segurança

Artigo 63º - Efeitos das penas e das medidas de segurança

Artigo 64º - Execução das penas ou medidas privativas da liberdade

Artigo 65º - Concurso de penas e medidas privativas da liberdade

CAPÍTULO II - PENA DE PRISÃO

Artigo 66º - Duração da pena de prisão

Artigo 67º - Substituição da prisão por multa

Artigo 68º - Suspensão da execução da prisão

Artigo 69º - Suspensão da prisão condicionada a deveres

Artigo 71º - Suspensão da prisão com acompanhamento

Artigo 72º - Modificação do regime de suspensão

Artigo 73º - Revogação da suspensão

Artigo 74º - Extinção da pena de prisão

CAPÍTULO III - PENA DE MULTA

Artigo 75º - Duração da pena de multa

Artigo 76º - Prisão alternativa à pena de multa

Artigo 77º - Redução ou isenção da pena de multa

CAPÍTULO IV - PENA DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

Artigo 78º - Trabalho a favor da comunidade

Artigo 79º - Requisitos

Artigo 80º - Suspensão, redução ou isenção de pena

Artigo 81º - Legislação complementar

CAPÍTULO V - PENA DE ADMOESTAÇÃO

Artigo 82º - Admoestação

Artigo 83º - Execução da pena de admoestação

CAPÍTULO VI - PENAS ACESSÓRIAS

Artigo 84º - Princípio geral

Artigo 85º - Suspensão temporária do exercício de funções públicas

Artigo 86º - Proibição do exercício de função

Artigo 87º - Expulsão

Artigo 88º - Proibição de condução

Artigo 89º - Cassação da licença de porte de arma
CAPÍTULO VII - DETERMINAÇÃO DA PENA
Artigo 90º - Princípios gerais
Artigo 91º - Determinação concreta da pena
Artigo 92º - Caso especial da pena de multa
CAPÍTULO VIII - MEDIDAS DE SEGURANÇA
SECÇÃO I - MEDIDA DE INTERNAMENTO
Artigo 93º - Pressupostos
Artigo 94º - Duração
Artigo 95º - Cessação da medida
Artigo 96º - Substituição da medida de internamento
Artigo 97º - Liberdade para prova
Artigo 98º - Revogação da liberdade para prova
Artigo 99º - Suspensão da execução do internamento
SECÇÃO II - OUTRAS MEDIDAS DE SEGURANÇA
Artigo 100º - Medida de interdição profissional
Artigo 101º - Proibição de condução e cassação da licença
de uso e porte de arma
CAPÍTULO IX - OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO
CRIME
Artigo 102º - Perda dos objectos do crime
Artigo 103º - Perda de vantagens
Artigo 104º - Responsabilidade civil emergente de crime
Artigo 105º - Privilégio do crédito do lesado
TÍTULO V - DIREITO DE QUEIXA
Artigo 106º - Natureza do crime
Artigo 107º - Titular do direito de queixa
Artigo 108º - Prazo para o exercício do direito
Artigo 109º - Renúncia e desistência da queixa
TÍTULO VI - EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE
CRIMINAL
CAPÍTULO I - PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO
CRIMINAL
Artigo 110º - Prazos de prescrição
Artigo 111º - Contagem do prazo
Artigo 112º - Suspensão da prescrição
CAPÍTULO II - PRESCRIÇÃO DAS PENAS E
MEDIDAS DE SEGURANÇA
Artigo 113º - Prazos de prescrição das penas
Artigo 114º - Prescrição das penas acessórias
Artigo 115º - Prazos de prescrição das medidas de

segurança

Artigo 116º - Suspensão da prescrição

CAPÍTULO III - IMPRESCRITIBILIDADE

Artigo 117º - Crimes de genocídio, contra a paz e a humanidade e de guerra

CAPÍTULO IV - OUTRAS CAUSAS DE EXTINÇÃO

Artigo 118º - Outras causas

Artigo 119º - Morte do agente

Artigo 120º - Amnistia

Artigo 121º - Amnistia e concurso de crimes

Artigo 122.º - Indulto

LIVRO II - PARTE ESPECIAL

TÍTULO I - DOS CRIMES CONTRA A PAZ E A HUMANIDADE

CAPÍTULO I - CRIMES DE GENOCÍDIO E CONTRA A HUMANIDADE

Artigo 123º - Genocídio

Artigo 124º - Crimes contra a humanidade

CAPÍTULO II - CRIMES DE GUERRA

Artigo 125º - Crimes de guerra contra as pessoas

Artigo 126º - Crimes de guerra por utilização de métodos de guerra proibidos

Artigo 127º - Crimes de guerra por utilização de meios de guerra proibidos

Artigo 128º - Crimes de guerra contra bens protegidos por insígnias ou emblemas distintivos

Artigo 129º - Crimes de guerra contra a propriedade

Artigo 130º - Crimes de guerra contra outros direitos

CAPÍTULO III - CONTRA A PAZ E A LIBERDADE

Artigo 131º - Organizações terroristas

Artigo 132º - Terrorismo

Artigo 133º - Financiamento do terrorismo

Artigo 134º - Incitamento à guerra

Artigo 135º - Discriminação racial ou religiosa

CAPÍTULO IV - DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 136º - Responsabilidade dos chefes militares e de outros superiores

Artigo 137º - Definições

TÍTULO II - DOS CRIMES CONTRA AS PESSOAS

CAPÍTULO I - CONTRA A VIDA

Artigo 138º - Homicídio simples

Artigo 139º - Homicídio agravado
Artigo 140º - Homicídio negligente
Artigo 142º - Infanticídio
Artigo 143º - Exposição ou abandono
Artigo 144º - Incitamento ou auxílio ao suicídio
CAPÍTULO II - CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA
Artigo 145º - Ofensas à integridade física simples
Artigo 146º - Ofensas à integridade física graves
Artigo 147º - Agravação
Artigo 148º - Ofensas à integridade física negligentes
Artigo 149º - Intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos
Artigo 150º - Ofensas por meio de substâncias venenosas
Artigo 151º - Ofensas corporais recíprocas
Artigo 152º - Participação em rixa
Artigo 153º - Maus-tratos a incapaz
Artigo 154º - Maus-tratos a cônjuge
Artigo 155º - Maus-tratos a menor
Artigo 156º - Agravação pelo resultado
CAPÍTULO III - CONTRA A LIBERDADE PESSOAL
SECÇÃO I - AGRESSÕES PESSOAIS
Artigo 157º - Ameaças
Artigo 158º - Coacção
Artigo 159º - Coacção Grave
Artigo 160º - Sequestro
Artigo 161º - Rapto
Artigo 162º - Escravidão
Artigo 163º - Tráfico de pessoas
Artigo 164º - Agravação
Artigo 165º - Tráfico de órgãos humanos
Artigo 166º - Venda de pessoas
Artigo 167º - Tortura ou outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos
Artigo 168º - Agravação
Artigo 169º - Omissão de denúncia
Artigo 170º - Liberdade de reunião ou manifestação
SECÇÃO II - AGRESSÕES SEXUAIS
Artigo 171º - Coacção sexual
Artigo 172º - Violação
Artigo 173º - Agravação
SECÇÃO III - EXPLORAÇÃO SEXUAL

Artigo 174º - Exploração sexual de terceiro
Artigo 175º - Prostituição infantil
Artigo 176º - Pornografia infantil
SECCÃO IV - ABUSOS SEXUAIS
Artigo 177º - Abuso sexual de menor
Artigo 178º - Actos sexuais com adolescentes
Artigo 179º - Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência
Artigo 180º - Fraude sexual
Artigo 181º - Exibicionismo sexual
SECCÃO V - DISPOSIÇÕES COMUNS
Artigo 182º - Agravação
CAPÍTULO V - CONTRA A VIDA PRIVADA
Artigo 183º - Devassa
Artigo 184º - Violação de segredo
Artigo 185º - Violação de domicílio
Artigo 186º - Introdução noutros lugares vedados ao público
Artigo 187º - Violação de correspondência ou de telecomunicações
TÍTULO III - DOS CRIMES CONTRA A VIDA EM DEMOCRACIA
CAPÍTULO I - CONTRA A TRANQUILIDADE PÚBLICA
Artigo 188º - Associação criminosa
Artigo 189º - Instigação à prática de crime
Artigo 190º - Participação em motim
Artigo 191º - Impedimento do exercício de direitos políticos
Artigo 192º - Tráfico de influências
Artigo 193º - Desobediência a ordem de dispersão
Artigo 194º - Abuso de sinais ou uniforme públicos
Artigo 195º - Usurpação de funções
CAPÍTULO II - CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO
Artigo 196º - Traição à Pátria
Artigo 197º - Serviço ou colaboração com forças armadas inimigas
Artigo 198º - Sabotagem contra a defesa nacional
Artigo 199º - Campanha contra esforço pela paz
Artigo 200º - Violação de segredo de Estado

Artigo 201º - Infidelidade diplomática
Artigo 202º - Alteração do Estado de Direito
Artigo 203º - Atentado contra representante máximo de órgão de soberania
Artigo 204º - Coacção contra órgãos constitucionais
Artigo 205º - Perturbação de funcionamento de órgão constitucional
Artigo 206º - Ultraje de símbolos nacionais
CAPÍTULO III - CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE
SECÇÃO I - CRIMES DE PERIGO COMUM
Artigo 207º - Condução sem carta
Artigo 208º - Condução sob o efeito do álcool ou de substâncias psicotrópicas
Artigo 209º - Condução perigosa
Artigo 210º - Atentado contra a segurança de transportes
Artigo 211º - Armas proibidas
Artigo 212º - Embriaguez e intoxicação
Artigo 213º - Habilitação para o exercício de certas actividades
Artigo 214º - Produtos adulterados ou deteriorados
SECÇÃO II - CRIMES CONTRA O AMBIENTE
Artigo 215º - Contra o ambiente
Artigo 216º - Agravação
Artigo 217º - Contra a flora ou fauna
Artigo 218º - Contra espécies ameaçadas ou em risco de extinção
Artigo 219º - Pesca ilegal
Artigo 220º - Meios de pesca ilícitos
Artigo 221º - Queimada proibida
SECÇÃO III - OUTROS CRIMES
Artigo 222º - Impedimento ou perturbação de cortejo, cerimónia ou culto
Artigo 223º - Profanação de objecto ou lugar de culto ou veneração
Artigo 224º - Destruição, subtracção, ocultação ou profanação de cadáver
Artigo 225º - Não cumprimento de obrigação alimentar
Artigo 226º - Subtracção de menor
Artigo 227º - Omissão de auxílio
Artigo 228º - Recusa de auxílio médico
CAPÍTULO IV - CRIMES ELEITORAIS

Artigo 229º - Fraude no recenseamento
Artigo 230º - Obstrução a candidatura
Artigo 231º - Candidato inelegível
Artigo 232º - Falta de cadernos eleitorais
Artigo 233º - Propaganda eleitoral ilícita
Artigo 234º - Obstrução à liberdade de escolha
Artigo 235º - Perturbação do acto eleitoral
Artigo 236º - Obstrução à fiscalização do acto eleitoral
Artigo 237º - Fraude na votação
Artigo 238º - Fraude no escrutínio
Artigo 239º - Recusa de cargo eleitoral
Artigo 240º - Violação do segredo de escrutínio
Artigo 241º - Dever de neutralidade e imparcialidade
Artigo 242º - Agravação
CAPÍTULO V - CONTRA A AUTORIDADE PÚBLICA
Artigo 243º - Obstrução à autoridade pública
Artigo 244º - Desobediência
Artigo 245º - Tirada de presos
Artigo 246º - Evasão
Artigo 247º - Auxílio de funcionário à evasão
Artigo 248º - Motim de presos
Artigo 249º - Descaminho ou destruição de objectos sob poder público
Artigo 250º - Quebra de marcas, selos e editais
TÍTULO IV - DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO
CAPÍTULO I - CONTRA A PROPRIEDADE
Artigo 251º - Furto simples
Artigo 252º - Furto agravado
Artigo 253º - Roubo
Artigo 254º - Violência após a subtracção
Artigo 255º - Furto de uso de veículo
Artigo 256º - Abuso de confiança simples
Artigo 257º - Abuso de confiança agravado
Artigo 258º - Dano simples
Artigo 259º - Dano agravado
Artigo 260º - Dano com violência
Artigo 261º - Usurpação de imóvel
Artigo 262º - Alteração de marcos
Artigo 263º - Incêndio
Artigo 264º - Arrependimento activo

Artigo 265º - Definições

CAPÍTULO II - CONTRA O PATRIMÓNIO EM GERAL

Artigo 266º - Burla simples

Artigo 267º - Burla agravada

Artigo 268º - Burla informática

Artigo 269º - Burla informática agravada

Artigo 270º - Extorsão

Artigo 271º - Receptação simples

Artigo 272º - Receptação agravada

Artigo 273º - Ajuda ao criminoso

Artigo 274º - Administração danosa

Artigo 275º - Administração negligente

Artigo 276º - Falência ou insolvência intencional

Artigo 277º - Falência ou insolvência negligente

TÍTULO V - DOS CRIMES CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Artigo 278º - Falsidade de depoimento ou declaração

Artigo 279º - Falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução

Artigo 280º - Equiparação à desistência

Artigo 282º - Denegação de justiça

Artigo 283º - Coacção sobre magistrado

Artigo 284º - Obstrução à actividade jurisdicional

Artigo 285º - Denúncia caluniosa

Artigo 286º - Não participação

Artigo 287º - Prevaricação de magistrado ou funcionário

Artigo 288º - Prevaricação de advogado ou defensor público

Artigo 289º - Simulação de crime

Artigo 290º - Favorecimento pessoal

Artigo 291º - Violação do segredo de justiça

TÍTULO VI - DOS CRIMES PRATICADOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

Artigo 292º - Corrupção passiva para acto ilícito

Artigo 293º - Corrupção passiva para acto lícito

Artigo 294º - Corrupção activa

Artigo 295º - Peculato

Artigo 296º - Peculato de uso

Artigo 297º - Abuso de poder

Artigo 298º - Emprego abusivo da força pública

Artigo 299º - Participação económica em negócio

Artigo 300º - Recusa de cooperação

Artigo 301º - Agravação

Artigo 302º - Conceito de funcionário

TÍTULO VII - DOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO

CAPÍTULO I - FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO

Artigo 303º - Falsificação de documento ou notação técnica

Artigo 304º - Falsificação agravada

Artigo 305º - Falsificação de documento público

Artigo 306º - Uso de documento de identificação alheio

CAPÍTULO II - FALSIFICAÇÃO DE MOEDA

Artigo 307º - Contrafacção de moeda

Artigo 309º - Contrafacção de valores selados ou timbrados

Artigo 310º - Contrafacção de selos, cunhos, marcas ou chancelas

Artigo 311º - Pesos e medidas

Artigo 312º - Apreensão e perda

TÍTULO VIII - DOS CRIMES CONTRA A ECONOMIA

Artigo 313º - Branqueamento de capitais

Artigo 314º - Fraude fiscal

Artigo 315º - Importação e exportação ilícita de bens ou mercadorias

Artigo 316º - Contrabando

Artigo 317º - Descaminho

Artigo 318º - Isenção de pena

Artigo 319º - Administração irregular de verbas públicas

Artigo 320º - Desobediência a requisição de bens

Artigo 321º - Destruição de bens relevantes para a economia

Artigo 322º - Exploração ilícita de jogo

Artigo 323º - Perturbação de acto público

Lei 13/2008, de 13 de Outubro (Autorização legislativa em matéria penal)

Lei 6/2009, de 15 de Julho (Altera o artigo 141º do Código Penal)

Decreto-Lei 19/2009, de 8 de Abril
(Aprova o Código Penal)

Perante a necessidade de construção do sistema jurídico, a elaboração e aprovação do Código Penal de Timor-Leste foi erigida, pelos responsáveis políticos, como uma das prioridades legislativas para a garantia dos direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

O presente diploma jurídico resulta do trabalho desenvolvido por uma comissão de técnicos timorenses e internacionais que actuou sob orientação governamental e em estrita observância dos limites e conteúdo estabelecidos na lei de autorização legislativa em matéria penal aprovada no Parlamento Nacional.

As soluções normativas consagradas, para além de respeitarem as realidades sociais e culturais específicas da comunidade timorense, acolhem igualmente sugestões efectuadas por organizações nacionais e internacionais, contributos de diversos operadores judiciários actuantes em Timor-Leste, bem como ensinamentos recolhidos do direito comparado.

Salienta-se que o Código Penal agora aprovado, mais do que um ponto de chegada definitivo, constitui antes uma etapa fundamental na construção do ordenamento jurídico timorense, sempre aberto a futuros aperfeiçoamentos que, no futuro, a evolução do direito internacional, a prática judiciária e o ensino do direito vierem a aconselhar.

Assim,

No uso da autorização legislativa concedida ao abrigo dos artigos 1º e 2º da Lei n.º 13/2008, de 13 de Outubro e nos termos do previsto no artigo 96.º da Constituição, o Governo decreta, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Aprovação do Código Penal

É aprovado o Código Penal publicado em anexo e que faz parte integrante do presente diploma.

Artigo 2.º
Norma revogatória

1. É revogado o Código Penal Indonésio, em vigor no ordenamento jurídico nos termos do disposto no art.1º da Lei 10/2003.
2. São revogadas todas as disposições legais constantes de legislação avulsa que:
 - a) Prevêem e punem factos incriminados pelo Código Penal agora aprovado;
 - b) Consagrem soluções contrárias às adoptadas na Parte Geral do Código Penal.

Artigo 3.º
Entrada em vigor

O presente diploma e o Código Penal entram em vigor no 60º dia posterior ao da sua publicação.

Aprovado em Conselho de Ministros em 18 de Março de 2009.

O Primeiro Ministro,
(Kay Rala Xanana Gusmão)

A Ministra da Justiça,
(Lúcia M. B. F. Lobato)

Promulgado em 30/03/09
Publique-se.

O Presidente da República,
(José Ramos Horta)

CÓDIGO PENAL

I – A restauração da independência e a aprovação da Constituição da República Democrática de Timor-Leste em 2002, determinaram a necessidade do país adoptar um ordenamento jurídico próprio, moderno, que consagrasse os direitos fundamentais vertidos nos preceitos constitucionais e reflectisse a realidade social do país. A manutenção em vigor do Código Penal Indonésio, foi necessária para assegurar a vigência de um direito penal do Estado, mas mostrava-se desadequada à nova realidade do país e em diversas circunstâncias, determinava soluções jurídicas contrárias aos princípios constitucionais ora consagrados.

Tendo o povo timorense uma especificidade e identidade próprias, impunha-se a necessidade da elaboração do seu próprio Código Penal, com uma filosofia que lhe fosse intrínseca e norteador por princípios e valores inerentes às sociedades modernas, que respondesse às actuais exigências que se colocam ao País.

Uma comissão de técnicos timorenses e internacionais, criada pelo I Governo Constitucional, procedeu à elaboração de um Anteprojecto de Código Penal que, apesar de aprovada a Lei de Autorização Legislativa em matéria penal, não chegou a ser promulgado no final da legislatura

No início de 2008, com um novo executivo, é apresentada ao Parlamento Nacional nova proposta de Lei de autorização legislativa para a aprovação do Código Penal e são retomados os trabalhos de revisão do anteprojecto do Código Penal, tendo o diploma sido objecto de alterações e sujeito a uma ampla discussão pública.

Após a aprovação da autorização legislativa, coube ao Conselho de Ministros do IV Governo Constitucional aprovar o Código Penal.

II – A Parte Geral constitui o Livro I do Código Penal, e integra os princípios fundamentais de direito penal consagrados na Constituição da República Democrática Timor-Leste nas convenções, tratados e acordos internacionais recebidos na ordem jurídica interna timorense.

Por tratar-se de um código assente num Estado de Direito Democrático, consagram-se, na Parte Geral, o princípio da dignidade humana, o respeito pela liberdade individual de cada cidadão e a responsabilidade do Estado em intervir apenas quando se verificarem lesões insustentáveis de bens jurídicos fundamentais à vida em sociedade, devendo o Estado, nestas circunstâncias, assumir o direito de punir e o dever social de reintegrar o agente na sociedade.

Reflexo, igualmente, de um Estado de Direito, são, ainda, o princípio da legalidade, o princípio da culpa e o princípio da humanidade.

A consagração do princípio da legalidade, enquanto princípio fundamental do Direito Penal, previsto no artigo 31º da Constituição, vem determinar que qualquer acção ou omissão apenas pode ser considerada crime e ser punida como tal, quando prevista na lei. A observação deste princípio obriga à proibição da aplicação da analogia em matéria de qualificação de crimes, não podendo o Tribunal através de uma interpretação analógica das normas contidas no Código Penal qualificar um facto como crime, definir um estado de perigosidade ou determinar uma pena ou medida de segurança.

O princípio da não retroactividade da lei penal, que impede a aplicação retroactiva da lei penal, excepto quando se mostrar concretamente mais favorável ao

arguido, é também um corolário do princípio da legalidade.

Já o princípio da humanidade, consagrado nos artigos 29º e 32º da Constituição, é o princípio norteador que fundamenta a proibição da aplicação da pena de morte, assim como a determinação de penas ou medidas de segurança com carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida.

A necessidade, a proporcionalidade e a adequação são princípios orientadores das opções normativas que enformam o presente Código e encontram-se subjacentes na aplicação de cada pena ou medidas de segurança, tendo estas sempre por finalidade a protecção dos bens jurídicos essenciais à vida em sociedade e a reinserção social do agente.

Atende-se ao princípio da culpa, como pressuposto da aplicação da pena, determinando-se que não há pena sem culpa (*nulla poena sine culpa*), sendo este princípio uma forma de limitação do poder do Estado, uma vez a que a medida da pena não pode nunca exceder a medida da culpa. O princípio da culpa reflecte-se ainda no tratamento dado ao erro sobre a ilicitude, na consagração da inimputabilidade em razão da idade e na verificação de anomalia psíquica, que afastam a responsabilidade criminal do agente por falta de culpa.

Relativamente às consequências jurídicas do facto punível, observa-se que a pena deve ser sempre executada de forma pedagógica e ressocializadora, apresentando-se neste Código diferentes meios de aplicação de medidas sancionatórias não institucionais.

Quando, em alternativa, deva ser aplicada uma pena privativa ou não privativa da liberdade, impõe-se ao tribunal a preferência fundamentada pela pena não privativa da liberdade sempre que esta realize de forma adequada e suficiente as finalidades da punição e satisfaça

as exigências de reprovação e prevenção do crime (artigo 62º).

Privilegia-se assim a aplicação de penas alternativas, em especial nas situações de pequena e média criminalidade, com particular destaque para a pena de multa e a pena de trabalho a favor da comunidade que são consagradas como formas de melhor assegurar a pretendida reinserção social do delinquente.

A pena de multa é fixada em dias, permitindo-se assim uma melhor adaptação à culpa do agente e às suas condições económicas, variando o valor fixado para cada dia de multa em função da situação económica e financeira do condenado e dos seus encargos pessoais.

Por outro lado, a fim de se diferenciar a pena de multa, como pena principal, da multa substitutiva da pena de prisão, são estabelecidas diferentes regras de conversão da multa em dias de prisão, no caso do não cumprimento do pagamento da multa.

No trabalho a favor da comunidade, enquanto medida sancionatória não institucional, o Código preocupa-se em clarificar e sistematizar alguns aspectos fundamentais do seu regime, deixando para lei autónoma o seu desenvolvimento e aplicação em concreto.

Já a pena de prisão deve apenas ser aplicada quando todas as restantes se revelem inadequadas para atingir os objectivos de prevenção e reprovação. Estabelece-se uma duração mínima de 30 dias e máxima de 25 anos para a pena de prisão, podendo no o limite máximo ser aumentado 30 anos nos casos especialmente previstos na lei.

Corolário da reinserção social do delinquente, é o instituto da suspensão da execução da pena de prisão, aplicável nos casos em que a medida da pena em concreto não seja superior a 3 anos e as exigências de prevenção de futuros crimes não obstem o seu cumprimento. A suspensão da execução da pena de prisão pode ser condicionada ao

cumprimento de deveres ou regras de conduta, ou sujeita ao acompanhamento pelos serviços de reinserção.

Aos inimputáveis em virtude de anomalia psíquica consagram-se medidas de segurança, de duração temporal limitada, nomeadamente a medida de internamento, sempre que razões de perigosidade o aconselhem. Não se permite a aplicação de medidas de carácter perpétuo, e estabelece-se a obrigatoriedade da cessação das medidas de segurança sempre que findar o estado de perigosidade que as legitimou, admitindo-se, no caso de estrangeiros, que as medidas possam ser substituídas pela expulsão do país.

O Código Penal, na defesa dos valores e bens jurídicos fundamentais à vida em sociedade, vem distinguir os crimes de natureza pública, que devem necessariamente ser tutelados pelo Estado, daqueles que, menos graves, estão dependentes do exercício do direito de queixa pelo titular desse direito, conforme já consagrado na legislação processual penal. Assim consideram-se como crimes semi-públicos todos aqueles que, na Parte Especial do Código Penal, determinem a obrigatoriedade do exercício da queixa na descrição do respectivo tipo legal.

Em matéria de extinção da responsabilidade criminal e dos seus efeitos, são fixados na parte geral os prazos de prescrição dos procedimentos criminais, das penas, das medidas de segurança e das penas acessórias, assim como se define as situações de suspensão. No entanto optou-se pela imprescritibilidade do procedimento criminal e das penas quando respeitem a crimes de guerra, crimes contra a paz, ou crimes contra a humanidade e a liberdade.

Por fim, são regulados os demais casos de extinção da responsabilidade como a morte do agente, a amnistia, e o indulto.

III – É reconhecido que a Parte Especial dos Códigos Penais é a que gera maior impacto na opinião pública, na medida em que se traduz na selecção dos bens, interesses

e valores que em determinada sociedade e em dado momento histórico justificam ser tutelados pelo direito penal sendo, em consequência, elevados à categoria de bens jurídico-penais. No caso concreto do Código Penal de Timor-Leste o legislador procurou plasmar nas soluções normativas encontradas as opções que a Constituição anteriormente já tinha consagrado como sendo o sentimento colectivo da sociedade timorense.

A sistematização adoptada nesta parte assume-se na sequência da história do país e reflecte os interesses e valores fundamentais que construíram esta jovem nação.

Não é de estranhar, por isso, que o primeiro título deste livro tutele, respectivamente, a paz, a humanidade e a liberdade como valores primordiais das sociedades democráticas, no respeito pela hierarquia de valores que a Lei Fundamental aponta e tendo em atenção as obrigações internacionais assumidas pelo País ao subscrever e ratificar o Estatuto do Tribunal Penal Internacional.

O título II vem consagrar os crimes contra as pessoas, sendo em particular tutelados os bens jurídicos eminentemente pessoais salientando-se a protecção da vida, da integridade física, da liberdade pessoal, da liberdade sexual, e da tutela da vida privada.

Refira-se que a interrupção voluntária da gravidez é um crime punível nos termos do disposto no artigo 145.º deste Código.

Neste título e no que se refere aos crimes contra a integridade física, assume particular relevância a introdução crimes de maus tratos a menores e de maus tratos a cônjuge, tipificações fundamentais para a afirmação do Estado Direito e para a protecção dos direitos humanos na sociedade timorense.

Salienta-se igualmente a criminalização da escravidão e tráfico de pessoas fruto da concepção humanista que presidiu à elaboração deste Código.

No título III estão previstos os crimes contra vida em democracia, destacando-se os crimes contra a tranquilidade pública, a segurança do Estado e a vida em sociedade, bem como os crimes eleitorais e os crimes contra a autoridade pública.

Neste título, e no âmbito dos crimes contra a vida em sociedade, destaca-se a previsão dos tipos específicos de crimes contra o ambiente, reflexo de uma preocupação cada vez maior da sociedade na preservação dos recursos naturais e na protecção do ambiente, punindo-se as condutas insustentavelmente lesivas da fauna, da flora, de habitats naturais.

A protecção do património é consagrada no Título IV, deste Livro, onde se constrói um sistema normativo baseado nos tipos legais de crime mais comuns nas diversas legislações penais como o furto, o roubo, o abuso de confiança e o dano. Estes tipos são definidos como simples ou agravados, ponderadas as circunstâncias do valor, a natureza da coisa apropriada, os meios e formas de actuação, a violência, assim como quaisquer outras circunstâncias susceptíveis de aumentar significativamente a culpa ou ilicitude do agente.

Os crimes contra a realização da Justiça e os crimes praticados no exercício de funções públicas são elencados nos Títulos V e VI onde se consagra a punição da falsidade de actos processuais, as formas de obstrução da actividade jurisdicional, o seu não exercício enquanto denegação de justiça assim como se identificam entre outros, os actos de suborno, de prevaricação de magistrado ou de funcionário e de advogado ou defensor público. São também criminalizadas outras actividades de favorecimento pessoal no domínio da justiça e as clássicas incriminações de denúncia caluniosa, simulação de crime e de não participação de crime.

No exercício de funções públicas, em geral, são criminalizadas as condutas dos funcionários que subsumam crimes de corrupção, peculato, abuso de poder

ou de força pública ou participação económica em negócio por parte de quem exerça cargos ou funções públicas. Neste domínio o Código Penal amplia o conceito de funcionário público incluindo outras situações análogas como o funcionário de organizações internacionais, funcionário público estrangeiro que exerça actividade no país ou pessoa que tenha sido chamada a desempenhar ou a participar no desempenho de uma actividade compreendida na função pública administrativa ou jurisdicional.

No Título VII tipificam-se os crimes de falsificação de documentos, de notações técnicas, moeda e valores selados ou timbrados, pesos e medidas, marcas, cunhos e chancelas, diversificando-se as respectivas punições de acordo com a natureza, o valor probatório ou fiduciário e o uso ou destino públicos dos objectos falsificados, prevendo-se a possibilidade de apreensão e perda dos objectos destinados à sua prática.

Por último, definem-se, no Título VIII, os crimes contra a economia, procedendo-se à incriminação do branqueamento de capital, na esteira da mais recente doutrina sobre a criminalização de actividades antieconómicas, de fraude fiscal e de situações de contrabando e descaminho, no que concerne às questões alfandegárias ou fronteiriças. mantém-se a punição criminal da desobediência à requisição de bens ordenada pelo Governo assim como os comportamentos susceptíveis de perturbar, prejudicar ou impedir a realização de alguns actos públicos como o concurso público ou a arrematação judicial.

Salienta-se que, ao longo deste Diploma, procura-se encontrar um equilíbrio para as molduras penais abstractas, atendendo ao tipo de crime a sua gravidade, à hierarquia dos bens juridicamente tutelados por cada uma das normas e o limite máximo consagrado para a pena de prisão.

Caracterizador também das opções legislativas acolhidas pelo Código Penal é o diferente tratamento conferido à criminalidade mais grave onde, em geral, o tipo legal de crime prevê unicamente pena de prisão.

Já na pequena e média criminalidade, em regra, decorre logo da previsão da norma a possibilidade do tribunal, consoante os casos, se socorrer, em alternativa, da pena privativa da liberdade ou da pena de multa, consagrando-se a orientação político criminal de reconhecer a multa como uma pena autónoma em vez de complementar à pena principal.

A aprovação do presente Código vem dotar o Estado timorense de mais um instrumento jurídico, moderno e adequado para a prestação de um serviço público-penal de maior qualidade e respeito pelos direitos fundamentais dos cidadãos, obrigando a uma contínua formação dos magistrados, defensores públicos, advogados, funcionários de justiça e demais actores judiciais que no seu quotidiano fazem destes diplomas legais os seus instrumentos de trabalho, fortalecendo o ordenamento jurídico nacional e o Estado de Direito Democrático.

LIVRO I PARTE GERAL

TÍTULO I DA APLICAÇÃO DA LAI PENAL

CAPÍTULO ÚNICO PRINCÍPIOS GERAIS

Artigo 1º

Princípio da legalidade

1. Nenhuma acção ou omissão pode ser qualificada como crime sem que lei anterior à sua prática a defina como crime e comine a respectiva pena.

2. As medidas de segurança só podem ser aplicadas a estados de perigosidade cujos pressupostos estejam definidos em lei anterior.

Artigo 2º **Proibição de analogia**

Para qualificar uma acção ou omissão como crime, definir um estado de perigosidade ou determinar as respectivas consequências jurídicas, não é permitido o recurso à analogia.

Artigo 3º **Aplicação da lei penal no tempo**

1. Ninguém pode ser punido por facto definido como crime no momento da sua prática se lei posterior deixar de o considerar como crime.

2. Neste caso, se já tiver havido decisão de condenação, mesmo que transitada em julgado, cessam a execução e os seus efeitos penais.

3. A lei posterior à prática do crime aplica-se às condutas anteriores sempre que se mostre concretamente mais favorável ao agente e, nos casos de decisão transitada em julgado, se ainda puder aproveitar qualquer vantagem.

Artigo 4º **Lei excepcional ou temporária**

A lei excepcional ou temporária continua a aplicar-se aos factos praticados durante a sua vigência ainda que haja decorrido o período de duração ou hajam cessado as circunstâncias que a determinaram.

Artigo 5º **Momento da prática do facto**

O facto considera-se praticado no momento da acção ou da omissão, independentemente do momento em que vier a ocorrer o resultado típico.

Artigo 6º
Lugar da prática do facto

O facto considera-se praticado no lugar em que, por qualquer forma, ocorreu a acção ou a omissão, no todo ou em parte, bem como onde se produziu ou deveria produzir-se o resultado típico.

Artigo 7º
Princípio da territorialidade

Salvo tratado ou convenção internacional em contrário e seja qual for a nacionalidade do agente, a lei criminal timorense é aplicável aos factos praticados em território de Timor-Leste e a bordo de navios ou de aeronaves de matrícula ou sob pavilhão timorense.

Artigo 8º
Factos praticados fora do território nacional

Salvo tratado ou convenção em contrário, a lei penal timorense é aplicável a factos praticados fora do território de Timor-Leste nos seguintes casos:

- a) Quando constituírem os crimes previstos nos artigos 196º a 206º, 229º a 242º e 307º a 313º;
- b) Quando constituírem os crimes previstos dos artigos 123º a 135º, 161º a 169º e 175º a 178º desde que o agente seja encontrado em Timor-Leste e não possa ser extraditado ou seja decidida a sua não entrega;
- c) Quando forem praticados contra timorenses desde que o agente viva habitualmente em Timor-Leste e aqui seja encontrado;
- d) Quando forem cometidos por timorenses ou por estrangeiros contra timorenses, desde que o agente seja encontrado em Timor-Leste, os factos sejam igualmente puníveis pela legislação do lugar em que tiverem sido praticados e constituírem crime que admita extradição e esta não possa, no caso, ser concedida;

e) Se se tratar de crimes que o Estado timorense, por convenção ou tratado internacional, se tenha obrigado a julgar.

Artigo 9º **Restrições à aplicação da lei timorense**

1. A lei penal timorense só é aplicável a factos praticados fora do território nacional quando o agente não tenha sido julgado com decisão transitada no lugar da prática do facto ou, tendo-o sido, se subtrair ao cumprimento total ou parcial da sanção.
2. Ainda que, nos termos do número anterior, seja aplicável a lei penal timorense, o facto é julgado segundo a lei do país em que tiver sido praticado se esta for concretamente mais favorável ao agente.
3. Nos casos a que se refere o número anterior a sanção aplicável é convertida na que lhe corresponder no sistema penal timorense ou, inexistindo correspondência, na que a lei timorense prever para o facto.
4. No caso de o agente ser julgado em Timor-Leste, tendo-o sido anteriormente no lugar da prática do facto, atende-se à pena que já tenha sido cumprida no estrangeiro.
5. O regime previsto no número 2 não se aplica aos crimes identificados nas alíneas a) e b) do artigo anterior.

Artigo 10.º **Aplicação subsidiária**

Salvo disposição em contrário, as normas deste Código são aplicáveis aos factos puníveis por legislação especial.

TÍTULO II **DO CRIME**

CAPÍTULO I **PRESSUPOSTOS GERAIS**

Artigo 11º **Acção e omissão**

1. Quando um tipo legal de crime compreender um certo resultado, o facto abrange não só a acção adequada a produzi-lo como a omissão da acção adequada a evita-lo, salvo se outra for a intenção da lei.
2. A comissão de um resultado por omissão só é punível quando sobre o omitente recair um dever jurídico que pessoalmente o obrigue a evitar esse resultado.
3. No caso previsto no número anterior, a pena pode ser extraordinariamente atenuada.

Artigo 12º

Responsabilidade criminal

1. A responsabilidade criminal pelas infracções previstas neste Código cabe às pessoas singulares e é intransmissível.
2. As pessoas colectivas só respondem criminalmente pelas infracções previstas neste Código ou em legislação especial quando e nas condições que a lei expressamente consagrar.

Artigo 13º

Responsabilidade por actuação em nome de outrem

É punível quem actua como titular de um órgão de uma pessoa colectiva, ou mera associação de facto, ou como representante de outrem, ainda que se não verifiquem nele, mas sim na pessoa do representado, as condições, as qualidades ou as relações previstas no respectivo tipo de crime.

Artigo 14º

Imputação subjectiva

Só é punível o facto praticado com dolo, ou nos casos especialmente previstos na lei, com negligência.

Artigo 15º

Tipos de dolo

1. Age com dolo quem, representando um facto que preenche um tipo de crime, actuar com intenção de o realizar.
2. Age ainda com dolo quem representar a realização de um facto que preenche um tipo de crime como consequência necessária da sua conduta.
3. Quando a realização de um facto que preenche um tipo de crime for representada como consequência possível da conduta, há dolo se o agente actuar conformando-se com aquela realização.

Artigo 16º **Tipos de negligência**

1. Age com negligência quem, por não proceder com o cuidado a que, segundo as circunstâncias, está obrigado e é capaz:
 - a) Representar como possível a realização de um facto que preenche um tipo de crime mas actuar sem se conformar com essa realização; ou
 - b) Não chegar sequer a representar a possibilidade de realização do facto.
2. Os tipos de negligência referidos no número anterior assumem a forma de negligência grosseira sempre que as circunstâncias mostrem que o agente actuou com ligeireza ou temeridade, não observando os elementares deveres de prudência que no caso se impunham.

Artigo 17º **Erro sobre as circunstâncias**

1. O erro sobre os elementos de facto ou de direito de um tipo legal de crime, assim como o erro sobre proibições cujo conhecimento seja razoavelmente indispensável para que o agente possa tomar consciência da ilicitude, exclui o dolo.
2. O regime previsto no número anterior inclui o erro sobre a existência dos pressupostos de uma causa de exclusão da ilicitude ou da culpa.

3. Fica ressalvada a punibilidade da conduta negligente sempre que a lei a preveja e se verifiquem os respectivos pressupostos.

Artigo 18º

Erro sobre a ilicitude

1. O desconhecimento da lei não exclui a ilicitude da conduta que a viole.
2. O erro sobre a ilicitude de um facto, se for inevitável, exclui a culpa.
3. Se o erro sobre a ilicitude for evitável, pode a pena ser extraordinariamente atenuada.

Artigo 19º

Agravação pelo resultado

Quando a pena aplicável a um facto for agravada em função da produção de um resultado, a agravação é sempre condicionada pela possibilidade de imputação desse resultado ao agente pelo menos a título de negligência.

Artigo 20º

Inimputabilidade em razão da idade

1. Os menores de 16 anos de idade são penalmente inimputáveis.
2. Aos jovens maiores de 16 e menores de 21 anos de idade aplicam-se as disposições do presente diploma em tudo o que for omissivo em legislação autónoma, relativamente à aplicação e execução das sanções criminais.

Artigo 21º

Inimputabilidade em razão de anomalia psíquica

1. É inimputável quem, por força de uma anomalia psíquica, for incapaz, no momento da prática do facto, de avaliar a ilicitude deste ou de se determinar de acordo com essa avaliação.

2. Pode ser declarado inimputável quem, por força de anomalia psíquica, tiver, sensivelmente diminuída, a capacidade para avaliar a ilicitude no momento da prática do facto ou para se determinar de acordo com essa avaliação.

3. A comprovada incapacidade do agente para ser influenciado pelas penas pode constituir índice da situação prevista no número anterior.

4. A imputabilidade não é excluída quando a anomalia psíquica tiver sido provocada pelo agente com intenção de praticar o facto.

CAPÍTULO II FORMAS DO CRIME

Artigo 22º Actos preparatórios

Os actos preparatórios não são puníveis, salvo disposição legal em contrário.

Artigo 23º Tentativa

Há tentativa quando o agente inicia a execução de um crime que decidiu cometer, praticando parte ou todos os actos objectivamente adequados a produzir o resultado e este se não verifica por circunstâncias alheias à sua vontade.

Artigo 24º Punibilidade da tentativa

1. A tentativa só é punível nos crimes dolosos a que corresponda pena de prisão cujo limite máximo seja superior a 3 anos e nos demais casos que a lei expressamente determinar.

2. Salvo disposição em contrário, a tentativa é punível com a pena correspondente ao crime consumado extraordinariamente atenuada.

Artigo 25º
Tentativa não punível

A tentativa não é punível quando for manifesta a inaptidão do meio empregado pelo agente ou a inexistência do objecto essencial à consumação do crime.

Artigo 26º
Desistência voluntária

Não é punível a tentativa daquele que voluntariamente desistir de prosseguir na execução do crime, impedir a consumação ou verificação do resultado, ou se esforçar seriamente por impedir uma ou outra.

Artigo 27º
Casos de participação

Em caso de participação, não é punível a tentativa aquele que voluntariamente desistir de prosseguir na execução do crime, impedir a consumação ou verificação do resultado, ou se esforçar seriamente por impedir uma ou outra, mesmo que os outros participantes prossigam na execução do facto ou o consumem.

Artigo 28º
Arrependimento posterior

Nos crimes sem violência ou grave ameaça contra as pessoas, reparado o dano, restituída a coisa ou legalizada a situação antes de efectuada participação ou recebida a denúncia ou a queixa, a pena pode ser extraordinariamente atenuada ou, consoante as circunstâncias, o agente isento de pena.

CAPÍTULO III
AGENTES DO CRIME

Artigo 29º
Agentes

A participação na prática de um crime pode revestir a forma de autoria, instigação ou cumplicidade e podem ser vários os comparticipantes do mesmo facto.

Artigo 30º **Autoria**

1. É autor quem executa o facto, por si mesmo ou por intermédio de outrem, de que se serve como instrumento.
2. São co-autores se, por acordo tácito ou expreso, tomarem parte directa na execução ou actuarem em conjugação de esforços para a prática do mesmo crime.

Artigo 31º **Instigação**

É punível como autor quem determina directa e dolosamente outrem à prática de crime, desde que haja execução ou começo da execução do crime.

Artigo 32º **Cumplicidade**

1. É punível como cúmplice quem, dolosamente ajudar material ou moralmente outrem a praticar um crime.
2. É aplicável ao cúmplice a pena correspondente ao tipo de ilícito, extraordinariamente atenuada.

Artigo 33º **Culpa na comparticipação**

Cada comparticipante é punido segundo a sua culpa, independentemente da punição ou do grau de culpa dos outros.

Artigo 34º **Ilicitude na comparticipação**

1. Se a ilicitude ou o grau de ilicitude do facto dependerem de certas qualidades ou relações especiais do agente, basta que essas qualidades ou relações se

verifiquem em qualquer deles, para tornar aplicável a todos os participantes a pena respectiva, excepto se for outra a intenção da norma incriminadora.

2. Sempre que, por efeito da regra prevista no número anterior, resultar para algum dos participantes a aplicação de pena mais grave, pode esta, consideradas as circunstâncias do caso, ser substituída por aquela que teria lugar se tal regra não interviesse.

CAPÍTULO IV CONCURSOS E CRIMES CONTINUADOS

Artigo 35º Concurso de crimes

1. O número de crimes determina-se pelo número de tipos de crimes efectivamente cometidos, ou pelo número de vezes que o mesmo tipo for preenchido pela conduta do agente.

2. Para efeito do que dispõe o artigo seguinte considera-se como concurso o caso em que o agente, tendo praticado um crime, comete outro antes de ter sido condenado por decisão transitada em julgado.

Artigo 36º Punição em caso de concurso

1. Em caso de concurso de crimes, é aplicada uma pena única, cujo limite mínimo corresponde à mais elevada das penas concretamente aplicadas aos vários crimes e o limite máximo à soma material das diversas penas parcelares.

2. O limite máximo da moldura do concurso não pode exceder 600 dias para a multa ou 30 anos para a prisão, mesmo nos casos em que a soma material das penas parcelares ultrapassar esse limite legal.

3. Na determinação da pena única o tribunal considera, em conjunto, os factos e a personalidade do agente.

Artigo 37º Concurso de sanções

1. Se as penas aplicadas forem umas de multa e outras de prisão, mantém-se a diferente natureza destas.

2. As penas acessórias e as medidas de segurança, mesmo que previstas por uma só das leis aplicáveis ou numa só das decisões anteriores, mantêm-se.

Artigo 38º

Pena de prisão com execução suspensa em cúmulo jurídico

A pena de prisão com execução suspensa só pode cumular-se juridicamente com outras penas de prisão quando:

a) Se tratar igualmente de penas de prisão suspensas na sua execução e a cumulação referida não obstar à continuação do regime de suspensão da pena única;

b) Tratando-se de cumulação com penas de prisão efectiva, existirem circunstâncias que determinem a revogação da suspensão da execução da pena, independentemente da cumulação de penas;

c) As penas suspensas a cumular tiverem diferentes períodos de suspensão ou, sendo iguais, se encontrarem em distintas fases de cumprimento e o tribunal estabelecer um período de suspensão único de acordo com as necessidades de prevenção e as circunstâncias do caso.

Artigo 39º

Conhecimento superveniente do concurso

Se, depois de uma decisão transitada em julgado, mas antes de a respectiva pena estar cumprida, prescrita ou extinta, houver conhecimento que o agente se encontrava numa das situações descritas nos artigos anteriores aplicam-se as regras aí consagradas.

Artigo 40º

Crime e outra infracção

Se o mesmo facto constituir simultaneamente crime e contra-ordenação, o agente é punido a título de crime, sem prejuízo da aplicação das sanções acessórias previstas para as outras infracções.

Artigo 41º

Crime continuado

1. Salvo tratando-se de crimes que protejam bens eminentemente pessoais, constitui um só crime continuado a realização plúrima do mesmo tipo de crime ou de vários tipos de crime que fundamentalmente protejam o mesmo bem jurídico, executada por forma essencialmente homogénea e no quadro de solicitação de uma mesma situação exterior que diminua consideravelmente a culpa do agente.

2. O crime continuado é punível com a pena aplicável à conduta mais grave que integrar a continuação.

Artigo 42º

Concurso de normas

Ao facto susceptível de ser qualificado como crime, no todo ou em parte, por mais de uma disposição legal, não se tratando das situações descritas nos artigos anteriores, é aplicada uma só norma incriminadora conforme as seguintes regras:

- a) A norma especial aplica-se em prejuízo da norma geral;
- b) A norma subsidiária prefere à norma principal;
- c) A norma mais ampla e complexa consome a que prevê factos subsumíveis na sua previsão.

CAPÍTULO V

CAUSAS DE EXCLUSÃO

SECÇÃO I

CAUSAS DE EXCLUSÃO DA ILICITUDE

Artigo 43º

Exclusão da ilicitude

1. O facto não é criminalmente punível quando a sua ilicitude for excluída pela ordem jurídica considerada na sua totalidade.
2. Nomeadamente, não é ilícito o facto praticado no exercício de um direito ou no cumprimento de um dever, em legítima defesa, em estado de necessidade justificante ou mediante consentimento.

Artigo 44º

Legítima defesa

Considera-se legítima defesa a actuação do agente necessária ao afastamento de uma agressão ilícita, iminente ou actual, a quaisquer interesses juridicamente protegidos do agente ou de terceiro.

Artigo 45º

Estado de necessidade

Não é ilícito o facto praticado como meio adequado para afastar um perigo actual que ameace interesses juridicamente protegidos do agente ou de terceiro, quando se verificarem os seguintes requisitos:

- a) Haver sensível superioridade do interesse a salvar relativamente ao interesse sacrificado; e
- b) Ser razoável impor ao lesado o sacrifício do seu interesse em atenção à natureza ou ao valor do interesse em perigo.

Artigo 46º

Conflito de deveres

1. Não é ilícita a conduta de quem, em caso de conflito no cumprimento de deveres jurídicos ou ordens legítimas da autoridade, satisfizer dever ou ordem de valor igual ou superior ao do dever ou ordem que sacrificar.
2. O dever de obediência hierárquica cessa quando conduz à prática de um crime.

Artigo 47º

Consentimento

1. Além dos casos especialmente previstos na lei, o consentimento exclui a ilicitude do facto quando se referir a interesses jurídicos livremente disponíveis e o facto não ofender os bons costumes.
2. O consentimento pode ser expresso por qualquer meio que traduza uma vontade séria, livre e esclarecida do titular do interesse juridicamente protegido, e pode ser livremente revogado até à execução do facto.
3. O consentimento só é eficaz se for prestado por quem tiver mais de 16 anos e possuir o discernimento necessário para avaliar o seu sentido e alcance no momento em que o presta.
4. Se o consentimento não for conhecido do agente, este é punível com a pena aplicável à tentativa.
5. Ao consentimento efectivo é equiparado o consentimento presumido, que se verifica quando a situação em que o agente actua permitir razoavelmente supor que o titular do interesse juridicamente protegido teria eficazmente consentido no facto, se conhecesse as circunstâncias em que este é praticado.

SECÇÃO II CAUSAS DE EXCLUSÃO DA CULPA

Artigo 48º

Excesso de legítima defesa

1. Os meios que, pela sua espécie ou grau de utilização, forem excessivos para a acção defensiva do agente podem determinar a atenuação extraordinária da pena que caberia ao crime.
2. O excesso de meios utilizados na legítima defesa devido a perturbação, medo ou susto, não censuráveis, exclui a culpa do agente.

Artigo 49º

Estado de necessidade desculpante

1. Age sem culpa quem praticar um facto ilícito adequado a afastar um perigo actual, e não removível de outro modo, que ameace a vida, a integridade física, a honra ou a liberdade do agente ou de terceiro, quando não seja razoável exigir dele, segundo as circunstâncias do caso, comportamento diferente.

2. Se o perigo ameaçar interesses jurídicos diferentes dos referidos no número anterior, e se verificarem os restantes pressupostos ali mencionados, pode a pena ser extraordinariamente atenuada ou, excepcionalmente o agente ser isento da pena.

Artigo 50º

Obediência indevida desculpante

Age sem culpa o funcionário que cumpre uma ordem sem conhecer que ela conduz à prática de um crime, não sendo isso evidente no quadro das circunstâncias por ele representadas.

TÍTULO III

DAS CIRCUNSTÂNCIAS

CAPÍTULO ÚNICO REGRAS GERAIS

Artigo 51º

Determinação da medida da pena

1. A determinação da medida da pena, dentro dos limites definidos na lei, é feita em função da culpa do agente e das exigências de prevenção.

2. Na determinação concreta da pena o tribunal atende a todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo de crime, depuserem a favor do agente ou contra ele.

3. Na sentença são expressamente referidos os fundamentos da medida da pena.

Artigo 52.º

Circunstâncias agravantes gerais

1. São consideradas circunstâncias agravantes gerais da responsabilidade do agente todas as circunstâncias anteriores, contemporâneas ou posteriores ao crime, que, não fazendo parte do tipo legal, revelem um maior grau de ilicitude dos factos, da conduta ou da culpa do agente, aumentando a necessidade da pena.

2. São susceptíveis de constituir circunstâncias agravantes gerais, entre outras, as seguintes:

a) Execução do crime com deslealdade, entendendo-se que tal acontece nos casos de traição, emboscada, espera, disfarce

b) O crime ser praticado contra as pessoas empregando meios, modos ou formas que directa ou indirectamente visem garantir a execução sem o perigo que lhe poderia resultar da eventual defesa do ofendido;

c) O crime ser praticado mediante fraude, engano, excesso de poder ou de autoridade ou aproveitando-se das circunstâncias de lugar, tempo

d) O crime ser cometido mediante o pagamento ou a recepção de um valor ou recompensa;

e) O crime ser motivado por razões racistas ou qualquer outro sentimento discriminatório por causa do género, ideologia, religião ou crenças da vítima, da etnia, da nacionalidade a que pertença, em razão do sexo ou das suas orientações sexuais, ou de enfermidade ou diminuição física de que sofra;

f) Ter o agente o dever especial de não cometer o crime, de impedir a sua prática ou de concorrer para a sua punição ou prevalecer-se, para a prática do crime, de autoridade pública que detenha ou invoque;

g) Não sendo caso de reincidência, o agente tiver praticado um ou mais crimes da mesma natureza nos 3 anos anteriores ao momento da prática daquele por que estiver a ser julgado, independentemente da altura da condenação;

h) O crime ser praticado na mesma ocasião de outro crime como meio de facilitar a realização de outro ou outros crimes;

- i) Execução do crime ser facilitada pelo facto do agente entrar ou tentar entrar na residência do ofendido ou utilizar veneno, inundação, incêndio, explosão, naufrágio ou avaria de barco ou arma
- j) A prática do crime ou o aproveitamento das consequências do mesmo ser facilitada pelo concurso de duas ou mais pessoas;
- k) Aumentar intencional e desumanamente o sofrimento da vítima causando-lhe sofrimentos desnecessários à consumação ou quaisquer outros actos de espoliação, crueldade ou destruição também desnecessários à execução do crime;
- l) O ofendido ser ou ter sido cônjuge ou se encontrar em situação de facto idêntica, ou ser ascendente, descendente, irmão, adoptado ou adoptante do agente;
- m) O ofendido ser pessoa particularmente vulnerável em razão da idade, doença ou deficiência física ou psíquica, sempre que tal circunstância não faça parte do tipo legal.

Artigo 53º **Reincidência**

1. É punido como reincidente quem, por si só ou sob qualquer forma de comparticipação, cometer um crime doloso que deva ser punido com prisão efectiva superior a 6 meses, depois de ter sido condenado por sentença transitada em julgado em pena de prisão efectiva superior a 6 meses por outro crime doloso, se, de acordo com as circunstâncias do caso, o agente for de censurar por a condenação ou as condenações anteriores não lhe terem servido de suficiente advertência contra o crime.
2. Se entre a prática de um e outro crime tiverem mediado mais de quatro anos, não se verifica a reincidência, não se contando no referido prazo o tempo em que o agente tiver cumprido medida processual, pena ou medida de segurança privativas da liberdade.
3. Em caso de reincidência, o limite mínimo da pena aplicável ao crime é elevado de um terço e o limite máximo permanece inalterado, não podendo a agravação

exceder a medida da pena mais grave aplicada nas condenações anteriores.

Artigo 54° Habitualidade criminal

1. Quando o agente praticar um crime doloso a que deva aplicarás, concretamente, pena de prisão efectiva superior a 1 ano ocorrendo, cumulativamente, os seguintes requisitos:

a) O agente ter praticado anteriormente três ou mais crimes dolosos a que tenha sido aplicada pena de prisão efectiva;

b) Terem decorrido menos de três anos entre cada um dos crimes e o seguinte;

c) A avaliação conjunta dos factos e da personalidade do agente revelar acentuada ou perigosa tendência para o crime;

a pena aplicável é a do crime cometido elevando-se os limites mínimo e máximo em um terço.

2. O disposto neste preceito prevalece sobre as regras próprias da punição da reincidência.

Artigo 55° Circunstâncias atenuantes gerais

1. São consideradas circunstâncias atenuantes gerais da responsabilidade do agente, as circunstâncias que precedam, acompanhem ou ocorram após a prática do crime e que deponham a favor do agente.

2. São susceptíveis de constituir circunstâncias atenuantes gerais, entre outras, as seguintes:

a) As causas de exclusão referidas no capítulo anterior, sempre que se não verifique a totalidade dos requisitos previstos para que a causa de exclusão produza efeitos;

b) O agente actuar em consequência de factos causadores de emoção violenta, obsessão ou outro estado passional de idêntica natureza ou reagir em acto imediato a provocação;

- c) O agente apresentar-se voluntariamente às autoridades antes de conhecer a existência de procedimento criminal contra si;
- d) O agente confessar espontaneamente a prática do crime ou contribuir decisivamente para o apuramento das circunstâncias em que a acção criminosa ocorreu;
- e) A existência de actos demonstrativos do arrependimento sincero do agente;
- f) A pouca intensidade do dolo ou da negligência;
- g) A reconciliação entre a vítima e o agente.

Artigo 56º

Circunstâncias de atenuação extraordinária

1. Para além dos casos expressamente previstos na lei, a pena prevista no tipo legal de crime é extraordinariamente atenuada sempre que existam circunstâncias anteriores, contemporâneas ou posteriores ao crime que conjunta ou individualmente, diminuam por forma acentuada a ilicitude da conduta, a culpa do agente ou a necessidade da pena:

2. Para efeito do disposto no número anterior, são consideradas entre outras, as seguintes circunstâncias:

- a) O agente ter actuado sob a influência de ameaça grave ou sob o ascendente de pessoa de que depende ou a quem deve obediência;
- b) A conduta do agente ser determinada por motivo honroso, por forte solicitação ou tentativa da própria vítima ou por provocação injusta ou ofensa imerecida;
- c) O agente reparar o dano causado ou diminuir os seus efeitos, em qualquer momento do processo mas antes de iniciada a audiência de julgamento;
- d) Ter decorrido muito tempo sobre a prática do crime, mantendo o agente boa conduta;
- e) Ser o agente portador de imputabilidade sensivelmente diminuída.

Artigo 57º

Graus de atenuação extraordinária

1. Sempre que houver lugar à atenuação extraordinária da pena, observa-se o seguinte relativamente aos limites da pena aplicável:

a) Limite máximo da pena de prisão é reduzido de um terço;

b) Limite mínimo da pena de prisão é reduzido a um quinto se for igual ou superior a 3 anos e ao mínimo legal se for inferior;

c) Limite máximo da pena de multa é reduzido de um terço e o limite mínimo reduzido ao mínimo legal;

d) Se o limite máximo da pena de prisão não for superior a 3 anos pode a mesma ser substituída por multa, dentro dos limites gerais.

2. A pena extraordinariamente atenuada que tiver sido em concreto fixada é passível de substituição, incluída a suspensão, nos termos gerais.

Artigo 58.º

Concurso de circunstâncias

1. A ocorrência de uma circunstância modificativa da moldura abstracta do tipo legal determina a aplicação do regime de atenuação extraordinária previsto no artigo anterior.

2. No caso de concorrerem duas ou mais circunstâncias modificativas da moldura abstracta do tipo legal, apenas uma é considerada nos termos do artigo anterior, funcionando as restantes como circunstâncias de carácter geral na determinação da medida da pena.

TÍTULO IV

DAS CONSEQUÊNCIAS JURÍDICAS DO CRIME

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 59º

Penas e medidas de segurança

1. Não é permitida a aplicação de pena de morte ou de pena privativa de liberdade ou de medida de segurança com carácter perpétuo ou de duração ilimitada ou indefinida.

2. Não é permitida a aplicação simultânea de pena e de medida de segurança privativas da liberdade pela prática do mesmo facto.

Artigo 60º

Limite das penas e das medidas de segurança

1. A pena concreta nunca pode ultrapassar a medida da culpa.

2. A medida de segurança fundamenta-se na perigosidade do agente da prática de um facto previsto como crime e dura até se verificar que cessou o estado de perigosidade criminal que lhe deu origem, não podendo, ter uma duração superior ao limite máximo da pena correspondente ao crime referido.

Artigo 61.º

Finalidade das penas e medidas de segurança

A aplicação de penas e de medidas de segurança visa a protecção de bens jurídicos essenciais à vida em sociedade e a reintegração do agente nesta.

Artigo 62º

Escolha da pena e da medida de segurança

1. Se ao crime forem aplicáveis, em alternativa, pena privativa e não privativa da liberdade, o tribunal dá preferência à segunda sempre que esta realizar de forma adequada e suficiente as finalidades da punição.

2. Na escolha do tipo de medida de segurança a aplicar ao agente cuja perigosidade se mostre processualmente adquirida, tem-se em consideração a personalidade daquele e o modo de tratamento adequado ao caso.

Artigo 63º

Efeitos das penas e das medidas de segurança

Nenhuma pena ou medida de segurança tem, como efeito necessário, a perda de direitos civis, profissionais ou políticos.

Artigo 64º
Execução das penas ou medidas privativas da liberdade

1. O agente condenado em pena de prisão efectiva ou sujeito a medida de internamento pode beneficiar da concessão de liberdade condicional ou de liberdade para prova.
2. Salvo disposição em contrário, cumpridos cinco sextos da pena, o condenado é obrigatoriamente posto em liberdade condicional.
3. A concessão de liberdade condicional carece do consentimento do condenado, excepto nas circunstâncias descritas no número anterior.
4. São consagrados em legislação própria os pressupostos e as condições para a concessão de liberdade condicional, assim como os direitos e deveres dos reclusos e os pressupostos e condições em que a pena de prisão efectiva pode ser executada em regime aberto.

Artigo 65º
Concurso de penas e medidas privativas da liberdade

1. Quando o mesmo agente tenha sido condenado em pena de prisão efectiva e sujeito a medida de internamento, esta é executada antes da pena de prisão e nesta descontada.
2. Logo que a medida de internamento deva cessar, o tribunal coloca o agente em liberdade condicional se se encontrar cumprido o tempo correspondente a metade da pena e a libertação se revelar compatível com a defesa da ordem jurídica e paz social.

CAPÍTULO II
PENA DE PRISÃO

Artigo 66º

Duração da pena de prisão

1. A pena de prisão tem a duração mínima de 30 dias e máxima de 25 anos.
2. Nos casos especialmente previstos na lei, o limite da pena prisão é de 30 anos.
3. O limite máximo da pena referido no número anterior nunca pode ser excedido.

Artigo 67º

Substituição da prisão por multa

1. A pena de prisão aplicada em medida não superior a 1 ano é substituída por igual tempo de multa, até ao limite máximo legal, sempre que as exigências de prevenção de futuros crimes não imponham o cumprimento da prisão e, face às circunstâncias do caso, o tribunal entenda não dever suspender a execução.
2. O não pagamento injustificado da multa substitutiva ou de alguma prestação, implica o cumprimento imediato da pena de prisão inicialmente fixada, que pode ser sustado pelo pagamento imediato da totalidade da multa ou pela indicação de bens como garantia, descontando-se sempre as prestações que tiverem sido pagas.
3. O tribunal deve fundamentar a decisão porque não efectua a substituição sempre que a pena aplicada o permita.

Artigo 68º

Suspensão da execução da prisão

1. Sempre que a pena de prisão aplicada não for superior a 3 anos, o tribunal pode suspender a sua execução por um período a fixar entre 1 e 5 anos, a contar do trânsito em julgado da decisão.
2. A decisão deve conter os fundamentos que determinam a suspensão, nomeadamente, a personalidade do agente, as circunstâncias em que foi praticado o crime, o comportamento anterior, as suas condições de vida e, muito especialmente, a previsibilidade da sua conduta futura.

3. O tribunal deve fundamentar a decisão porque não efectua a suspensão sempre que a pena aplicada o permita.

Artigo 69º

Suspensão da prisão condicionada a deveres

1. O tribunal pode condicionar a suspensão da execução da pena de prisão ao cumprimento de certos deveres, não humilhantes, destinados a reparar o mal do crime.

2. Podem condicionar a suspensão, nomeadamente, os seguintes deveres:

a) Reparação ou garantia de reparação dos prejuízos causados pelo crime em prazo determinado;

b) Apresentação pública de desculpas ao ofendido;

c) Desempenho de determinadas tarefas conexas com o crime praticado;

d) Entrega de quantia ao Estado ou instituição de beneficência com significado na reinserção do condenado.

3. Os deveres impostos não podem em caso algum representar para o condenado obrigações cujo cumprimento não lhe seja razoavelmente exigível

4. Os deveres impostos podem ser modificados até ao termo do período de suspensão sempre que ocorrerem circunstâncias relevantes supervenientes ou de que o tribunal só posteriormente tiver conhecimento

5. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo anterior.

Artigo 70º

Regras de conduta

1. O tribunal pode impor ao condenado o cumprimento, pelo tempo de duração da suspensão, de regras de conduta destinadas a facilitar a sua reintegração na sociedade, nomeadamente:

a) Não exercer determinadas profissões;

b) Não frequentar certos meios ou lugares;

- c) Não residir em certos lugares ou regiões;
 - d) Não acompanhar, alojar ou receber determinadas pessoas;
 - e) Não frequentar certas associações ou não participar em determinadas reuniões;
 - f) Não ter em seu poder objectos capazes de facilitar a prática de crimes;
 - g) Apresentar-se periodicamente perante o tribunal, o técnico de reinserção social ou entidades não policiais.
2. O tribunal pode ainda, obtido o consentimento prévio do condenado, determinar a sua sujeição a tratamento médico ou a cura em instituição adequada.
3. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 a 5 do artigo anterior.

Artigo 71º

Suspensão da prisão com acompanhamento

1. Quando a suspensão simples ou condicionada da prisão for insuficiente para garantir a recuperação do delinquente e o seu afastamento de actividades criminosas, o tribunal pode decretar a suspensão sujeitando o condenado ao acompanhamento pelos serviços de reinserção social enquanto durar o período de suspensão, obtendo-se sempre que possível o acordo do condenado.
2. Incumbe aos serviços de reinserção social, conjuntamente com o Ministério Público e o juiz da condenação, ouvido o condenado, elaborar o plano de readaptação social que, aprovado pelo tribunal, será cumprido com a assistência do referido funcionário ou serviço de reinserção.
3. Do plano de readaptação devem constar todos os deveres a que o condenado fica sujeito podendo o tribunal impor os deveres e regras de conduta referidos nos artigos 69º e 70º ou outras obrigações que interessem ao plano de readaptação, nomeadamente:
- a) Obter tratamento ou internamento em estabelecimento adequados, sempre que as circunstâncias o exijam

- b) Responder a convocatórias do magistrado responsável pela execução e do técnico de reinserção social
- c) Receber visitas do técnico de reinserção social e informareis sobre os seus meios de subsistência
- d) Informar o técnico de reinserção social sobre alterações de residência e de emprego, bem como sobre qualquer deslocação da residência quando superior a 8 dias
- e) Obter autorização do prévia do magistrado responsável pela execução para se deslocar ao estrangeiro

4. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 2 do artigo 68º.

Artigo 72º

Modificação do regime de suspensão

Se, durante o período de suspensão da execução da pena de prisão, o condenado não cumprir os deveres impostos ou for julgado e condenado por outro crime, o tribunal, atentas as circunstâncias, pode alterar o regime de suspensão de execução da pena de prisão, inicialmente fixado, modificar os deveres ou advertir solenemente o condenado, consoante as circunstâncias do caso.

Artigo 73º

Revogação da suspensão

1. Se, durante o período de suspensão da execução da pena de prisão, o condenado for julgado e condenado por outro crime ou reincidir dolosamente no não cumprimento das regras ou deveres impostos e não for possível ou se revelar insuficiente a modificação do regime de suspensão, o tribunal revoga a suspensão.

2. A suspensão da execução da pena de prisão é sempre revogada se, durante o respectivo período, o condenado cometer crime doloso por que venha a ser punido com pena de prisão efectiva.

3. A revogação da suspensão não dá ao condenado o direito de exigir a restituição de prestações efectuadas durante e por causa da suspensão.

Artigo 74º
Extinção da pena de prisão

A não revogação da suspensão da execução da pena de prisão determina a extinção da pena e dos seus efeitos, decorrido o prazo de suspensão.

CAPÍTULO III
PENA DE MULTA

Artigo 75º
Duração da pena de multa

1. A pena de multa é fixada no mínimo de 10 e no máximo de 360 dias, salvo disposição legal em contrário.
2. Cada dia de multa corresponde a uma quantia entre meio dólar e 200 dólares americanos, que o tribunal fixa em função da situação económica e financeira do condenado e dos seus encargos pessoais.
3. Sempre que as circunstâncias do caso o justifiquem, o tribunal pode autorizar o pagamento da multa dentro do prazo de 1 ano, ou permitir o pagamento em prestações, não podendo a última prestação ultrapassar o limite de 2 anos após a data do trânsito em julgado da condenação.

Artigo 76º
Prisão alternativa à pena de multa

A decisão que aplicar directamente pena de multa fixa prisão em alternativa, pelo tempo correspondente à multa, reduzido a dois terços.

Artigo 77º
Redução ou isenção da pena de multa

1. Se o condenado em pena de multa não cumprir a pena devido a circunstâncias, posteriores à condenação, que

impossibilitem ou dificultem o seu cumprimento e lhe não sejam imputáveis, o tribunal pode decretar a redução ou a isenção da pena.

2. O disposto no número anterior é aplicável à pena de multa que substitua a prisão.

CAPÍTULO IV PENA DE TRABALHO A FAVOR DA COMUNIDADE

Artigo 78º

Trabalho a favor da comunidade

1. A pena de trabalho a favor da comunidade consiste na prestação gratuita de trabalho em organismo público ou a outras entidades que o tribunal reputar de interesse comunitário desde que obtido o consentimento do condenado.

2. A duração do trabalho que o condenado deva prestar é fixada pelo tribunal substituindo-se cada dia de prisão fixado na sentença por uma hora de trabalho, nunca podendo ultrapassar 240 horas.

3. O trabalho pode ser prestado durante ou fora do horário normal de serviço, de forma contínua ou não, sem exceder por dia o permitido segundo o regime de horas extraordinárias e sempre de modo a que não seja afectada a sobrevivência do condenado ou dos seus familiares.

4. O não cumprimento injustificado da prestação do trabalho a favor da comunidade, importa o cumprimento da pena inicialmente aplicada, descontados os dias de trabalhos já prestados, de acordo com o nº2.

Artigo 79º

Requisitos

1. A pena de trabalho a favor da comunidade é aplicável pelo tribunal em substituição da pena de prisão em medida não superior a 1 ano ou de pena de multa, sempre que concluir que por este meio se realizam de forma adequada e suficiente as finalidades da punição e, no caso da prisão, existam razões de prevenção criminal que

desaconselhem a suspensão da execução ou a substituição por multa.

2. A aplicação de trabalho a favor da comunidade depende sempre do consentimento do condenado e, no caso de substitutiva de multa, pode ser decretada na sentença ou em despacho posterior, desde que apresentado requerimento pelo condenado antes de ordenada a penhora em processo de execução instaurado por falta de pagamento da multa.

3. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 67.º.

Artigo 80º

Suspensão, redução ou isenção de pena

Se o condenado não cumprir a prestação de trabalho devido a circunstâncias, posteriores ao seu decretamento, que impossibilitem ou dificultem o seu cumprimento, não lhe sendo as mesmas imputáveis, aplica-se o regime previsto no artigo 77º.

Artigo 81º

Legislação complementar

As demais condições de aplicação da pena de prestação de trabalho a favor da comunidade e de funcionamento dos serviços de execução do trabalho a favor da comunidade são objecto de diploma especial.

CAPÍTULO V

PENA DE ADMOESTAÇÃO

Artigo 82º

Admoestação

Se o agente for considerado culpado pela prática de crime a que corresponda em abstracto pena de prisão não superior a 3 anos ou multa, o tribunal pode limitar-se a admoestá-lo desde que, cumulativamente:

- a) O dano causado pela conduta criminosa tenha sido reparado;

- b) Se trate de delinquente primário;
- c) A prevenção criminal e a recuperação do delinquente se bastem com a admoestação.

Artigo 83º **Execução da pena de admoestação**

A admoestação consiste numa solene e adequada repreensão oral ao condenado, executada pelo tribunal em audiência pública, após o trânsito em julgado da decisão a aplicar.

CAPÍTULO VI **PENAS ACESSÓRIAS**

Artigo 84º **Princípio geral**

1. A lei pode fazer corresponder a certos crimes a proibição de exercício de determinados direitos ou profissões.
2. As penas acessórias são cumuláveis entre si e só podem ser aplicadas em simultâneo com uma pena principal, devendo a sua duração ser fixada em função da medida da culpa.

Artigo 85º **Suspensão temporária do exercício de funções públicas**

1. O tribunal que condenar alguém que desempenhe um cargo público a pena de prisão efectiva deve decretar a suspensão do exercício dessa função pelo período de cumprimento da pena, se o condenado não for demitido disciplinarmente.
2. São aplicáveis ao condenado, durante o período de suspensão, os efeitos que de acordo com a legislação respectiva acompanham a sanção disciplinar de suspensão do exercício de funções.
3. O disposto nos números anteriores é correspondentemente aplicável a profissões ou

actividades cujo exercício depender de título público, autorização ou homologação da autoridade pública.

Artigo 86°

Proibição do exercício de função

1. O titular de cargo público, funcionário público ou agente da Administração, que, no exercício da actividade para que foi eleito ou nomeado, for condenado a pena de prisão superior a 3 anos pode ser proibido do exercício daquelas funções por um período de 2 a 5 anos quando ocorrer alguma das seguintes circunstâncias:

- a) O facto ser praticado com flagrante e grave abuso da função ou com manifesta e grave violação dos deveres inerentes à função;
- b) O agente revelar indignidade ou incapacidade manifesta para o exercício do cargo;
- c) A natureza do facto implicar a perda da confiança necessária ao exercício da função.

2. O disposto no número anterior é correspondentemente aplicável às profissões ou actividades cujo exercício depender de título público ou de autorização ou homologação da autoridade pública.

3. O tempo em que o condenado estiver privado da liberdade em consequência de medida de coacção, pena ou medida de segurança não conta para o período de proibição.

4. Não tem aplicação a pena acessória prevista neste artigo, quando, pelos mesmos factos, for aplicada a medida de segurança prevista no artigo 100°.

5. A aplicação do disposto no presente artigo obriga à comunicação da condenação do tribunal à autoridade pública da qual o funcionário depender.

Artigo 87°

Expulsão

1. O cidadão estrangeiro condenado pela prática de crime a que corresponda pena de prisão superior a 3 anos pode ser expulso do território nacional se nele residir há menos de 15 anos:

- a) Por um período até 2 anos se residente há mais de 10 anos;
 - b) Por um período até 5 anos se residente há mais de 5 e menos de 10 anos;
 - c) Por um período até 10 anos se residente há menos de 5 anos.
2. A expulsão referida no número anterior aplica-se quando no caso concreto seja exigida por razões de segurança interna, saúde pública ou para evitar a continuação da actividade criminosa.
3. A pena de expulsão é executada independentemente do cumprimento total ou parcial da pena principal.

Artigo 88° **Proibição de condução**

1. Pode ser sujeito a inibição de conduzir veículos a motor por um período a fixar entre 3 meses e 2 anos quem for punido:
- a) Por crime previsto nos artigos 207° a 209°;
 - b) Por crime cometido com utilização de veículo motorizado e cuja execução tiver sido por este facilitada de forma relevante; ou
 - c) Por crime de desobediência cometido mediante recusa de submissão às provas legalmente estabelecidas para detecção de condução de veículo motorizado sob efeito de álcool, estupefaciente, substância psicotrópica ou produto com efeito análogo perturbador da aptidão física, mental ou psicológica.
2. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 86°.

Artigo 89° **Cassação da licença de porte de arma**

1. Em caso de condenação por crime doloso praticado com utilização de arma, o tribunal pode decretar a cassação da licença de uso e porte de arma ponderadas as circunstâncias e a gravidade da conduta, por um período de 2 a 8 anos.

2. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 86º.

CAPÍTULO VII DETERMINAÇÃO DA PENA

Artigo 90º Princípios gerais

1. Sempre que a lei fixar uma pena, esta refere-se ao crime na forma consumada.
2. A moldura da pena abstracta sobre a qual é determinada a medida concreta de pena, obtém-se:
 - a) Fazendo funcionar sobre a pena abstracta correspondente ao crime consumado as circunstâncias agravantes modificativas da reincidência e da habitualidade criminal, previstas respectivamente nos artigos 53.º e 54.º;
 - b) Cumprido o que dispõe a alínea anterior ou a partir da pena abstracta correspondente ao crime consumado se inexistirem circunstâncias modificativas, são consideradas as situações de atenuação extraordinária se, no caso, existirem.

Artigo 91º Determinação concreta da pena

1. Encontrada a moldura abstracta da pena nos termos do artigo anterior, o tribunal avalia todas as circunstâncias que, não fazendo parte do tipo nem tendo sido valoradas nos termos do disposto no artigo anterior, agravem ou diminuam a responsabilidade do condenado.
2. Com base na valoração destas últimas circunstâncias, o tribunal fixa a medida exacta da pena que considere necessária para a protecção dos bens jurídicos essenciais à vida em sociedade e à reintegração social do agente, dentro dos limites da moldura fixada no tipo ou dos limites resultantes da aplicação do disposto no artigo anterior.
3. A medida da pena aplicada ao condenado não pode, em circunstância alguma, ultrapassar a medida da culpa.

Artigo 92º
Caso especial da pena de multa

No caso da pena de multa o disposto no presente capítulo é aplicável à determinação do tempo de duração da multa, sem prejuízo do que dispõe o n.º 2 do artigo 75º para o cálculo da quantia correspondente a cada dia de multa.

CAPÍTULO VIII
MEDIDAS DE SEGURANÇA

SECÇÃO I
MEDIDA DE INTERNAMENTO

Artigo 93º
Pressupostos

Quando um facto descrito num tipo legal de crime for praticado por inimputável nos termos do disposto no artigo 21º, pode este ser mandado internar em estabelecimento adequado, sempre que por virtude da anomalia psíquica, da natureza e da gravidade do facto praticado o tribunal tiver fundado receio que venha a praticar outros factos típicos a que correspondam crimes contra as pessoas ou a crimes de perigo comum.

Artigo 94º
Duração

1. Se o facto praticado pelo inimputável for punível com prisão até 3 anos o internamento não pode durar mais de 1 ano.
2. Se o facto praticado pelo inimputável corresponder a crime contra as pessoas ou a crime de perigo comum, puníveis com pena de prisão igual ou superior a 5 anos, o internamento tem a duração mínima de 3 anos, salvo se a libertação se revelar compatível com a defesa da ordem pública e da paz social.
3. Se o facto praticado pelo inimputável corresponder a crime punível com pena superior a 8 anos e o perigo de novos factos da mesma espécie for de tal modo grave que

desaconselhe a libertação, o internamento pode ser prorrogado por períodos sucessivos de 2 anos até se verificar que cessou o estado de perigosidade criminal que lhe deu origem.

4. O internamento não pode exceder o limite máximo da pena correspondente ao tipo de crime cometido pelo inimputável.

Artigo 95º **Cessação da medida**

1. A medida cessa quando findar o estado de perigosidade criminal que a originou ou, mantendo-se este, quando for atingido o limite máximo de duração da medida, salvo nas circunstâncias referidas no n.º.3 e 4 do artigo anterior.

2. A medida de internamento é obrigatoriamente sujeita a revisão de 12 em 12 meses.

3. Se for invocada a existência de causa justificativa para a cessação do internamento, o tribunal aprecia a questão a todo o tempo.

Artigo 96º **Substituição da medida de internamento**

1. A medida de internamento pode ser substituída por liberdade para prova ou por expulsão do território nacional quando aplicada a estrangeiros.

2. No caso de expulsão do território nacional, é correspondentemente aplicável o disposto no artigo 87º.

Artigo 97º **Liberdade para prova**

1. Se da revisão referida no artigo 95º resultar que há razões para esperar que a finalidade da medida possa ser alcançada em meio aberto, o tribunal coloca o internado em liberdade para prova.

2. O período de liberdade para prova é fixado entre um mínimo de 2 anos e um máximo de 5 anos, não podendo ultrapassar o limite máximo fixado no n.º.4 do artigo 94º.

3. A decisão de liberdade para prova pode impor ao internado regras de conduta, necessárias à prevenção da perigosidade, em termos correspondentes aos referidos no artigo 70º, bem como o dever de se submeter a tratamentos e regimes de cura ambulatoriais apropriados e de se prestar a exames e observações nos lugares que lhe forem indicados.

4. O agente a quem for suspensa a execução do internamento é colocado sob vigilância tutelar dos serviços de reinserção social.

5. Se não houver motivos que conduzam à revogação da liberdade para a prova, findo o tempo de duração desta, a medida de internamento é declarada extinta.

6. Se, findo o período de liberdade para a prova, se encontrar pendente processo ou incidente que possa conduzir à sua revogação, a medida é declarada extinta quando o processo ou o incidente findarem e não houver lugar à revogação.

Artigo 98º

Revogação da liberdade para prova

1. A liberdade para prova é revogada quando:

- a) O comportamento do inimputável revelar que o internamento é indispensável; ou
- b) O inimputável for condenado em pena privativa da liberdade e não se verificarem os pressupostos da suspensão da execução, nos termos do nº 1 do artigo 68º.

2. A revogação determina o reinternamento, sendo correspondentemente aplicável o disposto nos artigos 94º e 95º.

Artigo 99º

Suspensão da execução do internamento

1. O tribunal pode determinar a suspensão do internamento se for razoável de se esperar que com a suspensão se alcance a finalidade da medida de segurança e a suspensão se revelar compatível com a defesa da ordem pública e da paz social.

2. A suspensão do internamento é correspondentemente aplicável o disposto nos n.º.3 e 4º do artigo 97º.
3. A suspensão da execução do internamento não pode ser decretada se o agente for simultaneamente condenado em pena privativa da liberdade e não se verificarem os pressupostos da suspensão da execução desta, nos termos do n.º.1 do artigo 68º.
4. A duração e cessação da suspensão de internamento são determinadas nos termos dos artigos 94º e 95º, respectivamente.
5. A revogação da decisão de suspensão da medida de internamento aplica-se o disposto no artigo 98º.

SECÇÃO II

OUTRAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

Artigo 100º

Medida de interdição profissional

1. Quando um inimputável por anomalia psíquica praticar um acto previsto num tipo legal de crime relacionado com a actividade profissional que exerce e existir fundado receio de, enquanto mantiver essa ocupação, continuar a praticar factos idênticos, o tribunal pode proibi-lo do exercício da respectiva actividade por um período de 1 a 5 anos, atendendo às circunstâncias do caso e à personalidade do inimputável.
2. decurso do período de interdição suspende-se durante o período em que o agente estiver privado da liberdade por força de medida de coacção processual, pena ou medida de segurança.

Artigo 101º

Proibição de condução e cassação da licença de uso e porte de arma

1. O inimputável que praticar qualquer um dos actos previstos no n.º.1 do artigo 88º pode ser sujeito à inibição de conduzir veículos a motor por um período de 2 a 6 anos, sempre que a personalidade deste gerar fundado receio de se vir a praticar novos factos da mesma espécie.

2. Caso o acto praticado pelo inimputável corresponder a um crime relacionado com a utilização de arma, o tribunal pode decretar a cassação da licença de uso e porte de arma por um período de 5 a 10 anos, sempre que a personalidade deste gerar fundado receio de se vir a praticar novos factos da mesma espécie.
3. É correspondentemente aplicável o disposto no n.º 3 do artigo 86º.

CAPÍTULO IX OUTRAS CONSEQUÊNCIAS DO CRIME

Artigo 102º Perda dos objectos do crime

1. São declarados perdidos a favor do Estado os objectos que serviram ou estavam destinados a servir para a prática de um crime, ou que por estes foram produzidos, quando pela sua natureza ou pelas circunstâncias do caso ponham em perigo a segurança das pessoas ou a ordem pública, ou ofereçam sérios riscos de serem utilizados para o cometimento de novos crimes.
2. Ficam salvaguardados os direitos da vítima e de terceiros, que não tenham concorrido para a sua utilização ou produção, ou tirado vantagem do objecto de que sejam proprietários.
3. O tribunal fixa o destino dos objectos declarados perdidos sempre que a lei o não fizer, podendo ordenar a sua total ou parcial destruição ou coloca-los fora do comércio.
4. O disposto no n.º 1 tem lugar ainda que nenhuma pessoa determinada possa ser punida pelo facto.

Artigo 103º Perda de vantagens

1. Todas as coisas, direitos ou vantagens adquiridas, de forma directa ou indirecta, em consequência da prática de um crime, são declarados perdidos a favor do Estado, sem prejuízo dos direitos da vítima ou de terceiros de boa fé.

2. Se as coisas, direitos ou vantagens não puderem ser apropriadas em espécie, a perda é substituída pelo pagamento ao Estado do respectivo valor.

Artigo 104º **Responsabilidade civil emergente de crime**

1. A indemnização de perdas e danos emergentes de um crime é obrigatória e oficiosamente apurada e arbitrada pelo tribunal sempre que tiverem sido apurados e quantificados os danos, salvo se o lesado nos termos da lei processual penal declarar que pretende deduzir o pedido em separado.

2. Os pressupostos e o cálculo da indemnização regulam-se pelas normas de direito civil.

3. O responsável pela indemnização pode efectuar transacção da mesma dando disso conhecimento ao tribunal, sob pena de ineficácia do acto.

Artigo 105º **Privilégio do crédito do lesado**

O crédito decorrente do direito do lesado à indemnização por perdas e danos emergentes de crime beneficia de preferência relativamente a qualquer outro surgido após o cometimento do facto, incluindo as custas e a quantia relativa à multa.

TÍTULO V **DIREITO DE QUEIXA**

Artigo 106º **Natureza do crime**

1. Os crimes podem revestir a natureza pública ou semi-pública, para efeitos do exercício do direito de queixa.

2. São crimes públicos aqueles cujo procedimento criminal não depende de queixa

3. São crimes semi-públicos aqueles cujo procedimento só pode iniciar-se depois de exercido o direito de queixa.

4. O direito de queixa consiste na manifestação de vontade por parte do titular do mesmo de que pretende procedimento criminal.

Artigo 107º
Titular do direito de queixa

Quando o procedimento criminal depender de queixa, têm legitimidade para apresentá-la os titulares do direito indicados na lei processual penal.

Artigo 108º
Prazo para o exercício do direito

O prazo para o exercício do direito de queixa é de 6 meses e conta-se autonomamente para cada um dos titulares do direito de queixa.

Artigo 109º
Renúncia e desistência da queixa

A renúncia, a desistência ou o não exercício do direito de queixa relativamente a um dos participantes do crime aproveita aos restantes, nos casos em que também estes não possam ser perseguidos sem queixa.

TÍTULO VI
EXTINÇÃO DA RESPONSABILIDADE CRIMINAL

CAPÍTULO I
PRESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO CRIMINAL

Artigo 110º
Prazos de prescrição

1. O procedimento criminal extingue-se, por efeito de prescrição, logo que sobre a prática do crime tiverem decorrido os seguintes prazos:

- a) 20 anos, quando se tratar de crimes puníveis com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a 12 anos;

- b) 15 anos, quando se tratar de crimes puníveis com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a 7 anos, mas que não exceda 12 anos;
 - c) 8 anos, quando se tratar de crimes puníveis com pena de prisão cujo limite máximo seja superior a 3 anos, mas não ultrapasse os 7 anos;
 - d) 4 anos, nos restantes casos.
2. Quando a lei estabelecer para qualquer crime, em alternativa, pena de prisão ou de multa, só a primeira é considerada para efeito do disposto neste artigo.

Artigo 111º **Contagem do prazo**

1. O prazo de prescrição do procedimento criminal corre desde o dia em que o facto se tiver consumado ou desde o dia do último acto de execução quando se tratar de crime não consumado, crime continuado ou crime habitual.
2. Nos crimes permanentes o prazo de prescrição conta-se desde o dia em que cessar a consumação.
3. No caso de cumplicidade atende-se ao facto do autor.

Artigo 112º **Suspensão da prescrição**

1. A prescrição do procedimento criminal suspende-se, para além dos casos especialmente previstos na lei, durante o tempo em que:
 - a) O procedimento não puder legalmente iniciar-se ou continuar por falta de autorização legal ou de sentença a proferir por tribunal não penal, ou por efeito da devolução de uma questão prejudicial a juízo não penal;
 - b) O delinquento cumprir, no estrangeiro, pena ou medida de segurança privativa da liberdade;
 - c) O procedimento criminal estiver pendente, a partir do momento em que o arguido é notificado da acusação.
2. A prescrição volta a correr a partir do dia em que cessar a causa da suspensão.

3. A causa de suspensão não pode, consoante as situações, ultrapassar metade do prazo previsto no artigo 110°.

CAPÍTULO II

PRESCRIÇÃO DAS PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA

Artigo 113°

Prazos de prescrição das penas

1. As penas prescrevem nos seguintes prazos:
 - a) 25 anos se forem superiores a 12 anos de prisão;
 - b) 20 anos se forem superiores a 8 anos mas não ultrapassarem os 12 anos de prisão;
 - c) 12 anos se forem superiores a 4 anos mas não ultrapassarem os 8 anos de prisão;
 - d) 8 anos nos casos restantes de penas de prisão;
 - e) 4 anos no caso das penas de multa.
2. O prazo de prescrição das penas conta-se desde o trânsito em julgado da decisão que a aplicar.

Artigo 114°

Prescrição das penas acessórias

A prescrição das penas acessórias fica sujeita ao regime da pena principal.

Artigo 115°

Prazos de prescrição das medidas de segurança

- As medidas de segurança prescrevem nos seguintes casos:
- a) 15 anos se privativas da liberdade;
 - b) 5 anos se não privativas da liberdade;
 - c) 2 anos nos casos de cassação da licença de porte de arma.

Artigo 116°

Suspensão da prescrição

1. A prescrição das penas e das medidas de segurança suspende-se, para além dos casos previstos especialmente na lei, durante o tempo em que:
 - a) Por força de lei a execução não puder começar ou continuar;
 - b) Após a evasão do condenado e enquanto não for recapturado;
 - c) O condenado estiver a cumprir outra pena ou medida de segurança privativa da liberdade;
 - d) Perdurar a dilação do pagamento da multa;
 - e) O condenado estiver temporariamente impedido de prestar o trabalho a favor da comunidade;
 - f) A execução estiver a ter lugar.
2. A prescrição volta a correr a partir do dia em que cessa a causa da suspensão.
3. É correspondentemente aplicável o que dispõe o n.º 3 do artigo 112.º.

CAPÍTULO III IMPRESCRITIBILIDADE

Artigo 117º

Crimes de genocídio, contra a paz e a humanidade e de guerra

O procedimento criminal e as penas impostas pelos crimes de genocídio, contra a paz e a humanidade e de guerra são imprescritíveis.

CAPÍTULO IV OUTRAS CAUSAS DE EXTINÇÃO

Artigo 118º

Outras causas

Para além dos casos especialmente previsto na lei, a responsabilidade criminal extingue-se pela morte do agente, pela amnistia e pelo indulto.

Artigo 119º

Morte do agente

A morte do agente extingue o procedimento criminal, bem como a sanção criminal que lhe tenha sido aplicada.

Artigo 120º
Amnistia

A amnistia extingue o procedimento criminal e faz cessar a execução da sanção ainda não cumprida total ou parcialmente, bem como os seus efeitos e as penas acessórias na medida em que for possível.

Artigo 121º
Amnistia e concurso de crimes

Salvo disposição em contrário, a amnistia é aplicável a cada um dos crimes que constituem o concurso.

Artigo 122.º
Indulto

O indulto extingue a pena, no todo ou em parte, ou substitui-a por outra prevista na lei e mais favorável ao condenado.

LIVRO II
PARTE ESPECIAL

TÍTULO I
DOS CRIMES CONTRA A PAZ E A HUMANIDADE

CAPÍTULO I
CRIMES DE GENOCÍDIO E CONTRA A
HUMANIDADE

Artigo 123º
Genocídio

1. Quem, com intenção de destruir, no todo ou em parte, grupo nacional, étnico, racial ou religioso, praticar:
 - a) Homicídio ou ofensa à integridade física ou psíquica grave de elementos do grupo;

- b) Actos que por qualquer meio impeçam à procriação ou o nascimento de elementos no grupo;
- c) Violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável;
- d) Separação por meios violentos de elementos do grupo para outro grupo;
- e) Actos que por forma violenta impeçam o grupo de se instalar ou manter em espaço geográfico que por tradição ou historicamente lhe sejam reconhecidos;
- f) Sujeição do grupo a condições de existência ou a tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos, susceptíveis de virem a provocar a sua destruição, total ou parcial;
- g) Confisco ou apreensão generalizada dos bens propriedade dos elementos do grupo;
- h) Proibição de determinadas actividades comerciais, industriais ou profissionais aos elementos do grupo;
- i) Difusão de epidemia susceptível de causar a morte ou ofensas à integridade física de elementos do grupo;
- j) Proibição, omissão ou impedimento por qualquer meio a que seja prestada aos elementos do grupo assistência humanitária adequada a combater situações de epidemia ou de grave carência alimentar;

é punido com pena de 15 a 30 anos de prisão.

2. Quem, pública e directamente, incitar à prática de genocídio é punido com pena de 5 a 15 anos de prisão.

Artigo 124º

Crimes contra a humanidade

Quem, no quadro de um ataque generalizado ou sistemático contra qualquer população civil, praticar actos dos quais resultem:

- a) Homicídio ou ofensa à integridade física ou psíquica grave;
- b) Extermínio, entendido como a sujeição de toda ou de parte da população a condições de vida adversas, tais como a privação do acesso a alimentos ou medicamentos, idóneas a provocar a morte de uma ou mais pessoas;
- c) Escravidão;
- d) Deportação ou transferência forçada de uma população, entendidas como a deslocação ilícita de uma ou mais pessoas para outro Estado ou local através da sua expulsão ou de outro acto coercivo;
- e) Prisão ou qualquer outra forma grave de privação da liberdade física de uma pessoa, em violação das normas ou princípios do direito internacional;
- f) Tortura, entendida como o acto que consiste em infligir dor ou sofrimento, físico ou psicológico, grave, a pessoa privada da liberdade ou sob controlo do agente;
- g) Violação, escravidão sexual, prostituição forçada, gravidez forçada, esterilização forçada ou qualquer outra forma de violência sexual de gravidade comparável;
- h) Perseguição, entendida como a privação do gozo de direitos fundamentais, em violação do direito internacional, a um grupo ou colectividade que possa ser identificado por motivos políticos, raciais, nacionais, étnicos, culturais, religiosos, de sexo ou em função de outros motivos universalmente reconhecidos como inaceitáveis no direito internacional;
- i) Desaparecimento forçado de pessoas, entendido como a detenção, a prisão ou o sequestro promovido por um Estado ou organização política, ou com a sua autorização, apoio ou concordância, seguidos de recusa a reconhecer tal estado de privação de liberdade ou a prestar qualquer informação sobre a situação ou localização dessas pessoas, com o propósito de lhes negar a protecção da lei por um longo período de tempo;

j) Apartheid, entendido como qualquer acto desumano praticado no contexto de um regime institucionalizado de opressão e domínio sistemático de um grupo racial sobre outro ou outros, com a intenção de manter esse regime;

k) Outros actos desumanos de carácter semelhante que causem intencionalmente grande sofrimento, ferimentos graves ou afectem a saúde mental ou física;

é punido com pena de prisão de 15 a 30 anos.

CAPÍTULO II CRIMES DE GUERRA

Artigo 125º

Crimes de guerra contra as pessoas

1. Quem, no quadro de um conflito armado de carácter internacional ou conflito armado de carácter não internacional, contra pessoa protegida pelo direito internacional humanitário, praticar:

a) Homicídio;

b) Tortura ou tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos incluindo experiências biológicas;

c) Ofensa à integridade física grave ou actos que causem grande sofrimento;

d) Tomada de reféns;

e) Constrangimento a servir nas forças armadas inimigas ou proceder ao recrutamento ou alistamento de crianças menores de 18 anos em forças armadas, forças militares ou paramilitares de um Estado, ou em grupos armados distintos das forças armadas, forças militares ou paramilitares de um Estado, ou sua utilização para participar em hostilidades;

f) Restrições graves, prolongadas e injustificadas da liberdade das pessoas;

g) Deportação ou transferência, ou a privação ilegal de liberdade;

h) Subtracção ou destruição injustificadas de bens patrimoniais de grande valor;

- i) Condenação e execução de sentença, sem prévio julgamento justo e imparcial;
- j) Actos que ultrajem a dignidade da pessoa humana, em particular por meio de tratamentos humilhantes e degradantes;
- k) Homicídio ou ferimentos infligidos a combatente que tenha deposto as armas ou que, não tendo meios para se defender, se tenha incondicionalmente rendido ou por qualquer modo colocado fora de combate;
- l) Os actos descritos na alínea g) do artigo anterior;
- m) Submissão de pessoas que se encontrem sob o domínio de uma parte beligerante a mutilações físicas ou a qualquer tipo de experiências médicas ou científicas que não sejam motivadas por um tratamento médico, dentário ou hospitalar, nem sejam efectuadas no interesse dessas pessoas, e que causem a morte ou façam perigar seriamente a sua saúde;

é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos.

2. A pena é agravada em um quinto nos seus limites quando os actos referidos no número anterior forem praticados sobre membros de uma instituição humanitária.

3. Quem, no quadro de um conflito armado de carácter internacional:

- a) Transferir, directa ou indirectamente, como potência ocupante, parte da sua própria população civil para o território ocupado ou transferir a totalidade ou parte da população do território ocupado, dentro ou para fora desse território;
- b) Compelir um prisioneiro de guerra ou outra pessoa sob protecção a servir nas forças armadas de uma potência inimiga;
- c) Após a cessação das hostilidades, retardar, sem motivo justificado, o repatriamento dos prisioneiros de guerra;

é punido com pena de prisão de 15 a 30 anos.

Artigo 126º

Crimes de guerra por utilização de métodos de guerra proibidos

Quem, no quadro de um conflito armado de carácter internacional ou conflito armado de carácter não internacional:

- a) Atacar a população civil em geral ou civis que não participem directamente nas hostilidades;
- b) Atacar bens civis, ou seja, bens que não sejam objectivos militares;
- c) Atacar, por qualquer meio, aglomerados populacionais, habitações ou edifícios que não estejam defendidos e que não sejam objectivos militares;
- d) Lançar um ataque indiscriminado que atinja a população civil ou bens de carácter civil, sabendo que esse ataque causa perdas de vidas humanas, ferimentos em pessoas civis ou danos em bens de carácter civil, que são excessivos;
- e) Aproveitar a presença de civis ou de outras pessoas protegidas para evitar que determinados pontos, zonas ou forças militares sejam alvo de operações militares;
- f) Provocar deliberadamente a inanição da população civil como método de fazer a guerra, privando-a dos bens indispensáveis à sua sobrevivência;
- g) Declarar ou ameaçar, na qualidade de oficial, que não será dado abrigo;
- h) Matar ou ferir à traição combatentes inimigos;
- i) Lançar um ataque, podendo saber que o mesmo causa prejuízos extensos, duradouros e graves no meio ambiente que se revelam claramente excessivos em relação à vantagem militar global concreta e directa que se prevê;
- j) Cometer perfídia, entendida como o acto de matar, ferir ou capturar, que apele, com intenção de enganar, à boa-fé de um adversário para lhe fazer crer que tem o direito de receber, ou a obrigação de assegurar a protecção prevista pelas regras do direito internacional humanitário;

é punido com pena de prisão de 15 a 30 anos.

Artigo 127º

Crimes de guerra por utilização de meios de guerra proibidos

1. Quem, no quadro de conflito armado de carácter internacional ou de conflito armado de carácter não internacional, empregar armas, projecteis, materiais e métodos de combate que, pela sua própria natureza, causem ferimentos supérfluos ou sofrimentos desnecessários ou que provoquem efeitos indiscriminados, em violação do direito internacional aplicável aos conflitos armados, é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos.

2. O número anterior abrange, nomeadamente, a utilização de:

- a) Veneno ou armas envenenadas;
- b) Gases asfixiantes, tóxicos ou similares ou qualquer líquido, material ou dispositivo análogo;
- c) Balas que se expandem ou achatam facilmente no interior do corpo humano, tais como balas de revestimento duro que não cobre totalmente o interior ou possui incisões;
- d) Minas anti pessoal;
- e) Armas químicas;
- f) Armas cujo efeito principal seja ferir com estilhaços não localizáveis pelos raios X no corpo humano;
- g) Armas incendiárias;
- h) Armas laser que causem a cegueira.

3. As armas, instrumentos e produtos referidos no número anterior são aqueles que como tal são considerados pelo direito internacional.

Artigo 128º

Crimes de guerra contra bens protegidos por insígnias ou emblemas distintivos

Quem, no quadro de um conflito armado de carácter internacional ou conflito armado de carácter não internacional, atacar:

- a) Pessoal, instalações, material, unidades ou veículos que participem numa missão de manutenção da paz ou de assistência humanitária, de acordo com a Carta das Nações Unidas, sempre que estes tenham direito a protecção conferida pelo direito internacional humanitário aos civis ou aos bens civis;
- b) Edifícios, instalações, material, unidades ou veículos, devidamente assinalados com os emblemas distintivos das Convenções de Genebra ou o pessoal habilitado a usar os mesmos emblemas.

é punido com pena de prisão de 10 a 20 anos.

Artigo 129º

Crimes de guerra contra a propriedade

Quem, no quadro de um conflito armado internacional ou no quadro de um conflito armado de carácter não internacional:

- a) Subtrair, destruir ou danificar bens patrimoniais em larga escala ou de grande valor, sem necessidade militar ou de forma ilegal e arbitrária;
- b) Atacar, destruir ou danificar edifícios consagrados ao culto religioso, à educação, às artes, às ciências ou à beneficência, monumentos culturais ou históricos, sítios arqueológicos, hospitais e lugares onde se agrupem doentes e feridos, sempre que não se trate de objectivos militares;
- c) Saquear uma cidade ou uma localidade, mesmo quando tomada de assalto;

é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

Artigo 130º

Crimes de guerra contra outros direitos

Quem, no quadro de um conflito armado internacional ou no quadro de um conflito armado de carácter não internacional, declarar abolidos, suspensos ou não admissíveis em tribunal, quaisquer direitos e procedimentos dos nacionais da parte inimiga é punido com uma pena de prisão de 5 a 15 anos.

CAPÍTULO III CONTRA A PAZ E A LIBERDADE

Artigo 131º Organizações terroristas

1. Considera-se grupo, organização ou associação terrorista, o agrupamento de duas ou mais pessoas que, para realizar finalidades políticas, ideológicas, filosóficas ou confessionais, actuem concertadamente, visando prejudicar a integridade ou a independência nacionais, impedir, alterar ou subverter o funcionamento das instituições nacionais ou internacionais, intimidar ou forçar a autoridade pública, as organizações internacionais ou certas pessoas, grupo de pessoas ou a população em geral, a praticar um acto, a abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, mediante a prática de crimes graves:

- a) Contra a vida, a integridade física ou a liberdade das pessoas;
- b) Contra a segurança dos transportes e das comunicações, incluindo as telegráficas, telefónicas, de rádio ou de televisão;
- c) De produção dolosa de perigo comum, através de incêndio, explosão, libertação de substâncias radioactivas ou de gases tóxicos ou asfixiantes, de inundação ou avalanche, desmoronamento de construção, contaminação de alimentos e águas destinadas a consumo humano ou difusão de doença, praga, planta ou animal nocivos;
- d) Que impliquem o emprego de energia nuclear, armas de fogo, substâncias ou engenhos explosivos, meios incendiários de qualquer natureza, encomendas ou cartas armadilhadas.

- e) Actos que destruam ou impossibilitem o funcionamento ou desviem dos seus fins normais, definitiva ou temporariamente, no todo ou em parte, meios ou vias de comunicação, instalações de serviços públicos ou instalações internacionais ou instalações destinadas ao abastecimento e satisfação das necessidades vitais da população.
- f) Investigação e desenvolvimento de armas biológicas ou químicas
2. Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação terrorista, a eles aderir, participar ou apoiar, é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos.
3. Quem chefiar ou dirigir grupo, organização ou associação terrorista é punido com pena de prisão de 15 a 30 anos.
4. Quando um grupo, organização ou associação terrorista, ou as pessoas referidas nos números 2 ou 3, possuírem qualquer dos meios indicados na alínea d) do número 1, a pena é agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.
5. Os actos preparatórios para a constituição de grupo, organização ou associação terrorista são punidos com a pena reduzida a metade nos seus limites mínimo máximo.
6. As penas referidas podem ser extraordinariamente atenuadas ou não ter lugar a punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, impedir ou se esforçar seriamente por impedir o perigo por ela causado ou a continuação dos grupos, organizações ou associações terroristas, ou comunicar à autoridade a sua existência de modo a que esta possa evitar a prática de crimes.

Artigo 132º

Terrorismo

1. Quem praticar, qualquer dos crimes previstos nas alíneas a) a c) e e) do número 1 do artigo anterior, ou qualquer crime com o emprego dos meios referidos nas alíneas d) ou f) do mesmo preceito, com a intenção nele referida, é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos, ou com a pena correspondente ao crime praticado, agravada

de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se a pena for igual ou superior.

2. A pena pode ser extraordinariamente atenuada ou não ter lugar a punição se o agente abandonar voluntariamente a sua actividade, afastar ou fizer diminuir consideravelmente o perigo por ela provocado, impedir que o resultado que a lei quer evitar se verifique, ou auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Artigo 133º **Financiamento do terrorismo**

Quem por quaisquer meios, directa ou indirectamente e intencionalmente, fornecer, recolher ou detiver fundos ou bens de qualquer tipo, bem como produtos ou direitos susceptíveis de ser transformados em fundos, tentar fazê-los, com a intenção de que sejam utilizados ou sabendo que podem ser utilizados, no todo ou em parte, no planeamento, na preparação ou para a prática dos actos previstos no número 1 do artigo 131º, ou praticar esses actos com a intenção referida no número 1 do artigo 132º, é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos.

Artigo 134º **Incitamento à guerra**

1. Quem, por qualquer meio, pública e repetidamente, incitar ao ódio contra uma raça, um povo ou uma nação, com intenção de provocar uma guerra ou de impedir a convivência pacífica entre diversas raças, povos ou nações, é punido com pena de 2 a 8 anos de prisão.

2. Quem aliciar ou recrutar cidadãos timorenses ou estrangeiros para, ao serviço de grupo ou potência estrangeira, efectuar uma guerra contra um Estado ou para derrubar o Governo legítimo doutro Estado por meios violentos, é punido com pena de 5 a 15 anos de prisão.

Artigo 135º **Discriminação racial ou religiosa**

1. Quem fundar, constituir organização ou desenvolver actividades de propaganda organizada que incitem ou encorajem à discriminação, ao ódio ou à violência raciais ou religiosas, assim como quem participar ou prestar assistência, incluindo o seu financiamento, à organização ou às actividades referidas, é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos.

2. Quem, em reunião pública, por escrito destinado à divulgação ou através de qualquer meio de comunicação social, difundir ideias com a intenção de incitar à discriminação racial ou religiosa ou de a encorajar, ou provocar actos de violência contra pessoa ou grupo de pessoas por causa da sua raça, cor, origem étnica ou religião, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 136º

Responsabilidade dos chefes militares e de outros superiores

1. O chefe militar ou a pessoa que actue como tal que, tendo conhecimento de que as forças sob o seu comando e controlo efectivos ou sob a sua responsabilidade e controlo efectivos estão a cometer qualquer dos crimes previstos neste título, não adopte todas as medidas necessárias e adequadas para prevenir ou reprimir a sua prática ou para a levar ao conhecimento imediato das autoridades competentes, é punido com a pena correspondente ao crime ou crimes que vierem efectivamente a ser cometidos.

2. O disposto no número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, ao superior quanto ao controlo dos subordinados sob a sua autoridade e controlo efectivos.

Artigo 137º

Definições

Para efeitos do presente Título, considera-se:

a) “Conflito armado de carácter internacional”, aquele que:

i) Ocorrer entre Estados, mesmo sem uma declaração formal de guerra, ainda que o estado de guerra não seja reconhecido por um deles;

ii) Corresponder a uma situação de ocupação total ou parcial do território de um Estado, mesmo que essa ocupação não encontre qualquer resistência militar;

iii) Se subsumir a uma situação em que os povos lutam contra a dominação colonial, a ocupação estrangeira e contra os regimes de segregação, no exercício do direito dos povos à autodeterminação, consagrado na Carta das Nações Unidas e na declaração relativa aos princípios do direito internacional no que diz respeito às relações amigáveis e à cooperação entre os Estados;

b) “Conflito armado de carácter não internacional”, aquele que se desenrola no território de um Estado, se reveste de carácter prolongado e opõe as autoridades governamentais e grupos armados organizados ou estes entre si, com excepção das situações de distúrbio e de tensão internas, tais como actos de violência esporádicos ou isolados ou outros de carácter semelhante;

c) “Pessoas protegidas”:

i) Em conflitos armados internacionais, as pessoas protegidas para os efeitos das Convenções de Genebra de 1949 e do I Protocolo Adicional, nomeadamente os feridos, doentes, náufragos, prisioneiros de guerra, pessoal sanitário ou religioso e população civil;

ii) Em conflito armado de carácter não internacional, os feridos, os doentes, os náufragos, bem como pessoas que não tomam parte activa nas hostilidades em poder do inimigo;

iii) Em conflito armado de carácter internacional e em conflito armado de

carácter não internacional, os membros das forças armadas e combatentes da parte inimiga que tenham deposto as armas ou não tenham outros meios de defesa.

TÍTULO II DOS CRIMES CONTRA AS PESSOAS

CAPÍTULO I CONTRA A VIDA

Artigo 138º Homicídio simples

Quem matar outra pessoa é punido com pena de prisão de 8 a 20 anos.

Artigo 139º Homicídio agravado

Se a morte for produzida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade, nomeadamente:

- a) Com emprego de veneno, tortura, asfixia, fogo, explosivo ou de outro meio insidioso ou que se traduza na prática de crime de perigo comum, ou, ainda, com outro acto de crueldade para fazer aumentar o sofrimento da vítima;
- b) Mediante dissimulação ou outro meio ou recurso que torne difícil ou impossível a defesa por parte da vítima;
- c) Por avidez, pelo prazer de matar, para excitação ou para satisfação de instinto sexual, mediante paga ou recompensa ou sua promessa, ou por qualquer outro motivo fútil ou torpe;
- d) Com a finalidade de preparar, executar ou encobrir um outro crime, facilitar a fuga ou assegurar a impunidade do agente de um crime;
- e) Por ódio racial, religioso ou político;
- f) Com premeditação, entendendo-se por esta a frieza de ânimo, a reflexão sobre os meios

empregues ou o protelamento da intenção de matar por mais de 24 horas;

g) Se a vítima for cônjuge, descendente, ascendente, colateral, familiar afim até ao segundo grau, adoptado do agente ou pessoa que com ele conviva em condições análogas onde exista uma dependência hierárquica, económica ou de trabalho;

h) Se a vítima for pessoa particularmente vulnerável em razão da idade, doença ou deficiência física ou psíquica;

i) Se a vítima for membro de órgão de soberania e de órgãos políticos constitucionais, membro de órgão da administração local, magistrado, defensor, advogado, oficial de justiça, funcionário ou qualquer outra pessoa encarregada de um serviço público, desde que seja no exercício ou por causa do exercício das suas funções;

j) Se a vítima for testemunha, declarante, perito, lesado ou ofendido e o crime for cometido com a finalidade de impedir o depoimento, a denúncia dos factos ou a apresentação de queixa ou por causa da sua intervenção no processo.

o agente é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos.

Artigo 140º **Homicídio negligente**

1. Quem, por negligência, matar outra pessoa, é punido com pena de prisão até 4 anos ou pena de multa.

2. Nos casos em que o agente tiver actuado com negligência grosseira, é punido com pena de prisão até 5 anos.

Artigo 141º* **Interrupção da gravidez**

1. Quem, por qualquer meio e sem consentimento da mulher grávida, a fizer abortar é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

2. Quem, por qualquer meio e com consentimento da mulher grávida, a fizer abortar é punido com pena de prisão até 3 anos.
3. A mulher grávida que der consentimento ao aborto praticado por terceiro, ou que, por facto próprio ou alheio, se fizer abortar, é punida com pena de prisão até 3 anos.
4. O disposto nos números anteriores não se aplica quando a interrupção da gravidez constituir, de acordo com o estado dos conhecimentos e experiência médicos, e após terem sido levadas a cabo todas as acções possíveis para salvar a vida da mulher grávida e a do feto ou embrião, o único meio para remover perigo de morte da mulher grávida, desde que efectuada, mediante certificação médica, por médico ou outro profissional de saúde sob sua direcção em estabelecimento de saúde público ou oficialmente reconhecido, e com o consentimento da mulher grávida.
5. A verificação das circunstâncias referidas no número anterior é certificada em atestado médico escrito e assinado por um painel de três médicos, em data anterior à da interrupção, do qual não faz parte o médico que realiza ou supervisiona a realização da interrupção da gravidez.
6. O consentimento é prestado por escrito em documento assinado pela mulher grávida – após ouvir, se possível, o cônjuge ou aquele que com ela viva em condições análogas às dos cônjuges – ou por outrem a seu rogo, sempre que possível com antecedência de dois dias em relação à data da interrupção.
7. No caso de a mulher grávida ser menor, o consentimento é prestado pelo representante legal.
8. No caso de a mulher grávida maior ou emancipada ser ou estar psiquicamente incapaz, o consentimento é prestado, respectiva e sucessivamente, pelo cônjuge ou aquele que com ela viva em condições análogas às dos cônjuges, pelo representante legal, por ascendente ou descendente, ou, na sua falta, por quaisquer parentes da linha colateral.
9. Quando não for possível obter o atestado médico referido no n.º 5, e/ou não for possível obter o consentimento nos termos dos n.ºs 6 a 8, e a realização da

interrupção for urgente e inadiável, o médico decide em consciência face à situação, socorrendo-se, sempre que possível, do parecer de outros médicos.

10. O painel referido no n.º 5 é constituído por médicos possuidores de conhecimentos adequados para a avaliação das circunstâncias que justificam a interrupção da gravidez, dele fazendo parte, sempre que possível, um médico ginecologista/obstetra.

11. Os médicos que emitem o atestado médico e os médicos que realizam ou supervisionam a realização da interrupção da gravidez devem prestar todos os esclarecimentos necessários à mulher grávida e, se for o caso, às pessoas referidas nos n.ºs 7 e 8, designadamente o método de interrupção a utilizar, os efeitos da interrupção, as eventuais consequências para a saúde física e psíquica da mulher grávida.

12. É reconhecido aos médicos e demais profissionais de saúde o direito à objecção de consciência relativamente a quaisquer actos respeitantes à interrupção da gravidez.

13. Os médicos e demais profissionais de saúde que invoquem a objecção de consciência devem garantir a imediata intervenção nos actos necessários, bem como o imediato acompanhamento da mulher grávida, por outro profissional de saúde.

14. A objecção de consciência é expressa e comunicada, através de documento escrito e assinado, ao responsável clínico do estabelecimento de saúde onde o objector presta serviço.

* Redacção introduzida pela lei 6/2009, de 15 de Julho

A anterior redacção do artigo 141º é a seguinte:

Artigo 141º

Interrupção da gravidez

1. *Quem, por qualquer meio e sem consentimento da mulher grávida, a fizer abortar é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.*
2. *Quem, por qualquer meio e com consentimento da mulher grávida, a fizer abortar é punido com pena de prisão até 3 anos.*
3. *A mulher grávida que der consentimento ao aborto praticado por terceiro, ou que, por facto próprio ou alheio, se fizer abortar, é punida com pena de prisão até 3 anos.*
4. *O disposto nos números anteriores não se aplica aos casos em que a interrupção da gravidez constituir o único meio para remover perigo de morte ou de grave e irreversível lesão para o corpo ou*

para a saúde física ou psíquica da mulher grávida ou do feto, desde que efectuada, mediante autorização e supervisão de junta médica, por médico ou profissional de saúde em estabelecimento de saúde público e com o consentimento da mulher grávida e ou do cônjuge.

5. O disposto no n.º 4 do presente artigo é objecto de legislação autónoma.

Artigo 142º

Infanticídio

A mãe que matar o filho durante o parto ou logo após este e ainda sob a sua influência perturbadora é punida com pena de prisão de 3 a 10 anos.

Artigo 143º

Exposição ou abandono

1. Quem, intencionalmente, colocar em perigo a vida de outra pessoa:

a) Expondo-a em lugar que a sujeite a uma situação de que ela só por si, não possa defender-se; ou

b) Abandonando-a sem defesa, em razão da idade, deficiência física ou doença, sempre que ao agente coubesse o dever de a guardar, vigiar ou assistir;

é punido com pena de prisão de 1 a 6 anos

2. Se do facto resultar:

a) Uma ofensa grave para a integridade física, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;

b) A morte, o agente é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

3. Se a vítima for cônjuge, descendente, ascendente, colateral, afim até ao segundo grau, adoptante ou adoptado do agente ou pessoa que conviva com ele em condições análogas às dos cônjuges as penas referidas nos números anteriores são aumentadas de um terço nos seus limites.

Artigo 144º

Incitamento ou auxílio ao suicídio

1. Quem incitar outra pessoa a suicidar-se, ou lhe prestar assistência para esse fim, se o suicídio vier efectivamente a ser tentado ou a consumir-se, é punido com pena de prisão até 3 anos ou pena de multa.

2. Se os factos descritos no número anterior tiverem como destinatários alguma das pessoas referidas no n.º3 do artigo anterior ou menor de 17 anos ou pessoa cuja capacidade de valoração ou de determinação esteja sensivelmente diminuída, a pena é de prisão até 5 anos.

3. Quem, por qualquer forma e repetidamente fizer a propaganda pública de suicídio, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

CAPÍTULO II CONTRA A INTEGRIDADE FÍSICA

Artigo 145º Ofensas à integridade física simples

1. Quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 146º Ofensas à integridade física graves

Quem ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa com o propósito de:

- a) Privar de importante órgão ou membro;
- b) Desfigurar grave e permanentemente;
- c) Afetar a capacidade de trabalho, as capacidades intelectuais, ou de procriação de maneira grave e duradoura ou definitivamente;
- d) Provocar doença permanente ou anomalia psíquica incurável; ou
- e) Criar perigo para a vida;

é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Artigo 147º Agravação

1. Quem, querendo tão só ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa:
 - a) Causar as ofensas previstas no artigo 146º é punido com pena de prisão até 5 anos;
 - b) Causar a morte por negligência, é punido com pena de prisão de 1 a 6 anos.
2. Quem, querendo causar alguma das ofensas previstas no artigo 146º, por negligência lhe vier a provocar a morte é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos.
3. Se os crimes referidos nos dois artigos anteriores tiverem como vítimas alguma das pessoas mencionadas na alínea i) do artigo 139º, por causa ou no exercício das funções enumeradas, a pena será aumentada de um terço nos seus limites máximo e mínimo, se punição mais grave lhe não couber por força doutra disposição legal.

Artigo 148º **Ofensas à integridade física negligentes**

1. Quem, por negligência, ofender o corpo ou a saúde de outra pessoa, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.
2. Se a negligência for grosseira o agente é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa.
3. Se do facto resultar ofensas corporais graves, o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.
4. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 149º **Intervenções e tratamentos médico-cirúrgicos**

1. As intervenções e outros tratamentos que, segundo o estado dos conhecimentos e da experiência da medicina, se mostrem indicados e forem levados a cabo, de acordo com as leyes artis, por um médico ou outra pessoa legalmente autorizada a empreendê-los com intenção de prevenir, diagnosticar, debelar ou minorar uma doença, um sofrimento, uma lesão ou fadiga corporal ou uma perturbação mental não se consideram ofensas corporais.

2. Se da violação das *leges artis* resultar um perigo para o corpo, a saúde ou a vida do paciente, o agente será punido com prisão até 3 anos ou multa.
3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 150º

Ofensas por meio de substâncias venenosas

1. Quem ofender o corpo ou a saúde de outrem ministrando-lhe substâncias venenosas ou prejudiciais à saúde física ou psíquica é punido com pena de prisão até 5 anos.
2. Se do facto resultar alguma das consequências previstas no artigo 146º ou a morte da vítima, o agente é punido, respectivamente, com pena de prisão de 2 a 6 anos e de 4 a 12 anos.

Artigo 151º

Ofensas corporais recíprocas

1. Quando duas pessoas se ofenderem, reciprocamente, no corpo ou na saúde, não agindo nenhuma delas em legítima defesa e não ocorrendo nenhum dos efeitos previstos no artigo 146º nem a morte de algum dos intervenientes, são punidas com pena de prisão até 2 anos ou pena de multa.
2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 152º

Participação em rixa

1. Quem intervier ou tomar parte em rixa com duas ou mais pessoas, donde resulte morte ou ofensa corporal grave, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa se aqueles efeitos lhe não puderem ser dolosamente imputados.
2. A participação em rixa não é punível quando for determinada por motivo não censurável, nomeadamente se visar reagir contra um ataque, defender outrem ou separar os contendores.

Artigo 153º

Maus-tratos a incapaz

1. Quem tiver à sua guarda ou cuidado, ou sob a responsabilidade de sua educação, ou, ainda, como subordinado em actividade laboral, pessoa incapaz, particularmente vulnerável em razão de doença, idade avançada, gravidez, deficiência física ou psíquica, e lhe provocar ofensas ao corpo ou à saúde, ou lhe infligir maus tratos físicos ou psíquicos, ou tratamentos cruéis, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos, se pena mais grave lhe não couber em virtude de outra disposição legal.

2. Se a vítima for descendente, colateral, familiar ou afim até ao segundo grau, adoptado do agente ou pessoa que com ele conviva em condições análogas, a pena referida no número anterior é aumentada um terço nos seus limites.

Artigo 154º

Maus-tratos a cônjuge

Quem infligir a seu cônjuge ou a pessoa com quem coabite em situação análoga à dos cônjuges maus tratos físicos ou psíquicos ou tratamentos cruéis é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos, se pena mais grave lhe não couber por outra disposição legal.

Artigo 155º

Maus-tratos a menor

1. Quem, tendo à sua guarda ou cuidado menor de 17 anos, for responsável pela sua educação ou o tiver como subordinado em actividade laboral, e:

- a) Provocar ofensas ao corpo ou à saúde, infligir maus-tratos físicos ou psíquicos, ou tratamentos cruéis
- b) O sujeitar à exploração económica, a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social;
- c) O sujeitar a qualquer forma de escravatura ou prática análoga;

d) O utilizar, recrutar ou oferecer para fins de prostituição, de produção de material pornográfico ou de espectáculos pornográficos; ou

e) O utilizar, recrutar ou oferecer para a prática de actos ou actividades ilícitas, nomeadamente para a produção e tráfico de estupefacientes tal como são definidos pelas convenções internacionais;

é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos, se pena mais grave lhe não couber em virtude de outra disposição legal.

2. Quem, na mesma situação, utilizar o menor para mendigar, é punido com pena de prisão até 3 anos, se pena mais grave lhe não couber em virtude de outra disposição legal.

3. Se a vítima for descendente, colateral, familiar ou afim até ao segundo grau, adoptado do agente ou pessoa que com ele conviva em condições análogas, as penas referidas nos números anteriores são aumentadas um terço nos seus limites.

Artigo 156º

Agravação pelo resultado

Se, em consequência dos maus tratos descritos nos artigos 153º a 155º, ocorrerem os efeitos referidos no artigo 146º o agente é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos e se for causada a morte a pena é de 5 a 15 anos de prisão.

CAPÍTULO III CONTRA A LIBERDADE PESSOAL

SECÇÃO I AGRESSÕES PESSOAIS

Artigo 157º

Ameaças

1. Quem, por qualquer meio, ameaçar outra pessoa com a prática de um crime de forma a que lhe provoque medo ou inquietação ou a prejudicar a sua liberdade de determinação, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 158° Coacção

1. Quem, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, constranger outra pessoa a uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade, é punido com pena de prisão até 2 ano ou multa.

2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 159° Coacção Grave

Se a coacção for realizada:

- a) Mediante a ameaça de um crime punível com pena de prisão superior a 3 anos,
- b) Por funcionário abusando gravemente das suas funções,
- c) Contra pessoa particularmente indefesa, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez
- d) Contra alguma das pessoas referidas na alínea i) do artigo 139°

o agente é punido com pena é de prisão até 3 anos ou multa.

Artigo 160° Sequestro

1. Quem, fora dos casos previstos na lei processual penal, detiver, prender, mantiver presa ou detida outra pessoa, ou de qualquer outra forma a privar da liberdade, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com multa.

2. A pena de prisão é de 2 a 8 anos se a privação da liberdade:

- a) Durar mais de setenta e duas horas;
- b) For efectuada por meio de ofensa à integridade física, tortura ou qualquer outro tratamento cruel, degradante ou desumano;
- c) Causar, por negligência do agente, a morte da vítima, ou tiver como resultado o suicídio desta;

- d) Tiver como vítima quem exerça a autoridade pública, religiosa ou política.
- e) For promovida, autorizada ou apoiada por agente de autoridade pública ou membro de organização política.

Artigo 161º

Rapto

1. Quem, por meio de violência, ameaça ou astúcia, transferir de um local para outro, outra pessoa com a intenção de:

- a) Submeter a vítima a extorsão;
- b) Cometer crime de agressão, exploração ou abuso sexual;
- c) Obter resgate ou recompensa; ou
- d) Constranger a autoridade pública ou um terceiro a praticar uma acção ou omissão, ou a suportar uma actividade;

é punido com prisão de 4 a 12 anos.

2. A pena aplicável é de 5 a 15 anos de prisão se se verificar alguma das circunstâncias previstas no número 2 do artigo 160º.

Artigo 162º

Escravidão

1. Quem, por qualquer meio, colocar outro ser humano em situação de escravo e dele se servir nessa condição, é punido com pena de prisão de 8 a 20 anos.

2. O consentimento da vítima é irrelevante, se tiverem sido utilizados qualquer dos meios referidos no artigo seguinte.

3. Para efeitos de aplicação do disposto no presente artigo considera-se em situação de escravo o estado de submissão de uma pessoa, ainda que de facto, a poderes correspondentes aos de um direito de propriedade, ou de um qualquer direito real, ou vinculada à destinação de uma coisa.

Artigo 163º

Tráfico de pessoas

1. Quem recrutar, alienar, ceder, adquirir, transportar, transferir, alojar ou acolher pessoas, recorrendo à ameaça, ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou mediante a entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios, para obter o consentimento de uma pessoa que tem a autoridade sobre outra, para alcançar os fins de exploração, é punido com pena de prisão de 8 a 20 anos.
2. Incorre na pena prevista no número anterior, quem recrutar, o transportar, transferir, alojar ou acolher um menor de 17 anos para fins de exploração mesmo que não envolva nenhum dos meios referidos no número anterior.
3. Para efeitos de aplicação do disposto no presente artigo, a exploração deve incluir, pelo menos, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, a escravidão ou práticas similares à escravidão, a servidão ou a extracção de órgãos.
4. O consentimento da vítima é irrelevante, se tiverem sido utilizados qualquer dos meios referidos no número 1.

Artigo 164º Agravação

Se os actos descritos nos artigos 162º e 163º forem praticados:

- a) Como forma de facilitar a exploração ou o uso sexual da vítima, pelo agente ou por terceiro;
 - b) Sendo a vítima menor de 17 anos de idade;
 - c) Encontrando-se a vítima em país estrangeiro ou deslocando-a para lá;
 - d) Utilizando a vítima, contra sua vontade, na prática de crimes; ou
 - e) Desempenhando o agente actividade que lhe confira autoridade pública ou religiosa perante um grupo, região ou totalidade do país;
- é o agente punido com prisão de 12 a 25 anos.

Artigo 165º
Tráfico de órgãos humanos

1. Quem obtiver, alienar, ceder, adquirir, transportar ou transferir tecidos, órgãos, substâncias ou partes do corpo humano de terceiro, sem consentimento ou recorrendo à ameaça, ao uso da força ou a outras formas de coacção, ao rapto, à fraude, ao engano, ao abuso de autoridade ou de situação de vulnerabilidade, ou mediante a entrega ou aceitação de pagamentos ou benefícios, ou auxiliar na sua obtenção, transacção, transporte ou armazenagem, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.
2. Se da prática dos factos referidos no número anterior resultar alguma das consequências previstas no artigo 146º ou a morte da vítima, o agente é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos e de 5 a 20 anos, respectivamente.
3. O consentimento da vítima é criminalmente irrelevante, se tiver sido utilizado qualquer um dos meios referidos no número 1.

Artigo 166º
Venda de pessoas

1. Quem, fora das situações previstas no artigo 163º, por qualquer acto ou por outra forma de transacção, transferir uma pessoa ou grupo de pessoas para outra pessoa ou grupo de pessoas mediante o pagamento de qualquer quantia ou outra contrapartida, recompensa ou vantagem, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos;
2. Se os factos referidos no número anterior forem praticados:
 - a) Em relação a menor de 17 anos
 - b) Abusando de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, de dependência hierárquica, económica ou de trabalho;
 - c) Aproveitando-se das funções ou do lugar que, a qualquer título, exerça em estabelecimento prisional, estabelecimento de educação ou de correcção, hospital, hospício, asilo, clínica ou outro estabelecimento de saúde ou outro

estabelecimento destinado a assistência ou tratamento; ou

d) Sobre pessoa inconsciente ou incapaz, particularmente vulnerável em razão de doença, deficiência física ou psíquica

o agente é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos.

3. É criminalmente irrelevante o consentimento do próprio ou de terceiro que exerça qualquer forma de autoridade sobre a vítima.

Artigo 167º

Tortura ou outros tratamentos cruéis, degradantes ou desumanos

1. Quem, tendo por função a prevenção, a investigação, a decisão, relativamente a qualquer tipo de infracção, a execução das respectivas sanções ou a protecção, guarda, vigilância ou acompanhamento de pessoa detida ou presa e a torturar ou tratar de forma cruel, degradante ou desumana, para:

a) Obter dela ou de outra pessoa confissão, depoimento, declaração ou informação

b) A castigar por acto cometido ou supostamente cometido por ela ou por outrem,

c) A intimidar ou para intimidar outra pessoa,

é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

2. Incorre também na pena prevista no número anterior quem, por sua iniciativa, por ordem de superior ou de acordo com a entidade competente para exercer as funções referidas no número anterior, assumir de facto o desempenho dessas funções praticando qualquer dos actos aí descritos.

3. Considera-se tortura, tratamento cruel, degradante ou desumano o acto que consista em infligir sofrimento físico ou psicológico agudo, cansaço físico ou psicológico grave ou no emprego de produtos químicos, drogas ou outros meios, naturais ou artificiais, com intenção de perturbar a capacidade de decisão ou livre manifestação de vontade da vítima.

Artigo 168º

Agravação

1. Quem, nos termos e condições descritas no artigo anterior:

- a) Produzir ofensa corporal grave, nos termos previstos no artigo 146°;
- b) Empregar meios ou métodos de tortura particularmente graves, designadamente espancamento, electrochoque, simulacro de execução, substâncias alucinogéneas, abuso sexual ou ameaça grave sobre familiares;
- c) Praticar tais actos como forma de impedir ou dificultar o livre exercício de direitos políticos ou associativos constitucionalmente consagrados;
- d) Praticar habitualmente os actos nele referidos;

é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

2. Se dos actos referidos no presente artigo ou no artigo anterior resultar suicídio ou morte da vítima, o agente é punido com pena de prisão de 5 a 20 anos.

Artigo 169° Omissão de denúncia

1. O superior hierárquico que, tendo conhecimento da prática, por subordinado, de algum dos factos descritos nos artigos 167° e 168°, não fizer a denúncia nos três dias imediatos ao conhecimento daquele, é punido com pena de prisão de 1 a 6 anos.

2. Todo aquele a quem, por razões profissionais e oficialmente for dado conhecimento da prática de factos descritos nos artigos 167° e 168° e não comunicar imediatamente ao superior hierárquico ou efectuar a respectiva denúncia, é punido com a pena fixada no número anterior atenuada extraordinariamente.

Artigo 170° Liberdade de reunião ou manifestação

1. Quem interferir em reunião ou manifestação em local público ou aberta ao público, legalmente autorizada,

impedindo ou tentando impedir a sua realização é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

2. O agente de autoridade policial que impeça ou tente impedir, fora do condicionalismo legal, o exercício do direito de reunião ou de manifestação descrito no número anterior, é punido com pena de prisão até 3 anos.

SECÇÃO II AGRESSÕES SEXUAIS

Artigo 171º Coacção sexual

Quem, por meio de violência, ameaça grave, ou depois de, para esse fim, a ter tornado inconsciente ou posto na impossibilidade de resistir, constranger outra pessoa a sofrer ou a praticar, consigo ou com outrem, acto sexual de relevo é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Artigo 172º Violação

Aquele que, pelos meios referidos no artigo anterior, mantiver com outra pessoa coito vaginal, coito anal ou coito oral ou a obrigar a suportar a introdução de objectos no ânus ou na vagina é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

Artigo 173º Agravação

Se as agressões sexuais referidas no art.171º e 172º forem praticadas:

- a) Abusando de autoridade resultante de uma relação familiar, de tutela ou curatela, de dependência hierárquica, económica ou de trabalho;
- b) Aproveitando-se das funções ou do lugar que, a qualquer título, exerça em estabelecimento prisional, estabelecimento de educação ou de correcção, hospital, hospício, asilo, clínica ou outro estabelecimento de saúde

ou outro estabelecimento destinado a assistência ou tratamento;

c) Sobre pessoa inconsciente ou incapaz, particularmente vulnerável em razão de doença, deficiência física ou psíquica;

d) Tendo como vítimas menores de 17 anos de idade; o agente é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos, no caso do artigo 171º, e com pena de prisão de 5 a 20 anos, no caso do artigo 172º.

SECÇÃO III EXPLORAÇÃO SEXUAL

Artigo 174º Exploração sexual de terceiro

1. Quem, com intenção lucrativa ou fazendo disso modo de vida, fomentar, facilitar ou de qualquer maneira contribuir para que outra pessoa exerça a prostituição ou pratique outros actos sexuais é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

2. O agente é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos, se ocorrer alguma das seguintes circunstâncias:

- a) Exploração de situação de abandono ou de necessidade económica da vítima;
- b) Exercício de violência, ameaça grave ou coacção sobre a vítima;
- c) Deslocação da vítima para país diferente daquele em que nasceu ou em que residia;
- d) Retenção de qualquer documento de identificação da vítima.

Artigo 175º Prostituição infantil

1. Quem, mesmo com o consentimento da vítima, praticar actos de exploração sexual referidos no artigo anterior relativamente a menor de 17 anos, é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos no caso do número 1 e com pena de prisão de 5 a 15 anos nos casos em que ocorrer alguma

das circunstâncias enunciadas no número 2 do artigo anterior.

2. Quem oferecer, obtiver, procurar ou entregar menor de 17 anos para fins de prostituição infantil é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos, se pena mais grave lhe não couber em virtude de outra disposição legal.

Artigo 176º **Pornografia infantil**

1. Quem utilizar, para fins predominantemente sexuais, expuser ou representar menor de 17 anos de idade no desempenho de qualquer actividade sexual, real ou simulada, ou por qualquer outro meio exhibir aquela actividade sexual ou os órgãos sexuais do menor, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

2. A mesma pena é aplicável a quem produzir, distribuir, difundir, importar, exportar, oferecer, vender ou detiver qualquer meio de comunicação, instrumento, documento ou registo para os fins referidos no número anterior ou com a finalidade de divulgar tais actos.

SECÇÃO IV **ABUSOS SEXUAIS**

Artigo 177º **Abuso sexual de menor**

1. Quem praticar coito vaginal, coito anal ou coito oral com menor de 14 anos é punido com pena de prisão de 5 a 20 anos.

2. Quem praticar qualquer acto sexual de relevo com menor de 14 anos é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

Artigo 178º **Actos sexuais com adolescentes**

Quem, sendo maior e fora das situações previstas nesta secção, praticar qualquer acto sexual de relevo com

menor entre 14 e 16 anos, abusando da sua inexperiência, é punido com pena de prisão até 5 anos.

Artigo 179º

Abuso sexual de pessoa incapaz de resistência

Quem praticar acto sexual de relevo com pessoa inconsciente ou incapaz, particularmente vulnerável em razão de doença, deficiência física ou psíquica, aproveitando-se do seu estado de incapacidade é com punido com pena de prisão de 4 a 12 anos.

Artigo 180º

Fraude sexual

1. Quem, aproveitando-se fraudulentamente de erro sobre a sua identidade pessoal, tiver com outra pessoa coito vaginal, coito anal ou coito oral ou acto sexual de relevo é punido com pena de prisão até 3 anos.
2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 181º

Exibicionismo sexual

1. Quem publicamente importunar outra pessoa com a prática de actos de carácter sexual é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.
2. Na mesma pena incorrem aqueles que, diante de outrem, praticarem coito vaginal, coito anal ou coito oral, contra a vontade daquele e mesmo que em privado.
3. A tentativa é punível.
4. O procedimento criminal depende de queixa.

SECÇÃO V DISPOSIÇÕES COMUNS

Artigo 182º

Agravação

1. As penas cominadas na secção II a secção IV do presente capítulo são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo, se:

a) A vítima tiver menos de 12 anos de idade na altura da prática dos factos;

b) O agente tiver transmitido à vítima doença venérea, sífilítica ou a síndrome de imunodeficiência adquirida;

c) Em consequência dos factos a vítima tentar ou consumir o suicídio ou resultar a morte;

d) A vítima for descendente, colateral, familiar ou afim até ao segundo grau, adoptado do agente ou pessoa que com ele conviva em condições análogas ou exista uma dependência hierárquica, económica ou de trabalho.

2. No caso concorrerem várias das circunstâncias enunciadas no número anterior, só uma releva como modificativa da moldura abstracta do tipo legal, sendo as restantes valoradas na determinação da pena concreta.

CAPÍTULO V CONTRA A VIDA PRIVADA

Artigo 183º Devassa

1. Aquele que por qualquer meio mesmo lícito, tomar conhecimento de factos relativos à intimidade da vida privada ou sexual de outra pessoa e, sem consentimento, os divulgar publicamente sem justa causa, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 184º Violação de segredo

1. Quem, sem consentimento, revelar segredo alheio de que tenha tomado conhecimento em razão do seu estado, ofício, emprego, profissão ou arte, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

2. Se o segredo for relativo a actividade comercial, industrial, profissional ou artística, de que o agente tenha tomado conhecimento nas circunstâncias descritas

anteriormente, e provocar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado a pena é de 2 anos de prisão ou multa.

3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 185º **Violação de domicílio**

1. Quem, sem consentimento, se introduzir na habitação de outra pessoa ou, autorizado a entrar, nela permanecer depois de intimado a retirar-se, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

2. Se o agente, para mais facilmente cometer o crime, se aproveitar da noite, do facto de a habitação se situar em lugar ermo, de serem 3 ou mais pessoas a praticar o facto, utilizar arma, usar de violência ou ameaça de violência ou actuar por meio de escalamento, arrombamento ou chave falsa, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

3. Se existirem pessoas no interior da habitação quando o agente cometer o crime é aplicável a pena prevista no número anterior agravada de um terço nos seus limites.

4. A tentativa é punível.

5. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 186º **Introdução noutros lugares vedados ao público**

1. Quem praticar os factos descritos no número 1 e 2 do artigo anterior relativamente a qualquer outro lugar fechado ou vedado e não livremente acessível ao público, é punido, respectivamente, com as penas referidas naqueles números reduzidas a metade nos limites máximos.

2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 187º **Violação de correspondência ou de telecomunicações**

1. Aquele que, sem consentimento ou fora dos casos processualmente admissíveis, abrir encomenda, carta ou qualquer outro escrito destinado a outra pessoa, ou tomar conhecimento do seu conteúdo, ou impedir que seja

recebida pelo seu destinatário, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

2. Na mesma pena incorre quem, nas mesmas circunstâncias, se intrometer ou tomar conhecimento do conteúdo de comunicação telefónica, telegráfica ou por qualquer outro meio de telecomunicação.

3. Aquele que divulgar o conteúdo de cartas, encomendas, escritos fechados, telefonemas ou outras comunicações referidas nos números anteriores, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa, ainda que tenha tido conhecimento desse conteúdo de forma lícita.

4. Se os factos referidos nos números anteriores forem praticados por funcionário de serviços dos correios, telégrafos, telefones ou telecomunicações as penas são elevadas de um terço nos seus limites.

5. O procedimento criminal depende de queixa.

TÍTULO III DOS CRIMES CONTRA A VIDA EM DEMOCRACIA

CAPÍTULO I CONTRA A TRANQUILIDADE PÚBLICA

Artigo 188º Associação criminosa

1. Quem promover ou fundar grupo, organização ou associação cuja finalidade ou actividade seja dirigida à prática de crimes, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

2. Considera-se grupo, organização ou associação criminosa todo o agrupamento de duas ou mais pessoas que, durante um período de tempo e actuando concertadamente, visem praticar ou incitar à prática de crimes, com a intenção de perturbar a ordem pública ou obter directa ou indirectamente um benefício ou vantagem.

3. Quem aderir, apoiar ou participar em qualquer das actividades de grupos, organizações ou associações criminosas, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.

4. Quem chefiar ou dirigir os grupos, organizações ou associações referidos nos números anteriores é punido com prisão de 4 a 12 anos.

5. As penas referidas podem ser extraordinariamente atenuadas se o agente impedir ou se esforçar seriamente por impedir a continuação dos grupos, organizações ou associações, ou comunicar à autoridade a sua existência de modo a esta poder evitar a prática de crimes.

Artigo 189º **Instigação à prática de crime**

1. Quem, publicamente e por qualquer meio, incitar à prática de um crime é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. Aquele que, em privado ou publicamente, elogiar ou recompensar quem tiver praticado algum crime de modo a, com tal conduta, incitar à prática de idênticos crimes é punido com prisão até 2 anos ou multa.

3. Se no caso dos números anteriores o crime cuja prática o agente havia instigado vier a ser praticado, a pena de prisão é de 2 a 5 anos, se outra mais grave não lhe corresponder por força de outra disposição legal.

Artigo 190º **Participação em motim**

1. Quem tomar parte em motim público, durante o qual forem cometidas colectivamente violência contra pessoas ou propriedades, é punido com pena de prisão de 1 ano ou multa, se outra pena mais grave lhe não couber pela participação no crime cometido.

2. Se o agente provocou ou dirigiu o motim, é punido com pena de prisão até 3 anos.

3. Se o motim for armado, as penas referidas nos números anteriores são elevadas ao dobro nos seus limites.

Artigo 191º **Impedimento do exercício de direitos políticos**

Aquele que impedir outrem, através de violência ou ameaça, de exercer os seus direitos políticos, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

Artigo 192º **Tráfico de influências**

1. Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para abusar da sua influência, real ou suposta, junto de qualquer entidade pública, é punido:

a) Com pena de prisão de 2 a 6 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal, se o fim for o de obter uma qualquer decisão ilícita favorável;

b) Com pena de prisão até 1 ano ou com pena de multa, se pena mais grave lhe não couber por força de outra disposição legal, se o fim for o de obter uma qualquer decisão lícita favorável.

2. Quem, por si ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer vantagem patrimonial ou não patrimonial às pessoas referidas no número anterior para os fins previstos na alínea a) do número anterior é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa.

Artigo 193º **Desobediência a ordem de dispersão**

1. Quem não obedecer a ordem legítima de se retirar de ajuntamento ou reunião pública, dada por autoridade competente, com advertência de que a desobediência constitui crime, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

2. Se o desobediente for promotor da reunião ou do ajuntamento, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

Artigo 194º

Abuso de sinais ou uniforme públicos

1. Quem utilizar abusivamente sinal ou chamada de alarme ou de socorro, ou simuladamente fizer crer que é necessário auxílio alheio em virtude de desastre, perigo ou situação de necessidade colectiva, é punido com pena de prisão até 1 ano ou com multa.
2. Na mesma pena incorre quem indevida ou abusivamente utilizar uniformes, fardas, trajas ou insígnias identificadoras de actividades, autoridades ou instituições públicas ou internacionais como meio de mais facilmente praticar qualquer ilícito.

Artigo 195º

Usurpação de funções

1. Quem, sem para tal estar autorizado, exercer funções ou praticar actos próprios de funcionário, de comando militar ou de força de segurança pública, arrogando-se, expressa ou tacitamente, essa qualidade, será punido com prisão até 3 anos ou multa.
2. Na mesma pena incorre quem exercer profissão para qual a lei exige título ou preenchimento de certas condições, arrogando-se, expressa ou tacitamente, possuí-lo ou preenchê-las, quando, efectivamente, o não possui ou as não preenche.
3. Na mesma pena incorre quem continuar no exercício de funções públicas, depois de lhe ter sido oficialmente notificada a demissão ou a suspensão dessas funções.

CAPÍTULO II

CONTRA A SEGURANÇA DO ESTADO

Artigo 196º

Traição à Pátria

Quem, por meio de violência, ameaça de violência, usurpação ou abuso de funções de soberania, impedir ou tentar impedir o exercício da soberania nacional no território ou em parte do território de Timor-Leste ou puser em perigo a integridade do território nacional, como

forma de submissão ou entrega a soberania estrangeira, é punido com pena de prisão de 15 a 30 anos.

Artigo 197º

Serviço ou colaboração com forças armadas inimigas

1. O cidadão timorense que colaborar com país ou grupos estrangeiros ou com os seus representantes, ou que servir debaixo da bandeira do país estrangeiro durante guerra ou acção armada contra Timor-Leste, é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos.
2. Os actos preparatórios relativos aos factos descritos no número anterior são punidos com pena de prisão de 5 a 15 anos
3. Quem, sendo timorense ou residente no território nacional, praticar actos adequados a ajudar ou facilitar qualquer acção armada ou guerra contra Timor-Leste por país ou grupo estrangeiro, é punido com pena de prisão de 10 a 20 anos.

Artigo 198º

Sabotagem contra a defesa nacional

Quem, com intenção de prejudicar ou colocar em perigo a defesa nacional, destruir, danificar ou tornar não utilizável, total ou parcialmente:

- a) Obras ou materiais próprios ou afectos às forças armadas;
- b) Vias ou meios de comunicação ou de transporte;
- c) Quaisquer outras instalações relacionadas com comunicações ou transportes; ou
- d) Fábricas ou depósitos;

é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

Artigo 199º

Campanha contra esforço pela paz

Aquele que, sendo timorense ou residente em território nacional, em tempo de preparação ou de guerra, difundir por qualquer meio, de modo a tornar público, rumores ou

afirmações, próprias ou alheias, que saiba serem, total ou parcialmente, falsas, para prejudicar o esforço pela paz de Timor-Leste ou para auxiliar o inimigo estrangeiro, é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

Artigo 200º **Violação de segredo de Estado**

1. Quem, pondo em perigo o interesse do Estado timorense relativo à sua segurança exterior ou à condução da sua política externa, transmitir, tornar acessível a pessoa não autorizada ou tornar público facto, documento, plano, objecto, conhecimento ou qualquer outra informação que devessem, por causa daquele interesse, permanecer secretos em relação a país estrangeiro, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos

2. Quem colaborar com governo ou grupo estrangeiro com intenção de praticar os factos referidos no número anterior ou recrutar ou auxiliar outra pessoa encarregada de os praticar, é punido com a pena prevista no número anterior.

3. Se o agente que praticar os factos descritos nos números anteriores exercer qualquer função política, pública ou militar que, pela sua natureza, devesse inibi-lo de praticar tais factos mais fortemente do que ao cidadão comum, é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

Artigo 201º **Infidelidade diplomática**

Aquele que, representando oficialmente o Estado timorense, com intenção de prejudicar direitos ou interesses nacionais:

- a) Conduzir negócio de Estado com governo estrangeiro ou organização internacional; ou
 - b) Assumir compromissos em nome de Timor-Leste sem para isso estar devidamente autorizado;
- é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

Artigo 202º **Alteração do Estado de Direito**

1. Quem, por meio de violência, ameaça de violência ou incitamento à guerra civil, tentar destruir, alterar ou submeter o Estado de direito constitucionalmente estabelecido, é punido com pena de 5 a 15 anos de prisão.
2. Se o facto descrito anteriormente for praticado por meio de violência armada a pena é de 5 a 20 anos de prisão.
3. O incitamento público ou a distribuição de armas para a prática dos factos descritos anteriormente é, respectivamente, punido com a pena correspondente à tentativa.

Artigo 203º

Atentado contra representante máximo de órgão de soberania

1. Quem atentar contra a vida, integridade física ou a liberdade de representante máximo de órgão de soberania ou de quem constitucionalmente o substituir ou de quem tenha sido eleito ou nomeado para o cargo, mesmo antes de tomar posse, é punido com pena de prisão de 8 a 20 anos.
2. Em caso de consumação de crime contra a vida, a integridade física ou a liberdade, o agente é punido com pena de prisão de 12 a 25 anos.
3. São correspondentemente aplicáveis as penas previstas nos números anteriores, sempre que os factos aí descritos forem praticados contra pessoa estrangeira que esteja na situação referida no número 1, embaixadores e titulares de órgãos dirigentes de organizações internacionais, quando se encontrem em Timor-Leste.

Artigo 204º

Coacção contra órgãos constitucionais

1. Quem, por violência ou ameaça de violência, impedir ou constranger o livre exercício das funções de órgão de soberania é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

2. Se os factos descritos no número anterior forem praticados contra órgãos de poder distrital ou local a pena é de 2 a 6 anos de prisão.

3. Se os factos referidos descritos no número 1 forem praticados contra membros daqueles órgãos as penas referidas no número 1 e 2 são reduzidas a metade dos seus limites.

Artigo 205º

Perturbação de funcionamento de órgão constitucional

Aquele que por meio de tumultos, desordens ou vozearias, perturbar ilegitimamente o funcionamento dos órgãos referidos no artigo anterior ou o exercício de funções por alguma das pessoas que os integram, é punido com prisão até 1 ano ou multa.

Artigo 206º

Ultraje de símbolos nacionais

Quem, publicamente, por palavras, por gestos ou divulgação de escritos, ou por outro meio de comunicação com o público, ultrajar a bandeira ou o hino nacional, as armas ou emblemas da soberania timorense ou faltar ao respeito que lhe é devido, é punido com prisão até 3 anos ou multa.

CAPÍTULO III CONTRA A VIDA EM SOCIEDADE

SECÇÃO I CRIMES DE PERIGO COMUM

Artigo 207º

Condução sem carta

Quem utilizar veículo motorizado sem para tal estar habilitado com a licença legalmente exigida, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

Artigo 208º

Condução sob o efeito do álcool ou de substâncias psicotrópicas

1. Quem, pelo menos por negligência, conduzir veículo motorizado com mais de 1,2mg de álcool por litro de sangue, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.
2. Na mesma pena incorre quem, pelo menos por negligência, conduzir veículo motorizado, não estando em condições de o fazer com segurança, por se encontrar sob influência de estupefaciente, substância psicotrópica ou produto com efeito análogo perturbador da aptidão física, mental ou psicológica.

Artigo 209º Condução perigosa

1. Quem conduzir qualquer veículo motorizado em via pública e, por não estar em condições de o fazer em segurança ou por violar grosseiramente as regras de circulação rodoviária, criar perigo para a vida ou para a integridade física de outrem é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.
2. A negligência relativamente à conduta ou ao perigo é punida com pena de prisão até 2 anos ou multa.

Artigo 210º Atentado contra a segurança de transportes

1. Quem praticar qualquer facto adequado a provocar a falta ou a diminuição da segurança em meio de transporte e, deste modo, vier a criar um perigo para a vida ou para a integridade física de outra pessoa, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
2. É correspondentemente aplicável o disposto no número 2 do artigo anterior.

Artigo 211º Armas proibidas

1. Aquele que, fora das prescrições legais, fabricar, importar, transportar, vender ou ceder a outrem armas de

fogo, armas químicas, armas biológicas, armas nucleares, munições para aquelas, substâncias para o seu fabrico ou funcionamento ou qualquer outro tipo de explosivo, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.

2. Se os factos descritos no número anterior tiverem como finalidade a utilização para uso bélico a pena é de 2 a 8 anos de prisão.

3. A simples detenção, uso ou porte de arma de fogo sem que o agente esteja legalmente autorizado, é punível com pena de prisão até 2 anos ou multa.

Artigo 212º

Embriaguez e intoxicação

1. Quem, pelo menos por negligência, se colocar em estado de inimputabilidade derivado da ingestão ou consumo de bebida alcoólica ou de substância tóxica e nesse estado praticar um facto ilícito típico é punido com pena de prisão até 5 anos ou multa.

2. A pena não pode ser superior à prevista para o facto ilícito típico praticado.

3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 213º

Habilitação para o exercício de certas actividades

1. Quem, sem estar legalmente habilitado, vender, administrar, prescrever ou ceder por qualquer forma, habitualmente, a outras pessoas, produtos farmacêuticos ou outros cujos comércio e prescrição, administração ou cedência, sejam reservados a profissionais da saúde ou outras entidades devidamente licenciadas, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. Se em consequência dos actos anteriores resultar perigo para a vida de outra pessoa a pena é de 1 a 4 anos de prisão.

Artigo 214º

Produtos adulterados ou deteriorados

1. Quem colocar à venda, administrar ou ceder por qualquer forma a outra pessoa produtos alimentares, farmacêuticos, ou outros que por estarem deteriorados, adulterados ou contaminados sejam susceptíveis de pôr em perigo a vida é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
2. Se da prática dos factos descritos no número anterior resultar a morte da vítima por causa do consumo de tais produtos a pena é de 3 a 12 anos.

SECÇÃO II

CRIMES CONTRA O AMBIENTE

Artigo 215º

Contra o ambiente

1. Quem, não observando disposições legais ou regulamentares protectoras do ambiente, provoque ou realize directa ou indirectamente emissões, escoamentos, radiações, extracções ou escavações, ateamentos, ruídos, vibrações, injeções ou depósitos, na atmosfera, no solo, no subsolo ou em águas terrestres, marítimas ou subterrâneas, incluindo em zonas transfronteiriças, ou captação de águas que possam prejudicar gravemente o equilíbrio dos sistemas naturais, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.
2. Se o agente dolosamente libertar, emitir ou introduzir radiações ionizantes ou outras substâncias no ar, terra ou águas marítimas, continentais, superficiais ou subterrâneas, em quantidade que venha a produzir em uma ou mais pessoas ofensa corporal grave que requeira tratamento médico ou cirúrgico ou produza sequelas irreversíveis, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos e se for causada a morte a pena é de 5 a 15 anos de prisão.

Artigo 216º

Agravação

1. Se os actos ou actividades previstos no artigo anterior forem praticados por estabelecimento industrial ou comercial e ocorrer alguma das seguintes circunstâncias:

- a) A indústria ou actividade comercial funcione clandestinamente sem a devida licença ou autorização administrativa
 - b) Quando tenham sido desobedecidas ordens expressas da autoridade administrativa competente para a correcção ou suspensão das actividades referidas no artigo anterior
 - c) Quando não tenham sido cumpridas as regras ou procedimentos de segurança previstos em disposições legais ou regulamentares.
 - d) Quando, por qualquer meio, se tenha dolosamente impedido o processo de inspecção da autoridade administrativa competente ou omitido ou falseado informação sobre as consequências ambientais da indústria ou actividade comercial.
 - e) Quando se tenha produzido um estado de deterioração ambiental irreversível ou catastrófico
- as penas previstas no número anterior são agravadas de um terço nos seus limites mínimos e máximos.

2. São criminalmente responsáveis, nos termos do número anterior, o titular individual, os representantes legais, ou os que agirem em representação da pessoa colectiva titular dos estabelecimentos industriais ou comerciais infractores, bem como os sócios ou membros que os autorizem a agir, quando esta seja irregularmente constituída.

Artigo 217º **Contra a flora ou fauna**

1. Quem com grave prejuízo para o meio ambiente cortar, queimar, arrancar, recolher ou efectuar tráfico ilegal de alguma espécie de flora ou suas sementes, classificada como ameaçada ou em risco de extinção, destruindo ou alterando gravemente o seu habitat natural, será punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. Incorre na pena prevista no número anterior, quem introduzir ou facilitar a entrada de espécies de flora ou fauna não autóctone, de forma a prejudicar o equilíbrio biológico, violando as leis ou disposições de carácter geral, protectoras das espécies de flora ou fauna.

Artigo 218º

Contra espécies ameaçadas ou em risco de extinção

1. Quem caçar ou pescar espécies ameaçadas ou realizar qualquer actividade que impeça o seu desenvolvimento ou dificulte a sua reprodução ou migração, violando leis ou disposições de carácter geral protectoras de espécies de fauna selvagem, assim como as comercializar ou as traficar, no todo ou parte, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. Se os actos referidos no número anterior forem praticados:

a) Em zonas terrestres ou marítimas declaradas zonas naturais protegidas;

b) Contra as espécies ou subespécies classificadas como em perigo de extinção;

o agente é punido com pena de prisão até 5 anos ou multa.

Artigo 219º

Pesca ilegal

1. Quem pescar em águas marítimas nacionais sem a devida licença de pesca obtida junto da entidade administrativa competente, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. Se o agente for uma pessoa colectiva, são criminalmente responsáveis, nos termos do número anterior, os representantes legais, ou os que agirem em representação da pessoa colectiva, bem como os sócios ou membros que os autorizem a agir, quando esta seja irregularmente constituída.

3. Não é punível nos termos do número um, a pesca praticada para subsistência doméstica.

Artigo 220º

Meios de pesca ilícitos

Quem usar armas de fogo, explosivos, substâncias tóxicas ou outros instrumentos ou artes similares de eficácia destrutiva para a fauna marítima, para captura de recursos

piscícolas, em águas terrestres ou marítimas nacionais, é punido com pena de prisão até 5 anos ou multa.

Artigo 221º **Queimada proibida**

1. Quem efectuar queimada fora da época própria ou sem a autorização administrativa, quando necessária, de que resultar a destruição de floresta, plantação ou cultura é punido com prisão até 2 anos ou multa.
2. Se a queimada for legalmente efectuada mas, por negligência, o agente provocar os danos referidos no número anterior a pena é de prisão até 1 ano ou multa.

SECÇÃO III **OUTROS CRIMES**

Artigo 222º **Impedimento ou perturbação de cortejo, cerimónia ou culto**

1. Quem impedir ou perturbar a realização de cortejo ou cerimónia fúnebre ou o exercício de culto religioso por meio de violência ou ameaça de violência ou qualquer outra forma de coacção, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.
2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 223º **Profanação de objecto ou lugar de culto ou veneração**

1. Quem, por forma a provocar alarme ou perturbar a paz social, profanar lugar ou objecto de culto ou de veneração religiosa, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.
2. Na mesma pena incorre aquele que ofender ou injuriar outra pessoa por causa da sua crença ou função religiosa, de forma adequada a provocar alarme ou perturbação social.
3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 224º

Destruição, subtracção, ocultação ou profanação de cadáver

1. Quem, contra ou sem a vontade de quem de direito e fora dos casos em que a lei o permite, subtrair, destruir ou ocultar cadáveres ou partes deles, ou cinzas de pessoa falecida, será punido com prisão até 2 anos ou multa.
2. Na mesma pena incorre quem profanar cadáveres, parte de cadáveres ou cinzas de pessoas falecidas, praticando actos ofensivos do respeito devido aos mortos.
3. A tentativa é punível.
4. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 225º

Não cumprimento de obrigação alimentar

1. Quem estiver obrigado a prestar alimentos, tiver condições de o fazer e deixar de cumprir a obrigação de maneira a colocar em perigo a satisfação das necessidades fundamentais do alimentando, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com multa, mesmo que o auxílio prestado por outrem afaste o perigo.
2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 226º

Subtracção de menor

1. Aquele que subtrair ou se recusar a entregar menor à pessoa a quem estiver confiada a sua guarda ou determinar o menor a fugir, é punido com prisão até 3 anos ou multa.
2. Se os factos forem praticados com violência ou ameaça de violência, a pena é de prisão de 1 a 4 anos.
3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 227º

Omissão de auxílio

1. Quem em caso de grave necessidade, nomeadamente provocada por desastre, acidente, calamidade pública ou

situação de perigo comum, que ponha em perigo a vida, a integridade física ou a liberdade de outra pessoa, deixar de lhe prestar o auxílio necessário ao afastamento do perigo, seja por acção pessoal, seja promovendo o socorro, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

2. Se a situação referida no número anterior tiver sido criada por aquele que omite o auxílio devido, o omitente é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

3. A omissão de auxílio não é punível quando se verificar grave risco para a vida ou integridade física do omitente ou quando, por outro motivo relevante, o auxílio não lhe for exigível.

4. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 228º

Recusa de auxílio médico

O médico ou profissional de saúde que recusar o auxílio da sua profissão em caso de perigo para a vida ou de perigo grave para a integridade física de outra pessoa, que não possa ser removido de outra forma, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

CAPÍTULO IV CRIMES ELEITORAIS

Artigo 229º

Fraude no recenseamento

1. Quem impedir outra pessoa, que sabe ter direito, a inscrever-se, fizer constar factos que sabe não verdadeiros, omitir factos que devia inscrever ou por qualquer outro meio falsificar o recenseamento eleitoral, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. Se a pessoa for impedida de se inscrever ou convencida a inscrever-se por meio de violência ou engano astuciosamente provocado, a pena aplicável é a de prisão de 2 a 6 anos.

3. A tentativa é punível.

Artigo 230º

Obstrução a candidatura

Quem, por qualquer modo, impedir outra pessoa, partido ou força política que sabe ter direito, a concorrer a acto eleitoral, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Artigo 231º **Candidato inelegível**

1. Quem, sabendo que não tem capacidade eleitoral para ser eleito, apresentar a sua candidatura, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.
2. A tentativa é punível.

Artigo 232º **Falta de cadernos eleitorais**

Quem, estando encarregue da elaboração ou da correcção dos cadernos eleitorais, não proceder à sua execução ou impedir que o substituto legal o faça para impedir a realização de acto eleitoral, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

Artigo 233º **Propaganda eleitoral ilícita**

1. Quem usar meio de propaganda legalmente proibido ou continuar a efectuar propaganda para além do prazo estabelecido ou em local proibido, é punido com prisão até 1 ano ou multa.
2. Quem impedir o exercício do direito de propaganda eleitoral ou proceder à sua destruição ilegítima, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

Artigo 234º **Obstrução à liberdade de escolha**

1. Quem, por meio de violência, ameaça de violência ou mediante artifício fraudulento, constranger outra pessoa a não votar ou a votar num determinado sentido ou comprar

ou vender votos, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. É aplicável a mesma pena a quem, solicitado a auxiliar na votação pessoa invisual ou a quem legalmente a tal tiver direito, desrespeitar o sentido de voto que lhe for comunicado.

3. A tentativa é punível.

Artigo 235º

Perturbação do acto eleitoral

1. Quem, por qualquer meio, perturbar o funcionamento da assembleia de voto, é punido com prisão até 1 ano ou multa.

2. O agente será punido com pena de prisão de 2 a 6 anos se a perturbação resultar de:

a) Violência ou ameaça de violência;

b) Tumulto ou ajuntamento populacional junto da assembleia de voto;

c) Corte intencional de energia eléctrica;

d) Falta de alguém indispensável ao acto se, por isso, a realização do acto dever considerar-se gravemente afectada para se iniciar ou continuar.

3. É correspondentemente aplicável o disposto nos números anteriores se os factos forem praticados quando do apuramento dos resultados após a realização da votação.

Artigo 236º

Obstrução à fiscalização do acto eleitoral

1. Quem, por qualquer modo, impedir o representante de qualquer partido ou força política, legalmente constituídos e concorrente ao acto eleitoral, de exercer as suas competências fiscalizadoras, é punido com prisão até 3 anos ou multa.

2. A tentativa é punível.

Artigo 237º

Fraude na votação

1. Quem votar sem ter direito de voto ou o fizer mais de uma vez relativamente ao mesmo acto eleitoral é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.
2. Na mesma pena incorre quem permitir, dolosamente, a prática do facto descrito no número anterior.
3. A tentativa é punível.

Artigo 238º

Fraude no escrutínio

1. Quem, por qualquer modo, viciar a contagem dos votos no acto de apuramento ou da publicação dos resultados eleitorais, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.
2. Na mesma pena incorre quem, com intuito fraudulento, substituir, destruir, suprimir, violar, viciar ou falsear boletins de voto ou de apuramento, ou documentos respeitantes à eleição.

Artigo 239º

Recusa de cargo eleitoral

Quem for nomeado para fazer parte das mesas de assembleia de voto e, injustificadamente, recusar assumir ou abandonar essas funções, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

Artigo 240º

Violação do segredo de escrutínio

Quem em acto eleitoral realizado por escrutínio secreto, violar tal segredo, tomando ou dando conhecimento do sentido de voto de outra pessoa, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

Artigo 241º

Dever de neutralidade e imparcialidade

Os funcionários da administração eleitoral ou que com ela colaborem que infringirem os deveres de neutralidade e imparcialidade são punidos com pena de prisão até 2 anos ou multa.

Artigo 242º
Agravação

Se quem praticar algum dos crimes previstos neste capítulo desempenhar funções públicas, nomeadamente no Governo, no Parlamento Nacional, nas Forças Armadas, como magistrado judicial ou do Ministério Público, nas diversas forças policiais ou noutros órgãos administrativos, as sanções previstas no tipo são elevadas para o dobro dos seus limites.

CAPÍTULO V
CONTRA A AUTORIDADE PÚBLICA

Artigo 243º
Obstrução à autoridade pública

1. Quem, por meio de violência ou ameaça grave contra funcionário ou agente de forças militares, militarizadas ou policiais, se opuser à prática de acto relativo ao exercício das suas funções ou constranger à prática de acto contrário aos seus deveres é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.

2. Se o acto referido no número anterior for efectivamente praticado ou impedido de ser praticado a pena é de 2 a 8 anos.

Artigo 244º
Desobediência

1. Quem faltar ou persistir na falta à obediência devida a ordem ou mandado legítimos, regularmente comunicados e provenientes de autoridade ou funcionário competente, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa, se:

- a) Uma disposição legal o determinar; ou
- b) Se advertido de que a sua conduta é susceptível de gerar responsabilidade criminal e a autoridade ou o funcionário fizerem a correspondente cominação.

2. Nos casos em que a disposição legal qualificar o facto como desobediência qualificada a pena é de 1 a 4 anos de prisão.

3. A desobediência a concretas proibições ou interdições determinadas em sentença criminal, bem como a desobediência a penas acessórias ou medidas de segurança não privativas de liberdade, é punível com a pena referida no número 1.

Artigo 245º **Tirada de presos**

1. Quem, por meios ilegais, libertar ou, por qualquer meio, auxiliar a evasão de pessoa legalmente privada da liberdade, é punido com prisão de 2 a 6 anos.

2. Se os factos forem praticados com uso de violência, utilizando armas ou com a colaboração de mais de duas pessoas, a pena é de prisão de 2 a 8 anos.

Artigo 246º **Evasão**

1. Quem, encontrando-se legalmente privado da liberdade se evadir, é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.

2. Se a evasão for conseguida por algum dos meios descritos no número 2 do artigo anterior a pena é de 2 a 6 anos.

Artigo 247º **Auxílio de funcionário à evasão**

1. O funcionário que auxiliar na prática de algum dos factos previstos nos artigos anteriores é punido com as penas aí cominadas agravadas de um terço nos seus limites.

2. Se o funcionário devesse exercer a guarda ou vigilância sobre o evadido e, mesmo assim, tiver auxiliado naqueles factos, as penas cominadas são agravadas de metade nos seus limites.

3. Se a evasão ficar a dever-se apenas a negligência grosseira do funcionário encarregado da vigilância do evadido a pena é de prisão até 3 anos ou multa.

Artigo 248º **Motim de presos**

1. Aqueles que, encontrando-se legalmente privados da liberdade, concertadamente e em comunhão de esforços com outra pessoa nas mesmas circunstâncias, atacarem ou ameaçarem com violência, quem estiver encarregado da sua vigilância ou guarda, para conseguirem a sua evasão ou a de terceiro, ou a praticar acto ou a abster-se da sua prática, é punido com prisão de 2 a 8 anos.

2. Se com a prática dos factos descritos no número anterior forem conseguidos os intentos de evasão própria ou alheia a pena é de 3 a 10 anos.

Artigo 249º **Descaminho ou destruição de objectos sob poder público**

Quem destruir, danificar ou inutilizar, total ou parcialmente, ou por qualquer forma, subtrair ao poder público, a que esteja afecto ou sujeito, documento ou outro objecto móvel, bem como coisa que tiver sido arrestada, apreendida ou objecto de providência cautelar, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos, se pena mais grave lhe não couber por força de outra norma.

Artigo 250º **Quebra de marcas, selos e editais**

1. Quem abrir, romper ou inutilizar, total ou parcialmente, marcas ou selos, apostos legitimamente por funcionário competente, para identificar ou manter inviolável qualquer coisa, ou para certificar que sobre esta recaiu arresto, apreensão ou providência cautelar é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. Quem por qualquer forma intencionalmente impedir que o destinatário tome conhecimento de edital afixado

por funcionário competente é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

TÍTULO IV DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÓNIO

CAPÍTULO I CONTRA A PROPRIEDADE

Artigo 251º Furto simples

1. Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outrem, subtrair coisa móvel alheia, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.
2. A tentativa é punível.
3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 252º Furto agravado

1. O agente que pratique os actos referidos no artigo anterior é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos de prisão, se:
 - a) A coisa móvel alheia possuir elevado valor científico, artístico ou histórico, ou for importante para o desenvolvimento económico ou tecnológico;
 - b) A coisa móvel alheia for um veículo, transportada em veículo ou por passageiro de transportes colectivos, ou se encontrar no cais ou gare de embarque e desembarque;
 - c) A coisa móvel alheia estiver afectada ao culto religioso ou à veneração da memória de mortos e se encontrar em lugar destinado ao culto ou em cemitério;
 - d) O agente se aproveitar da noite para mais facilmente praticar o furto;
 - e) A vítima sofrer consideráveis prejuízos em consequência da apropriação;

- f) O agente se introduzir em habitação, instalações de serviços públicos, estabelecimento comercial ou industrial com intenção de furtar;
 - g) O agente usar chaves falsas, escalamento ou arrombamento na concretização do seu desígnio;
 - h) O agente se aproveitar da situação de especial vulnerabilidade da vítima de desastre, acidente ou calamidade pública;
 - i) O agente se aproveitar da existência de uma relação especial de confiança com a vítima ou com o proprietário do local em que se encontrar a coisa subtraída;
 - j) O agente fizer da prática de furtos modo de vida;
 - k) O crime for praticado por 3 ou mais pessoas, incluindo o agente;
 - l) O valor da coisa subtraída for superior a 1.000 dólares americanos mas inferior ou igual a 5.000 dólares americanos.
2. Se o valor da coisa subtraída for superior a 5.000 dólares americanos a pena de prisão será de 3 a 10 anos de prisão.
3. Se na mesma conduta concorrerem mais do que uma das circunstâncias referidas no número um, só é considerada para efeito de determinação da moldura abstracta do tipo legal aplicável a que tiver efeito agravante mais forte, sendo as restantes valoradas como circunstâncias de carácter geral na determinação da medida da pena.
4. Se o valor da coisa furtada for inferior a 50 dólares americanos, as circunstâncias referidas no n.º 1 apenas funcionam como agravantes de carácter geral.

Artigo 253º

Roubo

1. Quem, com ilegítima intenção de apropriação para si ou para outra pessoa, subtrair ou constranger a que lhe seja entregue coisa móvel alheia por meio de violência contra uma pessoa, de ameaça com perigo iminente para a vida ou para a integridade física ou pondo-a na

impossibilidade de resistir, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

2. Se, em simultâneo com a conduta do agente, ocorrer alguma das circunstâncias descritas no número 1 do artigo anterior a pena de prisão será de 4 a 12 anos.

3. Se da conduta do agente resultar perigo para a vida da vítima ou lhe forem causadas ofensas graves à integridade física, o agente é punido com pena de prisão de 5 a 15 anos.

4. Se da conduta do agente vier a resultar a morte, o agente é punido com pena de prisão de 5 a 20 anos.

Artigo 254º

Violência após a subtracção

Quem, surpreendido em flagrante delito de furto, actuar pelas formas descritas no artigo anterior com o propósito de conservar ou impedir a restituição das coisas apropriadas, é punido com as penas do crime de roubo respectivamente.

Artigo 255º

Furto de uso de veículo

1. Aquele que utilizar automóvel ou outro veículo motorizado, aeronave, barco ou bicicleta sem autorização de quem de direito, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

2. A tentativa é punível.

3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 256º

Abuso de confiança simples

1. Quem ilegitimamente se apropriar de coisa móvel que lhe tenha sido entregue por título não translativo da propriedade é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. A tentativa é punível.

3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 257º
Abuso de confiança agravado

1. Se a coisa móvel tiver um valor superior a 1.000 dólares americanos, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
2. As penas previstas no número anterior e no artigo 256º são elevadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo se o agente tiver recebido a coisa em depósito imposto por lei, em razão de ofício, emprego ou profissão, ou na qualidade de tutor, curador ou depositário.

Artigo 258º
Dano simples

1. Quem, total ou parcialmente, destruir, danificar, desfigurar ou tornar inutilizável coisa alheia é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.
2. A tentativa é punível.
3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 259º
Dano agravado

Quem, total ou parcialmente, destruir, danificar, desfigurar ou tornar inutilizável coisa:

- a) Destinada a uso ou utilidade públicos;
 - b) Com um importante valor científico, artístico ou histórico ou possuir grande importância para o desenvolvimento tecnológico ou científico;
 - c) Correspondente a meio de comunicação ou transporte de grande importância social;
 - d) Causando um prejuízo superior a 1.000 dólares americanos;
 - e) Alheia, afecta ao culto religioso ou à veneração da memória dos mortos e que se encontre em lugar destinado ao culto ou em cemitério;
- é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos ou multa.

Artigo 260º
Dano com violência

Se os factos descritos nos artigos 258º e 259º forem praticados com violência contra uma pessoa, ou ameaça com perigo iminente para a vida ou a integridade física, ou pondo-a na impossibilidade de resistir, a sua conduta é punida com pena de prisão de 4 a 12 anos.

Artigo 261º **Usurpação de imóvel**

1. Quem, por meio de violência ou de ameaça grave sobre outra pessoa, invadir ou ocupar coisa imóvel alheia, com intenção de exercer direito de propriedade, posse, uso ou servidão não tutelados por lei, sentença, contrato ou acto administrativo, é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.
2. Se o meio empregue constituir crime punível com pena superior à cominada no número anterior será essa a pena aplicável.

Artigo 262º **Alteração de marcos**

1. Quem, com intenção de apropriação, total ou parcial, de coisa imóvel alheia, para si ou para outra pessoa, arrancar ou alterar marco ou qualquer outro sinal destinado a estabelecer limites de propriedades de bem imóvel é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.
2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 263º **Incêndio**

1. Quem, querendo provocar incêndio em casa, edifício, estabelecimento, meio de transporte, floresta, plantação ou qualquer outro bem e, desta maneira, criar perigo para a vida, a integridade física ou para bens patrimoniais de valor superior a 5.000 dólares americanos, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
2. Se os factos descritos no número anterior respeitarem a bens públicos ou em que funcionem serviços públicos a pena é de 2 a 10 anos de prisão.

3. O agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa se os factos forem praticados com negligência, se pena mais grave lhe não corresponder por força de outra disposição legal.

4. Se apenas o perigo referido no n.º 1 for criado por negligência a pena é de 2 a 6 anos de prisão.

5. Nos casos previstos no n.º 4 o procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 264º **Arrependimento activo**

Se, após a prática dos crimes previstos nos artigos 251º, 252º, 256º a 261º e 263º, n.º.4, mas antes de iniciada a audiência de julgamento, o agente praticar actos que visem a restituição ou a reparação integral ou parcial dos prejuízos causados, a pena pode ser extraordinariamente atenuada.

Artigo 265º **Definições**

Para efeitos do disposto no presente Código, considera-se:

- a) “Arrombamento” o rompimento, fractura ou destruição, no todo ou em parte, de dispositivo destinado a fechar ou impedir a entrada, exterior ou interiormente, de casa ou de lugar fechado dela dependente;
- b) “Escalamento”, a introdução em casa ou lugar fechado dele dependente, por local não destinado normalmente à entrada ou por qualquer dispositivo destinado a fechar ou a impedir a entrada ou passagem;
- c) “Chaves falsas”,
 - i) As imitadas, contrafeitas ou alteradas;
 - ii) As verdadeiras quando, fortuita ou subrepticamente, estiverem fora do poder de quem tiver o direito de as usar; e
 - iii) As gazuas ou quaisquer instrumentos que possam servir para abrir fechaduras ou outros dispositivos de segurança.

CAPÍTULO II CONTRA O PATRIMÓNIO EM GERAL

Artigo 266º Burla simples

1. Quem, com intenção de obter para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, por meio de erro ou engano sobre factos que astuciosamente provocou, determinar outrem à prática de actos que lhe causem, ou causem a outra pessoa, prejuízo patrimonial, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.
2. A tentativa é punível.
3. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 264º.
4. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 267º Burla agravada

1. Quem, em resultado da conduta descrita no artigo anterior:
 - a) Causar prejuízo superior a 2.000 dólares americanos;
 - b) Fizer modo de vida da prática da burla;
 - c) Colocar a pessoa prejudicada em difícil situação económica; é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.
2. É correspondentemente aplicável o disposto no artigo 264º.

Artigo 268º Burla informática

1. Quem, com intenção de obter para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, causar a outra pessoa prejuízo patrimonial, interferindo no resultado de tratamento de dados informáticos ou mediante estruturação incorrecta de programa informático, utilização incorrecta ou incompleta de dados, utilização de dados sem autorização ou intervenção por qualquer outro modo não autorizada no

processamento, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. A tentativa é punível.

3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 269º **Burla informática agravada**

Quando em resultado da conduta descrita no artigo anterior ocorrer alguma das circunstâncias descritas no n.º 1 do artigo 267º o agente é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

Artigo 270º **Extorsão**

1. Quem, com intenção de conseguir para si ou para terceiro enriquecimento ilegítimo, constranger outra pessoa, por meio de violência ou de ameaça com mal importante, a uma disposição patrimonial que acarrete, para ela ou para outrem, prejuízo, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.

2. Se ocorrerem as circunstâncias previstas no artigo 252º a conduta do agente é punida com as penas aí cominadas.

3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 271º **Receptação simples**

1. Quem, sem previamente se ter assegurado da sua proveniência legítima, adquirir ou receber, a qualquer título, coisa que, pela sua natureza ou pela qualidade de quem a detém ou lha oferece, ou pelo montante do preço ou condições de venda ou oferta, faz suspeitar a uma pessoa medianamente diligente que provém de condutas criminosas contra o património de outra pessoa, é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa.

2. O procedimento depende de queixa.

Artigo 272º **Receptação agravada**

1. Quem, com intenção de obter, para si ou para outra pessoa, vantagem patrimonial, dissimular coisa obtida por outrem mediante crime contra o património, a receber, a empenhar, a adquirir por qualquer título, a detiver, a conservar, a transmitir ou contribuir para a transmitir, ou de qualquer outra forma assegurar, para si ou para terceiro, a sua posse ou o valor ou produto directamente dela resultantes, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

2. O agente é punido pela prática dos actos descritos no número anterior com pena de prisão de 3 a 10 anos, se:

- a) Fizer da receptação modo de vida ou a praticar habitualmente;
- b) Os bens, valores ou produtos tiverem um valor superior a 2.000 dólares americanos;
- c) Se, na altura da receptação, o receptador tiver conhecimento que o crime foi praticado ocorrendo alguma das circunstâncias referidas no artigo 253º, n.º 1.

Artigo 273º

Ajuda ao criminoso

1. Quem, após a prática de um crime contra o património, ajudar o agente do crime a aproveitar-se da coisa assim obtida ou de benefício directamente resultante da coisa apropriada, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

2. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 274º

Administração danosa

1. Quem estiver encarregado de dispor ou de administrar interesses, serviços ou bens patrimoniais alheios, mesmo sendo sócio da sociedade ou pessoa colectiva a que pertençam esses bens, interesse ou serviços, e por ter infringido intencionalmente as regras de controlo e de gestão ou por ter actuado com grave violação e deveres inerentes à função, causar dano patrimonial

economicamente significativo, é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.

2. Se os bens, interesses ou serviços referidos no número anterior, pertencerem ao Estado, a pessoa colectiva de utilidade pública, a uma cooperativa ou associação popular, é aplicável ao agente a pena de prisão de 2 a 6 anos.

3. As mesmas penas são aplicáveis a quem se apropriar ou permitir que se apropriem ilegitimamente de coisas de que apenas podiam dispor no âmbito e com as finalidades próprias de quem administra património alheio.

Artigo 275º **Administração negligente**

1. Quem, estando nas condições descritas no n.º 1 do artigo anterior, causar grave dano patrimonial por não agir com a diligência a que segundo as circunstâncias estava obrigado e de que era capaz, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

2. É aplicada a pena de prisão até 2 anos ou pena de multa, se os bens ou interesses respeitarem a alguma das situações descritas no número 2 do artigo anterior.

3. O procedimento criminal depende de queixa.

Artigo 276º **Falência ou insolvência intencional**

1. Quem, por qualquer meio, conduzir uma sociedade à falência ou se colocar na situação de insolvente, com intenção de prejudicar os credores, se a falência ou insolvência for declarada, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

2. Se os factos descritos no número anterior respeitarem a empresas públicas ou cooperativas, a pena é agravada de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 277º **Falência ou insolvência negligente**

1. Quem provocar falência ou insolvência por grave incúria ou imprudência, prodigalidade ou despesas manifestamente exageradas, ou por negligência grosseira no exercício da sua actividade, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa, se a falência ou a insolvência forem declaradas.
2. O procedimento criminal depende de queixa.

TÍTULO V DOS CRIMES CONTRA A REALIZAÇÃO DA JUSTIÇA

Artigo 278º Falsidade de depoimento ou declaração

1. Quem prestar depoimento de parte, fazendo falsas declarações relativamente a factos sobre os quais deve depor, depois de ter prestado juramento e de ter sido advertido das consequências penais a que se expõe com a prestação de depoimento falso, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.
2. Na mesma pena incorre o suspeito ou arguido relativamente a declarações sobre a identidade e os antecedentes criminais.
3. Se, em consequência das condutas descritas nos números anteriores, alguém for privado da liberdade o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Artigo 279º Falsidade de testemunho, perícia, interpretação ou tradução

1. Quem, como testemunha, perito, técnico, tradutor ou intérprete, perante tribunal ou funcionário competente para receber como meio de prova, depoimento, relatório, informação ou tradução, prestar depoimento, apresentar relatório, der informações ou fizer traduções falsos, é punido com pena de prisão até 4 anos ou com pena de multa.

2. Na mesma pena incorre quem, sem justa causa, se recusar a depor ou a apresentar relatório, informação ou tradução.

3. Se o facto referido no nº 1 for praticado depois de o agente ter prestado juramento e ter sido advertido das consequências penais a que se expõe, a pena é de prisão até 5 anos.

4. Se, em consequência das condutas descritas nos números anteriores, alguém for privado da liberdade o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Artigo 280º **Equiparação à desistência**

O arrependimento e a retractação do agente que tiver praticado algum dos factos descritos no artigo anterior antes dos efeitos da falsidade terem sido tomados em conta na decisão ou ter causado prejuízo a outra pessoa, equivalem à desistência.

Artigo 281º **Suborno**

1. Quem convencer ou tentar convencer outra pessoa, através de dádiva ou promessa de vantagem patrimonial ou não patrimonial, a praticar qualquer dos factos referidos nos artigos 278º ou 279º, é punido com pena de prisão até 4 anos, quando tal prática ocorrer.

2. Se não chegar a concretizar-se a prática dos factos referidos nos artigos 278º e 279º, o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa

Artigo 282º **Denegação de justiça**

1. O funcionário que, no âmbito de inquérito processual, processo jurisdicional, por contra-ordenação ou disciplinar, conscientemente decidir ou não decidir, promover ou não promover, investigar ou não investigar ou praticar acto no exercício das suas funções, contra direito, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. Se o facto descrito no número anterior for praticado com intenção de prejudicar ou beneficiar alguém, o funcionário é punido com pena de prisão até 5 anos.
3. Se das condutas descritas nos números anteriores resultar a privação da liberdade de uma pessoa o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
4. Se as condutas anteriores forem praticadas com negligência grosseira as penas são reduzidas a metade nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 283º **Coacção sobre magistrado**

1. Aquele que, por meio de violência, de ameaça com mal importante ou por qualquer outro meio, actuar de forma a impedir um juiz ou procurador público de exercer livremente as suas funções, é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.
2. Se o agente praticar os factos aproveitando-se de estar investido em cargo de natureza política, pública, militar ou policial a pena é de 2 a 8 anos de prisão.
3. Se, em consequência da conduta descrita nos números anteriores, o magistrado omitir ou praticar acto em violação de lei expressa de que resultar prejuízo para terceiros a pena é de 3 a 10 anos de prisão.

Artigo 284º **Obstrução à actividade jurisdicional**

1. Quem, por qualquer meio, se opuser, dificultar ou impedir o cumprimento ou a execução de uma decisão judicial transitada em julgado, é punido com pena de prisão de 2 a 5 anos.
2. Se o agente que praticar os factos descritos nos números anteriores exercer qualquer função política, pública ou militar que, pela sua natureza, devesse inibi-lo de praticar tais factos, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Artigo 285º **Denúncia caluniosa**

1. Quem, por qualquer meio, perante autoridade ou publicamente, com a consciência da falsidade da imputação, denunciar ou lançar sobre determinada pessoa a suspeita da prática de um crime, com a intenção de que contra ela se instaure procedimento criminal, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.
2. Se a falsa imputação se referir a ilícito contraordenacional ou disciplinar, a pena será extraordinariamente atenuada.
3. Se os factos descritos nos números anteriores forem dolosamente promovidos por algum funcionário encarregado de instaurar o respectivo procedimento as penas aplicáveis são agravadas de um terço nos seus limites mínimo e máximo.

Artigo 286º **Não participação**

Quem, tendo conhecimento da prática de um crime público e, estando obrigado a participá-lo, não o fizer, é punido com a pena correspondente ao crime que encobriu reduzido de dois terços nos seus limites mínimos e máximos.

Artigo 287º **Prevaricação de magistrado ou funcionário**

1. O juiz, procurador público ou funcionário que em qualquer fase dum processo jurisdicional, com intenção de beneficiar ou de prejudicar outra pessoa, praticar algum acto no âmbito dos poderes funcionais de que é titular ou omitir acto que devesse praticar, conscientemente e contra direito, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.
2. Se dos factos descritos no número anterior resultar a privação da liberdade de alguma pessoa ou se causarem uma situação de prisão ou detenção ilegais a pena é de 3 a 10 anos de prisão.

Artigo 288º **Prevaricação de advogado ou defensor público**

1. O advogado ou defensor público que intencionalmente prejudicar causa entregue ao seu patrocínio é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.

2. O advogado ou defensor público que, na mesma causa, advogar ou exercer a defensoria relativamente a pessoas cujos interesses estejam em conflito, com intenção de actuar em benefício ou prejuízo de algum deles é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.

Artigo 289º **Simulação de crime**

1. Quem, sem o imputar a pessoa determinada, denunciar cri-me ou fizer criar suspeita da sua prática à autoridade competente, sabendo que se não verificou, é punido com pena de prisão até 2 anos ou multa.

2. Se o facto respeitar a contravenção, contra-ordenação ou ilícito disciplinar, o agente é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

3. Se os factos descritos nos números anteriores forem praticados por funcionários encarregues de instaurar o respectivo procedimento, as penas aplicáveis são agravadas de um terço nos seus limites.

Artigo 290º **Favorecimento pessoal**

1. Quem, total ou parcialmente, impedir, frustrar ou iludir actividade probatória ou preventiva de autoridade competente, com intenção ou com consciência de evitar que outra pessoa que praticou um crime seja submetida a pena ou medida de segurança é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. A tentativa é punível.

3. Se o favorecimento for praticado por funcionário que intervenha ou tenha competência para intervir no processo ou que se encarregue de executar pena ou medida de segurança ou para ordenar a sua execução, a pena é de 2 a 5 anos de prisão.

4. A prática dos actos descritos no número 1 não é punível, quando:

- a) O agente com o facto, procurar ao mesmo tempo evitar que contra si seja aplicada ou executada pena ou medida de segurança;
- b) O agente for cônjuge, descendente, ascendente, adoptante ou adoptado, familiar ou afim até ao segundo grau da pessoa em benefício da qual se actuou ou quem com esta viva em situação análoga à dos cônjuges.

Artigo 291º

Violação do segredo de justiça

1. Quem, em violação de determinação legal e sem justa causa, tornar público o teor de acto processual penal abrangido pelo segredo de justiça ou relativamente ao qual tenha sido decidido excluir a publicidade, é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos.
2. Se a violação for concretizada por meio de órgão de comunicação social a pena é de 2 a 6 anos de prisão.

TÍTULO VI

DOS CRIMES PRATICADOS NO EXERCÍCIO DE FUNÇÕES PÚBLICAS

Artigo 292º

Corrupção passiva para acto ilícito

1. O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer acto ou omissão contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão de 3 a 15 anos.
2. Se o agente, antes da prática do facto, voluntariamente repudiar o oferecimento ou a promessa que aceitara, ou restituir a vantagem, ou, tratando-se de coisa fungível, o seu valor, é dispensado de pena.
3. A pena é especialmente atenuada se o agente auxiliar concretamente na recolha das provas decisivas para a identificação ou a captura de outros responsáveis.

Artigo 293º
Corrupção passiva para acto lícito

1. O funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial, ou a sua promessa, para um qualquer acto ou omissão não contrários aos deveres do cargo, ainda que anteriores àquela solicitação ou aceitação, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

2. Na mesma pena incorre o funcionário que por si, ou por interposta pessoa, com o seu consentimento ou ratificação, solicitar ou aceitar, para si ou para terceiro, sem que lhe seja devida, vantagem patrimonial ou não patrimonial de pessoa que perante ele tenha tido, tenha ou venha a ter qualquer pretensão dependente do exercício das suas funções públicas.

Artigo 294º
Corrupção activa

1. Quem por si, ou por interposta pessoa com o seu consentimento ou ratificação, der ou prometer a funcionário, ou a terceiro com conhecimento daquele, vantagem patrimonial ou não patrimonial que ao funcionário não seja devida, com o fim indicado no artigo 292º, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos.

2. Se o fim da conduta descrita no número anterior for o indicado no artigo 293º, o agente é punido com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa.

Artigo 295º
Peculato

1. O funcionário que ilegitimamente se apropriar em proveito próprio ou de outra pessoa, de dinheiro ou coisa móvel, pública ou particular, que lhe seja entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções, é punido com pena de prisão de 3 a 10 anos, se

pena mais grave não couber por força de outra disposição legal.

2. Se o funcionário der de empréstimo, empenhar ou, por qualquer forma, onerar os valores ou objectos referidos no número anterior, é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal.

3. Se os valores ou objectos referidos nos números anteriores ultrapassarem os 5.000 dólares americanos, as penas são, respectivamente de prisão de 4 a 12 anos ou de 2 a 5 anos.

4. Se os valores ou objectos referidos no número 1 forem de valor inferior a 50 dólares americanos o agente é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

Artigo 296º **Peculato de uso**

O funcionário que fizer uso ou permitir que outra pessoa o faça para fins alheios àqueles a que se destinam, de veículos ou de outras coisas móveis de valor significativo, que lhe seja entregue, esteja na sua posse ou lhe seja acessível em razão das suas funções, para obter, para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a alguém, é punido com prisão até 2 anos, se aquelas coisas estiverem na sua posse ou lhe forem acessíveis em razão das suas funções.

Artigo 297º **Abuso de poder**

O funcionário que abusar de poderes ou violar deveres inerentes às suas funções, com intenção de obter para si ou para terceiro, benefício ilegítimo ou causar prejuízo a outra pessoa, é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos, se pena mais grave não couber por força de outra disposição legal.

Artigo 298º **Emprego abusivo da força pública**

O funcionário que, sendo competente para utilizar, requisitar ou ordenar o emprego da força pública, o fizer para impedir a execução da lei, de mandado regular da justiça ou de ordem legítima de autoridade pública, é punido com pena de prisão até 3 anos, se pena mais grave lhe não couber por outra disposição legal.

Artigo 299º

Participação económica em negócio

1. O funcionário que, em razão do exercício de cargo público, deva intervir em contrato ou outra operação ou actividade, e se aproveitar dessa condição, para obter para si ou para terceiro, directamente ou por interposta pessoa, vantagem patrimonial, ou, por qualquer outra forma, participação económica ilícita e deste modo lesar os interesses públicos que lhe cumpriria administrar, fiscalizar, defender ou realizar, é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.
2. Se da conduta anterior resultarem prejuízos para o Estado superiores a 10.000 dólares americanos a pena de prisão é de 3 a 15 anos.

Artigo 300º

Recusa de cooperação

O funcionário que, tendo sido legitimamente solicitado pela autoridade competente para prestar a devida cooperação para a administração da justiça ou qualquer outro serviço público, e se recusar a prestá-la ou sem motivo justificado a não prestar é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

Artigo 301º

Agravação

1. Quando os crimes referidos neste Título são praticados por titulares de cargos políticos ou por magistrados as penas cominadas são elevadas de um terço no seu limite máximo.

2. São fixados em legislação especial os efeitos não penais e procedimentais relativamente as situações referidas no número antecedente.

Artigo 302º **Conceito de funcionário**

1. Para efeitos da lei penal, a expressão funcionário abrange:

- a) O funcionário civil;
- b) O agente administrativo;
- c) Os membros das forças armadas e policiais;
- d) Quem, mesmo provisória ou temporariamente, mediante remuneração ou a título gratuito, voluntária ou obrigatoriamente tenha sido chamado a desempenhar ou a participar no desempenho de uma actividade compreendida na função pública administrativa ou jurisdicional, ou, nas mesmas circunstâncias, desempenhe funções em organismos de utilidade pública ou nelas participe.
- e) O funcionário público estrangeiro que ocupe um cargo legislativo, executivo, administrativo ou judicial de um país estrangeiro, já designado ou empossado ou pessoa que exerça uma função pública para um país estrangeiro, inclusive em um organismo público ou uma empresa pública.
- f) O funcionário de organização internacional pública a quem tal organização tenha autorizado a actuar em seu nome

2. Para efeitos penais, aplica-se o disposto no presente título a quem desempenhe funções políticas, governativas ou legislativas.

TÍTULO VII **DOS CRIMES DE FALSIFICAÇÃO**

CAPÍTULO I **FALSIFICAÇÃO DE DOCUMENTO**

Artigo 303º

Falsificação de documento ou notação técnica

1. Quem, com intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado, ou de obter para si ou para outra pessoa, benefício ilegítimo:

- a) Fabricar documento ou notação técnica falsos, falsificar ou alterar documento ou abusar da assinatura de outra pessoa para elaborar documento falso;
- b) Fizer constar falsamente de documento ou notação técnica facto juridicamente relevante;
- c) Atestar falsamente, com base em conhecimentos profissionais, técnicos ou científicos, sobre o estado ou qualidade física ou psíquica de pessoa, animais ou coisas;
- d) Usar qualquer dos documentos ou notações técnicas referidos nas alíneas anteriores, fabricado ou falsificado ou emitido por outrem;

é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. É equiparada à falsificação de notação técnica a acção perturbadora sobre aparelhos técnicos ou automáticos por meio da qual se influenciem os resultados da notação.

3. A tentativa é punível.

Artigo 304º Falsificação agravada

1. Se os factos referidos no número 1 do artigo anterior respeitarem a documento autêntico ou com igual força, a testamento cerrado, a vale de correio, a letra de câmbio, a cheque, outros documentos comerciais transmissíveis por endosso ou a notação técnica relativa à identificação, em parte ou no todo, de veículos automóveis, aeronaves ou barcos, o agente é punido com prisão de 2 a 6 anos.

2. Se os factos descritos no número anterior ou no número 1 do artigo 309º forem praticados por funcionário no exercício das suas funções, a pena é de 2 a 8 anos de prisão.

Artigo 305º Falsificação de documento público

O funcionário que no exercício das suas funções, com intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado, ou de obter para si ou para outra pessoa benefício ilegítimo:

- a) Omitir facto que o documento a que a lei atribuir fé pública se destina a certificar ou autenticar; ou
- b) Intercalar acto ou documento em protocolo, registo ou livro oficial sem cumprir as formalidades legais;

é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.

Artigo 306º

Uso de documento de identificação alheio

Quem, com intenção de causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado, utilizar documento de identificação de que é titular outra pessoa, é punido com pena de prisão até 1 ano ou multa.

CAPÍTULO II

FALSIFICAÇÃO DE MOEDA

Artigo 307º

Contrafacção de moeda

1. Quem praticar contrafacção de moeda ou depreciar moeda metálica legítima, com intenção de a por em circulação como verdadeira é punido com prisão de 3 a 10 anos.
2. Se o agente além de praticar os factos descritos no número anterior, colocar efectivamente a moeda em circulação a pena é agravada de um terço no limite máximo.
3. Quem, por acordo com o falsificador, expuser à venda, puser em circulação ou por qualquer outro meio difundir a moeda é punido com a pena de prisão de 3 a 10 anos.

Artigo 308º

Passagem de moeda falsa

Quem, fora dos casos referidos no artigo anterior, adquirir para pôr em circulação ou puser efectivamente em circulação, vender ou por qualquer meio difundir a moeda contrafeita ou depreciada, como se de verdadeira se tratasse, é punido com prisão de 2 a 6 anos.

Artigo 309º

Contrafacção de valores selados ou timbrados

1. Quem, para os vender, utilizar ou por qualquer outro modo os puser em circulação como legítimos, praticar contrafacção ou falsificação de valores selados ou timbrados cujo fabrico e fornecimento pertença exclusivamente ao Estado Timorense, é punido com prisão de 2 a 8 anos.
2. Quem praticar os factos descritos relativamente a estampilhas postais ou a qualquer outro meio de franquia postal em uso pelos Correios de Timor-Leste é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.
3. A utilização dos produtos falsificados referidos nos números anteriores, sabendo-os falsificados, é punida com pena de prisão até 2 anos ou multa.
4. A tentativa é punível.

Artigo 310º

Contrafacção de selos, cunhos, marcas ou chancelas

1. Quem, com intenção de os utilizar como autênticos ou intactos, adquirir, contrafizer ou falsificar selos, cunhos, marcas ou chancelas de qualquer autoridade ou repartição pública é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.
2. Quem utilizar os objectos referidos no número anterior sabendo-os falsificados ou sem autorização de quem de direito, para causar prejuízo a outra pessoa ou ao Estado, é punido com prisão até 3 anos ou multa.
3. Se quem utilizar os referidos objectos for o próprio falsificador a pena do número 1 é aumentada de um terço no limite máximo.
4. É punível a tentativa da prática dos factos descritos no número 2.

Artigo 311º
Pesos e medidas

1. Quem, com intenção de prejudicar outra pessoa ou o Estado falsificar ou por qualquer outro meio alterar ou utilizar depois de praticados tais actos, pesos, medidas, balanças ou outros instrumentos de medida, é punido com prisão até 3 anos ou multa.

2. A tentativa é punível.

Artigo 312º
Apreensão e perda

São apreendidas e postas fora de uso ou destruídas as moedas contrafeitas, falsificadas ou diferenciadas, e objectos equiparados, assim como os pesos, medidas ou todo e qualquer instrumento destinado à prática dos crimes previstos neste Título.

TÍTULO VIII
DOS CRIMES CONTRA A ECONOMIA

Artigo 313º
Branqueamento de capitais

1. Quem, sabendo que os bens ou produtos são provenientes da prática de crimes, sob qualquer forma de participação, de terrorismo, de tráfico de armas ou de produtos nucleares, de tráfico ou venda de pessoas, de pornografia envolvendo menores, de corrupção, de burla ou de extorsão, de fraude fiscal, de tráfico de espécies protegidas e de tráfico de órgãos ou tecidos humanos ou de outros crimes graves, cujo limite mínimo da pena seja superior a 4 anos de prisão:

a) Converter, transferir, auxiliar ou facilitar alguma operação de conversão ou transferência desses bens ou produtos, no todo ou em parte, directa ou indirectamente, com o fim de ocultar ou de dissimular a sua origem ilícita ou de ajudar uma pessoa implicada na prática de qualquer dessas

infracções a eximir-se às consequências jurídicas dos seus actos; ou

b) Ocultar ou dissimular a verdadeira natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedades desses bens ou produtos ou direitos a eles relativos;

c) Adquirir ou receber tais vantagens a qualquer título ou as utilizar ou detiver ou conservar,

é punido com pena de prisão de 4 a 12 anos de prisão.

2. A punição dos actos previstos nas alíneas a) a c) do número anterior tem lugar ainda que os factos que integram o crime subjacente tenham sido praticados fora do território nacional ou ainda que se ignore o local da prática do facto ou a identidade dos autores.

3. O conhecimento, a intenção ou o propósito, requeridos como elementos constitutivos do crime podem ser reconhecidos de circunstâncias factuais efectivas e concretas.

4. Para a demonstração e prova da origem ilícita do rendimento não é necessária a prévia condenação do agente pela prática do crime subjacente.

5. A infracção subjacente inclui os crimes cometidos fora do território nacional, quando os actos sejam constituídos como crime no estado onde tenham sido cometidos e dentro do território de Timor-Leste.

6. O crime de branqueamento de capitais não se aplica às pessoas que cometam o crime subjacente.

7. A tentativa de branqueamento de capitais é punível e pode ser objecto de uma redução de pena nos termos gerais.

8. A punição prevista pela prática dos factos ilícitos típicos descritos nas alíneas a) a c) do número 1 não deve exceder o limite máximo previsto para as correspondentes infracções subjacentes.

Artigo 314º

Fraude fiscal

1. Quem, para não pagar ou permitir a terceiro que não pague, total ou parcialmente, qualquer imposto, taxa ou outra obrigação pecuniária fiscal devida ao Estado, ao:

- a) Não declarar os factos sujeitos a tributação ou os necessários à sua liquidação;
- b) Declarar incorrectamente os factos em que se funda a tributação; ou
- c) Impedir por qualquer meio ou sonegar os elementos necessários a uma correcta fiscalização da actividade ou factos sujeitos à tributação.

é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos.

2. Se a quantia devida e não paga for superior a 5.000 dólares americanos, o agente é punido com pena de prisão de 2 a 8 anos.

Artigo 315º **Importação e exportação ilícita de bens ou mercadorias**

1. Quem exportar ou importar, sem licença, bens ou mercadorias cuja exportação ou importação, por determinação legal, estiver dependente de licença de qualquer entidade, ou sem passarem pelas alfândegas, é punido com prisão até 3 anos ou multa.

2. Se os factos forem praticados com negligência a pena é de prisão até 1 ano ou multa.

Artigo 316º **Contrabando**

1. Quem importar ou exportar bens ou mercadorias sem os conduzir através das alfândegas ou de outros controles de passagem obrigatória para entrada ou saída de bens ou mercadorias do território de Timor-Leste, é punido com pena de prisão de 2 a 6 anos ou multa.

2. Se o valor dos bens ou mercadorias for superior a 10.000 dólares americanos ou se o agente praticar os factos descritos no número anterior de forma habitual, a pena é de prisão de 2 a 8 anos ou multa.

3. Se a conduta referida nos números anteriores respeitar a bens ou mercadorias sujeitos a licença ou cuja importação ou exportação seja proibida, as penas referidas nos números anteriores são agravadas de um terço nos seus limites.

Artigo 317°

Descaminho

1. Quem importar ou exportar bens ou mercadorias, eximindo-se total ou parcialmente, ao pagamento dos direitos ou taxas alfandegárias devidos pela entrada ou saída daqueles é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos ou multa.
2. Se o valor dos bens ou mercadorias for superior a 10.000 dólares americanos ou se o agente praticar os factos descritos no número anterior de forma habitual, a pena é de prisão de 2 a 6 anos ou multa.

Artigo 318°

Isenção de pena

O agente da prática dos factos descritos nos artigos anteriores pode ser isento de pena sempre que pague voluntariamente os direitos ou taxas alfandegárias que vierem a ser liquidados e a conduta seja ocasional.

Artigo 319°

Administração irregular de verbas públicas

1. Quem der às verbas públicas aplicação diferente da legalmente estabelecida, é punido com prisão até 2 anos ou multa.
2. Se o destino da aplicação irregular não for efectuado para fim público, sendo essa a finalidade legalmente estabelecida, a pena é de prisão de 2 a 6 anos.

Artigo 320°

Desobediência a requisição de bens

1. Quem não cumprir a requisição, ordenada pelo Governo, de bens considerados indispensáveis ao abastecimento das actividades económicas ou ao consumo público, é punido com pena de prisão de 1 a 4 anos ou multa.
2. A conduta negligente é punida com pena de prisão até 1 ano ou multa.

Artigo 321º
Destruição de bens relevantes para a economia

1. Quem por qualquer meio, destruir, danificar ou tornar não utilizáveis bens próprios de interesse relevante para a economia nacional ou por qualquer outro modo os subtrair ao cumprimento de deveres legais impostos em razão da economia nacional é punido com pena de prisão até 3 anos ou multa.

2. A conduta negligente é punida com prisão até 1 ano ou multa.

Artigo 322º
Exploração ilícita de jogo

1. Quem, por qualquer forma, fizer a exploração de jogo de fortuna ou azar fora dos locais legalmente autorizados e sem a devida autorização legal, ou assegurar a sorte através de erro, engano ou utilização de qualquer equipamento, é punido com pena de prisão até 3 anos ou com pena de multa.

2. Jogos de fortuna ou azar são aqueles cujo resultado é incerto por assentar exclusiva ou fundamentalmente na sorte.

Artigo 323º
Perturbação de acto público

Quem, com intenção de impedir ou prejudicar os resultados de arrematação judicial ou contra a arrematação ou concurso públicos, conseguir, por meio de dádiva, promessa, violência ou ameaça, que alguém não lance ou não concorra ou que, embora lançando e arrematando, o faça em condições de falta de liberdade na prática daqueles actos, é punido com prisão até 3 anos ou multa.

Lei 13/2008, de 13 de Outubro
Autorização legislativa em matéria penal

O mecanismo constitucional da autorização legislativa encontra-se previsto no artigo 96.º, n.º1, alínea a) da Constituição da República Democrática de Timor-Leste.

A opção por este mecanismo, que a Constituição prevê, potencia uma maior celeridade do processo legislativo, definindo o Parlamento as grandes linhas da política legislativa que devem informar o diploma definitivo, remetendo para o Governo a harmonização dos aspectos de técnica jurídica, intervenção subordinada às directivas emanadas do Parlamento Nacional. É observada a separação de competências atribuídas aos diversos órgãos constitucionais, no que concerne ao exercício do poder legislativo.

A presente lei de autorização legislativa fixa o conteúdo e extensão em termos que garantem o respeito pelos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos, no âmbito do Direito Penal. Ademais, as soluções propostas têm em consideração os princípios gerais de direito criminal sancionados em instrumentos jurídicos internacionais, já ratificados por Timor-Leste, bem como o contexto social e cultural do país.

Salienta-se, ainda, que o conteúdo da autorização legislativa que agora se concede encontra-se articulado com o Código de Processo Penal e demais legislação complementar entretanto aprovada e vigente.

A aprovação tem como consequência futura o abandono da aplicação subsidiária em Timor-Leste do Código Penal da Indonésia, exigindo, ainda, a revogação ou a harmonização dos diplomas legislativos posteriores a 20 de Maio de 2002, que contenham normas relativas à definição de crimes, penas ou medidas de segurança.

Assim, o Parlamento Nacional decreta, nos termos dos artigos 95.º n.º 1 e 96.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1º **Objecto**

É concedida autorização ao Governo para aprovar o Código Penal e revogar a legislação vigente nesta matéria, nomeadamente quanto à definição de crimes, penas, medidas de segurança e respectivos pressupostos.

Artigo 2º **Sentido e extensão**

1. O Código Penal elaborado ao abrigo da presente lei de autorização legislativa observará os princípios e normas constitucionais e as normas constantes de instrumentos internacionais que, nesta matéria, vinculem o Estado Timorense.

2. A autorização tem o seguinte sentido e extensão:

a) Construção de um sistema jurídico-penal visando a protecção de bens jurídicos essenciais à vida na sociedade timorense e a reintegração dos delinquentes nesta;

b) Consagrar o princípio da legalidade e da proibição da analogia no que concerne à aplicação da lei penal, embora com a possibilidade de aplicar lei posterior à prática do crime sempre que em concreto se mostrar mais favorável;

c) Estipular que as leis excepcionais ou temporárias se aplicam aos factos praticados na sua vigência mesmo que julgados após o período de vigência;

d) Estabelecer normas que definam o lugar e o momento da prática do crime;

e) Consagrar o princípio da territorialidade para a aplicação da lei penal timorense, individualizando as restrições a tal princípio e os casos de aplicação às situações ocorridas fora do território timorense;

f) Regular os pressupostos gerais do crime, equiparando a omissão à acção, salvo se outra for a

intenção da lei, sempre que o tipo legal de crime compreenda um certo resultado e sobre o agente recair o dever de o evitar;

g) Fazer depender a imputação objectiva da existência de um nexo de causalidade entre a conduta e o resultado típico;

h) A imputação objectiva dependerá da verificação de dolo ou de negligência, definindo-se os tipos de dolo (directo, necessário e eventual) e as modalidades de negligência (consciente e inconsciente);

i) Prever que a responsabilidade criminal pelos crimes previstos no Código Penal é intransmissível e tem como únicos agentes as pessoas singulares, admitindo-se situações de responsabilidade por actuação em nome de outrem e que legislação especial venha a consagrar a responsabilidade criminal das pessoas colectivas;

j) Consagrar a inimputabilidade dos menores de 16 anos de idade e os requisitos para a inimputabilidade em razão de anomalia psíquica;

k) Admitir a possibilidade de agravação da pena sempre que a responsabilidade do agente, pelo menos a título de negligência, deva abranger um resultado não compreendido no tipo;

l) Consagrar o erro sobre as circunstâncias como excludente do dolo e o erro sobre a ilicitude como relevando para afastar a culpa;

m) Quanto às formas do crime, estabelecer como princípio a não punibilidade dos actos preparatórios, e a regra da punição da tentativa nos crimes dolosos puníveis com mais de 3 anos de prisão;

n) Definir o conceito de tentativa, a medida da sua punição, os casos de tentativa impossível, a relevância da desistência voluntária e do arrependimento posterior tanto em actuações singulares como em casos de participação;

o) Estabelecer as formas de autoria, instigação ou cumplicidade e definir a responsabilidade dos participantes na culpa e na ilicitude;

p) Prever e definir os pressupostos das situações de concurso de crimes, de concurso de sanções, de

concurso de crime com outra infracção e do concurso de normas;

q) Estabelecer as regras de punição do concurso de crimes, mesmo quando de conhecimento superveniente, admitindo-se a possibilidade de o cúmulo poder atingir os 30 anos de prisão e os 600 dias de multa;

r) Definir o crime continuado e as regras da sua punição com a pena aplicável à conduta mais grave;

s) Consagrar as causas de exclusão da ilicitude e da culpa, autonomizando sistematicamente umas e outras e definindo os respectivos pressupostos de aplicação;

t) Introduzir um título relativo às circunstâncias que, não fazendo parte do tipo legal, assumam relevância na determinação da responsabilidade criminal do agente;

u) Proceder à enumeração das circunstâncias agravantes de carácter geral e à enumeração das atenuantes;

v) Prever uma cláusula geral de atenuação extraordinária para além dos casos especiais previstos na lei e delimitar as respectivas consequências na determinação da moldura penal, através dum modelo de graus de atenuação;

w) Como circunstâncias agravantes modificativas gerais consagrar a reincidência e a habitualidade criminal prevendo os respectivos pressupostos e consequências no domínio da pena;

x) Construir um sistema de penas e de medidas de segurança cuja diferença assente na capacidade ou não de culpa do agente do facto; sendo que no primeiro caso a pena concreta nunca poderá ultrapassar a medida de culpa e no segundo se têm de fundamentar na perigosidade do agente;

y) Enunciar os princípios determinantes na escolha da pena e da medida de segurança bem como dos efeitos destas e da contagem do tempo de privação de liberdade antes da condenação;

z) Relativamente à execução das penas e das medidas privativas da liberdade prever a possibilidade de benefício da liberdade condicional e do regime para prova, sempre com o consentimento do visado e com os demais requisitos a serem consagrados em legislação

complementar que poderá prever as condições de execução da pena de prisão, os direitos e deveres dos reclusos e a existência de regimes abertos;

aa) Criar um sistema de sanções criminais para os imputáveis a partir das seguintes penas principais: a prisão, a multa, o trabalho a favor da comunidade e a admoestação;

bb) A pena de prisão com a duração mínima de 30 dias e máxima de 30 anos, com a possibilidade de ser suspensa na sua execução sempre que não for aplicada em medida superior a 3 anos e as exigências de prevenção de futuros crimes não exigirem o seu cumprimento, podendo ou não ser condicionada ao cumprimento de alguns deveres ou/e sujeita ao acompanhamento pelos serviços de reinserção durante o período da suspensão;

cc) Regulamentar a possibilidade de modificação do regime de suspensão inicialmente aplicado e a sua revogação se durante o período de suspensão o condenado praticar crime doloso pelo qual venha a ser condenado com pena de prisão ou nos casos de incumprimento doloso dos deveres a que for sujeito;

dd) Consagrar um regime de substituição das penas de prisão aplicadas em medida não superior a 12 meses por multa ou trabalho a favor da comunidade, conforme as circunstâncias, com o dever de o tribunal fundamentar a não substituição quando, podendo, não utilizar tal medida;

ee) Não fazer corresponder prisão alternativa à multa substitutiva e, em caso de não pagamento injustificado desta, impor o cumprimento da prisão inicialmente aplicada;

ff) Estipular que a pena de multa seja sempre fixada em tempo, no mínimo de 10 dias e máximo de 360 dias, em princípio, e determinar que a cada dia de multa corresponda uma quantia a fixar entre meio dólar e 200 dólares, a fixar em razão da situação económica e financeira do condenado;

gg) Sempre que for aplicada directamente uma pena de multa, estipular o dever de lhe fazer corresponder prisão alternativa pelo tempo correspondente reduzido a 2/3, bem como a possibilidade de pagamento da multa em

prestações, a sua redução ou isenção em casos de grande dificuldade superveniente ou impossibilidade de cumprimento daquela;

hh) Prever a possibilidade da pena de trabalho a favor da comunidade tanto poder ser substitutiva da de prisão como da de multa em situações de pequena e média criminalidade e estabelecer algumas das condições para a sua aplicação e execução em coordenação com os serviços de reinserção, bem como os casos de isenção ou redução, ficando para lei complementar a regulação das demais condições de aplicação e funcionamento desta pena;

ii) Consagrar a pena de admoestação para casos não puníveis com pena de prisão abstracta superior a 3 anos desde que, cumulativamente, se verifique a reparação do dano, o agente seja delinquente primário e as necessidades de prevenção e de recuperação se bastem com a admoestação;

jj) Estabelecer um sistema de penas acessórias, fazendo corresponder a certos crimes a proibição do exercício de direitos e profissões, nomeadamente a suspensão temporária de funções públicas, proibição do exercício de função, proibição de condução, cassação de licença de porte de arma e expulsão de estrangeiros; tais penas acessórias não serão de funcionamento automático dependendo da prévia aplicação de uma pena principal e a sua duração variável com a medida de culpa;

kk) Aos declarados inimputáveis por virtude de anomalia psíquica consagrar a possibilidade de aplicação de medidas de segurança, de duração temporal limitada, nomeadamente de internamento sempre que razões de perigosidade o aconselhem e a obrigatoriedade da mesma cessar quando findar o estado que a legitimou, admitindo-se que no caso de estrangeiros aquela seja substituída por expulsão;

ll) Prever também a existência de medidas de interdição profissional, de cassação de licença e de proibição de condução para os inimputáveis em razão de anomalia psíquica;

mm) Criar um capítulo autónomo relativo à matéria da determinação da pena concreta, tanto da prisão

como da multa, enunciando-se os princípios gerais e as operações necessárias à sua escolha e quantificação;

nn) Estipular que a indemnização por perdas e danos decorrentes da prática de um crime, quanto aos pressupostos e cálculo, se regula pelas normas de direito civil mas, salvo declaração em contrário pelo lesado, será officiosamente arbitrada pelo tribunal no processo penal e que o crédito daí resultante é privilegiado;

oo) Determinar as condições para que a perda dos objectos e das vantagens consequência de um crime sejam decretadas pelo tribunal;

pp) Definir para efeitos do exercício do direito de queixa os crimes como públicos ou semi-públicos, identificar os titulares desse direito, o prazo para o seu exercício e as condições de renúncia ou desistência do mesmo;

qq) No que concerne à extinção da responsabilidade criminal, fixar os prazos de prescrição do procedimento criminal tendo em consideração as diferentes molduras do tipo de crimes, a forma de contagem e as causas de suspensão da prescrição;

rr) Fixar os prazos para a prescrição das penas, das medidas de segurança e das penas acessórias, bem como as situações de suspensão daquela;

ss) Regular os demais casos de extinção da responsabilidade como a morte do agente, a amnistia, o perdão genérico e o indulto;

tt) Consagrar a imprescritibilidade do procedimento criminal e das penas pela prática de crimes de guerra, contra a paz, a humanidade e a liberdade;

uu) Organizar a parte especial do Código Penal, o Livro Segundo, agrupando os tipos de crimes conforme os bens jurídicos protegidos, criando Títulos e Capítulos o mais homogêneos possível;

vv) No Título I, agrupar os ilícitos concernentes aos crimes de Genocídio e contra a Humanidade, os crimes de Guerra, incluindo as condutas proibitivas de determinados métodos e meios referenciados no direito internacional, os crimes de guerra contra a propriedade e contra bens protegidos por insígnias ou emblemas distintivos ou outros direitos e, ainda neste Título, os

denominados crimes contra a Paz e a Liberdade, nomeadamente proibindo o incitamento à guerra, as condutas de discriminação racial ou religiosa, o tráfico e escravidão de pessoas e consagrando um tipo legal de crime que abranja as situações de terrorismo;

ww) Ainda no Título I da Parte Especial, deve o futuro Código Penal de Timor-Leste ter em atenção as obrigações internacionais assumidas pelo País ao subscrever e ratificar o Estatuto do Tribunal Penal Internacional;

xx) No Título II da Parte Especial do Código tutelar-se-ão os bens jurídicos eminentemente pessoais salientando-se a vida, a integridade física, a liberdade pessoal, a honra e a tutela da vida privada;

yy) Estruturar a tutela do bem jurídico vida através da cominação de molduras penais diferenciadas consoante o tipo de culpa do agente (dolo e negligência) e as circunstâncias qualificadoras do maior ou menor grau de censurabilidade nomeadamente em função dos motivos, da qualidade da vítima e dos meios e métodos utilizados para realizar o desígnio criminoso;

zz) Consagrar a protecção da vida uterina; prever o privilegiamento de condutas infanticidas por parte da parturiente a casos restritivos ocorridos durante o parto, por influência perturbadora deste; criminalizar o incitamento ao suicídio e as situações de abandono ou exposição intencional de outrem que lhe coloque em perigo a vida;

aaa) Definir um conjunto de normas incriminadoras que proíbam comportamentos violadores da integridade física de outra pessoa, graduando a moldura penal abstracta a partir do grau de ilicitude e da culpa do agente manifestada na gravidade da lesão, no tipo de culpa e na possibilidade ou não de determinado resultado que exceda o desígnio criminoso formulado ainda suportar a imputação, pelo menos a título de negligência, aquilo a que a doutrina chama de agravação pelo resultado;

bbb) Autonomizar a incriminação das ofensas por meio de substâncias venenosas, as ofensas recíprocas e a participação em rixa com duas ou mais pessoas;

ccc) Por último, ainda no âmbito das ofensas corporais, implementar dois tipos legais de crime que especialmente prevejam a punição dos maus-tratos a menores ou incapazes e aos cônjuges ou a quem coabitar em situação análoga;

ddd) No capítulo da tutela da liberdade pessoal criminalizar as condutas tradicionalmente e a nível do direito comparado integradoras dos tipos de crime de ameaças, coacção, sequestro, rapto e outros actos violadores da liberdade individual e, de modo específico, criar o tipo de ilícito relativo à venda de pessoas e o de omissão de denúncia das situações susceptíveis de constituir os crimes em causa;

eee) Consagrar um capítulo relativo à criminalidade sexual destacando o bem jurídico da liberdade neste domínio como determinante das condutas a criminalizar, protegendo os mais jovens de actos para que não estejam ainda preparados para, conscientemente, decidirem em liberdade, incriminar as condutas reveladoras de exploração sexual e as formas mais comuns de abusos sexuais quer mediante fraude quer em razão da idade;

fff) De uma forma muito particular incriminar as práticas de prostituição sexual, de pornografia infantil e quaisquer actos de natureza sexual com menores de doze anos de idade;

ggg) Introduzir a criminalização da violação de segredo, da violação do domicílio e de outros lugares e violação da correspondência e de telecomunicações;

hhh) Agrupar num título único um conjunto de crimes que tutelem bens jurídicos relativos à paz e à tranquilidades públicas, à segurança do Estado, à vida em sociedade, contra a autoridade pública e no âmbito das actividades eleitorais;

iii) No que concerne ao domínio das condutas capazes de violar a paz e a tranquilidade públicas prevenir o aparecimento de associações criminosas, atitudes públicas de instigação à prática de crimes, a participação em motins públicos, comportamentos que impeçam o exercício de direitos políticos pelos cidadãos, desobediência à ordem legítima de dispersão, criminalizar

as práticas consubstanciadoras do tráfico de influências e punir o abuso de sinais ou uniformes públicos;

jjj) No âmbito da segurança interna do Estado prever normas incriminadoras para os comportamentos susceptíveis de a pôr em risco de forma mais significativa, nomeadamente consagrando o tipo legal de crime de traição à Pátria, colaboração com forças armadas inimigas do Estado Timorense, sabotagem contra a defesa nacional e campanha contra o esforço pela paz em Timor-Leste, atentado contra o Chefe de Estado ou outras acções contra órgãos constitucionais ou condutas que prossigam como fim a alteração do Estado de Direito, infidelidade diplomática, violação de segredo de Estado e ultraje aos símbolos nacionais timorenses;

kkk) Criminalizar os comportamentos fraudulentos nas actividades eleitorais independentemente de quem for o seu agente e da fase do processo eleitoral, os casos de obstrução ao exercício de candidatura ou o seu exercício ilícito, situações de propaganda eleitoral em violação do respectivo enquadramento legal e acções que perturbem o normal desenrolar do acto eleitoral;

lll) A vida nas sociedades modernas desenvolve-se em constante contacto com condutas potencialmente geradoras de perigos mais ou menos próximos de concretização e susceptíveis de violar bens cuja integridade importa salvaguardar, tais como a actividade de condução de veículos automóveis, de uso e detenção de armas e certas actividades com relevância no domínio da saúde do cidadão e pública, devendo prever-se alguns tipos de crimes nesta matéria;

mmm) Da mesma forma dever-se-ão criminalizar comportamentos capazes de violar valores religiosos implantados na sociedade timorense, a falta de cumprimento de obrigações alimentares e outras no domínio da guarda de menores, casos de solidariedade social decorrentes de situações de calamidade, desastre ou obrigatórias para determinadas actividades profissionais;

nnn) Sancionar criminalmente condutas que sejam insustentavelmente lesivas do meio ambiente, designadamente da fauna, da flora, de habitats naturais e de recursos do subsolo timorense;

ooo) Sancionar criminalmente condutas que atentem contra o exercício da autoridade pública, nomeadamente por meio de actos de desobediência, obstrução, destruição, resistência ou usurpação de cargos públicos;

ppp) No que concerne ao exercício da acção executora de penas ou medidas privativas da liberdade criminalizar os comportamentos que se traduzam em tirada de presos, evasão, auxílio a esta por funcionário e o motim de reclusos;

qqq) Como forma de protecção dos bens jurídicos patrimoniais consagrar dois capítulos agrupando os crimes contra a propriedade num e os crimes contra o património em geral noutro;

rrr) Construir um sistema normativo tutelador da propriedade com base nos tipos legais de crime mais comuns nas diversas legislações penais como o furto, o roubo, o abuso de confiança e o dano, estruturando estes tipos em simples e agravados, ponderadas as circunstâncias de valor conjugadas com a natureza da coisa apropriada, os meios e formas de actuação, a violência, ameaças ou coacção ou quaisquer outras susceptíveis de aumentarem significativamente a culpa ou ilicitude;

sss) Autonomizar, ainda no que se refere à propriedade, as normas tipificadoras do furto de uso de veículos, os casos de violência após a subtracção, a usurpação de imóvel e a alteração de marcos, mantendo-se a incriminação do dano involuntário e definindo os tipos de queimada proibida e de incêndio como tipos de crime especificamente de dano especial em razão do meio e de perigo face às consequências que normalmente lhe estão associadas;

ttt) Proteger o património em geral não só com as incriminações mais usuais nesta matéria como a burla, a extorsão, a receptação e a falência ou insolvência mas, sobretudo, tendo presentes as necessidades decorrentes das novas tecnologias no comércio e das responsabilidades a exigir de quem, gerindo bens ou patrimónios alheios se não conduza adequadamente nessa profissão de administração, referimo-nos aos crimes de

burla informática e às formas de administração danosa e abusiva;

uuu) Nas sociedades modernas e democráticas a justiça e o seu exercício são bens a justificarem a intervenção da tutela penal, devendo consagrar-se a punição da falsidade de actos processuais, as formas de obstrução da actividade jurisdicional, o seu não exercício enquanto denegação de justiça e a violação do respectivo segredo;

vvv) Incluir as incriminações relativas a actos de suborno, de prevaricação de magistrado ou funcionário e de advogado ou defensor público, bem como outras actividades de favorecimento pessoal no domínio da justiça, sem esquecer as clássicas incriminações de denúncia caluniosa, simulação de crime e não participação;

www) Para além das referências constantes nos dois últimos números deverão ser criminalizadas condutas que no exercício de funções públicas se traduzam em situações de corrupção, peculato, abuso de poder ou de força pública ou participação económica em negócio por parte de quem exerça cargos ou funções públicas;

xxx) Em título autónomo, prevenir através das adequadas normas incriminadoras, as condutas de falsificação de documentos, notações técnicas, moeda e valores selados ou timbrados, pesos e medidas, marcas, cunhos e chancelas, diversificando as respectivas punições de acordo com a natureza, o valor probatório ou fiduciário e o uso ou destino públicos dos objectos falsificados e prever a possibilidade de apreensão e perda dos objectos destinados à prática destes crimes;

yyy) Ainda no mesmo domínio da economia deverá proceder-se à incriminação dos actos que constituam fraude fiscal ou situações de contrabando e descaminho no que concerne às questões alfandegárias ou fronteiriças, para além de se manter punição criminal de desobediência à requisição de bens ordenada pelo governo e os comportamentos susceptíveis de perturbar, prejudicar ou impedir a realização de alguns actos públicos como o concurso público ou a arrematação judicial.

Artigo 3º
Articulação com o Código de Processo Penal

A entrada em vigor do Código Penal a que se refere a presente lei de autorização legislativa deve articular-se com o Código de Processo Penal e demais legislação regulamentar em matéria penal que seja vigente, por imperativo da segurança e coerência jurídicas do respectivo Ordenamento.

Artigo 4º
Duração e extensão

A autorização legislativa concedida pela presente lei tem a duração de 180 dias, contados da data da sua entrada em vigor.

Artigo 5º
Entrada em vigor

O presente diploma legal entra em vigor no dia imediato ao da sua publicação.

Aprovado em 23 de Setembro de 2008

A Presidente do Parlamento Nacional em exercício,
Maria da Paixão de Jesus da Costa

Promulgado em 7 de Outubro de 2008.
Publique-se.

O Presidente da República,
Dr. José Ramos Horta

Lei 6/2009, de 15 de Julho
(Primeira alteração do Código Penal aprovado pelo
Decreto-Lei n.º 19/2009, de 8 de Abril)

A vida, desde o momento da concepção do ser humano, tem de ser protegida. Tomando por assente este princípio, não se pode ignorar que há situações que podem justificar a interrupção da gravidez. Porém, a gravidade dos bens aqui em conflito, isto é, o bem (vida da mulher grávida) e o bem (vida do feto ou embrião), ambos com o mesmo valor, apenas legitima a interrupção em situações extremas: quando o sacrifício de uma vida é o único e último recurso para salvar outra e não há forma alguma de manter as duas.

Importa, pois, estabelecer que a interrupção da gravidez, cuja última palavra deve ser sempre da mãe, a qual em consciência decidirá, apenas deve ser permitida quando for o único meio para evitar a morte da mulher grávida.

Assim, o Parlamento Nacional decreta, nos termos do artigo 92.º, do n.º 1 do artigo 95.º e do artigo 98.º da Constituição da República, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º
Alteração ao Código Penal

O artigo 141.º do Código Penal aprovado pelo artigo 1.º do Decreto-lei n.º 19/2009, de 8 de Abril, dele anexo, passa a ter a seguinte redacção:

“Artigo 141.º
(...)”

1. (...)
2. (...)
3. (...)
4. O disposto nos números anteriores não se aplica quando a interrupção da gravidez constituir, de acordo com o estado dos conhecimentos e experiência médicos, e após terem sido levadas a cabo todas as acções possíveis para salvar a vida da mulher grávida e a do feto ou

embrião, o único meio para remover perigo de morte da mulher grávida, desde que efectuada, mediante certificação médica, por médico ou outro profissional de saúde sob sua direcção em estabelecimento de saúde público ou oficialmente reconhecido, e com o consentimento da mulher grávida.

5. A verificação das circunstâncias referidas no número anterior é certificada em atestado médico escrito e assinado por um painel de três médicos, em data anterior à da interrupção, do qual não faz parte o médico que realiza ou supervisiona a realização da interrupção da gravidez.

6. O consentimento é prestado por escrito em documento assinado pela mulher grávida – após ouvir, se possível, o cônjuge ou aquele que com ela viva em condições análogas às dos cônjuges – ou por outrem a seu rogo, sempre que possível com antecedência de dois dias em relação à data da interrupção.

7. No caso de a mulher grávida ser menor, o consentimento é prestado pelo representante legal.

8. No caso de a mulher grávida maior ou emancipada ser ou estar psiquicamente incapaz, o consentimento é prestado, respectiva e sucessivamente, pelo cônjuge ou aquele que com ela viva em condições análogas às dos cônjuges, pelo representante legal, por ascendente ou descendente, ou, na sua falta, por quaisquer parentes da linha colateral.

9. Quando não for possível obter o atestado médico referido no n.º 5, e/ou não for possível obter o consentimento nos termos dos n.ºs 6 a 8, e a realização da interrupção for urgente e inadiável, o médico decide em consciência face à situação, socorrendo-se, sempre que possível, do parecer de outros médicos.

10. O painel referido no n.º 5 é constituído por médicos possuidores de conhecimentos adequados para a avaliação das circunstâncias que justificam a interrupção da gravidez, dele fazendo parte, sempre que possível, um médico ginecologista/obstetra.

11. Os médicos que emitem o atestado médico e os médicos que realizam ou supervisionam a realização da interrupção da gravidez devem prestar todos os

esclarecimentos necessários à mulher grávida e, se for o caso, às pessoas referidas nos n.ºs 7 e 8, designadamente o método de interrupção a utilizar, os efeitos da interrupção, as eventuais consequências para a saúde física e psíquica da mulher grávida.

12. É reconhecido aos médicos e demais profissionais de saúde o direito à objecção de consciência relativamente a quaisquer actos respeitantes à interrupção da gravidez.

13. Os médicos e demais profissionais de saúde que invoquem a objecção de consciência devem garantir a imediata intervenção nos actos necessários, bem como o imediato acompanhamento da mulher grávida, por outro profissional de saúde.

14. A objecção de consciência é expressa e comunicada, através de documento escrito e assinado, ao responsável clínico do estabelecimento de saúde onde o objector presta serviço.

Artigo 2.º **Entrada em vigor**

A presente lei entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em 26 de Maio de 2009.

O Presidente do Parlamento Nacional,
Fernando La Sama de Araújo

Promulgada em 3 de Julho de 2009.
Publique-se.

O Presidente da República,
Dr. José Ramos Horta

KÓDIGU PENÁL

Aprovalu ho Dekretu-Lei 19/2009, iha 8 Abríl, ho baze iha
autorizasaun ne'ebé Lei 13/2008, iha 13 Outubru, fo, no alteradu ho
Lei 6/2009, iha 15 Jullu



ÍNDISE

Dekretu-Lei 19/2009, iha 8 Abríl (Aprova Kódigu Penál)

KÓDIGU PENÁL

LIVRU I - PARTE JERÁL

TÍTULU I - LEI PENÁL NIA APLIKASAUN

KAPÍTULU ÚNIKU - PRINSÍPIU JERÁL

Artigu 1 - Prinsípiu legalidade

Artigu 2 - Proibisaun ba analojia

Artigu 3 - Lei penál nia aplikasaun iha tempu

Artigu 4 - Lei exesionál ka temporária

Artigu 5 - Momentu iha ne'ebé pratika faktu

Artigu 6 - Fatin iha ne'ebé pratika faktu

Artigu 7 - Prinsípiu territorialidade

Artigu 8 - Faktu praktikadu iha territóriu la nasional

Artigu 9 - Limitasaun ba lei timór nia aplikasaun

Artigu 10 - Aplikasaun subsidiária

TÍTULU II - KRIME

KAPÍTULU I - PRESUPOSTU JERÁL

Artigu 11 - Aksaun no omisaun

Artigu 12 - Responsabilidade kriminál

Artigu 13 - Responsabilidade tanba aktuasaun ho ema seluk nia naran

Artigu 14 - Imputasaun subjativa

Artigu 15 - Dolu nia tipu

Artigu 16 - Neglijénsia nia tipu

Artigu 17 - Erru kona-ba sirkunstánsia

Artigu 18 - Erru kona-ba ilisitude

Artigu 19 - Agravasaun tanba rezultadu

Artigu 20 - Inimputabilidade tanba idade

Artigu 21 - Inimputabilidade tanba anomalia psíkika

KAPÍTULU II - KRIME NIA FORMA

Artigu 22 - Aktu preparatóriu

Artigu 23 - Tentativa

Artigu 24 - Tentativa nia punibilidade

Artigu 25 - Tentativa la punivel

Artigu 26 - Dezisténsia voluntária

Artigu 27 - Iha kompartisipasaun

Artigu 28 - Arrependimentu posteriór
KAPÍTULU III - KRIME NIA AJENTE
Artigu 29 - Ajente
Artigu 30 - Autoria
Artigu 31 - Instigasaun
Artigu 32 - Kumplisidade
Artigu 33 - Kulpa iha partisipasaun
Artigu 34 - Ilisitude iha partisipasaun
KAPÍTULU IV - KONKURSU NO KRIME
KONTINUADU
Artigu 35 - Krime iha konkursu
Artigu 36 - Punisaun iha konkursu
Artigu 37 - Sansaun iha konkursu
Artigu 38 - Pena suspensa iha kúmulu jurídiku
Artigu 39 - Konkursu ho koñesimentu superveniente
Artigu 40 - Krime ho infrasaun seluk
Artigu 41 - Krime kontinuadu
Artigu 42 - Norma barak iha konkursu
KAPITULU V - KAUAZA BA EXKLUZAUN
SEKSAUN I - KAUAZA NE'EBÉ EXKLUI ILISITUDE
Artigu 43 - Exkluzau ba ilisitude
Artigu 44 - Lejítima defeza
Artigu 45 - Estadu ho nesesidade justifikante
Artigu 46 - Konflitu iha devér
Artigu 47 - Konsentimentu
SEKSAUN II - KAUAZA NE'EBÉ EXKLUI KULPA
Artigu 48 - Exesu iha lejítima defeza
Artigu 49 - Estadu ho nesesidade deskulpante
Artigu 50 - Obediénsia indevida deskulpante
TÍTULU III - Sirkunstánsia
KAPÍTULU ÚNIKU - REGRA JERÁL
Artigu 51 - Pena nia medida
Artigu 52 - Sirkunstánsia agravante jerál
Artigu 53 - Reinsidénsia
Artigu 54 - Abitualidade kriminal
Artigu 55 - Sirkunstánsia atenuante jerál
Artigu 56 - Sirkunstánsia ba atenuasaun extraordinária
Artigu 57 - Atenuasaun extraordinária nia grau
Artigu 58 - Sirkunstánsia nia konkursu
TÍTULU IV - KRIME NIA KONSEKUÉNSIA
JURÍDIKA

KAPÍTULU I - DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 59 - Pena no medida ba seguransa

Artigu 60 - Pena no medida ba seguransa nia limite

Artigu 61 - Pena no medida ba seguransa nia finalidade

Artigu 62 - Hili pena no medida ba seguransa

Artigu 63 - Pena no medida ba seguransa nia efeitu

Artigu 64 - Pena ka medida ne'ebé hasai liberdade nia ezekusaun

Artigu 65 - Pena no medida ne'ebé hasai liberdade nia konkursu

KAPÍTULU II - PENA PRIZAUN

Artigu 66 - Pena prizaun nia durasaun

Artigu 67 - Prizaun nia substituisaun ho multa

Artigu 68 - Suspensaun ba prizaun nia ezekusaun

Artigu 69 - Prizaun nia suspensaun ho devér

Artigu 70 - Regra ba konduta

Artigu 71 - Suspensaun ba prizaun ho akompañamentu

Artigu 72 - Modifikasaun iha rejime ba suspensaun

Artigu 73 - Revogasaun ba suspensaun

Artigu 74 - Pena prizaun nia extinsaun

KAPÍTULU III - PENA MULTA

Artigu 75 - Pena multa nia durasaun

Artigu 76 - Prizaun alternativa ba pena multa

Artigu 77 - Pena multa nia redusaun ka izensaun

KAPÍTULU IV - PENA TRABALLU BA

KOMUNIDADE

Artigu 78 - Traballu ba comunidade

Artigu 79 - Rekizitu

Artigu 80 - Pena nia suspensaun, redusaun ka izensaun

Artigu 81 - Lejislasaun komplementár

KAPÍTULU V - PENA ADMOESTASAUN

Artigu 82 - Admoestasaun

Artigu 83 - Pena admoestasaun nia ezekusaun

KAPÍTULU VI - PENA ASESÓRIA

Artigu 84 - Prinsípiu jerál

Artigu 85 - Suspensaun temporária atu ezerse funsaun pública

Artigu 86 - Proibisaun atu ezerse funsaun

Artigu 87 - Expulsaun

Artigu 88 - Proibisaun ba kondusaun

Artigu 89 - Kasasaun ba lisensa atu rai arma

KAPÍTULU VII - PENA NIA DETERMINASAUN

Artigu 90 - Prinsípiu jerál

Artigu 91 - Pena nia determinasaun konkreta

Artigu 92 - Kazu esepiál ba pena multa

KAPÍTULU VIII - MEDIDA BA SEGURANSA

SEKSAUN I - MEDIDA INTERNAMENTU

Artigu 93 - Presupostu

Artigu 94 - Durasau

Artigu 95 - Medida nia sesasaun

Artigu 96 - Medida internamentu nia substituisaun

Artigu 97 - Liberdade ba prova

Artigu 98 - Liberdade ba prova nia revogasaun

Artigu 99 - Suspensaun ba internamentu nia ezekusaun

SEKSAUN II - MEDIDA BA SEGURANSA SELUK

Artigu 100 - Medida interdisaun profesionál

Artigu 101 - Proibisaun ba kondusaun no kasasaun ba

lisensa atu uza no hela ho arma

KAPÍTULU IX - KRIME NIA KONSEKUÉNSIA

SELUK

Artigu 102 - Lakon krime nia objetu

Artigu 103 - Lakon vantajen

Artigu 104 - Responsabilidade sivíl tanba krime

Artigu 105 - Priviléjiu ba lezadu nia kréditu

TÍTULU V - DIREITU BA KEIXA

Artigu 106 - Krime nia natureza

Artigu 107 - Direitu ba keixa nia titulár

Artigu 108 - Prazu atu ezerse direitu

Artigu 109 - Renúnsia no dezisténsia ba keixa

TÍTULU VI - RESPONSABILIDADE KRIMINÁL NIA

EXTINSAUN

KAPÍTULU I - PROSEDIMENTU KRIMINÁL NIA

PRESKRISAUN

Artigu 110 - Prazu ba preskrisaun

Artigu 111 - Prazu nia kontajen

Artigu 112 - Suspensaun ba preskrisaun

KAPÍTULU II - PENA NO MEDIDA BA SEGURANSA

NIA PRESKRISAUN

Artigu 113 - Prazu kana-ba pena nia preskrisaun

Artigu 114 - Pena asesória nia preskrisaun

Artigu 115 - Prazu ba medida ba seguransa nia

preskrisaun

Artigu 116 - Preskrisaun nia suspensaun
KAPÍTULU III - IMPRESKRITIBILIDADE
Artigu 117 - Krime jenosídiu, hasoru paz no umanidade
no kana-ba gerra
KAPÍTULU IV - KAUSA BA EXTINSAUN SELUK
Artigu 118 - Kauza seluk
Artigu 119 - Ajente nia mate
Artigu 120 - Amnistia
Artigu 121 - Amnistia no krime iha konkursu
Artigu 122 - Indultu
LIVRU II - PARTE ESPESIAL
TÍTULU I - KRIME HASORU PAZ NO UMANIDADE
KAPITULU I - KRIME JENOSÍDIU NO HASORU
UMANIDADE
Artigu 123 - Jenosídiu
Artigu 124 - Krime hasoru umanidade
KAPÍTULU II - KRIME GERRA
Artigu 125 - Krime gerra hasoru ema
Artigu 126 - Krime gerra ho métodu proibidu
Artigu 127 - Krime gerra ho meu ba funu proibidu
Artigu 128 - Krime gerra hasoru bem protejidu ho
insígnia ka emblema distintivu
Artigu 129 - Krime gerra hasoru propriedade
Artigu 130 - Krime gerra hasoru direitu seluk
KAPÍTULU III - HASORU PAZ NO LIBERDADE
Artigu 131 - Organizaun terrorista
Artigu 132 - Terrorizmu
Artigu 133 - Finansiamentu ba terrorizmu
Artigu 134 - Insitamentu ba gerra
Artigu 135 - Diskriminasaun rasiál ka relijioza
KAPÍTULU IV - DISPOZISAUN KOMÚN
Artigu 136 - Xefe militar ka superior seluk nia
responsabilidade
Artigu 137 - Definisaun
TÍTULU II - KRIME HASORU EMA
KAPÍTULU I - HASORU VIDA
Artigu 138 - Omisídiu simples
Artigu 139 - Omisídiu agravadu
Artigu 140 - Omisídiu negligente
Artigu 141 - Interrupsaun ba gravidéz
Artigu 142 - Infantisídiu

Artigu 143 - Expozisaun ka abandonu
Artigu 144 - Insitamentu ka ausíliu ba suisídiu
KAPÍTULU II - HASORU INTEGRIDADE FÍZIKA
Artigu 145 - Ofensa ba integridade fízika simples
Artigu 146 - Ofensa ba integridade fízika grave
Artigu 147 - Agravasaun
Artigu 148 - Ofensa ba integridade fízika neglijente
Artigu 149 - Intervensaun no tratamentu médiko-sirúrjiku
Artigu 150 - Ofensa korporál ho substánsia venenoza
Artigu 151 - Ofensa korporál resíproka
Artigu 152 - Partisipasaun iha rixa
Artigu 153 - Maus-tratus ba inkapáz
Artigu 154 - Maus-tratus ba kónjuje
Artigu 155 - Maus-tratus ba menór
Artigu 156 - Agravasaun tanba rezultadu
KAPÍTULU III - KRIME HASORU LIBERDADE
PESOÁL
SEKSAUN I - AGRESAUN PESOÁL
Artigu 157 - Ameasa
Artigu 158 - Koasaun
Artigu 159 - Koasaun grave
Artigu 160 - Sekuestru
Artigu 161 - Raptu
Artigu 162 - Eskravidaun
Artigu 163 - Tráfiku ho ema
Artigu 164 - Agravasaun
Artigu 165 - Tráfiku ho órgaun umanu
Artigu 166 - Fa'an ema
Artigu 167 - Tortura ka tratamentu kruél, degradante ka dezumanu
Artigu 168 - Agravasaun
Artigu 169 - Omisaun ba denúnsia
Artigu 170 – Liberdade ba reuniaun no manifestasaun
SEKSAUN II - AGRESAUN SEKSUÁL
Artigu 171 - Koasaun seksuál
Artigu 172 - Violasau
Artigu 173 - Agravasaun
SEKSAUN III - EXPLORASAUN SEKSUÁL
Artigu 174 - Explorasaun seksuál ba ema seluk
Artigu 175 - Prostituisaun infantíl
Artigu 176 - Pornografia infantíl

SEKSAUN IV - ABUZU SEKSUÁL

Artigu 177 - Abuzu seksuál ba menór

Artigu 178 - Aktu seksuál ho adolexente

Artigu 179 - Abuzu seksuál ba ema ne'ebé labele reziste

Artigu 180 - Fraude seksuál

Artigu 181 - Ezibisionizmu seksuál

SEKSAUN V - DISPOZISAUN KOMÚN

Artigu 182 - Agravasaun

KAPÍTULU V - HASORU VIDA PRIVADA

Artigu 183 - Devasa

Artigu 184 - Violasaun ba segredu

Artigu 185 - Violasaun ba domisíliu

Artigu 186 - Introdusaun iha fatin seluk ne'ebé taka ba públiku

Artigu 187 - Violasaun ba korrespondénsia ka telekomunikasaun

TÍTULU III - KRIME HASORU VIDA IHA

DEMOKRASIA

KAPÍTULU I - KRIME HASORU PAZ NO

TRANKUILIDADE PÚBLIKA

Artigu 188 - Asosiasaun kriminoza

Artigu 189 - Instigasaun ba krime

Artigu 190 - Partisipasaun iha motín

Artigu 191 - Impedimentu ba direitu polítiku nia ezersísiu

Artigu 192 - Tráfiku ho influénsia

Artigu 193 - Dezobediénsia ba orden atu namkari

Artigu 194 - Abuza sinál ka uniforme públiku

Artigu 195 - Uzurpasaun ba funsaun

KAPÍTULU II - HASORU ESTADU NIA SEGURANSA

Artigu 196 - Traisaun ba pátria

Artigu 197 - Servisu ka kolaborasaun ho forsa armada inimiga

Artigu 198 - Sabotajen ba defeza nasionál

Artigu 199 - Kampaña hasoru esforsu ba paz

Artigu 200 - Violasaun ba Estadu nia segredu

Artigu 201 - Infidelidade diplomátika

Artigu 202 - Alterasaun ba Estadu tuir-lei

Artigu 203 - Atentadu hasoru órgaun soberanu nia representante másimu

Artigu 204 - Koasaun hasoru órgaun konstitusionál

Artigu 205 - Perturbasaun ba órgaun konstitusionál nia funsionamentu

Artigu 206 - Ultraje ba símbolu nasional

KAPÍTULU III - HASORU VIDA IHA SOSIEDADE SEKSAUN I - KRIME PERIGU KOMÚN

Artigu 207 - Kondusaun sem karta

Artigu 208 - Kondusaun ho álcool ka substánsia psikotrópika nia efeitu

Artigu 209 - Kondusaun perigoza

Artigu 210 - Atentadu ba seguransa iha transporte

Artigu 211 - Arma proibida

Artigu 212 - Embriagés no intoksikasaun

Artigu 213 - Abilitasaun atu ezerse aktividade balu

Artigu 214 - Produtu adulteradu ka deterioradu

SEKSAUN II - KRIME HASORU AMBIENTE

Artigu 215 - Hasoru ambiente

Artigu 216 - Agravasaun

Artigu 217 - Hasoru flora no fauna

Artigu 218 - Espésie amesada ka ho perigu atu hotu

Artigu 219 - Peska ilegál

Artigu 220 - Meiu ba peska ilísitu

Artigu 221 - Keimada proibida

SEKSAUN III - KRIME SELUK TAN

Artigu 222 - Impedimentu ka perturbasaun ba korteju, serimónia ka kultu

Artigu 223 - Profanasaun ba objetu ka fatin ba kultu ka venerasaun

Artigu 224 - Destruisaun, subtrasaun, okultasaun ka profanasaun ba kadaver

Artigu 225 - La halotuir obrigasaun alimentár

Artigu 226 - Subtrasaun ba menór

Artigu 227 - Omisaun ba ausíliu

Artigu 228 - Rekuza ausíliu médiku

KAPÍTULU IV - KRIME ELEITORÁL

Artigu 229 - Fraude iha resenseamentu

Artigu 230 - Obstrusaun ba kandidatura

Artigu 231 - Kandidatu inelejivel

Artigu 232 - Falta iha kadernu eleitorál

Artigu 233 - Propaganda eleitorál ilísita

Artigu 234 - Obstrusaun ba liberdade atu hili

Artigu 235 - Perturbasaun ba aktu eleitorál

Artigu 236 - Obstrusaun ba aktu eleitorál nia fiskalizaun
Artigu 237 - Fraude iha votasaun
Artigu 238 - Fraude iha eskrutíniu
Artigu 239 - Rekuza ba kargu eleitorál
Artigu 240 - Violaun ba segredu iha eskrutíniu
Artigu 241 - Devér ba neutralidade ka imparcialidade
Artigu 242 - Agravaun
KAPÍTULU V - KONTRA AUTORIDADE PÚBLIKA
Artigu 243 - Obstrusaun ba autoridade pública
Artigu 244 - Dezobediénsia
Artigu 245 - Hasai dadur
Artigu 246 - Evazaun
Artigu 247 - Funsionáriu nia tulun ba evazaun
Artigu 248 - Dadur nia motín
Artigu 249 - Deskamiñu ka destruisaun ba objetu iha podér públiku nia liman
Artigu 250 - Kebra ba marka, selu ka editál
TÍTULU IV - KRIME HASORU PATRIMÓNIO
KAPÍTULU I - HASORU PROPRIEDADE
Artigu 251 - Furtu simples
Artigu 252 - Furtu agravadu
Artigu 253 - Roubo
Artigu 254 - Violénsia tuir-fali subtrasaun
Artigu 255 - Furtu ba veíkulu nia uzu
Artigu 256 - Abuza konfiansa
Artigu 257 - Abuza konfiansa agravadu
Artigu 258 - Danu simples
Artigu 259 - Danu agravadu
Artigu 260 - Danu ho violénsia
Artigu 261 - Uzurpasaun ba imovel
Artigu 262 - Alterasaun ba marku
Artigu 263 - Inséndiu
Artigu 264 - Arrepndimentu ativu
Artigu 265 - Definisaun
KAPÍTULU II - HASORU PATRIMÓNIO EM JERÁL
Artigu 266 - Burla simples
Artigu 267 - Burla agravada
Artigu 268 - Burla informátika
Artigu 269 - Burla informátika agravada
Artigu 270 - Extorsaun
Artigu 271 - Reseptasaun simples

Artigu 272 - Reseptasaun agravada
Artigu 273 - Ajuda ba kriminozu
Artigu 274 - Administrasaun danoza
Artigu 275 - Administrasaun negligente
Artigu 276 - Falénsia ka insolvénsia intensionál
Artigu 277 - Falénsia ka insolvénsia negligente
TÍTULU V - KRIME HASORU JUSTISA NIA
REALIZASAUN
Artigu 278 - Falsidade iha depoimentu ka deklarasaun
Artigu 279 - Falsidade iha testemuñu, perísia,
interpretasaun ka tradusaun
Artigu 280 - Ekiparasaun ba dezisténsia
Artigu 281 - Subornu
Artigu 282 - Denega justisa
Artigu 283 - Koasaun ba majistradu
Artigu 284 - Obstrusaun ba aktividade jurisdisionál
Artigu 285 - Denúnsia kalunioza
Artigu 286 - La partisipasaun
Artigu 287 - Majistradu ka funsionáriu nia prevarikasaun
Artigu 288 - Advogadu ka defensor públiku nia
prevarikasaun
Artigu 289 - Simulasaun ba krime
Artigu 290 - Favoresimentu pesoál
Artigu 291 - Violasan ba justisa nia segredu
TÍTULU VI - KRIME IHA FUNSAUN PÚBLIKA NIA
EZERSÍSIU
Artigu 292 - Korrupsaun pasiva ba aktu ilísitu
Artigu 293 - Korrupsaun pasiva ba aktu lísitu
Artigu 294 - Korrupsaun ativa
Artigu 295 - Pekulatu
Artigu 296 - Pekulatu ho uzu
Artigu 297 - Abuza poder
Artigu 298 - Abuza ho forsa pública
Artigu 299 - Partisipasaun ekonómika
Artigu 300 - Rekuza kooperasaun
Artigu 301 - Agravasaun
Artigu 302 - Konseitu funsionáriu
TÍTULU VII - KRIME FALSIFIKASAUN
KAPÍTULU I - FALSIFIKASAUN BA DOKUMENTU
Artigu 303 - Falsifikasaun ba dokumentu ka notasaun
téknika

Artigu 304 - Falsifikasaun agravada
Artigu 305 - Dokumentu públika nia falsifikasaun
Artigu 306 - Uza dokumentu ba identifikasaun alleiu
KAPÍTULU II - FALSIFIKASAUN BA MOEDA
Artigu 307 - Kontrafasaun ba moeda
Artigu 308 - Pasajen ba moeda falsa
Artigu 309 - Kontrafasaun ba valór seladu ka timbradu
Artigu 310 - Kontrafasaun ba selu, kuñu, marka ka
xansela
Artigu 311 - Pezu no medida
Artigu 312 - Apreensaun no perda
TÍTULU VIII - KRIME HASORU EKONOMIA
Artigu 313 - Brankeamentu ba kapitál
Artigu 314 - Fraude fiskál
Artigu 315 - Bem ka merkadoria nia importasaun no
exportasaun ilísita
Artigu 316 - Kontrabandu
Artigu 317 - Deskamiñu
Artigu 318 - Izensaun ba pena
Artigu 319 - Administrasaun irregulár ba verba públika
Artigu 320 - Dezobediénsia hasoru rekizisaun ba bem
Artigu 321 - Destruisaun ba bem relevante ba ekonomia
Artigu 322 - Explorasaun ba jogu ilísitu
Artigu 323 - Perturbasaun ba aktu públiku

Lei 13/2008, iha 13 Outubru (Autorizasaun lejislativa iha
matéria penál)

Lei 6/2009, iha 15 Jullu (Alterá Kódigu Penál nia artigu
41)

Dekretu-Lei 19/2009, iha 8 Abril
(Aprova Kódigu Penál)

Atu harii sistema jurídiku responsavel polítiku sira hatama Timór-Leste nia Kódigu Penál nia elaborasaun no aprovasaun iha sira nia prioridade lejislativa, hodi garante direitu no liberdade fundamentál sira-ne'ebé Repúblika Demokrátika Timór-Leste nia Konstituisaun konsagra.

Diploma jurídiku ida-ne'e mai hosi servisu ne'e bé komisaun ida, ho tékniku timór no internasionál, dezanvolve tuir orientasaun governamentál no tuir limite no konteudu ne'ebé estabelese hela iha lei kana-ba autorizasaun lejislativa ne'ebé Parlamentu Nasionál aprova tiha ona.

Solusaun normativa ne'ebé adota iha ne'e respeita comunidade timór nia realidade sosiál no kulturál no simu mós sujestaun ne'ebé mai hosi organizasaun nasional no internasionál, kontributu ne'ebé mai hosi operadór judisiáriu oioin ne'ebé servisu iha Timór-Leste, no mós ensinamentu ne'ebé hasai hosi direitu komparadu.

Ita tenke haree ba Kódigu ida-ne'ebé aprova daudaun ne'e, la'ós hanesan pontu finál ida, maibé hanesan etapa fundamentál ida atu hari ordenamentu jurídiku timór, nakloke hela ba aperfeisoamentu futuru ne'ebé, aban-bairua, direitu internasionál nia evolusaun, prátika judisiária no direitu nia ensinu akonsella.

Nune'e,

Tuir autorizasaun lejislativa ne'ebé simu hosi Lei 13/2009, iha 13 Outubru, nia artigu 1, n. 2, no tuir Konstituisaun nia artigu 96, Governu dekreta, atu vale hanesan lei:

Artigu 1
Kódigu Penál nia aprovasaun

Kódigu Penál, ne'ebé sai hamutuk no tama hanesan parte iha Dekretu-Lei ida-ne'e, hetan agora aprovasaun.

Artigu 2 **Norma revogatória**

1. Revoga tiha Indonézia nia Kódigu Penál ne'ebé moris iha ordenamentu jurídiku tuir Lei 10/2003 nia artigu 1.
2. Revoga tiha dispozisaun legál sira-ne'ebé hakerek hela iha lejislasaun avulsa kuandu
 - a) Prevee no pune faktu inkriminadu iha Kódigu Penál ne'ebé aprova daudaun ne'e;
 - b) Konsagra solusaun hasoru solusaun adotada iha Kódigu Penál ne'e nia parte jerál.

Artigu 3 **Moris**

Diploma ida-ne'e no Kódigu Penál ne'e hahú moris iha loron daneenuluk tuirfali nia publikasaun.

Aprovadu iha Konsellu-Ministru iha 18 Marsu 2009

Primeiru-Ministru
(Kai Rala Xanana Gusmão)

Ministra ba Justisa
(Lúcia M. B. F. Lobato)

Promulgadu iha 30/03/2009
Publika ba.

Prezidente da República
(José Ramos Horta)

KÓDIGU PENÁL

1. Restaurasaun ba Repúblika Demokrátika Timór-Leste nia independénsia no aprovasaun ba nia Konstituisaun, iha 2002, hamosu nesesidade ba país ida-ne'e atu adota nia ordenamentu jurídiku rasik, modernu, ne'ebé konsagra direitu fundamentál sira-ne'ebé hatama hela iha preseitu konstitusionál sira no refleto país nia realidade sosiál. Ita husik moris hela Indonézia nia Kódigu Penál tanba Estadu ida tenke iha nia direitu penál ida, maibé kódigu ne'e la adekua ba país nia realidade foun no, dala barak, apresenta solusaun jurídika hasoru prinsípiu konstitusionál sira-ne'ebé moris daudaun.

Tanba povu timór iha espesifisidade no identidade rasik, nia Kódigu Penál tenke halo tuir nia filozofia rasik hamutuk ho prinsípiu no valór sira-ne'ebé moris iha sosiedade moderna sira, hodi fo resposta ba eziyénsia ne'ebé país ne'e hasoru.

Komisaun ida, ho tékniku timór no internasionál, ne'ebé Governu Konstitusionál I harii, harii elabora anteprojetu ida ba Kódigu Penál; maibé, maski Lei ba Autorizasaun Lejislativa kana-ba direitu penál aprova tiha duni, anteprojetu ne'e la hetan promulgasaun too lejislatura hotu.

Kuandu 2008 hahú, hoo ezekutivu seluk ida, proposta-lei foun ida ba autorizasaun lejislativa atu aprova Kódigu Penál tama iha Parlamentu Nasionál, traballu hodi halo revizaun ba Kódigu Penál nia anteprojetu ne'e la'o fila-fali, no diploma ne'e hetan alterasaun no tama iha diskusaun públika.

Hetan tiha autorizasaun lejislativa, Governu Konstitusionál IV nia Konsellu-Ministru bele aprova ona Kódigu Penál ne'e.

II. Kódigu Penál nia Livru I konstitui nia parte jerál, ne'ebé halibur prinsípiu penál sira-ne'ebé konsagra hela iha Repúblika Demokrátika Timór-Leste nia Konstituisaun no iha konvensaun, tratadu no akordu internasionál sira-ne'ebé orden jurídika timór simu.

Tanba kódigo ida-ne'e hatuur iha Estadu tuir-lei no tuir demokrasia, nia parte jerál konsagra prinsípiu kana-ba dignidade umana, respeito ba sidadaun ida-idak nia liberdade no Estadu nia responsabilidade atu intervém de'it iha situaun sira iha ne'ebé iha lezaun insustentavel ba bem jurídiku fundamentál ba vida iha sosiedade, ho nia direitu atu fo kastigu ba ajente no nia obrigasaun sosiál atu reintegra ajente ne'e iha sosiedade.

Iha Estadu tuir-lei ida tenke moris mós prinsípiu legalidade, prinsípiu tuir-kulpa no prinsípiu umanidade.

Prinsípiu legalidade nia konsagrasaun¹ hanesan Direitu Penál nia prinsípiu fundamentál ida, previstu iha Konstituisaun nia artigu 31, determina katak aksaun ka omisaun ida bele konsidera hanesan krime no, hanesan krime, fo-fatin ba punisaun iha de'it situaun ne'ebé lei prevee. Atu tuir prinsípiu ida-ne'e, labele aplika analojia hodi kualifika hahalok ruma hanesan krime no tribunál labele uza interpretasaun analójika hodi interpreta Kódigo Penál nia norma atu kualifika faktu ruma hanesan krime, define estadu ho perigozidade ka determina pena ka medida ba seguransa.

Prinsípiu la-retroaktividade iha lei penál, ne'ebé impede lei penál nia aplikasaun retroativa, exetu kuanu favorese arguidu, mós prinsípiu legalidade nia koroláriu² ida.

Prinsípiu umanidade, konsagradu iha Konstituisaun nia artigu 29 no 32, hatudu dalan atu labele aplika pena morte

¹ Konsagrasaun (s) – Rekoñesimentu; aseitasaun; konsiderasaun. Konsagra prinsípiu legalidade hanesan direitu direitu penál nia prinsípiu fundamentál = konsidera ka simu prinsípiu legalidade hanesan direituo penal nia prinsípiu fundamentál.

² Koroláriu (s) – Konsekuénsia.

no mós pena ka medida ba seguransa ho karater perpétuu³ ka ho durasaun ilimitada ka indefinida.

Prinsípiu nesesidade, prinsípiu proporsionalidade no prinsípiu adekuasaun mós hatudu dalan ba opsaun normativa sira-ne'ebé Kódigu ida-ne'e tuir no serve hanesan baze atu aplika pena no medida ba seguransa ida-idak, no pena no medida ba seguransa ida-idak sei aplika hodi proteje bem jurídiku⁴ esensiál ba vida iha sociedade no reinsere⁵ ajente iha sociedade.

Prinsípiu tuir-kulpa, hanesan presupostu atu aplika pena, determina katak labele iha pena sem kulpa (*nulla poena sine culpa*), no sai hanesan limitasaun ida ba Estadu nia podér, tanba, nune'e, pena nia medida labele todan liu kulpa nia medida. Prinsípiu tuir-kulpa hatudu mós dalan ba erru iha ilisitude nia rejime, dalan hodi konsagra inimputabilidade tanba idade no tanba anomalia psíkika, ne'ebé hasai ajente nia responsabilidade krimínál tanba nia la iha kulpa.

Kana-ba faktu punivel nia konsekuénsia jurídika, ita haree katak pena tenke ezejuta ho perspetiva pedagójika no resosializadora, no kódigu ida-ne'e iha meu la institusionál barak atu aplika medida sansionatória⁶.

Kuandu iha alternativa atu aplika pena privativa ka pena la-privativa ba liberdade, tribunál tenke fo preferénsia fundamentada ba pena ne'ebé la hasai liberdade kuandu pena ida-ne'e realiza adekuadamente no sufisientemente punisaun nia finalidade no satisfáz nesesidade atu halo reprovasaun⁷ no prevensaun ba krime (artigu 62).

³ Perpétuu (adj) – Ne'ebé labele hotu

⁴ Bem jurídiku – Buat ne'ebé lei fo valor ba; buat ne'ebé, tuir lei, iha folin; interesse ne'ebé, tuir lei, iha folin. Bem = buat diak; buat ne'ebé iha folin; buat ne'ebé iha valor.

⁵ Reinsere (v) – Reintegra; hatama fila-fali.

⁶ Sansionatória (adj) – Ne'ebé fo kastigu; kana-ba kastigu

⁷ Reprovasaun (s) – Rekuza. Reprova = lakohi ka hakribi maka'as

Nune'e, sei fo preferénsia atu aplika pena alternativa, liuliu iha situasaun kana-ba kriminalidade pekena⁸ no média⁹, ho relevánsia makaas ba pena multa no pena traballu ba comunidade, sira-ne'ebé konsagra hela hanesan meu di'ak-liu hodi asegura delinkuente nia reinsersaun sosiál.

Pena multa sei fiksa tuir loron, atu, nune'e, bele adapta ba ajente nia kulpa no kondisaun ekonómika, ho variaun iha valór ne'ebé fiksa ba multa nia loron ida-idak tuir kondenadu nia situasaun ekonómika no finanseira no nia enkargu pesoál.

Atu diferensia pena multa hanesan pena prinsipál hosi multa ne'ebé substitui pena prizaun, estabelese mós iha ne'e regra ketak hodi regula multa nia konversaun ba prizaun iha situasaun ne'ebé ajente la selu multa.

Kana-ba traballu ba comunidade, hanesan medida sansionatória la institusionál, Kódigu ne'e hakarak klarifika no sistematiza deit aspetu fundamentál balu iha nia rejime no husik nia dezentovimentu no aplikasaun iha kazu ida-idak ba lei autónoma.

Pena prizaun tenke aplika deit kuandu haree katak pena sira seluk la'ós adekuadu hodi hetan prevensaun no reprovasaun nia objetivu.

Estabelese hela iha ne'e pena prizaun nia durasaun mínima iha loron 30 no nia durasaun máxima iha tinan 25, ho possibilidade atu hasae limite másimu ne'e ba tinan 30 iha kazu ne'ebé lei prevee espesialmente.

Hanesan konsekuénsia ne'ebé mai hosi delinkuente nia reinsersaun sosiál, suspensaun ba pena prizaun nia ezelesaun bele aplika iha kazu ne'ebé pena konkreta nia medida la liu tinan 3 no nesesidade atu halo prevensaun iha futuru la taka dalan ba suspensaun ne'e. Suspensaun ba pena prizaun nia ezelesaun bele aplika mós ho kondisaun ba kondenadu atu kumpre obrigasaun ka regra

⁸ Pekena (adj) – Ki'ik

⁹ Média (adj) – Ne'ebé ladún ki'ik ladún boot.

ba konduta ruma ka ho obrigasaun atu tama iha servisu ba reinsersaun nia akompañamentu.

Kódigu ne'e estabese ba inimputavel tanba anomalia psíkika sira medida ba seguransa, ho durasaun temporál limitada, nomeadamente, medida internamentu, kuandu sira nia perigozidade justifika. Labele aplika medida ho karater perpétuu, no medida ne'e tenke para kuandu perigozidade ne'ebé justifika aplikasaun ne'e hotu ona, no, ba estranjeiru sira, bele aplika expulsaun hosi país iha medida ba seguransa ne'e nia fatin.

Iha defeza ba valór no bem jurídiku sira-ne'ebé fundamentál ba moris iha sosiedade, Kódigu ne'e distinge krime sira-ne'ebé iha natureza públuka, ne'ebé Estadu tenke tutela duni, hosi sira-ne'ebé, tanba ladún todan, ema ne'ebé iha direitu atu apresenta keixa tenke ezerse uluk direitu ne'e, nu'udar lei prosesuál penál estabese. Nune'e sei konsidera hanesan semi-públuku krime sira-ne'ebé, iha Kódigu Penál nia parte esepiál, tuir deskrisaun iha sira nia tipu legál, hamosu obrigasaun atu ezerse keixa.

Kana-ba responsabilidade kriminál nia extinsaun no extinsaun ne'e nia efeitu, Kódigu ne'e nia parte jerál fiksa hela prazu ba prosedimentu kriminál, pena, medida ba seguransa no pena asesória sira nia preskrisaun no define mós situasaun sira-ne'ebé hamosu suspensaun ba prazu ne'e. Maibé estabese impreskritibilidade ba prosedimentu kriminál no pena kana-ba krime gerra, krime hasoru paz no krime hasoru umanidade no liberdade.

Ikus liu, regula mós situasaun seluk tan ne'ebé hamosu extinsaun ba responsabilidade kriminál, hanesan ajente nia mate, amnistia no indultu.

III. Ita hatene katak Kódigu Penál sira nia parte esepiál maka hamosu impaktu boot-liu iha opiniaun públuka, tanba iha parte ne'e maka sei hili bem, interese no valór sira-ne'ebé iha sosiedade ida-idak no iha momentu

istóriku ida-idak bele hetan direitu penál nia protesaun no, tanba ne'e, bele tama iha bem jurídiko-penál sira nia kategoria.

Iha Timór-Leste nia Kódigu Penál ne'e lejisladór hatama iha solusaun normativa ne'ebé nia adota opsaun sira-ne'ebé Konstituisaun konsagra tiha ona hanesan sosiedade timór nia sentimentu. Sistematizasaun ne'ebé adota iha parte ida-ne'e moris hosi país ida-ne'e nia istória no reflète interese no valór sira-ne'ebé harii nasaun joven ida-ne'e.

Tanba ne'e maka livru ne'e nia título I tutela, respetivamente, paz, humanidade no liberdade hanesan sosiedade demokrátika sira nia valór primordiál, ho respetu ne'ebé tenke fo nu'udar valór sira ne'ebé lei fundamentál kaer nia ierarkia no tuir mós obrigasaun internasionál sira ne'ebé País ida-ne'e asume tiha ona kuandu subskreve no ratifika Tribunál Penál Internasionál nia Estatutu.

Título II konsagra krime hasoru ema no tutela liuliu bem jurídiku sira-ne'ebé eminentemente pesoál, hanesan integridade fízika, liberdade pesoál, liberdade seksuál no tutela ba vida privada.

Kódigu ida-ne'e nia artigu 145 konsagra interrupsaun voluntária ba gravidéz hanesan krime ida. Iha kapitulu ida-ne'e no kana-ba krime hasoru integridade fízika, iha relevánsia liuliu krime maus-tratus ba menór no maus-tratus ba kónjuje, tipifikasaun fundamentál atu afirma Estadu tuir-lei no proteje direitus umanus iha sosiedade timór.

Subliña mós iha ne'e kriminalizasaun ba eskravidan no tráfikku ho ema, ne'ebé moris hosi konsesaun umanista ne'ebé hatudu dalan ba kódigu ida-ne'e nia elaborasaun.

Título III halibur krime sira hasoru vida iha demokrasia, ho destake ba krime sira hasoru tranquilidade públika, Estadu nia seguransa no vida iha sosiedade, no mós krime eleitorál no hasoru autoridade públika.

Iha títulu ida-ne'e no iha krime hasoru vida iha sosiedade destaka liuliu previzaun ba krime típiku espesífiku hasoru ambiente ho punisaun ba hahalok ne'ebé hamosu prejuizu insustentavel ba fauna, flora no habitat naturál; ne'e hatudu katak sosiedade nia preokupasaun kana-ba prezervasaun ba rekursu naturál no protesaun ba ambiente buras daudaun ona.

Livru ne'e nia títulu IV konsagra protesaun ba patrimóniu. Iha ne'e sistema normativu halibur krime nia tipu legál sira-ne'ebé komún iha lejislasaun penál barak, hanesan furtu, roubu, abuza konfiansa, danu. Tipu sira-ne'e define hela hanesan simples ka agravadu, nu'udar sirkunstánsia sira hanesan koiza apropiada nia valór no natureza, aktuasaun nia meu no forma, violénsia, ka sirkunstánsia seluk tan ne'ebé bele aumenta ajente nia kulpa ka ilisitude.

Títulu V no VI halibur krime sira-ne'ebé hasoru justisa nia realizasaun no sira-ne'ebé ajente pratika kuandu kaer daudaun funsaun públika; iha ne'e konsagra hela punisaun ba falsidade iha aktu prosesuál, obstrusaun oioin ba aktividade jurisdisionál, rekuza atu hala'o aktividade ne'e hanesan denegasaun ba justisa, no hatudu mós, hamutuk ho seluk tan, aktu sira-ne'ebé konstitui majistradu, funsionáriu, advogadu ka defensór públiku nia subornu no prevarikasaun. Kriminaliza mós aktividade kana-ba favoresimentu pesoál iha justisa no inkriminasaun klásika sira hanesan denúnsia kaluniaoza, krime nia simulasaun no omisaun ba partisipasaun kriminál.

Kana-ba funsaun públika nia ezersísio, em jerál, kriminaliza hela mós funsionáriu sira nia konduta ne'ebé konstitui krime korrupsaun, pekulatu, abuza poder ka abuza forsa públika, ka ema-ne'ebé ezerse kargu ka funsaun públika nia partisipasaun ekonómika iha negósio. Iha matéria ida-ne'e Kódigu Penál loke-luan konseitu kana-ba funsionáriu públiku hodi hatama iha konseitu ne'e situasaun análoga seluk hanesan organizaun

internasionál nia funsionáriu, funsionáriu públiku estranjeiru ne'ebé ezerse aktividade iha Timór-Leste ka ema ne'ebé hetan xamamentu atu dezempeña, mesak ka ho ema seluk, aktividade ne'ebé tama iha funsaun públika administrativa ka jurisdisisionál nia mahon.

Iha título VII tipifika hela krime falsifika dokumentu, notasaun téknika, moeda no valór seladu ka timbradu, pezu no medida, marka, kuñu no xansela, ho punisaun oin barak, tuir objetu falsifikadu ida-idak nia natureza, valór probatóriu ka fidusiáriu no uzu ka destinu públiku, ho previzaun kana-ba apreensaun no perda ba objetu sira-ne'ebé atu uza hodi pratika krime sira-ne'e.

Ikus liu, iha título VIII tipifika hela krime hasoru ekonomia, ho punisaun ba brankeamentu ba kapitál, nu'udar doutrina ne'ebé foin moris daudaun kana-ba kriminalizasaun ba aktividade antiekonómika, fraude fiskál no kontrabandu no deskamiñu iha área alfandegária ka fronteirisa.

mantein nafatin punisaun kriminál ba dezobediénsia hasoru rekizisaun ne'ebé Governu halo ba bem, no mós komportamentu sira-ne'ebé bele perturba, prejudika ka impede aktu públiku ruma, hanesan konkursu públiku ka arrematasaun judisiál nia realizasaun.

Subliña mós katak, iha diploma ida-ne'e nia laran, buka hela dalan atu hetan ekilíbriu ba moldura penál abstrata ida-idak, tuir krime ida-idak nia tipu no gravidade, ierarkia iha bem jurídiku sira-ne'ebé norma ida-idak tutela no limite másimu konsagradu ba pena prizaun.

Iha opsaun lejislativa sira-ne'ebé moris iha Kódigu Penál ne'e nia laran fo hela tratamentu diferente ba kriminalidade ne'ebé todan liu, ba sira-ne'ebé, tuir regra jerál, krime nia tipu legál prevee deit pena prizaun.

Iha kriminalidade pekena no média, regra jerál, norma nia previzaun fo kedas ba tribunál alternativa atu, tuir kazu ida-idak, uza pena privativa ba liberdade ka pena multa, ho polítika kriminál nia orientasaun atu rekoñese multa

hanesan pena autónoma, la'ós hanesan pena komplementár ba pena prinsipál.

Ho Kódigu ne'e nia aprovasaun Estadu timór iha instrumentu jurídiku ida tan, modernu no adekuaudu, hodi ofereze servisu públiko-penál ho kualidade di'ak-liu no respeito ba sidadaun sira nia direitu fundamentál, majistradu, defensór públiku, advogadu, funsionáriu iha justisa sira no mós aktór judisiáriu sira seluk tan, ne'ebé uza diploma sira ne'e iha sira nia servisu loro-loron, simu obrigasaun atu halo formasaun kontínua, ordenamentu jurídiku nasional no Estadu tuir-lei no tuir-demokrasia sei buras tan.

LIVRU I

PARTE JERÁL

TÍTULU I LEI PENÁL NIA APLIKASAUN

KAPÍTULU ÚNIKU PRINSÍPIU JERÁL

Artigu 1 Prinsípiu legalidade

1. Ita labele konsidera aksaun ka omisaun ida hanesan krime molok lei ne'ebé moris tiha ona kuandu aksaun ka omisaun ne'e akontese define aksaun ka omisaun ne'e hanesan krime no estabelese pena respetiva¹⁰.
2. Medida ba seguransa bele aplika deit ba estadu ho perigozidade ne'ebé nia presupostu lei anteriór define tiha ona.

Artigu 2 Proibisaun ba analojia

¹⁰ Respetiva (adj) – Kana-ba. Lei penál define krime omisídiu no pena respetiva = lei penál define krime omisídiu no pena kana-ba krime ne'e.

Labele uza analogia¹¹ atu kualifika aksaun ka omisaun ida hanesan krime, define estadu ho perigozidade ka determina sira nia konsekuénsia jurídika.

Artigu 3

Lei penál nia aplikasaun iha tempu

1. Ema ida labele hetan pena tanba faktu ne'ebé lei define hanesan krime iha momentu ne'ebé nia pratika faktu ne'e kuandu lei posteriór dehan katak faktu ne'e la'ós krime ona.
2. Iha kazu ne'e, iha tiha ona desizaun kondenatória karik, maski tranzitada, kondenasaun ne'e nia ezekusaun no efeitu penál tenke para.
3. Lei ne'ebé krime akontese tiha maka moris aplika ba konduta anteriór kuandu, iha kazu konkretu, lei ne'e favorese ajente¹² no, iha ona desizaun ho tránzitu iha julgadu karik, sei bele hasai vantajen ruma hosi lei ne'e.

Artigu 4

Lei exesionál ka temporária

Lei exesionál ka temporária aplika nafatin ba faktu ne'ebé pratika tiha ona iha tempu ne'ebé lei ne'e moris maski tempu kona-ba ba nia durasaun liu tiha ona ka sirkunstánsia ne'ebé determina lei ne'e hotu tiha ona.

Artigu 5

Momentu iha ne'ebé pratika faktu

Ita tenke konsidera katak ajente pratika krime iha momentu ne'ebé aksaun ka omisaun akontese, la haree ba momentu iha ne'ebé aksaun ka omisaun ne'e nia rezultadu típiku mosu.

¹¹ (2) Analogia (s) - Semellansa entre kazu ida-ne'ebé lei la regula (omisu) ho kazu ida-ne'ebé lei regula. Análogo = ne'ebé besik hanesan (ho buat ka ema seluk ida). Semellansa; relasaun ne'ebé buat rua besik hanesan iha.

¹² (3) Ajente (s) – Ema ne'ebé pratika aksaun ruma. Krime nia ajente = Kriminozu; ema ne'ebé halo krime ruma.

Artigu 6

Fatin iha ne'ebé pratika faktu

Ita tenke konsidera katak ajente pratika faktu iha fatin ne'ebé aksaun ka omisaun akontese, tomak ka baluk deit, no mós iha fatin ne'ebé faktu ne'e nia rezultadu típiku mosu ka tuir loos tenke mosu.

Artigu 7

Prinsípiu territorialidade

Salvu¹³ dispozisaun seluk iha tratadu ka konvensaun internasionál no la haree ba ajente nia nasionalidade, lei penál timór aplika ba faktu praktikadu iha Timor-Leste nia territóriu no iha naviu ka aviaun ho matríkula ka pavillaun timór nia laran.

Artigu 8

Faktu praktikadu iha territóriu la nasional

Salvu dispozisaun seluk iha tratadu ka konvensaun internasionál, lei penál timór aplika ba faktu praktikadu iha fatin ne'ebé la'ós Timor-Leste nian territóriu iha situaun sira tuirmai ne'e:

- a) Kuandu faktu ne'e konstitui krime previstu iha artigu 196 too 206, 229 too 242 no 307 too 313;
- b) Kuandu faktu ne'e konstitui krime previstu iha artigu 123 too 135, 165 too 169 no 175 too 178, sarak ita hetan ajente iha Timor-Leste e no nia labele hetan extradisaun ka iha desizaun dehan katak labele entrega nia;
- c) Kuandu ajente pratika faktu ne'e hasoru timór-oan, sarak ajente ne'e hela abitualmente iha Timor-Leste no ita hetan nia iha Timor-Leste;
- d) Kuandu timor-oan maka halo faktu ne'e ka faktu ne'e estranjeiru maka halo hasoru timor-oan, sarak ita bele hetan ajente iha Timor-Leste, lei iha

¹³ (7) Salvu – Ho exesaun ba; exetu; menus; la tama iha situaun ne'ebé deskreve tiha ona ka deskreve tuirmai ne'e.

fatin ne'ebé faktu ne'e akontese pune faktu ne'e no faktu ne'e konstitui krime ne'ebé admite extradisaun no iha kazu ne'e la bele iha autorizasaun ba extradisaun ne'e;

e) Kuandu faktu ne'e konstitui krime ne'ebé Estadu timór, tuir konvensaun ka tratadu internasionál, iha obrigasaun atu julga.

Artigu 9

Limitasaun ba lei timór nia aplikasaun

1. Kuandu ajente seidak hetan julgamentu ho desizaun tranzitada iha fatin ne'ebé nia pratika faktu ne'e ka, hetan tiha ona karik, nia sees-án tiha no la kumpre sansaun, tomak ka baluk, maka lei penál timór bele aplika ba faktu praktikadu iha territóriu la nasionál.
2. Maski, nu'udar número anteriór, sei aplika lei penál timór, faktu ne'e sei julga tuir país iha ne'ebé ajente pratika faktu nia lei, kuandu lei ne'e favorese ajente iha kazu ne'e.
3. Iha kazu previstu iha número anteriór sansaun aplikavel sei konverte ba nia korrespondente iha sistema penál timór ka, la iha korrespondénsia karik, ba ida ne'ebé lei penál timór prevee ba faktu ne'e.
4. Kuandu ajente tenke hetan julgamentu iha Timor-Leste no nia hetan tiha ona julgamentu iha fatin ne'ebé nia pratika faktu, tenke atende mós ba pena ne'ebé nia kumpre tiha ona iha estranjeiru.
5. Rejime previstu iha n. 2 la aplika ba krime sira identifikadu iha artigu anteriór, alínea a) no b).

Artigu 10

Aplikasaun subsidiária

Salvu dispozisaun seluk, Kódigu ida-ne'e nia norma aplika mós ba faktu ne'ebé lei espesiál pune.

TÍTULU II KRIME

KAPÍTULU I

PRESUPOSTU JERÁL

Artigu 11

Aksaun no omisaun

1. Kuandu iha krime ida nia tipu legál tama mós rezultadu ida, faktu kriminozu abranje aksaun adekuada atu hamosu rezultadu ne'e no mós omisaun ba aksaun adekuada hodi evita rezultadu ne'e, salvu kuandu lei iha intensaun seluk.
2. Omisaun ne'ebé hamosu rezultadu ruma sei hetan deit pena kuandu omitente rasik iha obrigasaun jurídika atu evita rezultadu ne'e.
3. Iha kazu ne'ebé hakerek hela iha número anteriór pena ne'e bele hetan atenuasaun extraordinária.

Artigu 12

Responsabilidade kriminál

1. Responsabilidade kriminál tanba infrasaun sira-ne'ebé hakerek hela iha Kódigu ida-ne'e monu deit ba pesoa singulár sira no labele transmite ba ema seluk.
2. Kuandu no iha kondisaun ne'ebé lei konsagra¹⁴ expresamente maka pesoa koletiva bele hetan responsabilidade kriminál tanba infrasaun prevista iha Kódigu ne'e ka iha lei spesiál.

Artigu 13

Responsabilidade tanba aktuasaun ho ema seluk nia naran

Sei hetan pena ema ne'ebé aktua hanesan titulár iha pesoa koletiva ka asosiasaun de faktu nia órgaun ka hanesan ema seluk nia reprezentante, maski nia la iha no ema ne'ebé nia reprezenta maka iha kondisaun, qualidade ka relasaun ne'ebé prevee hela iha krime nia tipu.

Artigu 14

Imputasaun subjektiva

¹⁴ (12) Konsagra (v) – Estabelese; prevé; hatudu; hatete; dehan; hakerek

Faktu ne'ebé ajente pratika ho dolu ka, iha kazu ne'ebé lei prevee especialmente, ho negligénsia maka bele fo-fatin ba pena.

Artigu 15 Dolu nia tipu

1. Aje ho dolu ema ne'ebé, hatene daudaun katak faktu ida preenxe krime ida nia tipu, aktua ho intensaun atu realiza faktu ne'e.
2. Aje mós ho dolu ema ne'ebé hatene kedas katak nia hahalok hamosu hanesan konsekuénsia nesesária faktu ne'ebé preenxe krime ida nia tipu.
3. Kuandu ajente hatene katak nia hahalok bele hamosu faktu ne'ebé preenxe krime ida nia tipu, iha dolu kuandu ajente aktua nafatin no konkorda ho hahalok ne'e.

Artigu 16 Neglijénsia nia tipu

1. Aje ho negligénsia ema ne'ebé, tanba la iha kuidadu ne'ebé, tuir sirkunstánsia, nia tenke uza no nia bele uza:
 - a) Hatene katak nia hahalok bele hamosu faktu ne'ebé preenxe krime ida nia tipu maibé aktua maski la konkorda ho hahalok ne'e; ka
 - b) La hatene katak nia hahalok bele realiza faktu ne'e.
2. Neglijénsia nia tipu sira referidu iha número anteriór sai hanesan negligénsia groseira kuandu sirkunstánsia ruma hatudu katak ajente aktua ho lijeireza¹⁵ ka temeridade¹⁶, tanba la tuir kuidadu báziku ne'ebé nia tenke tuir iha kazu ne'e.

Artigu 17 Erru kana-ba sirkunstánsia

¹⁵ (16) Lijeireza (s) – Irreflesaun; leviandade. Ema ida aktua ho lijeireza kuandu nia la hanoin didi'ak molok halo buat ruma

¹⁶ (16) Temeridade (s) – audásia. Ema ida aktua ho temeridade kuandu nia la ta'uk tanba la hanoin perigu ne'ebé nia hahalok bele hamosu

1. Erru kana-ba elementu de faktu ka elementu de direitu ne'ebé tama iha krime ida nia tipu legál no mós erru kana-ba proibisaun ne'ebé, tuir razaun, ajente tenke hatene atu bele hola konxiénsia kana-ba ilisitude exklui dolu.
2. Rejime previstu iha número anteriór inklui mós erru kana-ba presupostu atu exklui ilisitude ka presupostu atu exklui kulpa sira nia ezisténsia.
3. Número anteriór sira nia dispozisaun la taka-dala ba konduta negligente nia punibilidade kuandu lei prevee no nia presupostu mós iha. mós

Artigu 18

Erru kana-ba ilisitude

1. Deskoñesimentu kona-ba lei la exklui ilisitude hosi konduta ne'ebé viola lei ne'e.
2. Erru kona-ba faktu nia ilisitude, kuandu labele evita, exklui kulpa.
3. Kuandu erru kona-ba ilisitude bele evita, pena bele hetan atenuasaun extraordinária.

Artigu 19

Agravasaun tanba rezultadu

Kuandu pena aplikavel ba faktu ida tenke agrava tuir rezultadu ne'ebé faktu ne'e prodúz, agravasaun ne'e iha deit kuandu rezultadu ne'e bele imputa ba ajente, pelu menus, tanba nia negligénsia.

Artigu 20

Inimputabilidade tanba idade

1. Ema ne'ebé seidak iha tinan 16 iha inimputabilidade penál.
2. Diploma ida-ne'e nia dispozisaun sei aplika mós ba joven sira-ne'ebé iha ona tinan 16 maibé seidak iha tinan 21 iha situasaun ne'ebé lejislasaun autónoma la regula, kana-ba sansaun¹⁷ kriminal nia aplikasaun no ezekusaun.

¹⁷ (20) Sansaun (s) – Kastigu; pena

Artigu 21

Inimputabilidade tanba anomalia psíkika

1. Sei konsidera inimputavel ema ne'ebé, tanba anomalia psíkika, iha momentu ne'ebé nia pratika faktu labele avalia¹⁸ faktu ne'e nia ilisitude ka hola desizaun tuir avaliasaun ne'e.
2. Bele hetan deklarasaun hanesan inimputavel ema ne'ebé, tanba anomalia psíkika, iha momentu ne'ebé nia pratika faktu, iha kapasidade atu avalia faktu ne'e nia ilisitude ka atu hola desizaun tuir avaliasaun ne'e diminuida sensivelmente.
3. Ajente nia inkapasidade komprovada¹⁹ atu hetan influénsia hosi pena bele konstitui índise²⁰ situasaun prevista iha número anteriór nia.
4. Ajente la lakon imputabilidade kuandu nia rasik maka provoka anomalia psíkika atu pratika faktu ne'e.

KAPÍTULU II

KRIME NIA FORMA

Artigu 22

Aktu preparatóriu

Aktu preparatóriu labele hetan punisaun, salvu dispozisaun legál seluk.

Artigu 23

Tentativa

Tentativa iha kuandu ajente hahú ezekusaun iha krime ne'ebé nia hola tiha ona desizaun atu halo, no halo, hotu ka balu deit, aktu sira-ne'ebé objetivamente bele prodúz

¹⁸ (21) Avalia (v) – Tetu; sukut; hatene loloos

¹⁹ (21) Komprovada (adj) – Ne'ebé iha prova hatudu moos

hela

²⁰ (21) Índise (s) – Tabela; relasaun entre medida (sasukat) rua; valór ne'ebé hatudu realidade kuantifikavel ka expresa numerikamente ida nia frekuénsia ka nivel (índise kana-ba frekuénsia, índise sefalítiku, índise kana-ba intelijénsia, etc.).

nia rezultadu no rezultadu ne'e la mosu tanba deit sirkunstánsia ne'ebé la iha relasaun ho ajente nia vontade.

Artigu 24

Tentativa nia punibilidade

1. Iha krime dolozu ne'ebé bele fo-fatin ba pena prizaun ho limite másimu aas-liu tinan 3 no iha kazu ne'ebé lei determina maka tentativa bele fo-fatin ba punisaun.
2. Salvu dispozisaun seluk, tentativa fo-fatin ba pena ne'ebé sei aplika ba krime konsumadu, ho atenuasaun extraordinária.

Artigu 25

Tentativa la punivel

Tentativa la bele hetan punisaun kuandu ita bele haree kedas katak meu ne'ebé ajente uza laiha aptidaun ka objetu ne'ebé esensiál ba krime nia konsumasaun laiha.

Artigu 26

Dezisténsia voluntária

Ajente nia tentativa la bele hetan pena kuandu nia deziste voluntariamente atu kontinua krime nia ezekusaun, impede krime atu konsumar ka nia rezultadu atu mosu ka hakás-án tebes atu impede konsumasaun ka rezultadu ne'e .

Artigu 27

Iha kompartisipasaun

Kuandu iha kompartisipasaun, ajente nia tentativa la fo-fatin ba pena kuandu nia voluntariamente impede krime atu konsumar ka krime ne'e nia rezultadu atu mosu, ka hakás-án duni atu impede konsumasaun ka rezultadu ne'e, maski kompartisipante sira seluk ezekuta nafatin ka konsumar duni faktu ne'e.

Artigu 28

Arrepimentu posteríór

Iha krime ne'ebé laiha violénsia ka ameesa grave hasoru ema, pena sei hetan atenuasaun extraordinária ka, tuir sirkunstánsia, ajente sei hetan izensaun ba pena, kuandu danu repara tiha ona, koiza restitui tiha ona ka situasaun legaliza tiha ona molok iha partisipasaun ka autoridade kompetente simu denúnsia ka keixa.

KAPÍTULU III KRIME NIA AJENTE

Artigu 29 Ajente

Partisipasaun atu pratika krime ida bele sai hanesan autoria, instigasaun ka kumplisidade no ema barak bele partisipa hamutuk iha faktu ida deit.

Artigu 30 Autoria

1. Sei konsidera autór ema ne'ebé ezekuta rasik faktu ka uza ema seluk hodi ezekuta faktu ne'e.
2. Sei konsidera ko-autór ema ne'ebé, tuir akordu tásitu ka expresu, hola-parte direta iha ezekusaun ka aktua hamutuk ho ema seluk, tau hamutuk nia esforsu ho sira nian, aktu pratika krime ida deit.

Artigu 31 Instigasaun

Sei hetan pena hanesan autór ema ne'ebé konvense, direktamente no dolozamente, ema seluk atu pratika krime ida, sarak krime ne'e ezekuta duni ka nia ezekusaun hahú dini.

Artigu 32 Kumplisidade

1. Sei hetan pena hanesan kúmplise ema ne'ebé, dolozamente, fo ajuda materiál ka morál ba ema seluk atu pratika krime ruma.
2. Sei aplika ba kúmplise pena ne'ebé aplika ba ilísitu nia tipu, ho atenuasaun extraordinária.

Artigu 33

Kulpa iha partisipasaun

Partisipante ida-idak sei hetan pena tuir nia kulpa, la haree tuir partisipante sira seluk nia punisaun ka partisipante sira seluk nia kulpa too iha ne'ebé.

Artigu 34

Ilisitude iha partisipasaun

1. Kuandu faktu nia ilisitude ka ilisitude ne'e nia grau, depende hosi ajente nia kualidade ka relasaun espesiál ruma, naran katak kompartisipante ida iha kualidade ka relasaun ne'e hodi fo-fatin atu aplika pena respetiva ba kompartisipante sira hotu, salvu kuandu norma inkriminadora²¹ iha intensaun seluk.
2. Kuandu, tanba regra ne'ebé númeru anteriór prevee hela, tenke aplika pena todan liu ba kompartisipante ruma, haree ba sirkunstánsia ne'ebé haleu kazu ne'e, bele tau iha pena ida-ne'ebá nia fatin pena ida-ne'ebé, regra ne'e laiha karik, sei aplika ba nia.

KAPÍTULU IV

KONKURSU NO KRIME KONTINUADU

Artigu 35

Krime iha konkursu

1. Atu hatene ajente pratika krime hira ita tenke sura krime nia tipu hira maka nia komete duni ka dala hira maka nia konduta preenxe krime ida deit nia tipu.
2. Ba artigu seginte nia dispozisaun, sei konsidera hanesan konkursu situasaun iha ne'ebé ajente, pratika tiha

²¹ Inkriminadora (adj) – Ne'ebé prevé krime

krime ida, pratika fali krime ida tan molok hetan kondenasaun ho desizaun tanzitada iha julgadu.

Artigu 36 **Punisaun iha konkursu**

1. Kuandu krime barak tama iha konkursu tenke aplika pena ida deit, ne'ebé nia limite mínimu maka pena konkreta ida ne'ebé aas-liu pena konkreta sira hotu ne'ebé aplika ba krime ida-idak no nia limite másimu maka pena parselár sira hotu nia soma materiál
2. Iha konkursu moldura nia limite másimu laele liu loron 600 ba pena multa ka tinan 30 ba pena prizaun, maski iha situasaun ne'ebé pena parselár sira nia soma materiál liu limite legál ne'e.
3. Atu determina pena únika tribunál tenke konsidera, hamutuk, faktu sira no ajente nia personalidade.

Artigu 37 **Sansaun iha konkursu**

1. Kuandu pena aplikada balu multa balu prizaun, pena ida-idak nia natureza sei hela ketak nafatin.
2. Pena asesória no medida ba seguransa, maski lei aplikavel sira ida-deit ka desizaun anteriór sira ida deit maka prevee, sei mantein nafatin.

Artigu 38 **Pena suspensa iha kúmulu jurídiku**

1. Pena prizaun ho ezekusaun suspensa bele tama deit iha kúmulu ho pena prizaun sira seluk kuandu:
 - a) Pena sira ne'e hotu pena prizaun ho ezekusaun suspensa no kumulasaun ne'e la impede pena únika nia ezekusaun atu suspende nafatin;
 - b) Kumulasaun ne'e halo ho pena prizaun efetiva karik, iha sirkunstánsia ne'ebé fo-fatin atu revoga tiha suspensaun ba prizaun ne'e nia ezekusaun, maski la iha kumulasaun ne'e;
 - c) Pena suspensa sira atu kumula ne'e nia período ba suspensaun la hanesan, ka, período sira-ne'e hanesan

karik, ida-idak nia kumprimentu tama iha faze ne'ebé la hanesan, no tribunál estabeselese períodu ba suspensaun ida deit, tuir prevensaun nia nesesidade no sirkunstánsia sira-ne'ebé haleu kazu ne'e

Artigu 39

Konkursu ho koñesimentu superveniente

Kuandu desizaun hetan tiha ona tránzitu iha julgadu maibé, molok pena ne'e hetan kumprimentu, preskrisaun ka extinsuan, iha koñesimentu katak ajente tama iha situasaun ruma ne'ebé artigu anteriór sira deskreve, sei aplika regra sira-ne'ebé hakerek hela iha ne'ebá.

Artigu 40

Krime ho infrasaun seluk

Kuandu faktu ida konstitui krime no kontra-ordenasaun dala ida, ajente sei hetan pena tanba krime, maibé sei aplika mós sansaun asesória prevista ba infrasaun sira seluk.

Artigu 41

Krime kontinuada

1. Ema ne'ebé halo dala barak krime tipu ida-deit ka halo krime tipu oioin ne'ebé fundamentalmente proteje bem jurídiku ida deit, ho hahalok esensialmente omojéneu no iha situasaun exterior ida deit ne'ebé hamenus konsideravelmente nia culpa, halo krime ida deit kontinuada,

salvu²² krime sira-ne'ebé proteje bem pesoál eminentemente²³.

2. Sei aplika ba krime kontinuada pena ida-ne'ebé sei aplika ba hahalok ida-ne'ebé todan liu sira seluk ne'ebé tama iha kontinuaun ne'e.

²² (41) Salvu (prep) – exetu; ho exesaun ba; menus. La tama iha situasaun deskrita

²³ (41) Eminentemente (adv) – Tebetebes; tebes duni

Artigu 42

Norma barak iha konkursu

Ba faktu ne'ebé dispozisaun legál barak kualifika, tomak ka baluk deit, hanesan krime no la tama iha situasaun sira-ne'ebé artigu anteriór sira deskreve sei aplika norma inkriminadora ida deit nu'udar regra sira tuirmai ne'e:

- a) Sei aplika norma espesiál ho prejuizu ba norma jerál;
- b) Sei fo preferénsia ba norma subsidiária hasoru norma prinsipál;
- c) Norma ida-ne'ebé luan no kompleksa liu konsome norma ne'ebé prevee faktu subsumivel²⁴ iha nia previzaun.

KAPITULU V

KAUZA BA EXKLUZAUN

SEKSAUN I

KAUZA NE'EBÉ EXKLUI ILISITUDE

Artigu 43

Exkluzau ba ilisitude

1. Faktu ida labele fo-fatin ba pena hanesan krime kuandu orden jurídika konsiderada hanesan totalidade hasai tiha nia ilisitude.
2. Nomeadamente, la'ós ilísitu faktu ne'ebé ema ida pratika kuandu ezerse nia direitu, iha lejítima defeza²⁵, iha estadu ho nesesidade justifikante ka ho konsentimentu kana-ba interese jurídiku disponivel livremente.

Artigu 44

Lejítima defeza

Sei konsidera hanesan lejítima defeza ajente nia aktuasaun nesesária atu taka-dalan ba agresaun ilejítima, iminente ka iha ona ezekusaun maibé seidauk hotu, ba

²⁴ (42) Subsumivel (adj) - ne'ebé tama (iha previzaun legál).

²⁵ Iha lejítima defeza – Hodi defende nia-án ka hodi defende ema seluk.

ajente ka ema seluk nia interese ne'ebé orden jurídika proteje.

Artigu 45

Estadu ho nesesidade justifikante

La'ós ilísitu faktu ne'ebé ajente pratika hanesan meu atu taka-dalan ba perigu atuál ne'ebé ameasa ajente ne'e ka ema seluk nia interese juridikamente protejidu, kuandu iha rekizitu sira tuirmai ne'e:

- a) Interese atu proteje ne'e iha superioridade sensivel²⁶ kuandu ita kompara ho interese sakrifikadu²⁷; no
- b) Tuir razaun bele sakrifika lezadu nia interese kuandu ita haree ba interese ne'ebé hasoru daudaun perigu nia natureza ka valór.

Artigu 46

Konflitu iha devér

1. La'ós ilísitu ajente nia hahalok ne'ebé, kuandu iha konflitu atu halo tuir devér jurídiku ka autoridade nia orden lejítima barak, halotuir devér ka orden ida ho valór hanesan ka boot liu devér ka orden ne'ebé nia sakrifika.
2. Devér ba obediénsia ierárkika hotu kuandu fo-fatin ba krime.

Artigu 47

Konsentimentu

1. Hamutuk ho kazu sira-ne'ebé lei prevee espesialmente, konsentimentu exklui faktu nia ilisitude kuandu kana-ba interese jurídiku livremente disponivel no faktu ne'e la ofende bons kostumes.
2. Konsentimentu bele hatudu-án ho meu naran ida ne'ebé fo-sai interese juridikamente protejidu nia titulár

²⁶ (45) Sensivel (adj) – Ne'ebé bele sente; ne'ebé bele haree. Interese protejidu iha superioridade sensivel kuandu ita kompara ho interese sakrifikadu = Ita ita bele haree katak interese protejidu boot-liu ne'ebé sakrifika.

²⁷ (45) Sakrifikadu (adj) – Ne'ebé sakrifika tiha; ne'ebé halo lakon.

nia vontade séria, livre no esklaresida, no bele revoga tiha konforme titulár ne'e nia hakarak too faktu nia ezekusaun.

3. Konsentimentu iha efikásia deit kuandu mai hosi ema ne'ebé iha tinan aas-liu 16 no iha dixernimentu²⁸ nesesáriu atu tetu konsentimentu ne'e nia sentidu no alkanse iha momentu ne'ebé nia fo konsentimentu ne'e.

4. Kuandu ajente la hatene katak konsentimentu ne'e iha, nia sei hetan pena ne'ebé aplika ba tentativa.

5. Sei ekipara²⁹ ba konsentimentu efetivu konsentimentu prezumidu, ne'ebé iha kuandu situasaun iha ne'ebé ajente aktua fo-fatin atu hanoin razoavelmente katak, interese juridikamente protejidu nia titulár, hatene sirkunstánsia iha ne'ebé ajente pratika faktu ne'e karik, sei fo duni efikazmente konsentimentu ba faktu ne'e.

SEKSAUN II

KAUZA NE'EBÉ EXKLUI KULPA

Artigu 48

Exesu iha lejítima defeza

1. Meiu sira-ne'ebé, tanba nia espésie no grau iha nia utilizaun, sai exesivu ba ajente nia aksaun atu defende-án bele fo-fatin ba atenuasaun extraordinária iha pena ne'ebé sei aplika ba krime.

2. Exesu iha meiu ne'ebé uza iha lejítima defeza tanba perturbasaun, ta'uk ka hakfodak la sensuravel, exklui³⁰ ajente nia kulpa.

Artigu 49

Estadu ho nesesidade deskulpante

1. Aktua sem kulpa ema ne'ebé pratika faktu ilísitu ida adekuadu atu taka-dalan ba perigu aktuál ne'ebé ameasa

²⁸ (47) Dixernimentu (s) - Juizu; kapasidade atu komprende no tetu ka haree buat ida-idak nia nia diferensa. Dixerne (v) = Komprende moos; distinge; julga; avalia; apresia; tetu; haree buat ida-idak nia diferensa

²⁹ (47) Ekipara (v) – Konsidera hanesan ho; fo valór hanesan ho.

³⁰ Exklui (v) – Hasai (hosi grupu ida); hadook (hosi grupu ida); hamoos (hosi grupu ida)

ajente ka ema seluk nia vida, integridade fízika, onra ka liberdade, kuandu laiha dalan seluk atu hadook perigu ne'e no, tuir sirkunstánsia ne'ebé haleu kazu ne'e, la'ós razoavel atu husu komportamentu seluk ba ajente.

2. Kuandu perigu ne'ebé ameasa interese jurídiku ne'ebé artigu anteriór la temi no presupostu sira-seluk ne'ebé hakerek hela iha ne'ebá mosu hotu, pena bele hetan atenuasaun extraordinária ka, exesionalmente, ajente bele hetan izensaun ba pena.

Artigu 50

Obediénsia indevida deskulpante

Aktua sem kulpa funsionáriu ne'ebé halotuir orden ida kuandu nia la hatene katak orden ne'e halo nia pratika krime ruma no sirkunstánsia ne'ebé nia haree daudaun ne'e la hatudu kedas katak nia hahalok ne'e krime ida.

TÍTULU III

SIRKUNSTÁNSIA

KAPÍTULU ÚNIKU

REGRA JERÁL

Artigu 51

Pena nia medida

1. Atu determina pena nia medida, tuir limite ne'ebé lei define, tenke haree ba ajente nia kulpa no ba nesesidade atu halo prevensaun.

2. Atu determina pena konkreta tribunál haree ba sirkunstánsia hotu ne'ebé la tama iha krime nia tipu no favorese ka desfavorese ajente.

3. Iha sentensa sei refere expresamente fundamentu ba pena nia medida.

Artigu 52

Sirkunstánsia agravante jerál

1. Sei konsidera hanesan sirkunstánsia jerál ne'ebé agrava ajente nia responsabilidade sirkunstánsia anteriór,

kontemporánea ka posteriór sira-ne'ebé la tama iha tipu legál no hatudu katak faktu nia ilisitude, ajente nia konduta ka ajente nia kulpa maka'as liu no aumenta pena nia nesesidade.

2. Bele konstitui sirkunstánsia agravante jerál, hamutuk ho seluk tan, sira tuirmai ne'e:

a) Ajente ezekuta krime ho deslealdade, ne'ebé iha kuandu ajente uza traisaun, emboskada, espera, disfarse;

b) Ajente komete krime hasoru ema ho meiu, modu ka forma ne'ebé, direktamente ka indiretamente, garante katak nia sei la hasoru perigu ne'ebé bele mai hosi defeza ne'ebé ofendidu bele apresenta;

c) Ajente halo krime ho fraude, enganu, exesu iha podér ka autoridade ka aproveita sirkunstánsia kana-ba fatin, tempu hodi halo krime ne'e;

d) Ajente simu pagamentu, valór ka rekompensa ruma hodi pratika krime ne'e;

e) Ajente halo krime ne'e tanba motivasaun rasista ka sentimentu diskriminatóriu kana-ba vítima nia jéneru, ideolojia, relijiaun, etnia, nasionalidade, seksu ka orientasaun seksuál, moras ka diminuisaun fízika;

f) Ajente iha obrigasaun espesiál atu labele pratika krime ne'e, atu taka-dalan ba krime ne'e ka atu partisipa hodi fo pena ba krime ne'e ka uza autoridade públika ne'ebé nia iha ka nia dehan katak iha hodi halo krime ne'e;

g) Iha kazu ne'ebé la iha reinsidénsia, ajente halo krime ida ka liu-tán ho natureza hanesan iha tinan 3 ba kotuk nia laran hahú iha momentu ne'ebé nia pratika krime ida tanba ne'ebé nia hasoru daudaun julgamentu ne'e, independentemente hosi momentu ne'ebé nia hetan kondenasau;

h) Ajente halo krime ne'e iha okaziaun ne'ebé nia halo krime seluk ida hodi pratika fasil liu tan krime ida ka barak;

i) Ajente pratika krime ne'e ho fasilidade tanba nia tama ka tenta tama iha ofendidu nia rezidénsia,

uza venenu, inundasaun, inséndiu, eksplozaun, naufrájiu ka avaria iha barku ka arma;

j) Ema nain rua ka liu-tán nia partisipasaun fo fasilidade atu pratika krime ne'e ka aproveita krime ne'e nia konsekuénsia;

k) Ajente aumenta ho intensaun no dezumanamente vítima nia sofrimentu, tanba hamosu sofrimentu ne'ebé la presiza atu konsuma krime ne'e ka aktu seluk tan kana-ba espoliasaun, krueldade ka destruisaun ne'ebé la presiza atu halo krime;

l) Ofendidu ajente nia kaben ka ema-ne'ebé moris ho ajente hanesan feen ho lain iha altura ne'e ka uluk, ka nia axendente, dexendente, irmaun, adotadu ka adotante;

m) Ofendidu ema ida vulneravel³¹ tebes tanba nia idade, moras ka defisiénsia fízika ka psíkika, kuandu sirkunstánsia ne'e la tama iha tipu legál.

Artigu 53

Reinsidénsia

1. Sei hetan pena hanesan reinsidente ema ne'ebé, hetan tiha kondenasaun ho sentensa tranzitada iha julgadu iha prizaun efetiva aas-liu fulan 6, nia mesak ka hamutuk ho ema seluk, oin naran ida, pratika krime dolozu ida tanba ne'ebé fo-fatin ba prizaun efetiva liu fulan 6, kuandu, tuir sirkunstánsia ne'ebé haleu kazu ne'e, ajente tenke hetan sensura³² tanba kondenasaun ida ka barak ne'ebé monu tiha ona ba nia la too atu taka dalan ba nia atu halo krime seluk.

2. Laiha reinsidénsia kuandu, hosi momentu ne'ebé ajente pratika krime ida too momentu ne'ebé nia pratika krime ida seluk no la sura ba prazu ne'e tempu iha ne'ebé nia kumpre hela medida prosesuál, pena ka medida ba seguransa ne'ebé hasai liberdade, liu tiha ona tinan 4.

³¹ (52) Vulneravel (adj) – Ne'ebé la bele defende-án; fraku

³² (53) Sensura (s) – Krítika; reprovasaun. Ita halo sensura ba ema ruma kuandu ita konsidera katak ema ne'e halo buat ruma sala.

3. Kuandu iha reinsidénsia pena aplikavel nia limite mínimu sei sae tan datoluk ida, maibé nia limite másimu la muda no agravaun ne'e la bele aas-liu pena ida aas-liu ne'ebé aplika tiha ona iha kondensaun anteriór sira.

Artigu 54 **Abitualidade kriminál**

1. Kuandu ajente pratika krime dolozu ne'ebé, konkretamente, fo-fatin ba pena prizaun efetiva aas-liu tinan 1 iha sirkunstánsia sira-ne'ebé tuirmai ne'e kumulativamente³³:

- a) Ajente pratika uluk tiha ona krime dolozu tolu ka liu-tán ne'ebé fo fatin ba pena prizaun efetiva;
- b) Hosi krime sira-ne'e ida-idak too krime ida tuirmai seidak liu tinan tolu;
- c) Avaliasaun ba faktu sira no ba ajente nia personalidade hamutuk hatudu katak ajente iha tendénsia atu halo krime;

sei aplika pena kana-ba krime kometidu ho nia limite mínimu no másimu sae tiha datoluk ida.

2. Dispozisaun ida-ne'e prevalese hasoru punisaun tanba reinsidénsia nia regra rasik.

Artigu 55 **Sirkunstánsia atenuante jerál**

1. Sei konsidera sirkunstánsia atenuante jerál ba ajente nia responsabilidade sirkunstánsia sira-ne'ebé mosu molok ajente halo krime, mosu hamutuk ho krime ka liu tiha krime maka mosu no favorese ajente.

2. Bele sai hanesan sirkunstánsia atenuante jerál, hamutuk ho seluk tan, sirkunstánsia sira tuirmai ne'e:

- a) Kauza ba exkluziun sira-ne'ebé hakerek hela iha kapitulu anteriór kuandu rekizitu sira previstu ba kauza ba exkluziun atu prodúz efeitu balu laiha;
- b) Ajente pratika faktu tanba faktu ruma hamosu emosaun violenta, obsesaun ka estadu pasionál ho

³³ (54) Kumulativamente (adv) – Hamutuk hotu dala-ida

natureza hanesan ho sira-ne'e ka reaje kedas hasoru provokasaun;

c) Ajente apresenta-án rasik ba autoridade molok nia hatene katak iha prosedimentu kriminal hasoru nia;

d) Ajente konfesa rasik krime ne'ebé nia halo ka fo kontribuisaun desiziva³⁴ atu atu hatene sirkunstánsia ne'ebé haleu aksaun kriminoza ne'e;

e) Iha aktu ne'ebé hatudu katak ajente arrendepe duni;

f) Ajente nia dolu ka negligénsia kamán hela;

g) Vítima ho ajente di'ak-malu fali ona.

Artigu 56

Sirkunstánsia ba atenuasaun extraordinária

1. Hamutuk ho kazu sira-ne'ebé lei prevee expresamente, pena previstu iha tipu legál sei atenua extraordinariamente kuandu iha sirkunstánsia sira-ne'ebé mosu molok ajente halo krime, mosu hamutuk ho krime ka liu tiha krime maka mosu no, hamutuk ka mesak deit,hamenus asentuadamente³⁵ konduta nia ilisitude, ajente nia kulpa ka pena nia nesesidade.

2. Ba número anteriór nia efeitu, sei konsidera, hamutuk ho seluk tan, sirkunstánsia sira tuirmai ne'e:

a) Ajente aktua tanba ameasa grave ka tanba hetan influénsia hosi ema ne'ebé nia depende ka nia tenke obedese ba;

b) Ajente atua tanba motivu onrozu, tanba vítima rasik maka husu ka tenta nia ka tanba provokasaun injusta ka ofensa ne'ebé nia la merese;

c) Ajente hadia prejuizu ne'ebé nia hamosu ka hatún prejuizu ne'e nia efeitu, iha momentu naran ida maibé molok julgamentu hahú;

d) Krime ne'e akontese tiha kleur ona no ajente iha komportamentu di'ak nafatin;

e) Ajente iha imputabilidade diminuida sensivelmente.

³⁴ (55) Desiziva (adj) – Makaas; importante

³⁵ (56) Asentuadamente (adv) – Maka'as

Artigu 57

Atenuasaun extraordinária nia grau

1. Kuandu iha atenuasaun extraordináriu ba pena, sei aplika ba pena aplikavel nia limite regra sira-ne'e:
 - a) Pena prizaun nia limite másimu sei tun datoluk ida;
 - b) Pena prizaun nia limite mínimu sei tun dalimak ida kuandu hanesan ka aas-liu tinan 3 no tun ba mínimu legál kuandu badak liu tinan 3;
 - c) Pena multa nia limite másimu sei tun datoluk ida no nia limite mínimu sei tun ba mínimu legál;
 - d) Kuandu pena prizaun nia limite másimu la aas-liu tinan 3, bele tau pena multa iha pena prizaun nia fatin, iha limite jerál nia laran.
2. Pena konkreta ne'ebé sai hosi atenuasaun extraordinária bele hetan substituisaun, hamutuk ho suspensaun, tuir regra jerál.

Artigu 58

Sirkunstánsia nia konkursu

1. Kuandu sirkunstánsia ruma ne'ebé modifika tipu legál nia moldura abstrata mosu sei aplika atenuasaun extraordinária nia rejime ne'ebé hakerek hela iha artigu anteriór.
2. Kuandu sirkunstánsia ne'ebé modifika tipu legál nia moldura abstrata rua ka liu-tan mosu hamutuk, ida deit maka sei konsidera nu'udar artigu anteriór nia dispozisaun, sira seluk sei konsidera hanesan sirkunstánsia atenuante jerál hodi determina pena nia medida.

TÍTULU IV

KRIME NIA KONSEKUÉNSIA JURÍDIKA

KAPÍTULU I

DISPOZISAUN JERÁL

Artigu 59

Pena no medida ba seguransa

1. Labele aplika pena morte ka pena ne'ebé hasai liberdade ka medida ba seguransa ho karater perpétuu ka durasaun ilimitada ka indefinida.
2. Tanba faktu ida-deit labele aplika hamutuk pena ho medida ba seguransa ne'ebé hasai liberdade.

Artigu 60

Pena no medida ba seguransa nia limite

1. Pena konkreta labele todan liu kulpa nia todan.
2. Medida ba seguransa bazeia iha ajente ne'ebé pratika faktu previstu hanesan krime nia perigozidade, dura too haree katak perigozidade kriminál ne'ebé fo-fatin ba medida ne'e hotu ona no nia tempu labele naruk liu pena aplikavel ba krime referidu nia limite másimu.

Artigu 61

Pena no medida ba seguransa nia finalidade³⁶

Pena ho medida ba seguransa sei aplika atu proteje bem jurídiku esensíal ba vida iha sosiedade no atu hetan ajente nia reintegrasaun iha sosiedade.

Artigu 62

Hili pena no medida ba seguransa

1. Kuandu bele aplika ba krime ida pena ne'ebé hasai liberdade ka pena ne'ebé la hasai liberdade, tribunál sei hili ida ikus ne'e kuandu pena ne'e di'ak-liu no too atu hetan pena nia finalidade.
2. Atu hili medida ba seguransa ida hodi aplika ba ajente ne'ebé nia perigozidade hatudu tiha ona iha prosesu tenke haree ajente ne'e nia personalidade oinsá no tratamentu ida-ne'ebé maka di'ak-liu ba situasaun ne'e.

Artigu 63

Pena no medida ba seguransa nia efeitu

³⁶

(61) Finalidade (s) - objetivu

Pena ka medida ba seguransa ida la halakon, hanesan efeitu nesésáriu, direitu sivíl, profisionál ka polítiku.

Artigu 64

Pena ka medida ne'ebé hasai liberdade nia ezekusaun

1. Ajente ne'ebé hetan kondenasaun ho pena prizaun efetiva ka sujeisaun ba medida internamentu bele hetan liberdade kondisionál ka liberdade atu prova.
2. Salvu dispozisaun seluk, tenke fo liberdade kondisionál ba kondenadu ne'ebé kumpre tiha ona pena nia da-neen lima.
3. Tenke iha kondenadu nia konsentimentu atu fo liberdade kondisionál ba nia, salvu iha situaun prevista iha número anteriór.
4. Lei ketak maka sei estabelese presupostu no kondisaun atu fo liberdade kondisionál no mós dadur sira nia direitu no obrigasaun no presupostu no kondisaun atu ezekuta prizaun efetiva iha rejime abertu.

Artigu 65

Pena no medida ne'ebé hasai liberdade nia konkursu

1. Kuandu ajente ida hetan kondenasaun iha pena prizaun efetiva no sujeisaun ba medida internamentu, medida ida ne'e tenke ezekuta uluk no deskonta iha pena prizaun.
2. Medida internamentu tenke hotu karik, tribunál tau ajente iha liberdade kondisionál kuandu nia kumpre tiha ona tempu korrespondente ba pena nia sorin-balu no nia libertasaun mosu hanesan kompativel³⁷ ho orden jurídika no paz sosiál nia defeza.

KAPÍTULU II PENA PRIZAUN

Artigu 66

Pena prizaun nia durasaun

³⁷ (65) - Kompativel; ne'e fo-malu di'ak ho (buat seluk); ne'ebé la prejudika (buat seluk). Kompativel ho paz sosiál nia defeza = la prejudika paz sosiál nia defeza

1. Pena prizaun tenke dura pelu menus loron 30 no labele liu tinan 25.
2. Iha kazu ne'ebé lei prevee especialmente, pena prizaun bele dura too tinan 30.
3. Labele liu pena referidu iha número anteriór nia limite másimu.

Artigu 67

Prizaun nia substituisaun ho multa

1. Iha pena prizaun aplikada ne'ebé la aas-liu tinan 1 nia fatin bele tau multa durante tempu hanesan, too limite legál másimu, kuandu nesesidade atu prevene krime futuru la obriga prizaun nia kumprimentu no, tuir sirkunstánsia ne'ebé haleu kazu ne'e, tribunál haree katak labele suspende ezekusaun.
2. Kuandu kondenadu la selu multa substitutiva ka nia prestasaun ruma, nia tenke kumpre kedas pena prizaun ne'ebé fiksa tiha primeiru ne'e, maibé kondenadu bele selu multa ne'e hotu kedas ka hatudu bem atu garante pagamentu ne'e hodi hapara kumprimentu ne'e, deskonta tiha prestasaun ne'ebé selu tiha ona.
3. Tribunál tenke fundamenta nia desizaun ne'ebé la halo substituisaun kuandu pena aplikada fo-fatin ba substituisaun ne'e.

Artigu 68

Suspensaun ba prizaun nia ezekusaun

1. Tribunál bele suspende pena prizaun aplikada ne'ebé la aas-liu tinan 3 nia ezekusaun, durante tinan 1 too tinan 5, hahú iha desizaun nia tránzitu iha julgadu.
2. Tenke hatama iha desizaun suspensaun nia fundamentu, nomeadamente, ajente nia personalidade, sirkunstánsia ne'ebé haleu krime nia prátika, nia komportamentu anteriór, kondisaun kana-ba nia moris no, liuliu, previzibilidade kana-ba nia komportamentu futuru.
3. Tribunál tenke fundamenta nia desizaun ne'ebé la suspende ezekusaun kuandu pena aplikada fo-fatin ba suspensaun ne'e.

Artigu 69

Prizaun nia suspensaun ho devér

1. Atu suspende pena prizaun nia ezekusaun tribunál, hanesan kondisaun, bele haruka kondenadu kumpre devér ruma, la umillante, hodi hadia krime nia mal.
2. Bele sai hanesan kondisaun ba suspensaun devér sira tuirmai ne'e:
 - a) Kondenadu repara ka fo garantia atu repara prejuizu ne'ebé krime hamosu, iha prazu determinadu;
 - b) Kondenadu apresenta deskulpa ba ofendidu iha públiku;
 - c) Kondenadu halo tarefa ruma relasionadu ho krime pratikadu;
 - d) Kondenadu entrega osan ba Estadu ka instituisaun ba benefisénsia ho signifikadu ba kondenadu nia reinsersaun.
3. Labele aplika ba kondenadu obrigasaun ne'ebé haruka nia halo buat ne'ebé razoavelmente³⁸ labele husu ba nia atu halo.
4. Too prazu ba suspensaun hotu bele muda obrigasaun ne'ebé aplika hela ba kondenadu kuandu sirkunstánsia relevante superveniente ruma mosu ka liu tiha maka tribunál foin hatene sirkunstánsia relevante ruma.
5. Artigu anteriór, n. 2, nia dispozisaun aplika mós iha ne'e.

Artigu 70

Regra ba konduta

1. Tribunál bele haruka kondenadu kumpre, iha tempu suspensaun nia laran, regra ba konduta ne'ebé fasilita nia integrasaun iha sosiedade, nomeadamente:
 - a) Labele ezerse profisaun ruma;
 - b) Labele frekuenta meiu ambiente ka fatin ruma;
 - c) Labele hela iha fatin ka rejiaun ruma;
 - d) Labele la'o hamutuk ho ema ruma, husik ema ruma hela iha nia uma ka simu ema ruma;

³⁸

(69) Razoavelmente (adv) – tuir razaun; tuir justisa.

- e) Labele frekuenta asosiasaun ruma ka partisipa iha reuniaun ruma;
 - f) Labele hela ho objetu ne'ebé bele fasilita nia halo krime;
 - g) Aprezenta-án ba tribunál, reinsersaun sosiál nia tékniku ka entidade la polisiál periodikamente.
2. Hetan tiha kondenadu nia konsentimentu, tribunál bele mós haruka nia ba halo tratamentu médiku ka kura iha instituisaun adekuada.
 3. Artigu anteriór, n. 3 too 5, nia dispozisaun aplika mós iha ne'e.

Artigu 71

Suspensaun ba prizaun ho akompañamentu

1. Kuandu prizaun nia suspensaun simples ka kondisionada la too atu garante delinkuente nia rekuperasaun no hasees nia hosi aktividade kriminoza, tribunál bele aplika suspensaun hamutuk ho servisu ba reinsersaun sosiál nia akompañamentu ba kondenadu durante tempu ba suspensaun ne'e, hetan tiha kondenadu nia akordu, kuandu bele.
2. Servisu ba reinsersaun sosiál hamutuk ho Ministériu Públiku no juíz ne'ebé fo kondenasaun maka, rona tiha kondenadu, elabora planu ba reinsersaun sosiál, ne'ebé, hetan tiha aprovasaun hosi tribunál, sei kumpre ho funsionáriu ka servisu ba reinsersaun nia assisténsia.
3. Tenke hatama iha planu ba readaptasaun obrigasaun hotu-hotu ne'ebé aplika ba kondenadu; tribunál bele haruka kondenadu halotuir obrigasaun no regra ba konduta sira-ne'ebé hakerek hela iha artigu 69 no 70 ka obrigasaun seluk ne'ebé interesa ba planu ba readaptasaun, nomeadamente:
 - a) Hetan tratamentu ka internamentu iha estabesimentu adekuadu, kuandu sirkunstánsia ezije;
 - b) Halotuir majistradu responsavel ba ezekusaun ka tékniku ba reinsersaun sosiál nia konvokatória;
 - c) Simu tékniku ba reinsersaun sosiál nia vizita no fo informasaun ba tékniku ne'e kana-ba nia meu atu moris;

d) Fo-hatene ba tékniku ba reinsersaun sosiál kana-ba alterasaun ba nia rezidénsia ka empregu, no mós kana-ba auzénsia hosi nia rezidénsia kuandu naruk liu loron 8;

e) Hetan uluk majistradu responsavel ba ezekusaun nia autorizasaun molok sai ba estranjeiru.

4. Artigu 68, n. 2, nia dispozisaun aplika mós iha ne'e.

Artigu 72

Modifikasaun iha rejime ba suspensaun

Kuandu iha tempu ne'ebé pena prizaun nia ezekusaun suspende hela kondenadu la kumpre obrigasaun ne'ebé aplika hela ba nia ka hetan julgamentu no kondenasaun tanba krime seluk, tribunál, haree ba sirkunstánsia sira iha ne'ebá, bele altera rejime ne'ebé fiksa tiha ona ba suspensaun ba pena prizaun nia ezekusaun, modifika obrigasaun ka fo adverténsia solene ba kondenadu, nu'udar kazu ida-idak nia sirkunstánsia.

Artigu 73

Revogasaun ba suspensaun

1. Kuandu iha tempu ne'ebé pena prizaun nia ezekusaun suspende hela kondenadu hetan julgamentu no kondenasaun tanba krime seluk ka reinside doloamente iha inkumprimentu ba regra ka obrigasaun ne'ebé aplika hela ba nia, no haree katak labele halo modifikasaun ba suspensaun nia rejime ka modifikasaun ne'e la too, tribunál revoga tiha suspensaun.

2. Suspensaun ba pena prizaun nia ezekusaun tenke revoga duni kuandu, iha período respetivu nia laran, kondenadu halo krime dolozu tanba ne'ebé nia hetan kondenasaun ho prizaun efetiva.

3. Suspensaun nia revogasaun la fo direitu ba kondenadu atu simu fila-fali prestasaun ne'ebé nia halo tiha ona durante suspensaun no tanba suspensaun.

Artigu 74

Pena prizaun nia extinsaun

Kuandu suspensaun ba pena prizaun nia ezekusaun la hetan revogasaun, liu tiha prazu respetivu, pena ne'e no nia efeitu sei hetan extinsaun

KAPÍTULU III PENA MULTA

Artigu 75 Pena multa nia durasaun

1. Pena multa sei fiksa ho nia mínimu iha loron 10 no nia másimu iha loron 360, salvu dispozisaun seluk.
2. Multa loron ida korresponde ba kuantia ida, ne'ebé tribunál fiksa tuir kondenadu nia situasaun ekonómika no finanseira no nia enkargu pesoál, iha dolar amerikanu sorin ida too dolar amerikanu 200 nia laran.
3. Kuandu sirkunstánsia ne'ebé haleu kazu justifika, tribunál bele autoriza selu multa iha prazu tinan 1 nia laran, ka husik selu ho prestasaun³⁹, maibé prestasaun ida ikus tenke selu iha tinan 2 nia laran hahú iha loron ne'ebé kondenasau tranzita iha julgadu.

Artigu 76 Prizaun alternativa ba pena multa

Desizaun ne'ebé aplika pena multa direktamente sei fiksa mós prizaun alternativa, durante tempu ne'ebé korresponde ba multa ne'e, tun tiha ba datoluk rua.

Artigu 77 Pena multa nia redusaun ka izensaun

1. Kuandu kondenadu iha pena multa la kumpre pena ne'e tanba sirkunstánsia ne'ebé liu tiha kondenasau maka mosu no impossibilita ka difikulta multa nia kumprimentu, maibé la imputavel ba nia, tribunál bele dekreta redusaun ka izensaun ba pena ne'e.

³⁹ (75) Prestasaun (s) – kuantia ida-idak ne'ebé tenke selu iha prazu ida nia laran hodi selu tusan ka enkargu (obrigasaun ka onus) ida.

2. Númeru anteriór nia dispozisaun aplika mós ba pena multa ne'ebé substitui prizaun.

KAPÍTULU IV PENA TRABALLU BA KOMUNIDADE

Artigu 78 Traballu ba comunidade

1. Pena traballu ba comunidade maka ida ne'ebé kondenadu tenke halo servisu saugati ba organizmu públiku ka entidade seluk ne'ebé tribunál konsidera katak iha interese públiku, naran katak hetan tiha kondenadu nia konsentimentu.

2. Tribunál maka fiksa tempu ba kondenadu atu halo servisu ne'e no, ba ida ne'e, sei troka prizaun fiksadu iha sentensa nia loron ida ho servisu durante oras ida, maibé labele liu oras 240.

3. Traballu ne'e bele halo iha oráriu ba servisu normál nia laran ka lae, kontinuaamente ka lae, maibé iha loron ida-idak labele naruk liu tempu ne'ebé estabelese hela iha rejime ba oras extraordinárias no labele prejudika kondenadu ka kondenadu nia família nia sobrevivénsia⁴⁰.

4. Inkumprimentu injustifikadu atu halo traballu ba comunidade fo-fatin atu kumpre pena ida-ne'ebé aplika uluk ne'e, deskonta tiha loron sira iha ne'ebé halo tiha ona traballu ne'e, tuir n. 2 nia dispozisaun.

Artigu 79 Rekizitu

1. Tribunál bele aplika pena traballu ba comunidade iha pena prizaun ne'ebé la naruk liu tinan 1 ka pena multa nia fatin kuandu haree katak ho meu ne'e bele realiza adekuadamente no sufisientemente punisaun nia finalidade no, kana-ba prizaun, razaun kana-ba prevensaun kriminál hatudu katak di'ak-liu lalika suspende ezekusaun ka substitui ho multa.

⁴⁰ (78) Sobrevivénsia (s) – kondisaun materiál mínima ne'ebé prezisa para atu moris.

2. Tenke iha kondenadu nia konsentimentu atu aplika traballu ba komunidadade, ne'ebé, kana-ba multa substitutiva, bele dekreta iha sentensa ka iha despaxu posteriór, naran katak kondenadu apresenta rekerimentu molok iha orden ba peñora iha prosesu ezekusaun tanba la selu multa.

3. Artigu 67, n. 3, nia dispozisaun sei aplika iha ne'e.

Artigu 80

Pena nia suspensaun, redusaun ka izensaun

Kuandu kondenadu la kumpre traballu, tanba sirkunstánsia ne'ebé liu tiha nia aplikasaun maka mosu no impossibilita ka difikulta kumprimentu ne'e no labele imputa ba nia, sei aplika rejime previstu iha artigu 77.

Artigu 81

Lejislasaun komplementár

Diploma esepiál maka sei regula kondisaun sira-seluk atu aplika pena traballu ba komunidadade no servisu atu ezekuta traballu nia funsionamentu.

KAPÍTULU V

PENA ADMOESTASAUN

Artigu 82

Admoestasaun

Kuandu konsidera ajente kulpadu tanba halo krime ne'ebé fo-fatin ba pena prizaun abstrata la aas-liu tinan 3 ka multa, tribunál bele fo deit admoestasaun ba nia, kuandu, kumulativamente:

- a) Konduta kriminoza nia prejuizu hadia tiha ona;
- b) Ajente delinkuente primáriu ida;
- c) Admoestasaun too atu halo prevensaun kriminál no atu rekupera delinkuente.

Artigu 83

Pena admoestasaun nia ezekusaun

Tribunál maka halo admoestasaun, ho repreensaun orál solene no adekuada ba kondenadu, iha audiénsia públika, kuandu desizaun ne'ebé aplika pena ne'e tranzita tiha ona iha julgadu.

KAPÍTULU VI PENA ASESÓRIA

Artigu 84 Prinsípiu jerál

1. Lei bele estabelese ba krime ruma proibisaun atu ezerse direitu ka profisaun ruma.
2. Pena asesória ida sei kumula ho pena asesória sira seluk, tenke aplika hamutuk ho pena prinsipál no nia durasaun tenke fiksa tuir kulpa nia todan.

Artigu 85 Suspensaun temporária atu ezerse funsaun públika

1. Kuandu kondena ema ne'ebé ezerse kargu públiku ho prizaun efetiva tribunál tenke dekreta suspensaun ba funsaun ne'e nia ezersísiu iha períodu ne'ebé nia kumpre pena, kuandu kondenadu la hetan demisaun dixiplinár
2. Sei aplika ba kondenadu, iha períodu suspensaun nia laran, efektu sira-ne'ebé, tuir lei respetiva, akompañia sansaun dixiplinár suspensaun atu ezerse funsaun.
3. Númeru anteriór sira nia dispozisaun sei aplika ba profisaun ka aktividade sira-ne'ebé sei presiza título públiku, autorizasaun ka omologasaun hosi autoridade públika atu ezerse.

Artigu 86 Proibisaun atu ezerse funsaun

1. Kargu públiku nia titulár, funsionáriu públiku ka Administrasaun nia ajente ne'ebé, kuandu ezerse daudaun aktividade ne'ebé nia hetan eleisaun ka nomeasaun atu kaer, hetan kondenasau ho pena prizaun aas-liu tinan 3 bele hetan proibisaun atu ezerse funsaun sira-ne'ebá, iha

tinan 2 too tinan 5 nia laran, kuandu sirkunstánsia sira tuirmai ne'e mosu:

- a) Ajente pratika faktu ne'e ho abuzu flagrante no grave ba nia funsaun ka ho violasaun manifesta no grave ba devér ne'ebé nia tenke kumpre iha funsaun ne'e;
- b) Ajente hatudu indignidade ka inkapasidade manifesta atu ezerse kargu ne'e;
- c) Faktu nia natureza halakon konfiansa ne'ebé tenke iha hodi ezerse funsaun ne'e.

2. Número anteriór nia dispozisaun aplika mós ba profisaun ka aktividade sira-ne'ebé ema ida tenke iha título públiku, autorizasaun ka omologasaun hosi autoridade pública atu ezerse.

3. Tempu iha ne'ebé arguidu lakon hela nia liberdade tanba medida-koasaun, pena ka medida ba seguransa la konta hanesan período ba proibisaun.

4. La aplika pena asesória prevista iha artigu ida-ne'e kuandu, tanba faktu sira ne'e duni, aplika daudaun medida ba seguransa prevista iha artigu 100.

5. Kuandu aplika artigu ida-ne'e nia dispozisaun tenke fo-hatene tribunál nia kondensasaun ba autoridade pública ne'ebé funcionáriu ne'ebé depende ba.

Artigu 87 **Expulsaun**

1. Sidadaun estranjeiru ne'ebé hetan kondensasaun tanba pratika krime ne'ebé fo-fatin ba prizaun aas-liu tinan 3 no seidauk hela iha Timor-Leste tinan 15 bele hetan expulsaun hosi território nasional:

- a) Durante período too tinan 2, kuandu nia hela iha ne'e liu ona tinan 10;
- b) Durante período too tinan 5, kuandu nia hela iha ne'e liu ona tinan 5 maibé seidauk too tinan 10;
- c) Durante período too tinan 10, kuandu nia seidauk hela iha ne'e tinan 5.

2. Expulsaun referida iha número anteriór sei aplika kuandu iha kazu konkretu presiza duni tanba seguransa interna, saúde pública ka hodi evita aktividade kriminoza atu kontinua.

3. Lalika haree ba pena prinsipál nia kumprimentu totál ka parsial atu ezekuta pena expulsaun.

Artigu 88 **Proibisaun ba kondusaun**

1. Bele aplika inibisaun atu kaer veíkulu ho motór durante fulan 3 too tinan 2 ba ema ne'ebé hetan kondensaun:

- a) Tanba krime previstu iha artigu 207 too 209;
- b) Tanba krime ne'ebé komete ho veíkulu motorizadu no ezekuta ho fasilidade duni tanba uza veíkulu motorizadu;
- c) Tanba krime dezobediénsia tanba lakohi halo prova ne'ebé lei estabelese atu hatene ema ida kaer veíkulu motorizadu ho álcool, substánsia psikotrópika ka produktu ho efeitu análogo nia efeitu perturbadór ba nia aptidaun fízika, mentál ka psikolójika karik.

2. Artigu 86, n. 3, nia dispozisaun sei aplika mós iha ne'e.

Artigu 89 **Kasasaun ba lisensa atu rai arma**

1. Kuandu iha kondensaun tanba krime dolozu pratikadu ho arma, haree tuir sirkunstánsia no hahalok nia gravidade, tribunál bele dekreta kasasaun⁴¹ ba lisensa atu uza no hela ho arma, durante tinan 2 too tinan 8.

2. Artigu 86, n. 3, nia dispozisaun sei aplika mós iha ne'e.

KAPÍTULU VII **PENA NIA DETERMINASAUN**

Artigu 90 **Prinsípiu jerál**

1. Kuandu lei fiksa pena ida, pena ne'e refere ba krime ne'e ho nia forma konsumadu.

2. Atu hetan pena abstrata nia moldura hosi ne'ebé sei determina pena konkreta:

⁴¹ (89) Kasasaun (s) - Anulasaun

- a) Sei aplika ba krime konsumadu nia pena abstrata sirkunstánsia modifikativa reinsidénsia no abitualidade kriminál previstu iha artigu 53 no 54, respetivamente;
- b) Halotuir tiha alínea anteriór nia dispozisaun ka hahú hosi krime konsumadu nia pena abstrata, kuandu iha sirkunstánsia modifikativa, sei konsidera situasaun ne'ebé fo-fatin ba atenuasaun extraordinária, kuandu iha.

Artigu 91

Pena nia determinasaun konkreta

1. Hetan tiha pena nia moldura abstrata tuir artigu anteriór, tribunál avalia sirkunstánsia hotu-hotu ne'ebé la tama iha tipu legál no la tama iha valorasaun nu'udar artigu anteriór nia dispozisaun maibé agrava ka diminui kondenadu nia responsabilidade.
2. Ho baze iha sirkunstánsia sira ikus ne'e nia valorasaun, tribunál fiksa pena nia medida ezata ne'ebé konsidera nesesária atu proteje bem jurídiku esensiál ba vida iha sosiedade no ba ajente nia reintegrasaun sosiál, iha moldura ne'ebé fiksa hela iha tipu nia limite laran ka iha limite ne'ebé sai hosi artigu anteriór nia dispozisaun nia laran.
3. Pena ne'ebé aplika ba kondenadu nia todan nunka bele liu kulpa nia todan.

Artigu 92

Kazu spesiál ba pena multa

Atu aplika pena multa sei aplika kapítulu ida ne'e nia dispozisaun hodi determina tempu kana-ba multa nia durasaun, sem prejuizu ba artigu 75, n. 2, nia dispozisaun atu kalkula kuantia ne'ebé korresponde ba multa ba loron ida-idak.

KAPÍTULU VIII MEDIDA BA SEGURANSA

SEKSAUN I

MEDIDA INTERNAMENTU

Artigu 93 Presupostu

Kuandu inimputavel tuir artigu 21 nia dispozisaun maka pratika faktu ida deskritu iha krime ida nia tipu legál, tribunál bele haruka hatama nia iha estabesimentu adekuadu, kuandu, tanba nia anomalia psíkika no faktu praktikadu nia natureza no gravidade, iha baze atu ta'uk katak nia bele halo faktu típiku seluk korrespondente ba krime hasoru ema ka krime ba perigu komún.

Artigu 94 Durasau

1. Kuandu faktu ne'ebé imputavel pratika fo-fatin ba prizaun too tinan 3, internamentu labele naruk liu tinan 1.
2. Kuandu imputavel pratika faktu ne'ebé korresponde ba krime hasoru ema ka krime ba perigu komún punivel ho pena prizaun tinan 5 ka liu tan, internamentu labele badak liu tinan 3, salvu kuandu haree katak libertasaun la prejudika ho orden públika no paz sosiál nia defeza.
3. Kuandu imputavel pratika krime punivel ho pena (prizaun) aas-liu tinan 8 no di'ak liu lalika liberta nia tanba selae nia bele pratika fali krime hanesan ida-ne'e, bele hanaruk internamentu ho período tinan 2 tan, susesivamente⁴², too haree katak estadu perigozidade ne'ebé fo-fatin ba prolongamentu ne'e hotu ona.
4. Internamentu labele naruk liu pena aplikavel ba krime ne'ebé arguidu halo nia limite másimu.

Artigu 95 Medida nia sesasaun

1. Medida internamentu hotu kuandu perigozidade kriminál ne'ebé fo-fatin ba medida ne'e hotu ka, perigozidade ne'e nafatin karik, kuandu too ona medida

⁴² (94) Susesivamente (adv) – Tuir-malu; beibeik.

ne'e nia durasaun máxima, salvu iha sirkunstánsia ne'ebé hakerek hela iha artigu anteriór, n. 3 no 4.

2. Tinan-tinan sei halo revizaun ba medida internamentu.

3. Kuandu iha invokasaun katak iha kauza justifikativa atu hotu internamentu, tribunál, iha momentu naran ida, sei apresia kestaun ne'e.

Artigu 96

Medida internamentu nia substituisaun

1. Bele tau liberdade ba prova ka, kana-ba estranjeiru karik, expulsaun hosi territóriu nasional iha medida internamentu nia fatin.

2. Artigu 87 nia dispozisaun sei aplika ba expulsaun hosi territóriu nasional.

Artigu 97

Liberdade ba prova

1. Kuandu iha revizaun referida iha artigu 95 haree katak iha razaun atu fiar katak bele hetan medida nia finalidade iha meu abertu, tribunál tau internadu iha liberdade ba prova.

2. Liberdade ba prova nia períodu sei fiksa iha mínimu tinan 2 too máximu tinan 5 nia laran, maibé labele liu limite máximu fiksadu iha artigu 94, n. 4.

3. Desizaun kana-ba liberdade ba prova bele haruka internadu tuir regra ba konduta, nesesáriu atu prevene perigozidade, hanesan hakerek hela iha artigu 70, tuir tratamentu no rejime ba kura ambulatoriu apropriadu⁴³ no apresenta-án ba ezame no observaun iha fatin ne'ebé hatudu hela ba nia.

4. Ajente ne'ebé ezekusaun ba nia internamentu suspende tiha sei tau iha servisu ba reinsersaun sosiál nia vijilánsia.

5. Kuandu laiha motivu atu revoga liberdade ba prova, tempu ba liberdade ba prova ne'e hotu tiha, sei deklarar medida internamentu extinta.

6. Kuandu iha momentu ne'ebé períodu ba liberdade ba prova hotu prosesu ka insidente ne'ebé bele fo-fatin ba

⁴³ (97) Apropriadu (adj) – Di'ak ba situasaun ida.

medida nia revogasaun la'o hela, prosesu ka insidente ne'e hotu tiha no la iha revogasaun maka bele deklarasaun medida extinta.

Artigu 98 **Liberdade ba prova nia revogasaun**

1. Liberdade ba prova sei revoga tiha kuandu:
 - a) Imputavel nia komportamentu hatudu katak prezisa aplika duni internamentu;
 - b) Inimputavel hetan kondenasau nia pena ne'ebé hasai liberdade no la iha presupostu atu suspende pena ne'e nia ezekusaun, tuir artigu 68, n. 1.
2. Revogasaun fo-fatin ba reinternamentu, no iha ne'e sei aplika mós artigu 94 no 96 nia dispozisaun.

Artigu 99 **Suspensau nia internamentu nia ezekusaun**

1. Tribunál bele haruka suspende internamentu kuandu, tuir razaun, bele hein katak ho suspensau ne'e bele hetan medida ba seguransa nia finalidade no suspensau ne'e kompativel ho orden públika no paz sosiál nia defeza.
2. Artigu 97, n. 3 no 4, sei aplika mós ba internamentu nia suspensau.
3. Labele suspende internamentu nia ezekusaun kuandu ajente hetan kondenasau nia pena ne'ebé hasai liberdade no laiha rekizitu hodi suspende pena ne'e nia ezekusaun nu'udar artigu 68, n. 1.
4. Internamentu nia durasaun no sesasaun sei determina tuir artigu 94 no 95, respetivamente⁴⁴.
5. Artigu 98 nia dispozisaun sei aplika mós ba desizaun ne'ebé suspende medida internamentu.

SEKSAUN II **MEDIDA BA SEGURANSA SELUK**

⁴⁴ (99) Respetivamente (adv) – ida-idak ba ida-idak; tuir orden ne'ebé hatudu hela. Internamentu nia durasaun no sesasaun sei determina tuir artigu 94 no 95, respetivamente = Internamentu nia durasaun tuir artigu 94 no nia sesasaun sei determina tuir artigu 95.

Artigu 100

Medida interdisaun profisionál

1. Kuandu inimputavel tanba anomalia psíkika pratika aktu ruma previstu iha krime nia tipu legál relasionadu ho aktividade profisionál ne'ebé nia ezerse no iha reseiu katak, iha tempu ne'ebé nia ezerse okupasaun ne'e nia bele pratika faktu hanesan ho ida-ne'e, tribunál, haree ba sirkunstánsia ne'ebé haleu kazu ne'e no ba inimputavel nia personalidade, bele proibe nia ezerse aktividade ne'e iha tinan 1 too tinan 5 nia laran.
2. Períodu sei suspende durante tempu ne'ebé ajente laiha liberdade tanba medida koasaun prosesuál, pena ka medida ba seguransa.

Artigu 101

Proibisaun ba kondusaun no kasasaun ba lisensa atu uza no hela ho arma

1. Inimputavel ne'ebé pratika aktu ruma previstu iha artigu 88, n. 1, bele hetan inibisaun atu kaer veíkulu ho motór durante tinan 2 too tinan 6, kuandu nia personalidade hamosu reseiu katak nia bele pratika fali faktu hanesan ida-ne'e.
2. Kuandu aktu ne'ebé inimputavel pratika iha relasaun ho arma nia uzu, tribunál bele dekreta kasasaun ba lisensa atu uza no hela ho arma durante tinan 5 too tinan 10, kuandu nia personalidade hamosu reseiu katak nia bele pratika fali faktu hanesan ida-ne'e.
3. Artigu 86, n. 3, nia dispozisaun sei aplika mós iha ne'e.

KAPÍTULU IX

KRIME NIA KONSEKUÉNSIA SELUK

Artigu 102

Lakon krime nia objetu

1. Sei deklarar lakon tiha ba Estadu objetu ne'ebé uza ka atu uza hodi pratika krime, ka mai hosi krime, kuandu, tuir nia natureza ka sirkunstánsia ne'ebé haleu kazu,

hamosu perigu ba ema nia seguransa ka ba orden públika, ka bele uza fali atu pratika krime foun.

2. Vítima no terseiru sira-ne'ebé la fo kontribuisaun atu uza ka prodúz objetu sira-ne'e ka hasai vantajen hosi objetu sira-ne'ebé sira nia propriedade sei garante nafatin sira nia direitu.

3. Tribunál sei fo destinu ba objetu sira-ne'ebé deklara lakon tiha ona, kuandu lei la dehan buat ida, hanesan haruka halo destruisaun ba objetu sira-ne'e ka halo sira labele tama tan iha komérsiu.

4. Sei aplika nafatin n. 1 nia dispozisaun, maski ema ida la hetan pena tanba faktu ne'e.

Artigu 103

Lakon vantajen

1. Sei deklara lakon tiha ba Estadu koiza, direitu ka vantajen ne'ebé hetan, direktamente ka indiretamente, hosi krime nia prátika, sem prejuizu ba vítima ka terseiru ho boa-fé nia direitu.

2. Kuandu koiza, direitu ka vantajen sira-ne'e rasik labele tama iha Estadu nia liman, sei selu ba Estadu koiza, direitu ka vantajen sira-ne'e nia valór.

Artigu 104

Responsabilidade sivíl tanba krime

1. Tribunál ofisiozamente tenke apura no fiksa indemnizasaun tanba perda no danu ne'ebé mai hosi krime kuandu hatene tiha ona katak iha danu no danu ne'e nia valór hira, salvu kuandu lezadu deklara, tuir lei prosesuál penál, katak nia hakarak halo pedidu ketak.

2. Direitu sivíl nia norma maka regula indemnizasaun nia presupostu no kálkulu.

3. Responsavel ba indemnizasaun bele halo tranzasaun kana-ba indemnizasaun ne'e, maibé tenke fo-hatene tranzasaun ne'e ba tribunál, selae aktu ne'e laiha efikásia.

Artigu 105

Priviléjiu ba lezadu nia kréditu

Kréditu ne'ebé moris hosi lezadu nia direitu ba indemnizasaun tanba perda no danu ne'ebé mai hosi krime iha preferénsia hasoru kréditu sira seluk ne'ebé liu tiha faktu nia prátika maka mosu, inkluindu⁴⁵ kustas no kuantia⁴⁶ kana-ba multa.

TÍTULU V DIREITU BA KEIXA

Artigu 106 Krime nia natureza

1. Kana-ba direitu atu halo keixa, krime bele iha natureza públika ka semi-públika.
2. Krime públiku maka sira-ne'ebé lalika iha keixa atu fo-fatin ba prosedimentu kriminál.
3. Krime semi-públiku maka sira-ne'ebé tenke iha keixa atu fo-fatin ba prosedimentu kriminál.
4. Titulár ida ezerse nia direitu ba keixa kuandu nia hatudu katak nia hakarak prosedimentu kriminál.

Artigu 107 Direitu ba keixa nia titulár

Kuandu tenke iha keixa atu hala'o prosedimentu kriminál, ema-ne'ebé lei prosesuál penál hatudu hanesan direitu ba keixa nia titulár maka iha lejitimidade atu apresenta keixa ne'e.

Artigu 108 Prazu atu ezerse direitu

Direitu ba keixa tenke ezerse iha fulan 6 nia laran no prazu ne'e sura ketak ba direitu ne'e nia titulár ida-idak.

Artigu 109 Renúnsia no dezisténsia ba keixa

⁴⁵ (105) Inkluindu (v) – Iha ne'e sura hotu; iha ne'e tama hotu.
⁴⁶ (105) Kuantia (s) – Osan lubuk ida.

Direitu ba keixa nia renúnsia, dezisténsia ka la ezersísiu kana-ba krime nia kompartisipante ida aproveita ba kompartisipante sira seluk iha kazu ne'ebé sira-ne'e mós labele hetan persegisaun kriminal molok iha keixa.

TÍTULU VI RESPONSABILIDADE KRIMINAL NIA EXTINSAUN

KAPÍTULU I PROSEDIMENTU KRIMINAL NIA PRESKRISAUN

Artigu 110 Prazu ba preskrisaun

1. Prosedimentu kriminal extinge, tanba preskrisaun, kuandu, hahú iha momentu ne'ebé ajente pratika krime, liu tiha ona prazu sira tuirmai ne'e:

- a) Tinan 20, kuandu kana-ba krime punivel ho pena prizaun ho limite másimu aas-liu tinan 12;
- b) Tinan 15, kuandu kana-ba krime punivel ho pena prizaun ho limite másimu aas-liu tinan 7 maibé la too tinan 12;
- c) Tinan 8, kuandu kana-ba krime punivel ho pena prizaun ho limite másimu aas-liu tinan 3 maibé la liu tinan 7;
- d) Tinan 4, iha kazu sira seluk.

2. Kuandu lei estabelese alternativa⁴⁷ ba krime ida pena prizaun ka pena multa, ida uluk maka sei konsidera ba artigu ida-ne'e nia dispozisaun.

Artigu 111 Prazu nia kontajen

1. Prazu ba prosedimentu kriminal nia preskrisaun hahú iha momentu ne'ebé ajente konsuma faktu ka, ka kana-ba krime la konsumadu, krime kontinuada ka krime abituál, iha loron ne'ebé nia pratika aktu ezekusaun ida ikus.

⁴⁷ (112) Alternativa (s) – possibilidade atu hili buat ida hosi buat rua. Estabelese, ho alternativa, pena prizaun ka pena multa = fo possibilidade atu hili pena prizaun ka pena multa.

2. Iha krime permanente prazu ba preskrisaun hahú iha momentu ne'ebé konsumasaun hotu.
3. Kana-ba kumplisidade sei konsidera deit autór nia faktu.

Artigu 112

Suspensaun ba preskrisaun

1. Prosedimentu kriminál nia preskrisaun suspende iha kazu ne'ebé lei prevee no mós iha tempu ne'ebé:
 - a) Tuir lei, prosedimentu kriminál labele hahú ka kontinua tanba autorizasaun legál ka sentensa ne'ebé tribunál la kriminál maka sei fo seidak iha ka tanba kestaun prejudisiál nia devolusaun ba juizu la penál;
 - b) Delinkuente kumpre iha estranjeiru pena ka medida ba seguransa ne'ebé hasai liberdade;
 - c) Prosedimentu kriminál sei la'o daudaun, hahú iha momentu ne'ebé arguidu hetan notifikasaun kana-ba akuzasaun.
2. Prosedimentu halai fila-fali iha momentu ne'ebé kauza ba suspensaun hotu.
3. Kauza ba suspensaun labele naruk-liu prazu previstu iha artigu 110 nia sorin-balu, nu'udar situasaun ida-idak.

KAPÍTULU II

PENA NO MEDIDA BA SEGURANSA NIA PRESKRISAUN

Artigu 113

Prazu kana-ba pena nia preskrisaun

1. Pena sei preskreve iha prazu sira tuirmai ne'e:
 - a) Tinan 25 kuandu aas-liu prizaun tinan 12;
 - b) Tinan 20 kuandu aas-liu prizaun tinan 8 maibé la liu tinan 12;
 - c) Tinan 12 kuandu aas-liu prizaun tinan 4 maibé la liu tinan 8;
 - d) Tinan 8 kuandu la'ós pena prizaun sira-ne'ebé alínea anteriór sira prevee;
 - e) Tinan 4 kuandu pena ne'e pena multa.

2. Prazu kana-ba pena nia preskrisaun hahú iha momentu ne'ebé desizaun ne'ebé aplika pena ne'e hetan tránzitu iha julgadu.

Artigu 114
Pena asesória nia preskrisaun

Pena asesória nia preskrisaun tuir pena prinsipál nia rejime.

Artigu 115
Prazu ba medida ba seguransa nia preskrisaun

Medida ba seguransa sira preskreve iha prazu sira tuirmai ne'e:

- a) Tinan 15 kuandu hasai liberdade;
- b) Tinan 5 kuandu la hasai liberdade;
- c) Tinan 2 kuandu kana-ba kasasaun ba lisensa atu uza no hela ho arma.

Artigu 116
Preskrisaun nia suspensaun

1. Pena no medida ba seguransa nia preskrisaun suspende iha kazu ne'ebé lei prevee no durante tempu ne'ebé:

- a) Tuir lei, ezekusaun labele komesa ka kontinua;
- b) Tuirfali kondenadu nia evazaun⁴⁸ no iha tempu ne'ebé seidak kaer fali nia;
- c) Kondenadu kumpre hela pena ka medida ba seguransa ne'ebé hasai liberdade;
- d) Dilasaun atu selu multa sei moris;
- e) Kondenadu labele presta traballu ba komunidadade temporariamente;
- f) Ezekusaun la'o daudaun.

2. Preskrisaun halai fila iha loron ne'ebé kauza ba suspensaun hotu.

3. Artigu 112 nia dispozisaun aplika mós iha ne'e.

⁴⁸ (116) Evazaun (s) – Ho evazaun ema ida halai tiha hosi kadeia ka fatin ne'ebé nia dadur hela.

KAPÍTULU III IMPRESKRITIBILIDADE

Artigu 117

Krime jenosídiu, hasoru paz no umanidade no kana- ba gerra

Prosedimentu krimínál no pena tanba krime jenosídiu, hasoru paz no umanidade no krime gerra la preskreve.

KAPÍTULU IV KAUZA BA EXTINSAUN SELUK

Artigu 118

Kauza seluk

Responsabilidade krimínál extinge iha kazu ne'ebé lei prevee no tanba ajente mate, tanba amnistia no tanba indultu.

Artigu 119

Ajente nia mate

Ajente nia mate extinge prosedimentu krimínál no mós sansaun krimínál ne'ebé aplika tiha ona.

Artigu 120

Amnistia

Amnistia extinge prosedimentu krimínál no hapara ezekusaun ba sansaun ne'ebé seidauk kumpre totalmente ka parsialmente, no mós sansaun ne'e nia efeitu no pena asesória nu'udar sei bele.

Artigu 121

Amnistia no krime iha konkursu

Salvu dispozisaun seluk, amnistia aplika ba krime ida-idak ne'ebé tama iha konkursu.

Artigu 122

Indultu

Indultu extingue pena, totalmente ka parsialmente, ka tau pena seluk prevista iha lei no favoravel liu ba kondenadu iha pena ne'e nia fatin.

LIVRU II PARTE ESPESIÁL

TÍTULU I KRIME HASORU PAZ NO UMANIDADE

KAPITULU I KRIME JENOSÍDIU NO HASORU UMANIDADE

Artigu 123 Jenosídiu

1. Ema ne'ebé, ho intensaun atu destrui, totalmente ka parsialmente, grupu nasional, étniku, rasiál ka relijiozu, pratika:

- a) Omisídiu ka ofensa ba integridade fízika ka psíkika grave hasoru grupu ne'e;
- b) Aktu ne'ebé, oin naran ida, la husik grupu ne'e nia elementu sira halo prokriasaun⁴⁹ ka moris;
- c) Violasaun, eskravaun seksuál, prostituisaun forsada, esterilizasaun forsada ka violénsia seksuál seluk tan ho gravidade hanesan sira-ne'e;
- d) Separasaun ho meu violentu ba grupu ne'e nia elementu hosi grupu ne'e ba grupu seluk;
- e) Aktu ne'ebé, ho violénsia, la husik grupu ne'e ba hela ka hela nafatin iha espasu jeográfiku ne'ebé, tuir tradisaun ka istória, sei konsidera hanesan grupu ne'e nian;
- f) Grupu ne'e nia sujeisaun ba kondisaun atu moris ka tratamentu kruél, degradante ka dezumanu, ne'ebé loron ruma bele provoca nia destruisaun totál ka parsial;

⁴⁹ (123) Ho prokriasaun ema ida hetan oan ka jerasaun.

- g) Konfisku ka apreensaun jeneralizada ba bem sira-ne'ebé grupu ne'e nia elementu sira nia propriedade;
 - h) Proibisaun ba grupu ne'e nia elementu sira atu ezerse aktividade komersiál, industriál ka profisionál;
 - i) Difuzau⁵⁰ ba epidemia ne'ebé bele halo grupu ne'e nia elementu sira mate ka hetan ofensa ba sira nia integridade fízika;
 - j) Proibisaun, omisaun ka impedimentu, ho meu naran ida, ba grupu ne'e nia elementu sira atu hetan asisténsia umanitária adekuada atu kombat epidemia ka karénsia alimentár grave,
- sei hetan pena tinan 15 too tinan 30.
2. Ema ne'ebé, publikamente no direktamente, dada ema seluk ba pratika jenosídiu sei hetan pena tinan 5 too tinan 15.

Artigu 124

Krime hasoru umanidade

Ema ne'ebé, iha atake jeneralizadu ka sistemátiku hasoru populasaun sivíl ruma nia kontextu, pratika aktu ne'ebé fo-fatin ba:

- a) Omisídiu ka ofensa ba integridade fízika ka psíkika grave;
- b) Extermíniu, ne'ebé iha kuandu ema ruma hatama populasaun ida totalmente ka parsialmente iha kondisaun atu moris adversa, hanesan la husik populasaun ne'e hetan hahán ka aimoruk, ne'ebé bele halo ema ida ka barak mate;
- c) Eskravidau;
- d) Deportasaun ka transferénsia forsada ba populasaun ida, ne'ebé iha kuandu ema ruma halo deslokasaun ilísita ba ema ida ka barak ba Estadu ka fatin seluk ho expulsaun ka aktu koersivu seluk;

⁵⁰ (123) Difuzau (s) – Ho difuzau ema ida kari buat ruma (ba diresaun hotu-hotu) hodi halo buat ne'e moris ka dait ba ema seluk ka fatin seluk. Halo difuzau = Kari ka transmite ba ema seluk ka fatin seluk

- e) Prizaun ka meu grave seluk ne'ebé hasai ema nia liberdade, hasoru direitu internasionál nia norma ka prinsípiu;
- f) Tortura, ne'ebé iha kuandu ema ruma halo buat ruma hodi hamosu dor ka sofrimentu fíziku ka psíkiku grave ba ema ne'ebé lakon tiha ona nia liberdade ka tama tiha ona iha ajente nia kontrolu;
- g) Violaasaun, eskravidaun seksuál, prostituisaun forsada, gravidéz forsada, esterilizaasaun forsada ka violénsia seksuál seluk tan ho gravidade hanesan;
- h) Persegisaun, ne'ebé iha kuandu iha privasaun atu goza direitu fundamentál, hasoru direitu internasionál, ba grupu ka koletividade ne'ebé bele identifika, tanba motivu polítiku, rasiál, nasionál, étniku, kulturál, relijiozu, seksu ka motivu seluk tan rekoñesidu universalmente hanesan inaseitavel ba direitu internasionál;
- i) Dezaparesimentu forsadu ba ema, ne'ebé iha kuandu iha detensaun , prizaun ka sekuestru⁵¹ ne'ebé Estadu ka organizaasaun polítika maka halo ka fo autorizaasaun, apoiu ka konkordánsia atu halo, no, tuirfali, rekuza atu rekoñese katak privasaun ba liberdade ne'e iha ka atu fo informaasaun kana-ba situaasaun ne'e ka kana-ba ema sira-ne'e iha ne'ebé atu sira labele hetan lei nia protesaaun durante tempu naruk;
- j) Apartheid, ne'ebé iha kuandu ema ruma pratika aktu dezumanu iha rejime institucionalizadu ne'ebé grupu rasiál ida ezerse opresaun no domínio sistemátiku hasoru grupu seluk ida ka barak nia kontekstu, ho intensaun atu mantein⁵² rejime ne'e;
- k) Aktu dezumanu seluk tan ho karater hanesan sira iha kotuk ne'e ho intensaun atu hamosu

⁵¹ (124) Sekuestru (s) – Ho sekuestru ema ida kaer-metin hela ema ruma no la husik nia sai hosi fatin ne'ebé ajente rai hela nia, hasoru ema ne'e nia hakarak.

⁵² (1249) mantein (v) – halo buat ruma ka ema ruma kontinua nafatin; kaer-netik ema buat ruma ka ema ruma. Polísia mantein seguransa = Polísia halo seguransa iha nafatin. mantein apartheid = halo apartheid moris nafatin.

sofrimentu maka'as ka kanek todan ka afeta saúde mentál ka fízika,
sei hetan pena prizaun tinan 15 too tinan 30.

KAPÍTULU II

KRIME GERRA

Artigu 125

Krime gerra hasoru ema

1. Ema ne'ebé, iha konfliktu armadu ho karakter internasionál ka konfliktu armadu ho karakter la internasionál nia kontextu, pratika hasoru ema ne'ebé direitu internasionál umanitáriu proteje:

- a) Omisídiu;
- b) Tortura ka tratamentu kruél, degradante ka dezumanu, inkluidu experiénsia biolójika;
- c) Ofensa grave ba integridade fízika ka aktu ne'ebé hamosu sofrimentu maka'as;
- d) Tomada ba refein⁵³;
- e) Presaun hodi obriga serví iha forsa armada inimiga ka halo rekrutamentu ka alistamentu ba labarik ho tinan ki'ik liu 18 iha Estadu ida nia forsa armada, forsa militár ka paramilitár ka iha grupu armadu ne'ebé la'ós Estadu nia forsa arma, forsa militár ka paramilitár, ka utiliza sira hodi partisipa iha ostilidade⁵⁴;
- f) Limitasaun grave, prolongada no injustifikada ba ema nia liberdade;
- g) Deportasaun ka transferénsia ka privasaun ilegál ba liberdade;
- h) Subtrasaun ka destruisaun injustifikada ba bem patrimoniál ho valór boot;
- i) Kondenasaun no ezekusaun ba sentensa, kuandu seidauk iha julgamentu justu ka imparsiál;
- j) Aktu ne'ebé ofende ema nia dignidade, liuliu ho tratamentu umillante no degradante;

⁵³ (125) Tomada de refein – Kaer hela ema hanesan garantia hodi ezije buat ruma hosi ema ruma.

⁵⁴ (125) Ostilidade (s) - Funu

k) Omisídiu ka ferimentu ba kombatente ne'ebé husik tiha ona nia arma ka ne'ebé, laiha ona meu hodi defende-án, entrega-án tiha ona inkondisionalmente ka oin naran ida hasai-án tiha ona hosi kombatente;

l) Aktu sira-ne'ebé artigu anteriór, alínea g), deskreve;

m) Sujeisaun ba ema ne'ebé iha tiha ona parte belijerante ida nia liman atu hetan mutilasaun fízika ka experiénsia méдика ka sientífika tipu naran ida, ne'ebé la'ós atu halo tratamentu médiku, dentáriu ka ospitalár no la'ós halo tanba sira nia interese, ne'ebé no halo ema mate ka hamosu perigu maka'as ba ema nia saude;

sei hetan pena prizaun tinan 12 too 25.

2. Pena ne'e sei agrava dalimak ida iha nia limite mínimu no másimu kuandu ajente pratika aktu sira referidu iha número anteriór hasoru instituisaun umanitária ida nia membru.

3. Ema ne'ebé, iha konfliktu armadu ho karakter internasionál nia kontextu:

a) Transfere, diretamente ka indiretamente, hanesan poténsia okupante, nia populasau sivil rasik balu ba território okupadu ka transfere território okupadu nia populasau, hotu ka balu deit, iha território ne'e nia laran ka sai hosi território ne'e;

b) Obriga prizioneiru iha funu ka ema seluk ne'ebé simu daudaun protesau serví iha poténsia inimiga nia forsa armada;

c) Funu hotu tiha, atraza prizioneiru iha funu sira nia repatriamentu, sem motivu justifikadu,

sei hetan pena prizaun tinan 15 too 30.

Artigu 126

Krime gerra ho métodu proibidu

Ema ne'ebé, iha konfliktu armadu ho karakter internasionál ka iha konfliktu armadu ho karakter la internasionál nia kontextu:

- a) Ataka populasaun sivíl em jerál ka sivíl sira-ne'ebé la partisipa direktamente iha ostilidade;
 - b) Ataka bem sivíl ne'ebé la'ós objetivu militar;
 - c) Ataka, ho meu naran ida, aglomeradu populasionál, abitasaun ka edifísiu ne'ebé la defende hela no la'ós objetivu militar;
 - d) Halo atake indiskriminadu ne'ebé atinje populasaun sivíl ka bem ho karakter sivíl, kuandu hatene katak atake ne'e halo lakon ema nia vida, hamosu kanek ba ema sivíl ka prejuizu ba bem ho karakter sivíl, ne'ebé exesivu;
 - e) Aproveita ema sivíl ka ema protejidu seluk nia prezensa hodi evita pontu, zona ka forsa militar ruma atu sai operasaun militar nia alvu;
 - f) Provoka deliberadamente inanisaun ba populasaun sivíl hanesan métodu atu halo funu, ba ida ne'e hasai tiha hosi sira bem ne'ebé sira presiza atu moris;
 - g) Deklara ka ameasa, ho nia kualidade hanesan ofisiál, katak sei la fo abrigo;
 - h) Oho ka halo-kanek ho traisaun kombatente inimigu sira;
 - i) Halo atake ida, maski bele hatene katak atake ne'e hamosu prejuizu boot, duradouru no grave ba meu ambiente no, tanba ne'e, bele haree kedas katak atake ne'e exesivu kuandu kompara ho vantajen militar globál konkreta no direta previstu;
 - j) Komete perfídia, entendidu hanesan aktu oho, halo-kanek ka kaptura, iha ne'ebé, ho intensaun atu lohi, uza adversáriu nia boa-fé hodi halo nia fiar katak nia iha direitu atu simu ka iha obrigasaun atu asegura protesasaun ne'ebé direitu internasionál umanitariu nia regra prevee;
- sei hetan pena prizaun tinan 15 too tinan 30.

Artigu 127

Krime gerra ho meu ba funu proibidu

1. Ema ne'ebé, iha konfliktu armadu ho karakter internasionál ka iha konfliktu armadu ho karakter la internasionál nia kontektu, uza arma, projetil, materiál no

métodu ba kombate ne'ebé, tuir nia natureza, hamosu kanek inutil ka sofrimentu desnesesáriu ka hamosu efeitu indiskriminadu, hasoru direitu internasionál aplikavel ba konflitu armadu, sei hetan pena prizaun tinan 12 too 25.

2. Número anteriór abranje, nomeadamente, meu sira tuirmai ne'e nia utilizaun:

- a) Venenu ka arma envenenada;
- b) Gas asfiksiante, tóksiku ka similár, ka líkidu, materiál ka dispozitivu análogo naran ida;
- c) Kilat-musan ne'ebé expande ka axata fasilmente iha ema nia isin laran, hanesan kilat-musan ne'ebé iha revestimentu toos ne'ebé la taka totalmente nia laran ka iha insizaun;
- d) Mina antipesoál;
- e) Arma kímika;
- f) Arma ne'ebé iha hanesan efeitu prinsipál halo-kanek ho estillasu ne'ebé labele lokaliza iha ema nia isin ho raiu X;
- g) Arma insendiária;
- h) Arma leiser⁵⁵ ne'ebé halo matan-delek.

3. Arma, instrumentu no produktu sira referidu iha número anteriór maka sira-ne'ebé direitu internasionál konsidera hanesan ne'e.

Artigu 128

Krime gerra hasoru bem protejidu ho insígnia ka emblema distintivu

Ema ne'ebé, iha konflitu armadu ho karater internasionál ka iha konflitu armadu ho karater la internasionál nia kontextu, ataka:

- a) Pesoál, instalasaun, materiál, unidade ka veíkulu ne'ebé partisipa iha misaun atu mantein paz ka fo assisténsia umanitária, nu'udar Nasoens Unidas nia Karta, kuandu sira iha direitu ba protesauun ne'ebé direitu internasionál fo ba ema ka bem sivíl sira;

⁵⁵ (127) Leiser (s) – (*laser*) Dispozitivu ne'ebé hamosu radiasaun futun ida vizivel, ka ho frekuénsia besik-malu,koerente, monokromátiku no forte tebe-tebes

b) Edifísiu, instalasaun, materiál, unidade ka veikulu, ne'ebé asinala hela ho Konvensaun iha Jenebra nia emblema distintivu ka pesoál abilitadu atu uza emblema sira-ne'e, sei hetan pena prizaun tinan 10 too tinan 20.

Artigu 129

Krime gerra hasoru propiedade

Emá ne'ebé, iha konfliktu armadu ho karakter internasionál ka iha konfliktu armadu ho karakter la internasionál nia kontextu:

- a) Subtrai, destrui ka danifika bem patrimoniál iha eskala larga ka ho valór boot, sem nesesidade militar ka ho forma ilegal ka arbitrária;
- b) Ataka, destrui ka danifika edifísiu ne'ebé atu uza ba kultu relijiozu, ba edukasaun, ba arte, ba siénsia ka ba benefisénsia, monumentu kulturál ka istóriu, sítiu arkeolójiku, ospital no fatin iha ne'ebé tau hamutuk emá moras no kanek, kuandu la'ós objetivu militar;
- c) Sakeia⁵⁶ sidade ka lokalidade ruma, maski hetan ho asaltu,

sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

Artigu 130

Krime gerra hasoru direitu seluk

Emá ne'ebé, iha konfliktu armadu ho karakter internasionál ka iha konfliktu armadu ho karakter la internasionál nia kontextu, deklara abolidu, suspensu ka la admisivel iha tribunál parte inimiga nia nasional sira nia direitu ka prosedimentu sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

KAPÍTULU III

HASORU PAZ NO LIBERDADE

Artigu 131

Organizasaun terrorista

⁵⁶

(129) Sakeia (v) - Lelán

1. Sei konsidera grupu, organizasaun ka asosiasaun terrorista ema nain rua ka liu tan ne'ebé, atu realiza finalidade polítika, ideolójika, filozófika ka konfesional, aktua konsertadamente, ho intensaun atu prejudika integridade ka independénsia nasionál, impede, altera ka subverte instituisaun nasionál ka internasionál sira nia funcionamentu, halo-ta'uk ka obriga autoridade públika, organizasaun internasionál ka ema ruma, grupu ruma ka populasaun em jerál halo buat ruma, la halo buat ruma ka tolera buat ruma, selae sira sei halo krime grave ruma:

a) Hasoru ema nia vida, integridade fízika ka liberdade;

b) Hasoru transporte no komunikasaun, inkluidu komunikasaun telegráfika, telefónika, ho rádiu ka ho televizaun sira nia seguransa;

c) Ne'ebé hamosu ho dolu perigu komún, ho inséndiu, eksplozaun, libertasaun ba substánsia radioativa ka ba gas tóksiku ka asfiksiente, inundasaun ka avalanxe, desmoronamentu ba konstrusaun, kontaminaun ba alimentu no be ne'ebé ema atu hemu ka difuzaun ba moras, praga, planta ka animál nosivu;

d) Iha ne'ebé sei uza enerjia nukleár, arma de fogu, substánsia ka enjeñu eksplozivu, meu insendiáriu ho natureza naran ida, enkomenda ka karta armadillada;

e) Aktu ne'ebé destrui ka impede meu ka via ba komunikasaun, servisu públiku sira nia instalasaun ka instalasaun internasionál ka instalasaun atu halo abastesimentu no satisfasaun ba populasaun nia nesiedade vitál, ka dezvia sira hosi sira nia fim normál;

f) Arma biolójika ka kímika nia investigasaun no dezentvolvimentu.

2. Ema ne'ebé promove ka funda grupu, organizasaun ka asosiasaun terrorista, tama iha, partisipa ka apoia grupu, organizasaun ka asosiasaun ne'e sei hetan pena prizaun tinan 12 too tinan 25.

3. Ema ne'ebé xefia ka dirije grupu, organizasaun ka asosiasaun terrorista sei hetan pena prizaun tinan 15 too tinan 30.

4. Kuandu grupu, organizasaun ka asosiasaun terrorista ka ema sira referidu iha número 2 no 3 iha meu sira-ne'ebé n. 1, alínea d), hatudu, pena ne'e nia limite mínimu no másimu sei agrava ho datoluk ida.

5. Aktu preparatóriu atu konstitui grupu, organizasaun ka asosiasaun terrorista sei fo-fatin ba pena ho nia limite mínimu no másimu tun tiha ba sorin balu.

6. Pena referida sira-ne'e bele hetan atenuasaun extraordinária ka la fo-fatin ba punisaun kuandu ajente husik tiha nia aktividade voluntariamente, impede ka hakás-án duni atu impede perigu ne'ebé aktividade ne'e hamosu ka grupu, organizasaun ka asosiasaun terrorista ne'e atu kontinua ka fo-hatene ba autoridade katak grupu, organizasaun ka asosiasaun iha, hodi fo-fatin ba autoridade ne'e atu bele evita sira pratika krime.

Artigu 132

Terrorizmu

1. Ema ne'ebé pratika krime sira prevista iha artigu anteriór, n. 1, alínea a) too c) no e), ka krime naran ida ho meu sira referidu iha número ida-ne'e nia alínea d) ka f), ho intensaun referida iha ne'ebá, sei hetan pena prizaun tinan 12 too 25 ka pena korrespondente ba krime praktikadu ho nia limite mínimu no másimu agravada ho datoluk ida, kuandu pena ne'e hanesan ka todan liu.

2. Pena ne'e bele hetan atenuasaun espesiál ka la fo-fatin ba punisaun kuandu ajente husik tiha nia aktividade voluntariamente, hadook tiha ka hatún konsideravelmente perigu ne'ebé aktividade ne'e hamosu, impede rezultadu ne'ebé lei hakarak evita atu mosu ka ajuda konkretamente hetan prova desiziva atu identifika ka kaptura responsavel seluk.

Artigu 133

Finansiamentu ba terrorizmu

Ema ne'ebé, ho meu naran ida, direktamente ka indiretamente no intensionalmente, fornese, rekolle ka detein fundu ka bem naran ida no mós produktu ka direitu ne'ebé bele transforma ba fundu, buka atu hetan bem, fundu, produktu ka direitu sira-ne'e, ho intensaun atu uza ka hatene katak bele uza, totalmente ka parsialmente, hodi planeia, prepara ka pratika aktu sira-ne'ebé artigu 131, n. 1, prevee ka pratika aktu sira-ne'e ho intensaun referida iha artigu 132, n. 1, sei hetan pena prizaun tinan 12 too tinan 25.

Artigu 134 **Insitamentu ba gerra**

1. Ema ne'ebé, ho meu naran ida, publikamente no repetidamente, insita⁵⁷ ódiu hasoru rasa, povu ka nasaun ruma, ho intensaun atu provoka funu ka atu impede konvivénsia pasífika entre rasa, povu ka nasaun diversu⁵⁸, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

2. Ema ne'ebé alisia⁵⁹ ka rekruta sidadaun timór ka estranjeiru atu, ho servisu ne'ebé halo ba grupu ka poténsia estranjeira, halo funu hasoru Estadu ida ka hatún estadu seluk nia governu lejítimu ho meu violentu sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

Artigu 135 **Diskriminasaun rasiál ka relijioza**

1. Ema ne'ebé funda, konstitui organizasaun ka dezenvolve propaganda organizada hodi insita ka enkoraja atu halo diskriminasaun, ódiu ka violénsia rasiál ka relijioza, no mós ema ne'ebé partisipa ka fo assisténsia, inkluidu finansimentu, ba organizasaun ka aktividade sira-ne'e sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12.

⁵⁷ (134) Insita (v) – Fo korajen; dada (ema) ba halo buat ruma; fo estímulo; alisia. Insita ódiu hasoru rasa ida = haburas ódiu hasoru rasa ida.

⁵⁸ (134) Diversu (adj) – Diferente; oioin; ne'ebé la hanesan; ne'ebé la'ós ida de'it; ne'ebé iha aspetu la hanesan; ne'ebé la'ós oin ida de'it.

⁵⁹ (134) Alisia (v) – Dada (ema ida) ba halo buat ruma; fo korajen ka estímulo.

2. Ema ne'ebé, iha reuniaun públika, ho eskritu atu halo divulgasaun ka ho meu ba komunikaun sosiál naran ida, difunde ideia ho intensaun atu insita halo diskriminasaun rasiál ka relijioza ka atu enkoraja ka provoca aktu violentu hasoru ema ka grupu ruma tanba nia rasa, kor, orijen étnika ka relijiaun, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

KAPÍTULU IV DISPOZISAUN KOMÚN

Artigu 136

Xefe militar ka superior seluk nia responsabilidade

1. Xefe militar ka se maka aktua hanesan xefe militar ne'ebé, hatene tiha katak forsa ne'ebé tama iha nia komandu no kontrolu efetivu ka iha nia responsabilidade no kontrolu efetivu komete daudaun krime ruma previstu iha título ida ne'e, la adota medida nesesária no adekuada hodi prevene ka reprime prátika ne'e ka hodi fo-hatene kedas ba autoridade competente sei hetan pena korrespondente ba krime ne'e ka ba krime ne'ebé sei halo duni.

2. Número anterior nia dispozisaun sei aplika mós, ho adaptasaun nesesária, ba superior kana-ba kontrolu ba subordinadu sira-ne'ebé tama iha nia autoridade no kontrolu efetivu.

Artigu 137

Definisaun

Ba título ida ne'e nia efeito, sei konsidera:

- a) “Konfliktu armadu ho karakter internasionál” ida ne'ebé:
 - i) Akontese entre estado sira, maski laiha deklarasaun de gerra formál, maski Estado sira-ne'e ida la rekoñese estado de gerra ne'e;
 - ii) Korresponde ba okupasaun total ka parsial iha Estado ida nia território, maski okupasaun ne'e la hasoru rezisténsia militar;
 - iii) Korresponde ba situasaun iha ne'ebé povu sira luta hasoru dominasaun koloniál, okupasaun

estranjeira no rejime ne'ebé halo segregasaun, kuandu povu ezerse nia direitu ba autodeterminasaun konsagradu iha Nasoens Unidas nia Karta no iha deklarasaun kana-ba direitu internasionál nia prinsípiu kana-ba relasaun amigavel no kooperasaun entre Estadu sira;

b) “Konflitu armadu ho karater la internasionál” ida ne'ebé akontese iha Estadu ida nia territóriu, iha karater prolongadu no tau autoridade governamentál sira hasoru grupu organizadu sira ka grupu organizadu sira hasoru malu, ho exesaun ba situasaun iha ne'ebé iha distúrbui no iha ne'ebé iha tensaun interna, hanesan aktu esporádiku ka izoladu ho violénsia ka seluk tan ho karater hanesan;

c) “Pessoa protejida”:

i) Iha konflitu armadu internasionál, ema protejidu sira ba Konvensaun iha Jenebra 1949 no Protokolu Adisionál I nia efeitu, nomeadamente ema kanek, ema moras, ema náufragu, ema prizioneiru iha gerra, pesoál sanitáriu ka relijiozu sira no populasaun sivíl;

ii) Iha konflitu armadu ho karater la internasionál, ema kanek, ema moras no ema náufragu sira, no mós ema sira-ne'ebé la hola parte aktiva iha ostilidade maibé tama iha inimigu nia liman;

iii) Iha konflitu armadu ho karater internasionál no iha konflitu armadu ho karater nasional, forsa armada nia membru sira no parte inimiga nia kombatente sira-ne'ebé husik tiha ona sira nia arma ka laiha meu ba defeza seluk tan.

TÍTULU II KRIME HASORU EMA

KAPÍTULU I HASORU VIDA

Artigu 138 Omisídiu simples

Emá ne'ebé oho emá seluk sei hetan pena prizaun tinan 8 too tinan 20.

Artigu 139 **Omisídiu agravadu**

Ajente ne'ebé oho emá seluk iha sirkunstánsia ne'ebé hatudu sensurabilidade ka perversidade espesiál, nomeadamente, tanba:

- a) Uza venenu, tortura, asfiksia, ahi, eksplozivu ka meu insidionu seluk ka meu ne'ebé konstitui krime ba perigu komún nia prátika, ka aktu kruél seluk, hodi aumenta vítima nia sofrimentu;
- b) Uza disimulasaun ka meu ka rekursu seluk hodi halo vítima iha difikuldade atu defende-án ka labele defende-án;
- c) Oho tanba avidéz⁶⁰, tanba gosta oho emá, tanba hakarak hetan exitasaun ka satisfasaun seksuál, tanba pagamentu ka rekompensa ka promesa kana-ba pagamentu ka rekompensa ka tanba motivu futil ka torpe seluk;
- d) Oho atu prepara, ezekuta ka subar krime seluk, fasilita fuga ka asegura impunidade ba krime ida nia ajente;
- e) Oho tanba ódiu rasiál, relijiozu ka polítiku;
- f) Oho ho premeditasaun, ne'ebé iha kuandu nia uza frieza⁶¹ de ánimu, reflesaun kana-ba meu ne'ebé uza ka rai nia intensaun atu oho durante oras 24;
- g) Kuandu vítima ajente nia kónjuje, dexendente, axendente, kolaterál ka afím too grau da-rua, adotadu ka emá ne'ebé moris ho nia hanesan iha ne'ebé iha dependénsia ierárkika, ekonómika ka laborál;
- h) Vítima emá vulneravel tebes tanba nia idade, moras ka defisiénsia fízika ka psíkika;

⁶⁰ (139) Avidéz – Dezeju makaas no la hotu; kaan-teen (adj);
matan-fuan naklosu (ba buat ruma)

⁶¹ (139) Frieza de ánimu – laran malirin

- i) Vítima órgaun soberanu ka órgaun polítiku konstitusionál nia membru, órgaun ba administrasaun nia membru, majistradu, defensor, advogadu, ofisiál ba justisa, funsionáriu ka ema seluk tan ne'ebé kaer servisu públiku, naran katak nia kaer daudaun nia funsaun ka tanba funsaun ne'ebé nia kaer;
- j) Vítima ema testemuña, deklarante, peritu, lezadu ka ofendidu no ajente pratika krime ne'e hodi impede depoimentu, denúnsia kana-ba faktu ka keixa ka tanba nia intervensaun iha prosesu, sei hetan pena prizaun tinan 12 too tinan 25.

Artigu 140 **Omisídiu negligente**

1. Ema ne'ebé, tanba negligénsia, oho ema seluk sei hetan pena prizaun too tinan 4 ka pena multa.
2. Iha kazu ne'ebé ajente aktua ho negligénsia groseira⁶² nia sei hetan pena prizaun too tinan 5.

Artigu 141* **Interrupsaun ba gravidéz**

1. Ema ne'ebé halo fetu isin-rua aborta, ho meiu naran ida no sem fetu ne'e nia konsentimentu, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
2. Ema ne'ebé halo fetu isin-rua aborta, ho meiu naran ida no ho fetu ne'e nia konsentimentu, sei hetan pena prizaun too tinan 3.
3. Fetu isin-rua ne'ebé fo konsentimentu ba ema seluk atu pratika abortu, ka, nia rasik ka hodi ema seluk, provoca abortu ba nia an sei hetan pena prizaun too tinan 3.
4. Númeru anteriór nia dispozisaun la aplika kuandu, tuir koñesimentu no experiénsia médika ne'ebé iha ona no halo tiha buat hotu ne'ebé bele halo atu salva fetu isin-rua

⁶² (140) Groseira (adj) – Todan; makaasmakaas. Neglijénsia groseira = negligénsia todan; laiha kuidadu ne'ebé todan. Ema ida halo buat ruma ho negligénsia groseira kuandu nia laiha liu kuandu nia halo buat ne'e. laiha kuidadu ne'ebé todan.

no fetu ka embriaun nia vida, interruptsaun ba gavidéz maka bele hadook mate hosi fetu isin-rua, naran katak iha sertifikasaun médika no médiku maka halo ka profisionál seluk iha saúde maka halo, ho médiku nia diresaun, iha estabesimentu ba saude públiku ka ofisialmente rekoñesidu, no ho fetu isin-rua nia konsentimentu.

5. Molok halo interruptsaun painél ida ho médiku na'in tolu tenke sertifika sirkunstánsia sira referida iha número anteriór, iha atestadu médiku eskritu no asinadu; iha painél ne'e halo parte médiku ida-ne'ebé realiza ka supervizona interruptsaun ba gravidéz nia realizasaun.

6. Konsentimentu fetu isin-rua maka sei fo rasik iha dokumentu eskritu no asinadu, rona tiha, kuandu bele, nia kónjuje ka ema ne'ebé moris ho nia hanesan lain ho feen, ka ema seluk, tuir fetu ne'e nia pedidu, maka fo, no, kuandu bele, sei fo tiha loron rua uluk molok atu halo interruptsaun ne'e.

7. Kuandu fetu isin-rua ema menór ida, nia representante legál maka sei fo konsentimentu.

8. Kuandu fetu isin-rua maiór ka emansipada ema inkapáz psikikamente ida ka ema-ne'ebé sofre hela inkapasidade psíkika, nia kónjuje ka ema ne'ebé moris ho nia hanesan lain ho feen, ka nia representante legál, axendente ka dexendente, ka, laiha karik, nia parente kolaterál ruma, respetiva no susesivamente, maka fo konsentimentu ne'e.

9. Kuandu labele hetan atestadu médiku referidu iha n. 5 no/ka labele hetan konsentimentu nu'udar hakerek hela iha n. 6 too 8, no interruptsaun tenke halo lalais no labele hein tan ona, médiku, haree ba situaun ida-idak, maka sei decide, uza mós, kuandu bele, médiku seluk sira nia paresér.

10. Iha painél referidu iha n. 5 sei tama médiku ne'ebé iha koñesimentu adekuaudu atu avalia sirkunstánsia ne'ebé justifika interruptsaun ba gravidéz, no, kuandu bele, médiku jinekolojista/obstetra ida.

11. Médiku sira-ne'ebé emite atestadu médiku no médiku sira-ne'ebé realiza ka supervizona interruptsaun ba gravidéz nia realizasaun tenke fo esklaresimentu nesesáriu ba fetu isin-rua no, kuandu tama iha situaun ne'e, ba ema sira-ne'ebé n. 7 no 8 refere, nomeadamente kana-ba métodu atu uza iha interruptsaun, interruptsaun

ne'e nia efeitu rasik no nia konsekuénsia ba fetu isin-rua nia saude fízika no psíkika.

12. Médiku no profisionál ba saude seluk sira iha direitu atu apresenta objesaun tuir sira-nia konxiénsia hasoru aktu ruma kana-ba interruptsaun ba gravidéz.

13. Médiku no profisionál ba saude seluk sira-ne'ebé invoka objesaun tuir sira-nia konxiénsia tenke garante profisionál iha saude seluk nia intervensaun imediata iha aktu sira-ne'ebé tenke halo no mós akompañamentu imediatu ba fetu isin-rua.

14. Objesaun tuir konxiénsia tenke hatudu expresamente no tenke fo-hatene ba responsavel klíniku iha estabesimentu ba saude iha ne'ebé objetór servisu.

** Lei 6/2009, iha 15 Jullu, maka hatama redasaun ida-ne'e. Artigu 141 nia redasaun anteriór maka ida tuirmai ne'e:*

Artigu 141

Interruptsaun ba gravidéz

1. Ema ne'ebé halo fetu isin-rua aborta, ho meiu naran ida no sem fetu ne'e nia konsentimentu, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

2. Ema ne'ebé halo fetu isin-rua aborta, ho meiu naran ida no ho fetu ne'e nia konsentimentu, sei hetan pena prizaun too tinan 3.

3. Fetu isin-rua ne'ebé fo konsentimentu ba ema seluk atu pratika abortu, ka, nia rasik ka hodi ema seluk, provoka abortu ba nia an sei hetan pena prizaun too tinan 3.

4. Númeru anteriór sira nia dispozisaun la aplika iha kazu ne'ebé interruptsaun ba gravidéz konstitui meiu úniku hodi evita perigu ba fetu isin-rua ka ba fetu atu mate ka hetan lezaun grave no irreversivel ba nia isin ka ba nia saude fízika ka psíkika, naran katak médiku ka profisionál iha saude maka halo, iha estabesimentu ba saude, ho junta médika nia autorizasaun no supervizaun no ho fetu isin-rua ka nia kónjuje nia konsentimentu.

5. Lejislasaun ketak sei regula n. 4 nia dispozisaun

Artigu 142
Infantisídiu

Inan ne'ebé oho nia oan durante partu ka tuir kedas partu no kuandu nia sei iha hela partu nia influénsia perturbadora sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

Artigu 143
Expozisaun ka abandonu

1. Se maka intensionalmente hamosu perigu ba ema seluk nia vida:

a) Tanba hatama ema ne'e iha fatin ne'ebé nia tenke hasoru situasaun iha ne'ebé nia la bele defende-án mesak; ka

b) Tanba soe hela ema ne'e kuandu nia la bele defende-án tanba nia idade, defisiénsia fízika ka moras, no ajente iha obrigasaun atu haree, hein ka fo asisténsia ba ema ne'e,

sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 6.

2. Kuandu faktu ne'e:

a) Hamosu ofensa grave ba vítima nia integridade fízika, ajente sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8;

b) Halo vítima mate, ajente sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

3. Kuandu vítima ne'e ajente nia kónjuje, dexendente, axendente, kolaterál, afím too grau daruak, adotante ka adotadu, ka ema ne'ebé moris ho nia hanesan feen ho lain, pena ne'ebé hatudu hela iha número anteriór sira nia limite mínimu no másimu sei sae tan datoluk ida.

Artigu 144

Insitamentu ka ausíliu ba suisídiu

1. Se maka insita ema seluk atu oho-án ka fo-asisténsia ba ema seluk atu oho-án, suisídiu ne'e akontese duni ho forma tentada ka konsumada karik, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Kuandu ajente pratika faktu sira deskritu iha número anteriór ba ema ruma ne'ebé artigu anteriór, número 3, hatudu ka ba menór ho tinan ki'ik liu 17 ka ba ema ne'ebé iha kapasidade diminuida sensivelmente atu halo valorasaun ka determinasaun, pena ne'e sei sae ba prizaun too tinan 5.

3. Ema ne'ebé, oin naran ida no repetidamente, halo propaganda públika ba suisídiu sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

KAPÍTULU II

HASORU INTEGRIDADE FÍZIKA

Artigu 145
Ofensa ba integridade fízika simples

1. Se maka ofende ema seluk nia isin ka saúde sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Atu hala'o prosedimentu krimínal tenke iha keixa.

Artigu 146
Ofensa ba integridade fízika grave

Se maka ofende ema seluk nia isin ka saúde ho intensaun atu:

- a) Halo ema ne'e lakon nia órgaun ka membru ruma;
 - b) Desfigura ema ne'e gravemente no permanentemente;
 - c) Afeta gravemente no permanentemente ka definitivamente ema ne'e nia kapasidade atu kaer servisu, nia kapasidade intelektuál ka nia kapasidade atu iha oan;
 - d) Provoka doensa permanente ka anomalia psíkika inkurável; ka
 - e) Hamosu perigu ba nia vida,
- sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 147
Agravasaun

1. Se maka, hakarak ofende deit ema seluk nia isin ka saúde:
 - a) Sei hetan pena prizaun too tinan 5, kuandu nia hamosu ofensa previstu iha artigu 146;
 - b) Sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 6, kuandu nia halo ema-ne'e mate tanba negligénsia.
2. Se maka, hakarak halo deit ofensa prevista iha artigu 146, maibé halo ema mate tanba negligénsia, sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12.
3. Kuandu ajente halo krime sira referidu iha artigu rua anteriór ne'e hasoru ema ruma ne'ebé artigu 139, alínea i), temi, tanba vítima ne'e kaer funsaun ne'ebé hakerek hela iha ne'ebá ka kuandu vítima ne'e kaer daudaun nia

funsoun ne'e, pena ne'e sei agrava datoluk ida iha nia limite mínimu no másimu, kuandu dispozisaun legál seluk la prevee pena todan liu.

Artigu 148

Ofensa ba integridade fízika negligente

1. Se maka ofende ema seluk nia isin ka saúde tanba negligénsia sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.
2. Neglijénsia ne'e groseira karik, ajente sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
3. Kuandu faktu ne'e hamosu ofensa korporál grave ajente sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
4. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 149

Intervensaun no tratamentu médiko-sirúrjiku

1. Sei la konsidera hanesan ofensa korporál intervensaun no tratamentu ne'ebé, tuir experiénsia no koñesimentu ne'ebé hetan tiha ona iha medisina, sai hanesan indikadu no médiku ka ema ne'ebé iha autorizasaun legál halo, nu'udar “leges artis”, atu prevene, diagnostika, kontrola ka hamenus moras, terus, lezaun ka fadiga korporál ka perturbasaun mentál.
2. Kuandu, tanba violasaun ba “leges artis”, mosu perigu ba pasiente nia isin, saude ka vida, ajente sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
3. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 150

Ofensa korporál ho substánsia venenoza

1. Se maka ofende ema seluk nia isin ka saude tanba ministra⁶³ ba nia substánsia venenoza ka prejudisiál ba saude fízika ka psíkika sei hetan pena prizaun too tinan 5.
2. Kuandu faktu ne'e hamosu konsekuénsia ruma prevista iha artigu 146 ka halo vítima mate, ajente sei hetan pena

⁶³ (150) Ministra (v) – Aplika; fo atu hemu ka han, sona hodi hatama substánsia ruma iha ema ruma nia isin...

prizaun tinan 2 too tinan 6 ka tinan 4 too tinan 12, respetivamente.

Artigu 151

Ofensa korporál resíproka

1. Kuandu ema nain rua ofende malu iha isin ka saude maibé sira la pratika aktu ne'e hodi defende-án no laiha sirkunstánsia ruma prevista iha artigu 146 no interveniente sira ida la mate, sira sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
2. Atu hala'o prosedimentu krimínál tenke iha keixa.

Artigu 152

Partisipasaun iha rixa

1. Se maka intervém ka participa ho ema nain rua ka liu-tán iha rixa, ne'ebé ema mate ka hamosu ofensa korporál grave, maibé konsekuénsia sira-ne'e la bele imputa ba nia dolozamente, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa .
2. Partisipasaun iha rixa la fo-fatin ba punisaun kuandu akontese tanba motivu la sensuravel⁶⁴, nomeadamente tanba ajente participa atu reaje hasoru atake, atu defende ema seluk ka atu haketak kontendór sira.

Artigu 153

Maus-tratus ba inkapáz

1. Se maka atu tau-matan hela ba ka responsabiliza atu fo edukasaun ka iha hanesan subordinadu iha aktividade laborál ema inkapáz, vulneravel partikularmente tanba moras, idade avansada, gravidéz, defisiénsia fízika ka psíkika, no hamosu ofensa ba ema ne'e nia isin ka saude, ka halo ba nia maus-tratus fíziku ka psíkiku, ka tratamentu kruél sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan

⁶⁴ (152) Sensuravel – Ne'ebá hetan avaliasaun negativa; ne'ebé ita kondena k ala simu tanba ladi'ak. La sensuravel = Ne'ebé la hetan avaliasaun negativa; ne'ebé ita la konsidera negativu ka ladi'ak

6, kuandu dispozisaun legál seluk la prevee pena todan liu.

2. Kuandu vítima ajente nia dexendente, kolateral, familiár ka afím too grau daruak, adotadu, ka ema ne'ebé moris ho nia hanesan feen ho lain, pena referida iha númeru anteriór sei sae tan datoluk ida iha nia limite mínimu no másimu.

Artigu 154

Maus-tratus ba kónjuje

Ema ne'ebé pratika maus-tratus fíziku ka psíkiku ba nia kónjuje ka ba ema ne'ebé moris ho nia hanesan feen ho lain sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6, kuandu dispozisaun legál seluk la prevee pena todan liu.

Artigu 155

Maus-tratus ba menór

1. Ema ne'ebé tenke tau-matan ba menór ho tinan ki'ik liu 17, iha responsabilidade ba nia edukasaun ka uza nia hanesan subordinadu iha aktividade laborál no:

- a) Hamosu ofensa ba nia isin ka saúde, halo maus-tratus fíziku no psíkiku ka tratamentu kruél ba nia;
- b) Hatama nia ba explorasaun ekonómika, ba servisu perigozu ka ne'ebé bele kompromete⁶⁵ nia edukasaun ka nia dezvoltamentu fíziku, mentál, espirituál, morál ka sosiál;
- c) Hatama nia ba eskravatura oin naran ida ka pratika análoga;
- d) Uza, rekruta ka oferese nia atu uza ba prostituisaun, atu prodúz materiál pornográfiku ka halo espetákulu pornográfiku; ka
- e) Uza, rekruta ka oferese nia atu uza hodi pratika aktu ka aktividade ilísita, nomeadamente iha estupefasiante nia produsaun ka tráfikulu nu'udar konvensaun internasionál define,

sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6, kuandu dispozisaun legál seluk la prevee pena todan liu.

⁶⁵ (155) Kompromete (v) – Prejudika; hamosu perigu.

2. Se maka, iha situasaun hanesan ne'e, uza menór atu husu ezmola hanesan ema kiak, sei hetan pena prizaun too tinan 3, kuandu dispozisaun legál seluk la prevee pena todan liu.

3. Kuandu vítima ne'e ajente nia dexendente, kolateral, familiár ka afím too grau daruak, adotadu ka ema ne'ebé moris ho nia iha kondisaun hanesan, pena sira-ne'ebé número anteriór sira refere sei sae tan datoluk ida iha nia limite mínimu no másimu.

Artigu 156 **Agravasaun tanba rezultadu**

Kuandu maus-tratus sira deskritu iha artigu 153 too 155 hamosu efeitu sira-ne'ebé hakerek hela iha artigu 146 ajente sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10, no, kuandu halo ema mate, pena prizaun tinan 5 too 15.

KAPÍTULU III **KRIME HASORU LIBERDADE PESOÁL**

SEKSAUN I **AGRESAUN PESOÁL**

Artigu 157 **Ameasa**

1. Se maka, ho meu naran ida, ameasa ema seluk ho krime ida too halo nia ta'uk ka la hakmatek ka too prejudika nia liberdade atu determina-án⁶⁶ sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

2. Atu hala'o prosedimentu kriminál tenke iha keixa.

Artigu 158 **Koasaun**

1. Se maka, ho violénsia ka ameasa ho mal importante, obriga ema-ruma halo buat ruma ka la halo buat ruma ka

⁶⁶ (157) Determina-án (v) – Hola desizaun ruma; deside buat ruma

tolera aktividade ruma sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

2. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 159 **Koasaun grave**

Kuandu ajente halo koasaun:

- a) Ho ameasa ho krime punivel ho pena prizaun aas-liu tinan 3;
- b) Tanba abuza gravemente funsaun ne'ebé nia, hanesan funsionáriu, iha;
- c) Hasoru ema ne'ebé labele defende-an, tanba nia idade, defisiénsia, moras ka gravidéz;
- d) Hasoru ema referida iha artigu 139, alínea i), sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

Artigu 160 **Sekuestru**

1. Se maka, iha situasaun ne'ebé la tama iha lei prosesuál penál nia previzaun, detein, prende, mantein iha prizaun ka detensaun ema seluk ka, oin naran ida, hasai ema ida nia liberdade sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 8 kuandu:

- a) Privasaun ba liberdade ne'e kleur liu oras 72;
- b) Ajente pratika privasaun ne'e ho ofensa ba integridade fízika, tortura ka tratamentu seluk kruél, degradante ka dezumanu;
- c) Privasaun ne'e halo vítima mate, tanba ajente nia neglijénsia, ka halo vítima oho-án;
- d) Ajente halo privasaun ne'e ba ema ne'ebé ezerse autoridade pública, relijioza ka polítika;
- e) Autoridade nia ajente ka organizaun polítika nia membru maka promove, autoriza ka apoia privasaun ne'e.

Artigu 161 **Raptu**

1. Se maka, ho violénsia, ameasa ka astúsia⁶⁷, transfere ema seluk hosi fatin ida ba fatin seluk ho intensaun atu:

- a) Submete vítima ba extorsaun⁶⁸;
- b) Komete krime agresaun⁶⁹, explorasaun ka abuzu seksuál;
- c) Hetan resgate⁷⁰ ka rekompensa⁷¹; ka
- d) Obriga autoridade públika ka ema seluk pratika aksaun ka omisaun ruma ka suporta⁷² aktividade ruma,

sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12.

2. Sei aplika pena prizaun tinan 5 too tinan 15 kuandu iha mós sirkunstánsia sira previstu iha artigu 160, númeru 2.

Artigu 162 **Eskravidan**

1. Se maka, ho meu naran ida, tau ema seluk hanesan eskravu no uza nia iha kondisaun ida-ne'e, sei hetan pena prizaun tinan 8 too tinan 20.

2. Vítima nia konsentimentu laiha relevánsia, kuandu ajente uza meu ruma ne'ebé artigu seginte refere.

3. Atu aplika artigu ida-ne'e nia dispozisaun, sei konsidera iha situasaun eskravu ema ne'ebé tama iha submisaun, maski de faktu deit, ba podér ne'ebé korresponde ba direitu propriedade ida, ka direitu réal seluk, ka vinkulada ba koiza ida nia destinasaun.

Artigu 163 **Tráfiku ho ema**

⁶⁷ (165) Astúsia (s) - abilidade atu halo buat aat; maña; artifísiu; estratajema atu lohi

⁶⁸ (165) Extorsaun (s) – hasai buat ruma hosi ema seluk nia liman ho forsa, violénsia ka ameasa

⁶⁹ (165) Agresaun (s) – ema ida halo agresaun kuandu nia baku vítima, ataka vítima ka halo buat ruma hasoru vítima.

⁷⁰ (165) Rezgate (s) – osan ka buat ruma ne'e ema ruma fo ka halo hodi hasai ema ka buat ne'ebé ema ida kaer-metin hela.

⁷¹ (165) Rekompensa (s) – Pagamentu, kompensasaun ka prémiu ne'ebé ema hetan tanba ne'ebé nia halo.

⁷² (165) Suporta (v) – Sofre, terus, tolera

1. Ema ne'ebé rekruta, aliena⁷³, sede⁷⁴, adkire, transporta, transfere, aloja⁷⁵ ka akolle⁷⁶ ema ruma, ho ameasa, forsa ka koasaun oin seluk tan, ho raptu, ho fraude, ho enganu, tanba abuza nia autoridade ka abuzu ema ne'e nia situasaun vulneravel, ka tanba entrega ka simu pagamentu ka benefísiu ruma hodi hetan konsentimentu hosi ema ne'ebé iha autoridade ba ema seluk, hodi hetan explorasaun nia objetivu, sei hetan pena prizaun tinan 8 too tinan 20.

2. Sei hetan pena previstu iha número anteriór ema ne'ebé rekruta, transporta, transfere, aloja ka akolle ema ho tinan ki'ik liu 17 hodi halo explorasaun, maski la envolve meu referidu iha número anteriór.

3. Atu aplika artigu ida-ne'e nia dispozisaun, explorasaun tenke inklui, pelu menus, explorasaun ba ema seluk nia prostituisaun ka esplorasau seksuál seluk tan, traballu ka servisu forsadu, eskrauidaun ka prátika besik hanesan ho eskrauidaun, ka servidaun ka extrasau ba órgaun.

4. Vítima nia konsentimentu laiha relevánsia, kuandu ajente uza meu ruma referidu iha n. 1.

Artigu 164 **Agravaun**

Kuandu ajente pratika aktu sira deskritu iha artigu 162 no 163

- a) Hodi fasilita nia ka ema seluk atu explora ka uza vítima seksualmente;
- b) Hasoru vítima ne'ebé seidaun iha tinan 17;
- c) Hasoru vítima ne'ebé iha hela país estranjeiru ka nia lori tiha ba país estranjeiru;
- d) Uza vítima, hasoru ida-ne'e nia vontade, hodi halo krime; ka

⁷³ (163) Aliena (v) – transfere propriedade ba ema seluk; limita direitu propriedade tanba konstitui direitu réal seluk ba bem ida hodi benefisia ema ne'ebé laós proprietáriu.

⁷⁴ (163) Sede (v) – Husik hela; Deziste hosi direitu ida hodi hela husik direitu ne'e ba ema seluk

⁷⁵ (163) Aloja (v) – Fo abrigo; fo fatin atu hela

⁷⁶ (163) Akolle (v) – Simu iha uma; fo abrigo; fo fatin atu hela.

e) Iha altura ne'ebé nia ezerse aktividade ne'ebé fo ba nia autoridade pública ka relijioza iha grupu, rejiaun ka iha país tomak, nia sei hetan pena prizaun tinan 12 too 25.

Artigu 165

Tráfiku ho órgaun umanu

1. Ema ne'ebé obtein, aliena, sede, adkire, transporta ka transfere ema seluk nia tesidu, órgaun, substánsia ka isin pedasuk ruma, sem konsentimentu ka, ba ida-ne'e, uza ameasa, forsa ka koasaun oin seluk tan, raptu, fraude, enganu, abuzu ba nia autoridade ka ba vítima nia situasaun vulneravel, ka tanba entrega ka simu pagamentu ka benefísiu ruma, ka ajuda ema seluk halo obtensaun, tranzasaun, transporte ka armazenajen ba tesidu, órgaun, substánsia ka isin ne'e, sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.
2. Kuandu faktu sira referidu iha número anteriór hamosu konsekuénsia ruma previstu iha artigu 146 ka halo vítima mate, ajente sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 20 no tinan 5 too tinan 20, respetivamente.
3. Vítima nia konsentimentu laiha relevánsia kriminál, kuandu ajente uza meiu ruma referidu iha n. 1.

Artigu 166

Fa'an ema

1. Se maka, iha situasaun ne'ebé la tama iha artigu 136 nia previzaun, ho aktu ka tranzasaun⁷⁷ naran ida, transfere⁷⁸ ema ka ema grupu ida ba ema ka ema grupu seluk hodi simu hanesan pagamentu kuantia ruma ka kontrapartida⁷⁹, rekompensa ka vantajen seluk sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

⁷⁷ Tranzasau(n) (s) – Kontratu, negósio, akordu

⁷⁸ (166) Transfere (v) – muda (hosi fatin ida ba fatin seluk); entrega (ba ema seluk)

⁷⁹ (166) Kontrapartida (s) – Kompensasaun; Buat ne'ebé, nu'udar kontratu ne'ebé ema na'in rua halo, sira ida-idak entrega ka halo ba ida seluk.

2. Kuandu ajente pratika faktu sira referidu iha númeru anteriór:

- a) Ba ema ne'ebé seidak iha tinan 17;
- b) Ho abuzu kana-ba autoridade ne'ebé mai hosi relasaun familiár, tutelár ka kuratelár, dependénsia ekonómika ka laborál;
- c) Ho aproveitamentu kana-ba funsaun ka lugár ne'ebé, ho título naran ida, nia ezerse iha estabesimentu prizionál, estabesimentu ba edukasaun ka korresaun, ospítal, ospísiu, azilu, klínika ka estabesimentu ba saúde seluk ka estabesimentu ba asisténsia ka tratamentu; ka
- d) Ba ema inkonxiente ka inkapáz, vulneravel⁸⁰ partikularmente⁸¹ tanba doensa, defisiénsia fízika ka psíkika,

nia sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 12.

3. Vítima nia konsentimentu ka ema ne'ebé ezerse poder ruma sobre vítima nia konsentimentu la iha relevánsia kriminál.

Artigu 167

Tortura ka tratamentu kruél, degradante ka dezumanu

1. Se maka, ho funsaun atu halo prevensaun, investigasaun, desizaun ba infrasaun típika naran ida, ezekusaun ba sansaun respetiva ka protesaun, guarda, vijilánsia ka akompañamentu ba ema detidu ka prezu, halo tortura ka tratamentu kruél degradante ka dezumanu ba ema ne'e, atu:

- a) Hetan hosi ema ne'e ka hosi ema seluk konfisaun, depoimentu, deklarasaun ka informasaun;
- b) Kastiga ema ne'e tanba aktu ne'ebé ema ne'e ka ema seluk komete duni ka nia hanoin katak ema ne'e ka ema seluk komete;
- c) Halo-ta'uk ema ne'e ka ema seluk,

⁸⁰ (166) Vulneravel (adj) – Fraku

⁸¹ (166) Partikularmente (adv) – Tebes; tebe-tebes; liu.

Vulneravel partikularmente = fraku tebe-tebes; fraku liu.

sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

2. Sei hetan mós pena previstu iha número anteriór ema ne'ebé, tuir nia inisiativa, tuir orden superiór ka tuir akordu ho entidade kompetente atu ezerse funsaun sira referida iha número anteriór, kaer de faktu funsaun sira-ne'e tanba pratika aktu ruma ne'ebé hakerek hela iha ne'ebá.

3. Sei konsidera katak iha tortura ka tratamentu kruél, degradante ka dezumanu kuandu aktu ruma hamosu sofrimentu fíziku ka psikolójiku agudu⁸², kansasu fíziku ka psikolójiku grave ka iha aktu ruma uza produktu kímiku, droga ka meu seluk, naturál ka artifisiál, ho intensaun atu perturba vítima nia kapasidade atu hola desizaun ka hatudu nia vontade ho liberdade.

Artigu 168 **Agravaun**

1. Ema ne'ebé, tuir regra no iha kondisaun sira-ne'ebé hakerek hela iha artigu anteriór:

- a) Hamosu ofensa korporál grave, nu'udar hakerek hela iha artigu 146;
- b) Uza meu ka métodu ba tortura grave⁸³ partikularmente, hanesan espankamentu, eletroxoke, ezekusaun nia simulakru, substánsia alusinójena, abuzu seksuál ka ameasa grave ba familiár;
- c) Pratika aktu sira-ne'e hodi impede ka hamosu difikuldade ba ema ruma atu ezerse ho liberdade nia direitu polítiku ka asociativu ne'ebé Konstituisaun konsagra;
- d) Pratika abitualmente aktu sira-ne'ebé hakerek hela iha artigu ne'e,

sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

2. Kuandu aktu sira-ne'ebé hakerek hela iha artigu ida-ne'e ka iha artigu anteriór halo vítima oho-án ka mate ajente sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 20.

⁸² (167) Agudu (adj) – maka'as; todan

⁸³ (168) Grave (adj) – Todan; maka'as; grave partikularmente = maka'as tebes.

Artigu 169

Omisaun ba denúnsia

1. Superiór ierárkiku ne'ebé, hatene tiha katak nia subordinadu pratika faktu ruma deskritu iha artigu 167 no 168, la halo denúnsia iha loron 3 nia laran hahú iha loron ne'ebé nia hetan koñesimentu ne'e, sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 6.

2. Se maka, hetan tiha koñesimentu tanba nia profisaun no ofisialmente katak ema ruma pratika faktu ruma deskritu iha artigu 167 no 168, la komunika imediatamente ba nia superiór ierárkiku ka la halo denúnsia respetiva sei hetan pena fiksada iha número anteriór atenuada extraordinariamente.

Artigu 170

Liberdade ba reuniaun no manifestasaun

Se maka interfere iha reuniaun ka manifestasaun iha fatin públiku ka nakloke hela ba públiku, legalmente autorizada, hanesan impede ka buka-dalan atu impede reuniaun ka manifestasaun ne'e atu realiza, sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

2. Autoridade polisiál nia ajente ne'ebé impede ka buka dalan atu impede, iha situasaun ne'ebé la tama iha kondisionalismu⁸⁴ legál, ema ruma atu ezerse nia direitu ba reuniaun ka manifestasaun deskritu iha número anteriór sei hetan pena prizaun too tinan 3.

SEKSAUN II

AGRESAUN SEKSUÁL

Artigu 171

Koasaun seksuál

Se maka obriga ema seluk sofre ka pratika, ho nia ka ho ema seluk, aktu seksuál relevante, ho violénsia, ameasa grave, ka, ba fim ida-ne'e, halo uluk tiha ema-ne'e lakon

⁸⁴ (170) Kondisaun lobuk ida. Kondisionalizmu legál = kondisaun lobuk ida ne'ebé lei prevee hela (ba situasaun ida)

konxiénsia ka labele reziste, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 172 **Violasaun**

Se maka, ho meu sira referidu iha artigu anteriór, mantein ho ema seluk koitu vajinál, koitu anál ka koitu orál ka obriga ema ne'e husik hatama objetu ruma iha nia anus ka vajina sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

Artigu 173 **Agravasaun**

Ajente ne'ebé halo agresaun seksuál sira referidu iha artigu 171 no 172:

- a) Ho abuzu kana-ba autoridade ne'ebé mai hosi relasaun familiár, tutelár ka kuratelár, dependénsia ierárkika, ekonómika ka laborál⁸⁵;
- b) Ho aproveitamentu kana-ba funsaun ka lugár ne'ebé, ho título naran ida, nia ezerse iha estabesimentu prizionál, estabesimentu ba edukasaun ka korresaun, ospital, ospísio⁸⁶, azilu⁸⁷, klínika ka estabesimentu ba saúde seluk ka estabesimentu ba asisténsia ka tratamentu seluk;
- c) Ba ema inkonxiente ka inkapáz, vulneravel partikularmente tanba doensa, defisiénsia fízika ka psíkika;
- d) Ba vítima ho tinan ki'ik liu 17,

sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12, iha kazu previstu iha artigu 171, no pena prizaun tinan 5 too tinan 20, iha kazu previstu iha artigu 172.

SEKSAUN III **EXPLORASAUN SEKSUÁL**

⁸⁵ (173) Laborál (adj) – kana-ba servisu

⁸⁶ (173) Ospísio (s) – Uma atu halo karidade, hanesan simu no trata ema kiak ka ema moras, saugati de'it; azilu; uma atu hatama ema ho perturbasaun mentál (bulak), saugati de'it ka lae.

⁸⁷ (173) Azilu (s) – Fatin atu halo karidade no simu no hanorin labarik kiak no atu simu ema kiak ka inválidu.

Artigu 174

Explorasaun seksuál ba ema seluk

1. Se maka, ho intensaun atu hetan lukru ka uza aktividade ne'e hanesan nia servisu loro-loron, fasilita ka, oin naran ida, kontribui ba ema seluk atu ezerse prostituisaun ka pratika aktu seksuál seluk sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

2. Ajente sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12, kuandu iha mós sirkunstánsia sira-ne'ebé tuirmai ne'e ruma:

- a) Explorasaun ba vítima ne'ebé hasoru abandonu ka nesesidade ekonómika;
- b) Violénsia, ameasa grave ka koasaun ba vítima;
- c) Vítima nia deslokasaun hosi país iha ne'ebé nia moris ka hela ba país seluk;
- d) Retensaun ba vítima nia dokumentu ba identifikasaun ruma.

Artigu 175

Prostituisaun infantíl

1. Se maka pratika aktu kana-ba explorasaun seksuál referidu iha artigu anteriór ba ema ne'ebé seidak iha tinan 17, maski ho vítima nia konsentimentu, sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12, iha kazu previstu iha artigu anteriór nia número 1, no ho pena prizaun tinan 5 too tinan 15, iha kazu ne'ebé iha sirkunstánsia ruma ne'e tama iha artigu anteriór nia número 2 .

2. Se maka oferese, obtein, buka ka entrega ema ne'ebé seidak iha tinan 17 ba prostituisaun infantíl sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12, kuandu dispozisaun legál seluk la estabelese pena todan liu.

Artigu 176

Pornografia infantíl

1. Ema ne'ebé, ba fim predominantemente⁸⁸ seksuál, expoem⁸⁹ ka reprezenta⁹⁰ ema ne'ebé seidak iha tinan 17 halo aktividade seksuál, réal⁹¹ ka simulada⁹², ka, ho meu naran ida, ezibe aktividade ne'e ka menór nia órgaun seksuál sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.
2. Pena ida ne'e sei aplika mós ba ema ne'ebé prodúz, fahe, difunde, importa, exporta, fa'an, detein meu ba komunikaun, instrumentu, dokumentu ka rejistu ba fim referidu iha número anteriór ka atu divulga⁹³ aktu sira-ne'e.

SEKSAUN IV ABUZU SEKSUÁL

Artigu 177 Abuzu seksuál ba menór

1. Se maka pratika koitu vajinál, koitu anál ka koitu orál ho labarik ne'ebé seidak iha tinan 14 sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 20.
2. Se maka pratika aktu seksuál relevante ho labarik ne'ebé seidak iha tinan 14 sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

Artigu 178

⁸⁸ (176) Predominantemente (adv) – Liuliu.

⁸⁹ (176) Expoem (v) – Hatudu ba ema atu haree. Expoem fotografia ka pintura = tau fotografia ka pintura iha expozisaun ba ema atu haree.

⁹⁰ Reprezenta (v) – halo reprezentasaun; hatama iha fotografia ka pintura. Pintór reprezenta labarik ho nia inan = pintór pinta labarik ho nia inan. Fotógrafu reprezenta paizajen ho karau timur = Fotografia hasai fotografia ba paizajen ho karau timur.

⁹¹ (176) Réal (adj) – Ne'ebé akontese ka iha duni. Labarik halo aktividade seksuál réal = Labarik halo duni aktividade seksuál. Labarik halo aktividade seksuál simulada = Labarik finje halo aktividade seksuál

⁹² (176) Simulada (adj) – Ne'ebé finje de'it; ne'ebé la akontese duni hanesan ita haree. Labarik halo aktividade seksuál simulada = Labarik finje halo aktividade seksuál. Labarik halo aktividade seksuál réal = Labarik halo duni aktividade seksuál.

⁹³ (176) Divulga (v) – Halo ema hatene; fo-sai ka fahe informaun (kana-ba buat ruma) ba ema atu hatene.

Aktu seksuál ho adolexente

Emá maiór ne'ebé, iha situasaun ne'ebé la tama iha seksaun ida-ne'e nia previzaun, pratika aktu seksuál relevante ho labarik tinan 14 too 16, tanba abuza nia inexperiénsia⁹⁴ sei hetan pena prizaun too tinan 5.

Artigu 179

Abuzu seksuál ba ema ne'ebé labele reziste

Se maka pratika aktu seksuál relevante ho ema inkonxiente ka inkapáz, vulneravel partikularmente tanba moras, defisiénsia fízika ka psíkika, tanba aproveita nia inkapasidade, sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12.

Artigu 180

Fraude seksuál

1. Ema ne'ebé, tanba aproveita ema ida nia erru kana-ba nia identidade, pratika koitu vajinál, koitu anál ka koitu orál ka aktu seksuál relevante ho ema ne'e, sei hetan pena prizaun too tinan 3.
2. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 181

Ezibisionizmu seksuál

1. Ema ne'ebé publikamente inkomoda ema seluk tanba pratika aktu ho karakter⁹⁵ seksuál sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Sei hetan mós pena ida-ne'e ema ne'ebé pratika koitu vajinál, koitu anál ka koitu orál iha ema seluk nia oin, hasoru ema ne'e nia vontade, maski iha privadu.
3. Tentativa fo-fatin ba punisaun.
4. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

⁹⁴ (63) Inexperiénsia (s) – Experiénsia laek. Ema ne'ebé laiha experiénsia nia situasaun ka estadu.

⁹⁵ (181) Karakter (s) – Natureza ka karakterístika ne'ebé distingue ka haketak buat ida hosi buat sira seluk.

SEKSAUN V DISPOZISAUN KOMÚN

Artigu 182 Agravausaun

1. Pena sira-ne'ebé prevee hela iha kapítulu ida-ne'e nia seksaun II too seksaun IV sei agrava datoluk ida iha nia limite mínimu no másimu kuandu:

- a) Vítima nia idade ki'ik liu tinan 12 iha momentu ne'ebé ajente pratika faktu ne'e;
- b) Ajente transmite⁹⁶ ba vítima doensa venérea, sifilítika ka imunodefisiénsia adkirida nia síndroma;
- c) Tanba faktu ne'e vítima mate, oho-án ka tenta⁹⁷ oho-án;
- d) Vítima ajente nia dexendente, kolateral, familiár ka afím too grau daruak, adotadu ka ema ne'ebé moris ho nia iha kondisaun hanesan sira-ne'e ka iha relasaun ne'ebé fo-fatin ba dependénsia ierárkika, ekonómika ka laborál.

2. Kuandu sirkunstánsia sira previstu iha número anteriór barak konkorre⁹⁸ dala ida, sirkunstánsia sira-ne'e ida deit maka releva⁹⁹ hanesan sirkunstánsia ne'ebé modifika tipu legál nia moldura abstrata; sira seluk tama iha valorasaun¹⁰⁰ atu determina¹⁰¹ pena konkreta.

KAPÍTULU V HASORU VIDA PRIVADA

⁹⁶ (182) Tranzmite (v) – Da'et. Arguidu transmite nia moras ba vítima = arguidu da'et nia moras ba vítima.

⁹⁷ (66) Tenta (v) – Pratika tentativa; buka-dalan atu (halo buat ruma). Tenta oho-án = halo tentativa oho-án; pratika aktu ruma hodi atu oho-án, maibé la too oho-án (Haree artigu 22 no 23, kana-ba aktu preparatóriu no tentativa).

⁹⁸ (182) Konkorre (v) – Mosu hamutuk.

⁹⁹ (182) Releva (v) – Iha relevánsia; sei konsidera

¹⁰⁰ (182) Valorasaun (s) – Valora nia aktu ka efeitu. Ho valorasaun ita fo valór ka tetu buat ruma ka ema ruma. Juíz halo valorasaun atu determina pena = juíz fo valór ka tetu faktu ne'ebé arguidu pratika no sirkunstánsia relevante hotu-hotu atu hetan pena ne'ebé nia tenke fo ba arguidu.

¹⁰¹ (182) Determina (v) – Kalkula; tetu.

Artigu 183

Devasa

1. Ema ne'ebé, ho meiu maski lísitu, hatene faktu kana-ba ema seluk nia vida privada ka seksuál no, sem ema ne'e nia konsentimentu no sem kauza justa, fo-sai faktu sira-ne'e publikamente sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.
2. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 184

Violasaun ba segredu

1. Ema ne'ebé, sem konsentimentu, revela ema seluk nia segredu ne'ebé nia hatene tanba nia estadu, ofísiu¹⁰², empregu, profisaun ka arte sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.
2. Kuandu segredu ne'e kana-ba aktividade komersiál, industriál, profisionál ka artístika, ne'ebé nia hatene iha sirkunstánsia deskrita iha número anteriór, no hamosu prejuizu ba ema seluk ka ba Estadu, sei aplika pena prizaun tinan 2 ka multa.
3. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 185

Violasaun ba domisíliu

1. Ema ne'ebé tama iha ema seluk nia abitasaun¹⁰³ sem konsentimentu ka, iha tiha autorizasaun atu tama, hela nafatin iha abitasaun ne'e kuandu simu tiha ona notifikasaun atu sai, sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
2. Kuandu, atu komete krime ne'e fasil liu, nia uza kalan, aproveita abitasaun ne'ebé hela iha fatin ermu, halibur-án ho ema seluk too sira hamutuk sai ema nain tolu ka liu-tán, uza arma, uza violénsia, ameasa ho violénsia ka

¹⁰² (184) Ofísiu (s) – funsaun; kargu públiku; empregu.

¹⁰³ (185) Abitasaun (s) – Fatin iha ne'ebé ema ida hela; fatin ne'ebé ema ida uza hanesan nia uma.

eskalamentu, arrombamentu ka xave falsu, ajente sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

3. Kuandu iha momentu ne'ebé ajente komete krime ne'e ema ruma iha hela uma laran karik, pena previstu iha número anteriór nia limite mínimo no máximo sae tan datoluk ida.

4. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

5. Atu hala'o prosedimentu kriminál tenke iha keixa.

Artigu 186

Introdusaun iha fatin seluk ne'ebé taka ba públiku

1. Ema ne'ebé pratika faktu deskritu iha artigu anteriór, número 1 no 2, iha fatin seluk ne'ebé taka hela ka haleu hela ho lutu no iha ne'ebé públiku labele tama livremente sei hetan pena sira previstu iha número sira-ne'e, respetivamente, ho sira-nia limite mínimo no máximo tun tiha sorin-baluk.

2. Atu hala'o prosedimentu kriminál tenke iha keixa.

Artigu 187

Violasaun ba korrespondénsia ka telekomunikasaun

1. Ema ne'ebé, sem konsentimentu no iha kazu ne'ebé regra prosesuál la admite, loke enkomenda, karta ka eskritu seluk tan destinadu ba ema seluk ka hetan koñesimentu kana-ba sira nia konteudu ka la husik destinatáriu simu enkomenda, karta ka eskritu seluk ne'e sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

2. Sei aplika mós pena ida-ne'e ba ema ne'ebé, iha sirkunstánsia sira-ne'e, intromete¹⁰⁴ ka hatene komunikasaun telefónica, telegráfika ka ho meu ba telekomunikasaun seluk nia konteúdu.

3. Ema ne'ebé divulga¹⁰⁵ karta, enkomenda, eskritu fexadu, telefonema ka komunikasaun seluk tan referidu iha número anteriór nia konteudu, maski nia hatene konteudu ne'e ho meu lísitu, sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

¹⁰⁴ (1879 Intromete (v) - intervém despropozitadamente; tama iha situaun ne'ebé, tuir loos, nia labele tama.

¹⁰⁵ (187) Divulga (v) – Fo-sai

4. Kuandu funsionáriu iha korreiu, telégrafu, telefone ka telekomunikasaun maka pratika faktu sira-ne'ebé número anteriór sira deskreve pena ne'e nia limite mínimu no másimu sei agrava datoluk ida.
5. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

TÍTULU III

KRIME HASORU VIDA IHA DEMOKRASIA

KAPÍTULU I

KRIME HASORU PAZ NO TRANKUILIDADE PÚBLIKA

Artigu 188

Asosiasaun kriminoza

1. Ema ne'ebé promove ka harii grupu, organizasaun ka asosiasaun ne'ebé uza hanesan nia finalidade ka nia aktividade halo krime sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
2. Sei konsidera grupu, organizasaun ka asosiasaun kriminoza klibur ho ema nain rua ka liu-tán ne'ebé, iha tempu rohan ida nia laran, servisu hamutuk atu pratika ka halo ema seluk pratika krime, hodi perturba orden pública ka hetan direktamente ka indiretamente benefísiu ka vantajen ruma.
3. Ema ne'ebé tama iha grupu, organizasaun ka asosiasaun kriminoza ruma, apoia grupu, organizasaun ka asosiasaun kriminoza ruma, ka partisipa iha grupu, organizasaun ka asosiasaun kriminoza ruma nia aktividade sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.
4. Ema ne'ebé xefia ka dirije grupu, organizasaun ka asosiasaun sira-ne'ebé número anteriór sira refere sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12.
5. Pena sira-ne'ebé número anteriór sira temi bele hetan atenuasaun extraordinária kuandu ajente impede ka hakás-an maka'as atu impede grupu, organizasaun ka asosiasaun atu kontinua ka fo-hatene ba autoridade grupu sira-ne'e nia ezisténsia hodi fo fatin ba autoridade bele evita grupu sira-ne'e halo krime.

Artigu 189

Instigasaun ba krime

1. Eme ne'ebé, publikamente no ho meu naran ida, insita ema ba pratika krime ruma sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Eme ne'ebé, iha privadu ka iha públiku, gaba ka fo rekompensa ba ema ne'ebé pratika krime ruma hodi insita ema seluk ba pratika krime hanesan sira-ne'e sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
3. Kuandu iha kazu sira-ne'ebé número anteriór sira temi ema ruma halo duni krime ne'ebé ajente hakarak insita ema ba halo, ajente ne'e sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 5, kuandu dispozisaun legál seluk la estabelese pena todan liu.

Artigu 190

Partisipasaun iha motín

1. Se maka participa iha motín públiku, iha ne'ebé ema koletivamente pratika violénsia hasoru ema ka propriedade, sei hetan pena prizaun tinan 1 ka multa, kuandu dispozisaun legál seluk la estabelese pena todan liu.
2. Kuandu ajente maka provoka ka diriije motín, nia sei hetan pena prizaun too tinan 3.
3. Motín ne'e armadu karik, pena referidu iha número anteriór sira sae dala rua iha nia limite mínimo no máximo.

Artigu 191

Impedimentu ba direitu polítiku nia ezersísu

Ema ne'ebé, ho violénsia, impede ema seluk atu ezerse nia direitu polítiku sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

Artigu 192

Tráfiku ho influénsia

1. Ema ne'ebé, nia rasik ka hodi ema seluk, ho nia autorizasaun ka ratifikasaun, husu ka simu, ba nia rasik ka

ba ema seluk, vantajen patrimoniál ka la patrimoniál ka vantajen ne'e nia promesa, ba nia atu abuza influénsia, réal ka suposta, ne'ebé nia ezerse ba entidade públika ruma, sei hetan pena:

a) Prizaun tinan 2 too tinan 6, naran katak dispozisaun legál seluk la estabelese pena todan liu, kuandu nia iha objetivu atu hetan desizaun ilísita ruma favoravel;

b) Prizaun tinan 1 ka multa, naran katak dispozisaun legál seluk la estabelese pena todan liu, kuandu nia iha objetivu atu hetan desizaun lísita ruma favoravel.

2. Ema ne'ebé, nia rasik ka uza ema seluk, ho nia autorizasaun ka ratifikasaun, fo ka promete vantajen patrimoniál ka la patrimoniál ba ema sira referida iha número anteriór atu hetan finalidade referida iha número anteriór, alínea a), sei hetan pena prizaun too tinan 4 ka multa.

Artigu 193

Dezobediénsia ba orden atu namkari

1. Ema ne'ebé la tuir orden lejítima atu sai hosi ajuntamentu ka reuniaun públika, ne'ebé autoridade lejítima fo, ho avizu katak, nia la tuir karik, nia halo krime ida, sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

2. Ema dezobediente ne'e maka promove ajuntamentu ka reuniaun ne'e karik, nia sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

Artigu 194

Abuza sinál ka uniforme públiku

1. Ema ne'ebé abuzivamente uza sinál ka xamada ba alarme ka sokorru, ka finje atu halo ema fiar katak presiza ema seluk nia ajuda tanba dezastre, perigu ka situasaun ho nesidade kolektiva sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

2. Sei hetan mós pena hanesan ida ne'e ema ne'ebé uza indevidamente ka abuzivamente uniforme, farda, traje ka insígnia ne'ebé identifika aktividade, autoridade ka

instituisaun públika ka internasionál hanesan meu atu pratika ilísitu ruma fasil liu.

Artigu 195 **Uzurpasaun ba funsaun**

1. Ema ne'ebé, maski laiha autorizasaun, ezerse funsaun ka pratika aktu ne'ebé funsionáriu, komandu militar ka forsa ba seguransa públika maka bele pratika, nune'e hatudu-án, expresamente ka tasitamente, hanesan ema ne'ebé iha kualidade ne'e, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Se maka ezerse profisaun ne'ebé, tuir lei, ema-ne'ebé iha título ka preenxe kondisaun ruma maka bele ezerse, nune'e hatudu-án, expresamente ka tasitamente, hanesan ema ne'ebé iha título ne'e ka preenxe kondisaun ne'e, sei hetan mós pena hanesan ida ne'ebá.

3. Ema ne'ebé ezerse nafatin funsaun públika maski nia simu tiha ona notifikasaun ofisiál kana-ba nia demisaun ka suspensaun hosi funsaun ne'e sei hetan mós pena hanesan ida ne'e.

KAPÍTULU II **HASORU ESTADU NIA SEGURANSA**

Artigu 196 **Traisaun ba pátria**

Ema ne'ebé, ho violénsia, ameasa ho violénsia, uzurpasaun ka abuzu iha funsaun soberanu, impede ka tenta impede soberania nasional nia ezersísiu iha Timor-Leste nia territóriu ka iha territóriu ne'e nia pedasuk ruma ka hamosu perigu ba territóriu nasional nia integridade, hanesan dalan atu submete ka entrega ba soberania estranjeira, sei hetan pena prizaun tinan 15 too 30.

Artigu 197 **Servisu ka kolaborasaun ho forsa armada inimiga**

1. Sidadaun timór ne'ebé kolabora ho país ka grupu estranjeiru ka ho sira nia representante ka serví iha país

estranjeiru nia bandeira okos iha tempu funu ka aksaun armada hasoru Timór-Leste sei hetan pena prizaun tinan 15 too 25.

2. Aktu preparatóriu kana-ba faktu sira-ne'ebé número anteriór deskreve sei fo-fatin ba pena prizaun tinan 3 too tinan 15.

3. Ema timór-oan ka rezidente iha territóriu nasional ne'ebé pratika aktu adekuaadu atu ajuda ka fasilita aksaun armada ka funu ne'ebé país ka grupu estranjeiru halo hasoru Timór-Leste sei hetan pena prizaun tinan 10 too tinan 20.

Artigu 198 **Sabotajen ba defeza nasional**

Ema ne'ebé, ho intensaun atu prejudika ka hamosu perigu ba defeza nasional, sobu, halo-aat ka halo atu labele uza tan, totalmente ka parsialmente:

- a) Forsa armada nia obra ka materiál ka obra ka materiál afetadu¹⁰⁶ ba forsa armada;
- b) Via ka meiu ba komunikaun ka transporte;
- c) Instalasaun naran ida relasionadu ho komunikaun ka transporte; ka
- d) Fábrica no depózitu,

se hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

Artigu 199 **Kampaña hasoru esforsu ba paz**

Ema timór-oan ka rezidente iha territóriu nasional ne'ebé, iha tempu atu prepara ka atu halo funu, fo-sai, ho meiu naran ida, ba ema hotu atu hatene, rumór ka afirmasaun, ninian rasik ka ema seluk nian, ne'ebé nia hatene katak falsu, totalmente ka parsialmente, atu prejudika esforsu ba Timór-Leste nia paz ka atu ajuda inimigu estranjeiru, sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

¹⁰⁶ (198) Afetadu (adj) – Ne'ebé destina tiha ona ba. Afetadu ba forsa armada = ne'ebé destina tiha ona ba forsa armada; ne'ebé forsa armada atu uza.

Artigu 200

Violasaun ba Estadu nia segredu

1. Se maka fo-fatin ba ema ne'ebé la iha autorizasaun atu hatene ka fo-sai ba públiku faktu, dokumentu, planu, objetu, koñesimentu ka informasaun naran ida ne'ebé, tanba Estadu timór nia interese kana-ba seguransa externa ka kana-ba polítika externa nia kondusaun, país estranjeiru labele hatene, nune'e hamosu perigu ba interese ne'e, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 10.

2. Ema ne'ebé kolabora ho governu ka grupu estranjeiru ho intensaun atu pratika faktu sira-ne'ebé número anteriór refere ka rekruta ka ajuda ema ne'ebé tenke pratika faktu sira-ne'e sei hetan pena previstu iha número anteriór.

3. Kuandu ajente ne'ebé pratika faktu sira-ne'ebé número anteriór deskreve ezerse funsaun polítika, públika ka militar ne'ebé, tuir nia natureza, tenke taka-dalan ba nia atu pratika faktu sira-ne'e maka'as liu fali sidadaun komún, sei aplika pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

Artigu 201

Infidelidade diplomátika

Ema ne'ebé, representa daudaun Estadu timór ofisialmente, ho intensaun atu prejudika direitu ka interese nasional:

a) Hala'o negósiu kana-ba Estadu ho governu estranjeiru ka organizasaun internasionál; ka

b) Simu kompromisu ho Timór-Leste nia naran maski laiha autorizasaun atu simu,

sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

Artigu 202

Alterasaun ba Estadu tuir-lei

1. Ema ne'ebé, ho violénsia, ameasa ho violénsia ka insitamentu ba gerra sivíl, buka atu sobu, muda ka domina Estadu tuir-lei ne'ebé konstituisaun estabelese sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

2. Se maka pratika faktu deskritu iha númeru anteriór ho violénsia armada tenke hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 20.
3. Se maka halo insitamentu públiku ka fahe arma ba ema ruma atu pratika faktu sira deskritu iha kotuk sei hetan, respetivamente, pena kana-ba tentativa.

Artigu 203

Atentadu hasoru órgaun soberanu nia representante másimu

1. Ema ne'ebé halo atentadu hasoru órgaun soberanu nia representante másimu ka ema ne'ebé, tuir konstituisaun, substitui nia, ka ema ne'ebé hataan tiha ona nomeasaun maibé seidak simu pose ba kargu ne'e, sei hetan pena tinan 8 too tinan 20.
2. Kuandu konsuma duni krime hasoru vida, integridade fízika ka liberdade, ajente sei hetan pena prizaun tinan 12 too tinan 25.
3. Sei aplika mós pena prevista iha númeru anteriór sira ba ema ne'ebé pratika faktu ne'ebé deskreve tiha ona ne'e hasoru ema estranjeiru ne'ebé tama iha situaun prevista iha númeru 1, embaixadór no ema ne'ebé serví hanesan organizaun internasionál nia órgaun dirijente, kuandu sira iha hela Timór-Leste.

Artigu 204

Koasaun hasoru órgaun konstitusionál

1. Ema ne'ebé, ho violénsia ka ameasa ho violénsia impede ka limita órgaun soberanu atu ezerse nia funsaun ho liberdade sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.
2. Se maka pratika faktu deskritu iha númeru anteriór hasoru poder distritál ka lokál nia órgaun sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.
3. Kuandu ema ruma pratika faktu deskritu iha númeru 1 hasoru órgaun sira-ne'ebá nia membru ruma pena sira referidu iha númeru 1 no 2 nia limite másimu no mínimu sei hatún tiha sorinbaluk.

Artigu 205

Perturbasaun ba órgaun konstitusionál nia funsionamentu

Ema ne'ebé ho tumultu, dezorden ka vozearia perturba ilejítimamente órgaun sira referidu iha número anteriór nia funsionamentu ka ema ruma ne'ebé tuur iha órgaun sira ne'e atu ezerse nia funsaun sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

Artigu 206 Ultraje ba símbolu nasional

Ema ne'ebé publikamente, ho palavra, jestu ka divulgasaun eskrita ka ho meiu atu komunika ho públiku seluk, ofende bandeira ka inu nasional, soberania timór nia arma ka emblema ka lakon respeito devidu ba símbolu sira-ne'e sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

KAPÍTULU III HASORU VIDA IHA SOSIEDADE

SEKSAUN I KRIME PERIGU KOMÚN

Artigu 207 Kondusaun sem karta

Ema ne'ebé uza veíkulu motorizadu maski laiha lisensa ne'ebé lei ezije sei hetan pena prizaun too tinan² ka multa.

Artigu 208 Kondusaun ho álcool ka substánsia psikotrópika nia efeitu

1. Ema ne'ebé, pelu menus ho negligénsia, kaer veíkulu motorizadu kuandu nia iha alkol 1,2sg iha nia raan litru ida-idak sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
2. Ema ne'ebé, pelu menus ho negligénsia, kaer veíkulu motorizadu kuandu nia laiha kondisaun atu kaer ho seguransa tanba nia tama iha estupefasiante nia influénsia

ka iha produitu análogu ne'ebé hamosu perturbasaun fízika, mentál ka psikolójika nia influénsia.

Artigu 209 **Kondusaun perigoza**

1. Ema ne'ebé kaer veíkulu motorizadu iha via pública no, tanba laiha kondisaun atu kaer ho seguransa ka, tanba viola groseiramente sirkulasaun rodoviária nia regra, hamosu perigu ba ema-seluk nia vida ka integridade fízika sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4.
2. Neglijénsia kana-ba konduta ka perigu ne'e sei fo-fatin ba pena prizaun too tinan 2 ka multa.

Artigu 210 **Atentadu ba seguransa iha transporte**

1. Ema ne'ebé pratika faktu adekuadu atu halakon ka hamenus seguransa iha meu ba transporte no, nune'e, hamosu perigu ba ema seluk nia vida ka integridade fízika sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
2. Artigu anteriór nia número 2 aplika mós iha ne'e.

Artigu 211 **Arma proibida**

1. Se maka, iha situausaun ne'ebé lei la autoriza, fabrika, importa, transporta, fa'an ka fo ba ema seluk arma de fogu, arma kímika, arma biolójika, arma nukleár, munisaun ba arma sira-ne'e, substánsia atu fabrika arma sira-ne'e ka ba sira atu funsiona ka eksplozivu tipu seluktán sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.
2. Kuandu faktu sira deskritu iha número anteriór iha finalidade atu uza arma sira-ne'e iha funu sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
3. Ajente ne'ebé, maski laiha autorizasaun legál, detein, uza ka rai arma de fogu sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

Artigu 212 **Embriagés no intoksikasaun**

1. Ema ne'ebé, pelu menus, tanba negligénsia, halo nia-án sai inimputavel tanba hemu ka konsome bebida alkólika ka substánsia tóksika no iha estadu ne'e pratika faktu ilísitu típiku ruma sei hetan pena prizaun too tinan 5 ka multa.
2. Pena ne'e labele todan liu ida prevista ba faktu ilísitu típiku ne'ebé ajente pratika.
3. Atu hala'o prosedimentu krimínál tenke iha keixa.

Artigu 213

Abilitasaun atu ezerse aktividade balu

1. Ema ne'ebé, maski laiha abilitasaun legál, fa'an, administra, preskreve ka fo, oin naran ida, ba ema seluk, habitualmente, produktu farmaséutiku ka seluk tan ne'ebé nia komérsiu no preskrisaun, administrasaun no sedénsia ema profesionál iha saúde ka entidade ho lisensa devida maka bele halo sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Kuandu faktu sira referidu iha númeru anteriór hamosu perigu ba ema seluk nia vida sei aplika pena prizaun tinan 1 too tinan 4.

Artigu 214

Produktu adulteradu ka deterioradu

1. Ema ne'ebé tau ba ema atu sosa, administra ka fo, oin naran ida, produktu alimentár, farmaséutiku ka seluk tan, ne'ebé, tanba deterioradu, adulteradu ka kontaminadu, bele hamosu perigu ba vida sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
2. Kuandu faktu sira deskritu iha númeru anteriór halo mate vítima tanba nia konsome produktu sira-ne'e, pena ne'e tinan 3 too tinan 12.

SEKSAUN II

KRIME HASORU AMBIENTE

Artigu 215

Hasoru ambiente

1. Ema ne'ebé, hasoru dispozisaun legál ka regulamentár ne'ebé proteje ambiente, provoka ka halo, direta ka indiretamente, emisaun, eskoamentu, radiasaun, extrasaun ka eskavasaun, aterramentu, ruidu, vibraasaun, injesaun ka depózitu iha atmosfera, iha solu, subsolu ka água terrestre, marítima ka subterrânea, inkluidu iha zona fronteirisa, ka kaptasaun ba be, ne'ebé bele prejudika gravemente sistema naturál nia ekilíbrü, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Kuandu ajente dolozamente liberta, emite ka introdúz radiasaun ionizada ka substánsia seluk iha ar, rai ka be marítima, kontinentál, superfisiál ka subterrânea, ho kuantidade ne'ebé halo ema ida ka liu-tán hetan ofensa korporál grave ne'ebé ezije tratamentu médiku ka sirúrjiku ka hamosu sekuela irreversivel, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8, no, halo ema ruma mate karik, sei hetan pena prizaun tinan 5 too 15.

Artigu 216 **Agravasaun**

1. Kuandu estabelesimentu industriál ka komersiál maka pratika aktividade sira previstu iha artigu anteriór no iha sirkunstánsia sira tuirmai ne'e ruma:

- a) Indústria ka aktividade komersiál ne'e funsiona klandestinamente sem lisensa ka autorizasaun administrativa;
- b) La tuir autoridade administrativa competente nia orden espresa atu korrije ka suspende aktividade referida iha artigu anteriór;
- c) La tuir regra ka prosedimentu ba seguransa previstu iha dispozisaun legál ka regulamentár;
- d) Ho meu naran ida dolozamente impede autoridade administrativa competente nia prosesu ba inspesaun ka falsifika informasaun kana-ba indústria ka aktividade komersiál ne'e nia konsekuénsia;
- e) Prodúz deteriorasaun ambientál irreversivel ka katastrófiku,

pena previstu iha númeru anteriór nia limite mínimu no másimu sei agrava datoluk ida.

2. Sei lori mós responsabilidade kriminál, nu'udar númeru anteriór, ema ne'ebé tuur hanesan titulár individuál, ema ne'ebé tuir lei representa pesoa koletiva ne'ebé soi establesimentu industriál ka komersiál infratór, ema ne'ebé hola aksaun hanesan pesoa koletiva ne'e nia representante legál, no mós, iha sosiedade ho konstituisaun irregulár, sósiu ka membru sira-ne'ebé autoriza aksaun sira-ne'ebá.

Artigu 217

Hasoru flora no fauna

1. Ema ne'ebé, ho grave prejuizu ba meu ambiente, tesi, sunu, fokit, rekolle ka halo tráfikú ilegál ho flora nia espésie ne'ebé hetan klasifikasaun hanesan ameasada ka ho perigu atu hotu, ka espésie ne'e nia semente, tanba destrui ka altera gravemente nia habitat naturál, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Sei aplika mós pena previstu iha númeru anteriór ba ema ne'ebé introdúz ka fasilita entrada ba espésie ne'ebé la'ós autóktone no, nune'e, prejudika ekilíbriu biolójiku, hasoru lei ka dispozisaun ho karater jerál atu proteje fauna ka flora nia espésie.

Artigu 218

Espésie ameasada ka ho perigu atu hotu

1. Ema ne'ebé kasa ka peska espésie ameasada ka pratika aktividade ne'ebé impede espésie ne'e nia dezenvolvimentu ka hamosu difikuldade ba espésie ne'e nia reproduasaun ka migrasaun, hasoru lei ka dispozisaun ho karater jerál atu proteje fauna selvajem nia espésie, ka halo komérsiu ka tráfikú ho espésie ne'e, totalmente ka parsialmente, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Ajente ne'ebé pratika aktu sira referidu iha númeru anteriór:

a) Iha zona terrestre ka marítima deklarada zona naturál protejida;

b) Kontra espésie ka subespésie klasifikadu hanesan ho perigu atu hotu sei hetan pena prizaun too tinan 5 ka multa.

Artigu 219

Peska ilegál

1. Ema ne'ebé pratika peska iha água marítima nasional maski laiha autoridade administrativa competente nia lisensa ba peska, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Kuandu ajente pesoa koletiva ida, sei lori responsabilidade kriminál, nu'udar número anteriór, ema ne'ebé, tuir lei, representa pesoa koletiva ne'e, ema ne'ebé hola aksaun hanesan pesoa koletiva ne'e nia representante legál, no mós, iha sosiedade ho konstituisaun irregulár, sósiu ka membru sira-ne'ebé autoriza aksaun sira-ne'ebá.
3. Peska ba subsisténsia doméstika la hetan pena nu'udar número 1.

Artigu 220

Meiu ba peska ilísitu

Ema ne'ebé uza arma de fogu, eksplozivu, substánsia tóksika ka instrumentu seluk ka arte similár ho efikásia destrutiva ba fauna marítima hodi halo kaptura ba rekursu pixíkola iha água nasional terrestre ka marítima sei hetan pena prizaun too tinan 5 ka multa.

Artigu 221

Keimada proibida

1. Se maka, iha époka ne'ebé la'ós ba keimada ka sem autorizasaun administrativa nesesária, halo keimada ne'ebé hamosu destruisaun ba floresta, plantasaun ka kultura sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
2. Ajente ne'ebé halo keimada legál maibé, tanba neglijénsia, provoca prejuizu referidu iha número anteriór sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

SEKSAUN III KRIME SELUK TAN

Artigu 222

Impedimentu ka perturbasaun ba korteju, serimónia ka kultu

1. Ema ne'ebé, ho violénsia ka ameesa ho violénsia ka koasaun oin naran ida, impede ka perturba korteju ka serimónia fúnebre nia realizasaun ka kultu relijiozu nia ezersísiu sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
2. Atu hala'o prosedimentu krimínal tenke iha keixa.

Artigu 223

Profanasaun ba objetu ka fatin ba kultu ka venerasaun

1. Ema ne'ebé, atu hamosu alarme¹⁰⁷ ka perturba paz sosiál, profana¹⁰⁸ fatin ka objetu ba kultu ka venerasaun¹⁰⁹ relijioza sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
2. Ema ne'ebé ofende ka halo injúria ba ema seluk tanba nia fiar ka funsaun relijioza, ho forma adekuada atu hamosu alarme ka perturbasaun¹¹⁰ sosiál sei hetan pena hanesan ida ne'e.
3. Atu hala'o prosedimentu krimínal tenke iha keixa.

Artigu 224

Destruisaun, subtrasaun, okultasaun ka profanasaun ba kadaver

1. Ema ne'ebé subtrai, destrui ka subar mate-isin ka mate-isin rohan ruma ka mate-isin nia ahi-kudesan, hasoru ema ne'ebé iha direitu nia vontade ka sem ema ne'e nia vontade no iha situasaun ne'ebé lei la autoriza, sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

¹⁰⁷ (223) Alarma (s) – Hakfodak; tauk

¹⁰⁸ (223) Profana (v) - viola buat ka fatin ne'ebé lulik

¹⁰⁹ (223) Venerasaun (s) – Adorasaun; hahalok ne'ebé hatudu
respeitu bo'ot

¹¹⁰ (223) Perturbasaun (s) – Konfuzaun; instabilidade

2. Ema ne'ebé profana mate-isin ka mate-isin rohan ruma ka mate-isin nia ahi-kudesan ho aktu ne'ebé halakon respetu ba ema-mate sei hetan pena hanesan ida ne'e.
3. Tentativa fo-fatin ba punisaun.
4. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 225

La halotuir obrigasaun alimentár

1. Ema ne'ebé iha obrigasaun atu fo alimentu¹¹¹ no iha kondisaun atu halotuir obrigasaun ne'e maibé la halotuir obrigasaun ne'e too hamosu perigu ba alimentandu atu laiha meu hodi satisfáz nia nesesidade fundamentál, maski ema seluk nia ajuda hadook tiha perigu ne'e, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 226

Subtrasaun ba menór

1. Se maka subtrai ka lakohi entrega menór ba ema ne'ebé simu funsaun atu tau-matan ba menór ne'e ka halo menór ne'e halai tiha sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Faktu sira-ne'e halo ho violénsia ka ameasa ho violénsia karik, sei aplika pena prizaun tinan 1 too tinan 4.
3. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 227

Omisaun ba ausíliu

1. Ema ne'ebé, iha tempu ne'ebé iha nesesidade grave, nomeadamente tanba dezastre, asidente, kalamidade pública ka perigu komún, ne'ebé hamosu perigu ba ema seluk nia vida, integridade fízika ka liberdade, la fo ajuda nesesária atu hadook tiha perigu ne'e, ho aksaun pesoál ka promosaun ba ajuda, sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

¹¹¹ (225) Alimentu (s) – Hahán, hatais, fatin atu hela, edukasaun, tratamentu no aimoruk ba saúde ne'ebé tuir lei ema ida tenke fo ba nia oan ka nia fen ka lain

2. Kuandu ema ne'ebé omite ausíliu nesesáriu maka hamosu situasaun prevista iha número anteriór, omitente ne'e sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
3. Auxíliu nia omisaun la fo-fatin ba pena kuandu iha perigu grave ba omitente nia vida ka integridade fízika ka kuandu, tanba motivu relevante¹¹² seluk, la bele ezije ausíliu ne'e hosi nia.
4. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 228 **Rekuza ausíliu médiku**

Médiku ka profisionál iha saude ne'ebé rekuza¹¹³ ausíliu kana-ba nia profisaun iha situasaun ne'ebé iha perigu ba ema seluk nia vida ka perigu grave ba ema seluk nia integridade fízika¹¹⁴, ne'ebé laiha dalan seluk atu hadook, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

KAPÍTULU IV **KRIME ELEITORÁL**

Artigu 229 **Fraude iha resenseamentu**

1. Ema ne'ebé impede ema seluk, ne'ebé nia hatene iha direitu, atu rejista-án, hatama faktu ne'ebé nia hatene katak la loos, omite faktu ne'ebé nia tenke inskreve ka, ho meu naran ida, falsifika resenseamentu eleitorál sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Kuandu ajente uza violénsia ka provoka enganu¹¹⁵ astusiozu¹¹⁶ atu impede ema ruma inskreve-án¹¹⁷ sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 6.
3. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

¹¹² (227) Relevante (adj) – Importante; todan; maka'as

¹¹³ (228) Rekuza (v) – Lakohi fo ka halo (buat ruma)

¹¹⁴ (228) Integridade fízika – Isinlolon kompletu, ne'ebé la hatan kanek ka moras

¹¹⁵ (229) Enganu (s) – Fiar-sala. Enganu astusiozu = Fiar-sala ho bosok

¹¹⁶ (229) Astusiozu (adj) – Ne'ebé uza bosok

¹¹⁷ (229) Inskreve-án (v) – Tau-naran; halo nia inskrisaun.

Artigu 230

Obstrusaun ba kandidatura

Emá ne'ebé, ho meu naran ida, impede ema seluk, partidu ka forsa polítika, ne'ebé nia hatene iha direitu, atu konkorre iha aktu eleitorál sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 231

Kandidatu inelejivel

1. Ema ne'ebé apresenta nia kandidatura kuandu hatene katak nia la iha kapasidade atu hetan eleisaun sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.
2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

Artigu 232

Falta iha kadernu eleitorál

Emá ne'ebé, enkarregadu atu elabora kadernu eleitorál¹¹⁸ ka atu garante nia korresaun¹¹⁹, la elabora ka la halo korresaun ne'e ka impede nia substitutu legál atu halo, hodi impede aktu eleitorál atu realiza, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

Artigu 233

Propaganda eleitorál ilísita

1. Ema ne'ebé uza meu ba propaganda ne'ebé lei proibe ka halo nafatin propaganda, kuandu prazu estalbelesidu liu tiha ona, ka halo propaganda iha fatin proibidu sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.
2. Ema ne'ebé impede ema seluk ezerse nia direitu atu halo propaganda eleitorál ka halo destruisaun ilejítima ba

¹¹⁸ (232) Kadernu eleitorál – Lista ida ho ema-ne'ebé bele vota sira nia naran

¹¹⁹ (232) Korresaun (s) – Los. Garante kadernu eleitorál nia korresaun = garante kadernu eleitoral laiha buat ruma sala. Halo korresaun = Korije; hadia; halo los.

propaganda eleitorál sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

Artigu 234 **Obstrusaun ba liberdade atu hili**

1. Ema ne'ebé ho violénsia, ameasa ho violénsia ka artifísiu¹²⁰ fraudulentu halo obriga ema seluk, hasoru nia vontade, la vota ka vota ho sentidu determinadu¹²¹ ka sosa ka fa'an votu sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Sei aplika mós pena hanesan ida ne'e ba ema ne'ebé, enkarregadu¹²² atu ajuda ema invizuál ka ema ne'ebé iha direitu ba ajuda ne'e, la respeita votu nia sentidu ne'ebé fo-hatene hela ba nia.
3. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

Artigu 235 **Perturbasaun ba aktu eleitorál**

1. Ema ne'ebé, ho meu naran ida, perturba assembleia ba votu nia funsionamentu sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.
2. Ajente sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6 kuandu nia halo perturbasaun ne'e:
 - a) Ho violénsia ka ameasa ho violénsia;
 - b) Ho tumultu ka ajuntamentu populasionál besik iha assembleia ba votu;
 - c) Ho korte intensionál ba enerjia elétrika;
 - d) Ho ema indispensavel¹²³ ba aktu ne'e nia falta kuandu falta ne'e hamosu difikuldade boot ba aktu eleitorál atu hahú ka atu kontinua.
3. Sei aplika mós númeru anteriór sira nia dispozisaun ba ajente ne'ebé pratika faktu sira-ne'e kuandu, votasaun hotu tiha, halo daudaun apuramentu ba rezultadu.

¹²⁰ (234) Artifísiu – Meu; dispozitivu; mekanizmu

¹²¹ (234) Determinadu (adj) – Oin ida ne'ebé hatudu kedas.

Sentidu determinadu = sentidu oin ida ne'ebé hatudu kedas.

¹²² (234) Enkarregadu (v) - Simu tiha obrigasaun ka kargu; simu tiha servisu ruma atu halo. Enkarregadu atu ajuda = simu tiha obrigasaun atu ajuda.

¹²³ (235) Indispensavel (adj) – Ne'ebé presiza duni; ne'ebé labele husik hela.

Artigu 236

Obstrusaun ba aktu eleitorál nia fiskalizaun

1. Ema ne'ebé, oin naran ida, impede partidu ka forsa polítika konstituidu legalmente no konkorrente¹²⁴ iha aktu eleitorál nia representante atu ezerse nia kompeténsia atu halo fiskalizaun sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

Artigu 237

Fraude iha votasaun

1. Ema ne'ebé vota maski nia laiha direitu atu vota ka vota fila-fali maski nia vota tiha ona iha aktu eleitorál ne'e sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Ema ne'ebé husik dolozamente ema ruma pratika faktu sira previstu iha número anteriór sei hetan pena hanesan ida-ne'e.
3. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

Artigu 238

Fraude iha eskrutíniu

1. Ema ne'ebé, oin naran ida, falsifika votu nia kontajen¹²⁵ iha aktu hodi apura ka publika rezultadu eleitorál sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.
2. Sei hetan pena hanesan ida-ne'e ema ne'ebé, ho intensaun fraudulenta, substitui, destrui, supprime, viola, visia ka falseia boletín ba votu ka apuramentu ka dokumentu kana-ba eleisaun.

Artigu 239

Rekuza ba kargu eleitorál

Ema ne'ebé, hetan tiha nomeasaun atu tuur iha asembleia ba votu nia meza no, injustifikadamente, lakohi asume ka

¹²⁴ (236) Konkorrente (s) – Ne'ebé tama iha kandidatu iha eleisaun

¹²⁵ (238) Kontajen (s) – Aktu ka aktividade atu sura

abandona funsaun ne'e sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

Artigu 240 **Violasaun ba segredu iha eskrutíniu**

Ema ne'ebé iha aktu eleitorál ho eskrutíniu¹²⁶ sekretu viola segredu tanba hola ka fo-sai koñesimentu kana-ba ema seluk vota ba iha ne'ebé sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

Artigu 241 **Devér ba neutralidade ka imparcialidade**

Funionáriu iha administrasaun eleitorál ka administrasaun eleitorál nia kolaboradór ne'ebé viola nia devér kana-ba neutralidade no imparcialidade sei hetan prizaun too tinan 2 ka multa.

Artigu 242 **Agravasaun**

Kuandu ema ne'ebé pratika krime ruma previstu iha kapitulu ida-ne'e dezempeña funsaun públika, nomeadamente iha governu, parlamentu nasional, ka forsa armada, hanesan majistradu judisiál ka iha Ministériu Públiku, iha forsa polisiál ka órgaun administrativu seluk, pena previstu iha tipu ida-idak sei sae ba dobru iha nia limite mínimu no másimu.

KAPÍTULU V **KONTRA AUTORIDADE PÚBLIKA**

Artigu 243 **Obstrusaun ba autoridade públika**

1. Ema ne'ebé, ho violénsia ka ameasa grave hasoru funsionáriu ka forsa militar, militarizada ka polisiál nia ajente, la husik nia pratika aktu kana-ba nia funsaun ka

¹²⁶ Eskrutíniu (s) – Votasaun; aktividade hodi hatene kandidatu ida-idak hetan votu hira

halo nia pratika aktu hasoru nia devér sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

2. Kuandu aktu referidu iha númeru anteriór halo duni ka impede duni sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 244 **Dezobediénsia**

1. Ema ne'ebé la halotuir ka la halotuir nafatin orden ka mandadu lejítimu komunikadu regularmente, ne'ebé autoridade ka funsióariu kompetente maka fo, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa:

a) Kuandu dispozisaun legál determina; ka

b) Kuandu autoridade ka funsióariu ne'e fo-hatene ba ajente katak, nia la halotuir orden ka mandadu ne'e karik, nia sei hetan responsabilidade kriminal.

2. Iha situasaun ne'ebé dispozisaun legál kualifika faktu ida hanesan dezobediénsia kualifikada sei aplika pena prizaun tinan 1 too tinan 4.

3. Dezobediénsia hasoru proibisaun konkreta ka interdusaun ne'ebé sentensa kriminal determina no mós dezobediénsia hasoru pena asesória ka medida ba seguransa ne'ebé la halakon liberdade sei fo fatin ba pena referida iha númeru 1.

Artigu 245 **Hasai dadur**

1. Ema ne'ebé, ho meu ilegal, liberta ema ne'ebé legalmente lakon tiha nia liberdade ka, ho meu naran ida, tulun ema ne'e halai sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

2. Kuandu faktu sira-ne'e pratika ho violénsia, arma ka ho ema barak-liu nain rua nia kolaborasaun sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 246 **Evazaun**

1. Ema ne'ebé, tuir lei, lakon tiha nia liberdade, halai tiha sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4.

2. Kuandu evazaun konsege ho meu deskritu iha artigu anteriór, número 2, sei aplika pena tinan 2 too tinan 6.

Artigu 247 **Funsionáriu nia tulun ba evazaun**

1. Funsionáriu ne'ebé tulun ema ruma pratika faktu previstu iha artigu anteriór sira sei hetan pena estabelesida iha ne'ebá ho tan datoluk ida iha nia limite mínimu no másimu.
2. Kuandu funsionáriu ne'ebé iha obrigasaun atu rai ka halo vijilánsia ba evadidu maka fo tulun atu pratika faktu sira-ne'ebá, pena prevista sira nia limite mínimu no másimu sei agrava tan sorinbaluk.
3. Kuandu evazaun mosu tanba funsionáriu ne'ebé tenke hein evadidu nia neglijénsia groseira sei aplika pena prizaun too tinan 3 ka multa.

Artigu 248 **Dadur nia motín**

1. Ema sira-ne'ebé, lakon tiha sira nia liberdade tuir lei, nu'udar kombina tiha ona no tau hamutuk sira nia esforsu ho ema ne'ebé hela iha sirkunstánsia hanesan ho sira nian, ataka ka ameasa ho violénsia ema ne'ebé iha obrigasaun atu haree ka hein sira, hodi hetan sira nia evazaun ka emaseluk nia evazaun ka obriga ema ne'e pratika aktu ruma ka la pratika aktu ruma, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
2. Kuandu ho hahalok sira deskritu iha número anteriór ajente sira ruma ka ema seluk ruma halai duni sei aplika pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

Artigu 249 **Deskamiñu ka destruisaun ba objetu iha podér públiku nia liman**

Ema ne'ebé destrui, danifika ka inutiliza, totalmente ka parsialmente, ka oin naran ida, subtrai hosi podér públiku ne'ebé simu ka kontrola dokumentu ka objetu movel seluk, ka koiza arrestada, apreendida ka objetu iha

providénsia kautelár sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6, kuandu norma seluk la fo fatin ba pena todan liu.

Artigu 250

Kebra ba marka, selu ka editál

1. Ema ne'ebé loke, lees ka inutiliza, totalmente ka parsialmente, marka ka selu, ne'ebé lejitimamente funsionáriu kompetente tau hodi identifika ka halo inviolavel buat ruma ka atu sertifika katak arrestu, apreensaun ka providénsia kautelár monu tiha ona ba buat ruma, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Ema ne'ebé, oin naran ida, intensionalmente, impede destinatáriu atu hatene editál ne'ebé funsionáriu kompetente afiksa hela sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

TÍTULU IV

KRIME HASORU PATRIMÓNIU

KAPÍTULU I

HASORU PROPRIEDADE

Artigu 251

Furtu simples

1. Ema ne'ebé, ho intensaun ilejítima atu halo ninian ka ema seluk nian, subtrai ema seluk nia koiza movel sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.
3. Atu hala'o prosedimentu krimínál tenke iha keixa.

Artigu 252

Furtu agravadu

1. Ajente ne'ebé pratika aktu sira referidu iha artigu anteriór sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8, kuandu:
 - a) Koiza movel ema seluk nian ne'e iha valór sientífiku, artístiku ka istóriku boot ka buat ruma

importante ba dezentvolvimentu ekonómiku ka teknolójiku;

b) Koiza movel ema seluk nian ne'e veikulu ida, veikulu ka pasajeiru iha veikulu koletivu maka lori hela, ka rai hela iha kais ka gare atu embarka ka dezembarka;

c) Koiza movel ema seluk nian ne'e buat ruma atu uza iha kultu relijiozu ka iha venerasaun ba matebian sira nia memória no rai hela iha fatin atu halo kultu ka iha semitériu;

d) Ajente aproveita kalan atu pratika furtu ne'e fasilmente;

e) Vítima hetan prejuizu konsideravel tanba apropriasaun ne'e;

f) Ajente tama iha abitasaun, servisu públiku nia instalasaun, estabesimentu komersiál ka industriál ho intensaun atu pratika furtu;

g) Ajente uza xave falsu, eskalamentu ka arrombamentu atu konkretiza nia intensaun;

h) Ajente aproveita vítima iha dezastre, asidente ka kalamidade pública nia vulnerabilidade espesiál;

i) Ajente aproveita konfiansa espesiál ne'ebé moris hosi nia relasaun ho vítima ka ho lokál iha ne'ebé koiza subtraida rai hela nia proprietáriu;

j) Ajente pratika furtu hanesan nia servisu loroloron¹²⁷;

k) Ema nain-tolu ka barak liután, inkluindu¹²⁸ ajente, maka pratika krime ne'e;

l) Koiza subtraida iha valór aas-liu dolar amerikanu 1.000 maibé la liu 5.000.

2. Kuandu koiza subtraida nia valór aas-liu dolar amerikanu 5.000 sei aplika pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

3. Kuandu sirkunstánsia sira referida iha númeru 1 barak maka haleu konduta ida, sei konsidera deit sirkunstánsia ida-ne'ebé iha efeitu agravante maka'as liu hodi determina

¹²⁷ (252) Pratika furtu hanesan nia servisu loroloron = Pratika furtu hanesan modu de vidu.

¹²⁸ (252) Inkluindu (v) – Sura ho. Ema na'in tolu, inkluindu ajente = ema na'in tolu, sura ho ajente.

tipu legál aplikavel nia moldura abstrata no sei valora sirkunstánsia sira-seluk hanesan sirkunstánsia ho karater jerál atu determina pena nia medida.

4. Kuandu koiza furtada nia valór ki'ik liu dolar amerikanu 50, sirkunstánsia sira-ne'ebé hakerek hela iha número 1 funsiona deit hanesan agravante ho karater jerál.

Artigu 253

Roubu

1. Ema ne'ebé, ho intensaun ilejítima atu halo ninian ka ema seluk nian, subtrai ka obriga entrega ba nia ema seluk nia koiza movel, ho violénsia hasoru ema, ameasa ho perigu eminente¹²⁹ ba ema nia vida ka ba ema nia integridade fízika, ka tau ema ne'e iha situaun ne'ebé nia labele reziste, sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

2. Kuandu, hamutuk ho ajente nia konduta, mosu mós sirkunstánsia ruma ne'ebé hakerek hela iha artigu anteriór, número 1, sei aplika pena prizaun tinan 4 too tinan 12.

3. Kuandu nia konduta hamosu perigu ba vítima nia vida ka ofensa grave ba vítima nia integridade fízika, ajente sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 15.

4. Kuandu nia konduta halo ema ruma mate, ajente sei hetan pena prizaun tinan 5 too tinan 20.

Artigu 254

Violénsia tuir-fali subtrasaun

Ema ne'ebé, ema ruma toman tiha nia halo daudaun furto, aktua nu'udar hakerek hela iha artigu anteriór atu hela nafatin ho koiza apropiada ka impede koiza apropiada nia restituisaun sei hetan pena sira-ne'ebé estabelese hela ba krime roubu, respetivamente.

Artigu 255

Furtu ba veíkulu nia uzu

¹²⁹ (253) Eminente (adj) - Ne'ebé atu mosu daudaun

1. Ema ne'ebé uza automovel ka veíkulu motorizadu, aeronave, barku ka bisikleta sem ema ne'ebé iha direitu nia autorizasaun sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.
3. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 256

Abuza konfiansa

1. Ema ne'ebé, ilejitimamente, halo ninian koiza movel ne'ebé entrega ba nia ho título¹³⁰ ne'ebé la transmite propriedade sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.
3. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 257

Abuza konfiansa agravadu

1. Kuandu Koiza movel ne'e nia valór aas-liu dolar amerikanu 1.000, ajente sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
2. Pena ne'ebé hakerek hela iha número anteriór no iha artigu 256 nia limite mínimo no máximo sei sae datoluk ida kuandu ajente simu koiza ne'e ba depóziitu tanba lei haruka, tanba nia ofísiu, empregu ka profisaun ka hanesan tutór, kuradór ka depozitáriu.

Artigu 258

Danu simples

1. Ema ne'ebé, totalmente ka parsialmente, destrui, danifika ka halo inutilizavel koiza ema seluk nian sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.
3. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 259

¹³⁰ (256) Título (s) – Qualidade; fundamentu

Danu agravadu

1. Ema ne'ebé, totalmente ka parsialmente, destrui, danifika halo inutilizavel koiza:

- a) Ne'ebé públiku atu uza ka iha utilidade pública;
- b) Ho valór sientífiku, artístiku ka istóriku importante ka ho importánsia boot ba dezvoltamentu teknolójiku ka sientífiku;
- c) Kana-ba meu ba komunikasaun ka transporte ho importánsia sosiál boot;
- d) Nune'e hamosu prejuizu aas-liu dolar amerikanu 1.000;
- e) Ema seluk nian, ne'ebé atu uza iha kultu relijiozu ka hodi venera matebian nia memória no rai hela iha fatin atu halo kultu ka iha semitériu,

sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 260 Danu ho violénsia

Kuandu ajente pratika faktu sira-ne'ebé hakerek hela iha artigu 258 no 259 ho violénsia hasoru ema ruma ka ho ameasa ho perigu eminente ba vida ka integridade física, ka tanba tau hela ema ne'e iha situasaun ne'ebé nia labele reziste, sei aplika pena prizaun tinan 4 too tinan 12.

Artigu 261 Uzurpasaun ba imovel

1. Ema ne'ebé, ho violénsia ka ameasa grave hasoru ema seluk, invade ka okupa ema-seluk nia koiza imovel, ho intensaun atu ezerse direitu propriedade, pose, uzu ka servidaun ne'ebé lei, sentensa, kontratu ka aktu administrativu la tutela¹³¹, sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4.

2. Kuandu meu ne'ebé ajente uza konstitui krime punivel ho pena todan liu ida ne'ebé número anteriór komina¹³², pena ida-ne'e maka sei aplika.

¹³¹ (261) Tutela (v) - Proteje

¹³² (261) Komina (v) – Prevê; estabelese

Artigu 262

Alterasaun ba marku

1. Ema ne'ebé, ho intensaun atu halo ninian ka ema-seluk nian, totalmente ka parsialmente, ema-seluk nia koiza imovel, arranka ka altera marku ka sinál naran ida ne'ebé atu estabelese limite kana-ba propriedade ba bem imovel sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.
2. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 263

Inséndiu

1. Ema ne'ebé, ho intensaun, hamosu inséndiu iha uma, edifísiu, establesimentu, meiu ba transporte, floresta, plantasaun ka bem seluk-tán no, nune'e, hamosu perigu ba vida, integridade fízika ka bem patrimoniál ho valór aas-liu dolar amerikanu 5.000 sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
2. Faktu sira-ne'ebé hakerek hela iha número anteriór kana-ba bem públiku ka bem iha ne'ebé funsiona servisu públiku karik, sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 10.
3. Ajente pratika faktu sira-ne'e tanba negligénsia karik, nia sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa, kuandu dispozisaun legál seluk la prevee pena todan liu.
4. Kuandu perigu referidu iha número 1 deit maka mosu tanba negligénsia sei aplika pena tinan 2 too tinan 6.
5. Iha kazu sira-ne'ebé número 4 prevee tenke iha keixa atu hala'o prosedimentu kriminal.

Artigu 264

Arrependimentu ativu

Kuandu, pratika tiha krime sira previstu iha artigu 251, 252, 256 too 261 no 263, n. 4, maibé, molok audiénsia ba julgamentu hahú, ajente pratika aktu ruma hodi repara, integralmente ka parsialmente, prejuizu ne'ebé nia hamosu, pena bele hetan atenuasaun extraordinária.

Artigu 265

Definisaun

Ba kódigu ida-ne'e nia dispozisaun sei konsidera:

- a) “Arrombamentu” rompimentu¹³³, fratura ka destruisaun, totál ka parsiál, ba dispozitivu ne'ebé serve atu taka ka impede entrada, iha liur ka iha laran, ba uma ka ba fatin taka-hela ne'ebé depende hosi uma ne'e;
- b) “Eskalamentu” entrada iha uma ka fatin taka-hela ne'ebé depende hosi uma ne'e, hosi fatin ne'ebé la uza baibain hanesan entrada ka hosi dispozitivu atu taka ka impede entrada ka pasajen;
- c) Xave falsa
 - i) Xave imitada, kontrafeita ka alterada;
 - ii) Xave verdadeira kuandu, fortuitamente¹³⁴ ka subreptisamente, sai hosi ema ne'ebé iha direitu atu uza nia liman; no
 - iii) Gazua¹³⁵ ka instrumentu ne'ebé bele uza hodi loke fexadura ka dispozitivu ba seguransa seluk.

KAPÍTULU II HASORU PATRIMÓNIU EM JERÁL

Artigu 266 Burla simples

1. Ema ne'ebé, ho intensaun atu hetan enrikesimentu ilejítimu ba nia ka ba ema seluk, ho erru ka enganu kana-ba faktu ne'ebé nia provoka astusiozamente, halo ema seluk pratika aktu ne'ebé hamosu prejuizu patrimoniál ba ema ne'e ka ba ema seluk sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.
3. Artigu 264 nia dispozisaun aplika mós iha ne'e.
4. Atu hala'o prosedimentu kriminál tenke iha keixa.

¹³³ (256) Rompimentu (s) – Aktu ne'ebé halo buat ruma neklés

¹³⁴ (265) Fortuitamente (adv) – Kazualmente; asidentalmente

¹³⁵ (265) Gazua (s) – Besi atu loke fexadura ka odamatan

Artigu 267

Burla agravada

1. Ema ne'ebé, tanba nia hahalok deskritu iha artigu anteriór:

- a) Hamosu prejuizu ho valór aas-liu dolar amerikanu 2.000;
- b) Pratika burla hanesan nia servisu loroloron;
- c) Halo vítima tama iha situasaun ekonómika difisil,

sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

2. Artigu 264 nia dispozisaun aplika mós iha ne'e.

Artigu 268

Burla informátika

1. Ema ne'ebé, ho intensaun atu hetan enrikesimentu ilejítimu ba nia ka ba ema seluk, hamosu prejuizu patrimoniál ba ema seluk, tanba interfere iha tratamentu ba dadu informátiku nia rezultadu ka halo estruturasaun inkorreta iha programa informátiku, la utiliza dadu korretamente ka kompletamente, utiliza dadu maski laiha autorizasaun ka intervém oin naran ida iha prosesamentu maski laiha autorizasaun, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

3. Atu hala'o prosedimentu kriminál tenke iha keixa.

Artigu 269

Burla informátika agravada

Kuandu konduta deskrita iha artigu anteriór hamosu sirkunstánsia ruma deskrita iha artigu 267, n. 1, ajente sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

Artigu 270

Extorsaun

1. Ema ne'ebé, ho intensaun atu hetan ba nia ka ba ema seluk enrikesimentu ilejítimu, obriga ema seluk, ho

violénsia ka ameesa ho mal importante, halo dispozisaun patrimoniál¹³⁶ ne'ebé hamosu prejuizu ba ema ne'e ka ba ema seluk, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

2. Kuandu mosu sirkunstánsia ruma prevista iha artigu 252 ajente sei hetan pena previstu iha artigu ida-ne'ebá.

3. Atu hala'o prosedimentu krimínál tenke iha keixa.

Artigu 271 **Reseptasaun simples**

1. Ema ne'ebé, molok buka atu hatene nia ne'e iha proveniénsia lejítima ka lae, adkire ka simu, ho título naran ida, koiza ne'ebé, tuir nia natureza ka tuir ema ne'ebé iha, detein ka oferese, ka tuir nia folin ka kondisaun kana-ba nia venda ka oferta, ema ne'ebé iha kuidadu medianu iha razaun atu deskonfia katak koiza ne'e mai hosi konduta kriminoza hasoru ema seluk nia patrimóniu sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka pena multa.

2. Atu hala'o prosedimentu krimínál tenke iha keixa.

Artigu 272 **Reseptasaun agravada**

1. Ema ne'ebé, ho intensaun atu hetan vantajen patrimoniál ba nia ka ba ema seluk, subar koiza ne'ebé ema seluk hetan ho krime hasoru patrimóniu, simu, fo hanesan peñór, halo ninian ho título naran ida, kaer, rai, entrega ka kontribui atu entrega koiza ne'e ba ema seluk, ka oin naran ida buka dalan ba koiza ne'e ka nia valór ka produtu ne'ebé sai direktamente hosi koiza ne'e atu hela iha nia liman ka ema-seluk nia liman sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

2. Sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10 ajente ne'ebé pratika faktu sira-ne'ebé hakerek hela iha número anteriór kuandu:

a) Nia pratika reseptasaun hanesan nia servisu loroloron atu moris ka abitualmente;

¹³⁶ Dispozisaun patrimoniál – ema ida halo dispozisaun patrimoniál kuandu nia entrega ba ema seluk bem patrimoniál ruma.

b) Bem, valór ka produktu nia valór¹³⁷ aas-liu dolar amerikanu 2.000;

c) Iha altura ne'ebé pratika reseptasaun nia hatene katak krime ne'ebá halo iha sirkunstánsia ruma ne'ebé hakerek hela iha artigu 253, n. 1.

Artigu 273

Ajuda ba kriminozu

1. Ema ne'ebé, liu tiha krime hasoru patrimóniu, ajuda krime ne'e nia ajente aproveita koiza ne'ebé nia hetan hanesan ne'e ka benefísiu ne'ebé mai direktamente hosi koiza apropiada sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

2. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 274

Administrasaun danoza

1. Ema ne'ebé, kuandu iha obrigasaun atu fo-destinu ka administra ema-seluk nia interese, servisu ka bem patrimoniál, maski nia mós sociedade ka pesoa koletiva ne'ebé soi interese, servisu ka bem sira-ne'e nia sósiu, hamosu prejuizu patrimoniál significativu ekonomikamente tanba nia viola intensionalmente regra kana-ba kontrole ka jestaun ka aktua ho violasaun grave ba devér kana-ba nia funsaun, sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4.

2. Bem, interese ka servisu referidu iha número anteriór Estadu, pesoa koletiva ho utilidade pública, cooperativa ka asosiasaun populár nian karik, ajente sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

3. Pena sira-ne'e sei aplika mós ba ema ne'ebé halo ninian ka husik ema-seluk halo ninian, ilejitimamente, koiza ne'ebé nia bele fo-destinu tuir deit finalidade ne'ebé ema-ne'ebé administra ema-seluk nia patrimóniu tenke tuir.

Artigu 275

¹³⁷

(272) Valór (s) - Folin

Administrasaun neglijente

1. Ema ne'ebé, iha kondisaun deskrita iha artigu anteriór nia númeru 1, hamosu danu patrimoniál tanba nia la aktua ho kuidadu ne'ebé, tuir sirkunstánsia ne'ebé haleu nia hahalok no nu'udar nia bele, nia iha obrigasaun atu uza, sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.
2. Bem ka interese ne'e maka sira-ne'ebé hakerek hela iha artigu anteriór, númeru 2, karik, sei aplika pena prizaun too tinan 2 ka multa.
3. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

Artigu 276

Falénsia ka insolvénsia intensionál

1. Ema ne'ebé, ho meu naran ida, lori sosiedade ruma ba falénsia ka hatama-án iha insolvénsia, ho intensaun atu prejudika kredór sira, kuandu falénsia ka insolvénsia ne'e hetan deklarasaun, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
2. Faktu deskritu iha númeru anteriór kana-ba empreza públika ka kooperativa karik, pena nia limite mínimu ka másimu sei agrava datoluk ida.

Artigu 277

Falénsia ka insolvénsia neglijente

1. Ema ne'ebé hamosu falénsia¹³⁸ ka insolvénsia¹³⁹ tanba inkúria¹⁴⁰ ka imprudénsia¹⁴¹ grave, prodigalidade¹⁴² ka despeza ezajerada manifestamente, ka tanba neglijénsia groseira iha nia aktividade, kuandu falénsia ka insolvénsia

¹³⁸ (277) Falénsia (s) – Situaun iha ne'ebé komersiante ka sosiedade komersial ruma tama kuandu nia labele halotuir nia obrigasaun tanba tusan bo'ot-liu nia patrimóniu

¹³⁹ (277) Insolvénsia (s) – Situaun iha ne'ebé ema ruma tama kuandu nia labele selu nia tusan tanba nia patrimóniu la to'o atu selu.

¹⁴⁰ (277) Inkúria (s) – Laiha kuidadu

¹⁴¹ (277) Imprudénsia (s) – Laiha kuidadu; aktu ne'ebé laiha kuidadu; la hanoin uluk (molok halo buat ruma)

¹⁴² (277) Prodigalidade (s) – Ema ne'ebé gasta arbiru nia kualidade

ne'e hetan deklarasaun, sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

2. Atu hala'o prosedimentu kriminal tenke iha keixa.

TÍTULU V

KRIME HASORU JUSTISA NIA REALIZASAUN

Artigu 278

Falsidade iha depoimentu ka deklarasaun

1. Ema ne'ebé, iha depoimentu hanesan parte, halo tiha juramentu no hetan tiha adverténsia kana-ba konsekuénsia penál ne'ebé sei monu ba nia tanba depoimentu falsu, fo deklarasaun falsu kana-ba faktu ne'ebé nia tenke fo depoimentu sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Suspeitu ka arguidu sei hetan pena hanesan iha ne'e tanba deklarasaun kana-ba nia identidade no antesedente kriminal.

3. Kuandu, tanba konduta deskrita iha número anteriór sira, ema ruma lakon nia liberdade, ajente sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 279

Falsidade iha testemuña, perísia, interpretasaun ka tradusaun

1. Ema ne'ebé, hanesan testemuña, peritu, tékniku, tradutór ka intérprete ba tribunál ka ba funcionáriu competente atu simu hanesan meiu atu prova depoimentu, relatóriu, informasaun ka tradusaun, fo depoimentu, apresenta relatóriu, fo informasaun ka halo tradusaun falsu sei hetan pena prizaun too tinan 4 ka multa.

2. Sei hetan pena hanesan ida-ne'e ema ne'ebé lakohi fo depoimentu ka apresenta relatóriu, informasaun ka tradusaun kuandu nia laiha kauza¹⁴³ justa.

3. Kuandu, halo tiha juramentu no hetan tiha adverténsia kana-ba konsekuénsia penál ne'ebé sei monu ba nia, maka

¹⁴³ (279) Kauza (s) – Motivu. Kauza justa – Motivu ne'ebé justifika ema ruma la halo pratika aktu ruma ka la pratika aktu ne'e iha prazu nia laran.

ajente pratika faktu referidu iha n. 1 sei aplika pena prizaun too tinan 5.

4. Kuandu konduta ne'ebé hakerek hela iha número anteriór sira halo ema ruma lakon nia liberdade ajente sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 280

Ekiparasaun ba dezisténsia

Ajente ne'ebé pratika faktu ruma deskritu iha artigu anteriór nia arrendimentu no retratasaun molok falsidade nia efeitu hetan konsiderasaun iha desizaun ka falsidade hamosu prejuizu ba ema-seluk vale hanesan dezisténsia.

Artigu 281

Subornu

1. Ema ne'ebé konvense¹⁴⁴ ka tenta¹⁴⁵ konvense ema-seluk, ho prezente ka promesa kana-ba vantajen patrimoniál ka la patrimoniál, atu pratika faktu referidu iha artigu 278 ka 279 no ema ne'e pratika duni faktu ne'e, sei hetan pena prizaun too tinan 4.

2. Kuandu faktu ne'ebé artigu 278 no 279 refere la too pratika ida ajente sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

Artigu 282

Denega justisa

1. Funsionáriu ne'ebé iha inkéritu prosesuál, prosesu jurisdisionál, prosesu tanba kontra-ordenasauun ka dixiplinár, konxientemente, deside ka la deside, promove ka la promove, investiga ka la investiga ka pratika aktu

¹⁴⁴ (281) Konvense (v) – Uza argumentu razaun metin ka argumentu lójiku hodi halo ema seluk tuir ita nia hanoim; hafiar; lori; dada.

¹⁴⁵ (281) Tenta (v) – Hamaus eme ida hodi dada nia ba halo buat ida; haka'as-án atu halo ka konsege buat ruma.

iha nia funsaun, hasoru lei, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Kuandu funsionáriu pratika faktu deskritu iha número anteriór ho intensaun atu prejudika ka benefisia ema ruma nia sei hetan pena prizaun too tinan 5.

3. Kuandu konduta sira ne'ebé número anteriór sira deskreve halakon ema ruma nia liberdade ajente sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

4. Kuandu ajente pratika konduta anteriór sira tanba negligénsia groseira pena nia limite mínimu no másimu sei hatún ba sira nia sorinbaluk.

Artigu 283

Koasaun ba majistradu

1. Ema ne'ebé, ho violénsia, ameasa ho mal importante ka ho meu naran ida impede juíz ka prokuradór públiku atu ezerse livremente nia funsaun sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4.

2. Kuandu, atu pratika faktu sira-ne'e, ajente uza kargu polítiku, públiku, militar ka polisiál ne'ebé nia kaer, sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

3. Kuandu, tanba konduta deskrita iha número anteriór sira majistradu omite ka pratika aktu ruma hasoru lei expresa no aktu ne'e hamosu prejuizu ba ema-seluk, sei aplika pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

Artigu 284

Obstrusaun ba aktividade jurisdisionál

1. Ema ne'ebé, ho meu naran ida, halo opozisaun, hamosu difikuldade ka taka-dalan ba desizaun judisiál ho trázitu iha julgadu atu kumpre ka atu ezekuta sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 5.

2. Kuandu ajente ne'ebé pratika faktu sira previstu iha número anteriór sira ezerse funsaun política, pública ka militar ne'ebé, tuir nia natureza, tenke taka dalan ba nia atu pratika faktu sira-ne'e nia sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 285

Denúncia kalunioza

1. Ema ne'ebé, ho meu naran ida, iha autoridade nia oin ka publikamente, ho konxiénsia katak imputasaun ne'e falsu, denuncia ka soe suspeita katak ema ida halo krime ida, ho intensaun atu halo ema ne'e hasoru prosedimentu kriminal sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Kuandu ajente halo imputasaun falsu kana-ba ilísitu kontra-ordenasionál ka dixiplinár, pena sei hetan atenuasaun extraordinária.
3. Kuandu funsionáriu ne'ebé iha obrigasaun atu hala'o prosedimentu kriminal maka promove dolozamente faktu deskritu iha número anteriór sira pena aplikavel nia limite mínimo no másimu sei agrava datoluk ida..

Artigu 286 La partisipasaun

Ema ne'ebé, iha tiha koñesimentu katak ema ruma halo krime públiku ruma no iha obrigasaun atu halo partisipasaun, la partisipa ida sei hetan pena kana-ba krime ne'ebé nia subar ho nia limite mínimo no másimu tun tiha datoluk rua.

Artigu 287 Majistradu ka funsionáriu nia prevarikasaun

1. Juíz, prokuradór públiku ka funsionáriu ne'ebé iha prosesu jurisdisionál nia faze naran ida, ho intensaun atu benefisia ka prejudika ema-seluk, pratika aktu ruma ne'ebé tama iha nia poder funsional ka la pratika aktu ne'ebé nia iha obrigasaun atu pratika sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.
2. Kuandu faktu deskritu iha número anteriór halo ema ruma lakon nia liberdade ka hamosu prizaun ka detensaun ilegal sei aplika pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

Artigu 288 Advogadu ka defensór públiku nia prevarikasaun

1. Advogadu ka defensór públiku ne'ebé intensionalmente prejudika kauza ne'ebé entrega ba nia patrosíniu sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4.
2. Advogadu ka defensór públiku ne'ebé, iha kauza ida deit, advoga ka ezerse defensoria ba ema sira-ne'ebé sira nia interese iha konflitu, ho intensaun atu benefisia ka prejudika sira ruma, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

Artigu 289 **Simulasaun ba krime**

1. Ema ne'ebé, la dehan se maka halo, denunsia krime ida ka halo autoridade competente suspeita katak ema ruma halo krime ruma, kuandu nia hatene katak laiha krime ida, sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
2. Faktu ne'e kana-ba kontravensaun, kontra-ordenasaun ka ilísitu dixiplinár karik, ajente sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.
3. Kuandu funsionáriu ne'ebé iha obrigasaun atu instaura prosedimentu hasoru faktu hakerek hela iha número anteriór sira maka pratika faktu sira-ne'e, pena aplikavel nia limite mínimu no másimu sei agrava ho datoluk ida.

Artigu 290 **Favoresimentu pesoál**

1. Ema ne'ebé, totalmente ka parsialmente, impede, frustra¹⁴⁶ ka ilude autoridade nia aktividade probatória ka preventiva, ho intensaun ka ho konxiénsia atu evita ema ne'ebé halo krime ida atu hetan pena ka medida ba seguransa, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.
3. Kuandu funsionáriu ne'ebé intervém ka iha kompeténsia atu intervém iha prosesu ka iha obrigasaun atu ezekuta pena ka medida ba seguransa ka atu haruka halo ezekusaun ne'e maka pratika favoresimentu ne'e sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 5.

¹⁴⁶ (290) Frustra – halo buat ruma la produz nia rezultadu ka efeitu; halo buat ruma falla tiha

4. Aktu sira-ne'ebé hakerek hela iha número 1 la fo-fatin ba pena kuandu:

- a) Ajente pratika faktu ne'e atu evita mós pena ka medida ba seguransa atu aplika ka ezekuta ba nia;
- b) Ema ne'ebé ajente hakarak favorese ho nia konduta ne'e ajente nia kónjuje, dexendente, axendente, adotante, adoptadu ka parente ka afím too grau daruak, ka ema ne'ebé moris ho nia hanesan feen ho lain.

Artigu 291

Violasaun ba justisa nia segredu

1. Ema ne'ebé, hasoru determinasaun legál no sem kauza justa, fo-sai ba públiku aktu prosesuál penál ne'ebé tama iha justisa nia segredu nia konteudu ka aktu ne'ebé desizaun ida proibe tiha ona publisidade nia konteudu, sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4.

2. Kuandu ajente halo violasaun ne'e ho meu ba komunikasaun sosiál sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

TÍTULU VI

KRIME IHA FUNSAUN PÚBLIKA NIA EZERSÍSIU

Artigu 292

Korrupsaun pasiva ba aktu ilísitu

1. Ema ne'ebé, nia rasik ka hodi ema seluk, ho nia autorizasaun ka ratifikasaun, husu ka simu, ba nia rasik ka ba ema seluk, vantajen patrimoniál ka la patrimoniál ka vantajen ne'e nia promesa, maski nia laiha direitu, atu pratika ka la pratika aktu ruma hasoru obligasaun ne'ebé nia iha tanba kargu ne'ebé nia kaer, maski aktu ka omisaun ne'e akontese tiha ona molok pedidu ka aseitasaun ne'e mosu, sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 15.

2. Kuandu ajente, molok pratika faktu ne'e, voluntariamente rekuza oferesimentu ka promesa ne'ebé nia simu tiha ona ka fo fila-fali vantajen ne'e, ka, vantajen ne'e koiza funjivel karik, nia valór, nia sei la hetan pena.

3. Pena sei hetan atenuasaun espesiál kuandu ajente ajuda duni hetan prova desiziva atu identifika ka kaer responsavel sira seluk.

Artigu 293 **Korrupsaun pasiva ba aktu lísitu**

1. Ema ne'ebé, nia rasik ka hodi ema seluk, ho nia autorizasaun ka ratifikasaun, husu ka simu, ba nia rasik ka ba ema seluk, vantajen patrimoniál ka la patrimoniál ka vantajen ne'e nia promesa, maski nia laiha direitu, atu pratika ka la pratika aktu ruma la hasoru obligasaun ne'ebé nia iha tanba kargu ne'ebé nia kaer, maski aktu ka omisaun ne'e akontese tiha ona molok pedidu ka aseitasaun ne'e mosu, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Sei hetan pena hanesan ida-ne'e funksionáriu ne'ebé, nia rasik ka hodi ema seluk, ho nia autorizasaun ka ratifikasaun, husu ka simu, ba nia rasik ka ba ema seluk, vantajen patrimoniál ka la patrimoniál ka vantajen ne'e nia promesa, maski nia laiha direitu, hosi ema ne'ebé husu tiha ona, husu daudaun ka tuirmai sei husu buat ruma ne'ebé nia tenke ezerse funsaun ne'ebé nia kaer para ema ne'e atu hetan.

Artigu 294 **Korrupsaun ativa**

1. Ema ne'ebé, nia rasik ka hodi ema seluk, ho nia autorizasaun ka ratifikasaun, fo ka promete ba funksionáriu ka ba ema seluk ho funksionáriu ne'e nia koñesimentu, vantajen patrimoniál ne'ebé funksionáriu ne'e la iha direitu atu hetan, ho finalidade ne'ebé hatudu hela iha artigu 292, sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

2. Kuandu ho hahalok deskritu iha número anteriór ajente hakarak hetan finalidade ne'ebé artigu 293 hatudu nia sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

Artigu 295 **Pekulatu**

1. Funsionáriu ne'ebé, hasoru lei, halo ninian ka halo ema seluk nian osan ka koiza movel, públiku ka partikulár, ne'ebé entrega hela ba nia ka tama iha nia liman ka nia bele kaer tanba nia funsaun, sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10, kuandu dispozisaun legál seluk la haruka aplika pena todan liu.
2. Funsionáriu ne'ebé empresta, empeña ka, oin naran ida, onera valór ka objektu ne'ebé númeru anteriór temi sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa, kuandu dispozisaun legál seluk la haruka aplika pena todan liu.
3. Kuandu osan ka koiza movel sira-ne'ebé númeru anteriór sira temi iha valór aas-liu dolar amerikanu 5.000 sei aplika pena prizaun tinan 4 too tinan 12 ka tinan 2 too tinan 5, respetivamente.
4. Kuandu osan ka koiza movel sira-ne'ebé númeru 1 temi iha valór ki'ik-liu dolar amerikanu 50 sei aplika pena prizaun too tinan 3 ka multa.

Artigu 296

Pekulatu ho uzu

Funsionáriu ne'ebé uza ka husik ema-seluk uza ba fim ne'ebé la tama iha nia destinu ve'kulu ka koiza movel seluk ho valór signifikativu, ne'ebé tama iha nia liman ka nia bele kaer tanba nia funsaun, atu hetan ba nia ka ba ema-seluk benefísiu ilejítimu ka hamosu prejuizu ba ema ruma, sei hetan pena prizaun too tinan 2, kuandu buat sira ne'e tama iha nia liman ka nia bele kaer tanba nia funsaun.

Artigu 297

Abuza podér

Funsionáriu ne'ebé abuza podér ka viola obrigasaun, ne'ebé mai hosi funsaun ne'ebé nia kaer, atu hetan benefísiu ba nia ka ba ema-seluk ka hamosu prejuizu ba ema-seluk sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4, kuandu dispozisaun legál seluk la haruka aplika pena todan liu.

Artigu 298

Abuzu ho forsa públika

Funionáriu ne'ebé, iha tiha kompeténsia atu uza, rekizita ka haruka uza forsa públika, uza, rekizita ka haruka uza forsa ne'e atu impede ezekusaun ba lei, justisa mandadu regulár ka autoridade públika nia orden lejítima sei hetan pena prizaun too tinan 3, kuandu dispozisaun legál seluk la haruka aplika pena todan liu.

Artigu 299

Partisipasaun ekonómika

1. Funionáriu ne'ebé tenke intervém iha kontratu ka operasaun ka aktividade seluk, tanba kargu públiku ne'ebé nia kaer, no aproveita kondisaun ne'e atu hetan ba nia ka ba ema-seluk, direktamente ka hodi ema-seluk, vantajen patrimoniál ka, oin naran ida, partisipasaun ekonómika ilísita, no, nune'e, hamosu prejuizu ba interese públiku ne'ebé nia tenke administra, fiskaliza, defende ka realiza, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

2. Kuandu konduta ne'e hamosu ba Estadu prejuizu aas-liu dolar amerikanu 10.000 sei aplika pena prizaun tinan 3 too tinan 15.

Artigu 300

Rekuza kooperasaun

Funionáriu ne'ebé, hetan tiha pedidu hosi autoridade kompetente atu fo kooperasaun atu administra justisa ka ba servisu públiku seluk, no rekuza kooperasaun ne'e ka, maski laiha motivu justifikadu, la fo kooperasaun ne'e, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

Artigu 301

Agravasaun

1. Kuandu kargu polítiku nia titulár ka majistradu ruma maka pratika krime sira-ne'ebé título ida-ne'e refere pena respetivu nia limite másimu sei sae datoluk ida.

2. Lejislasaun espesiál maka sei fiksa efektu la penál no prosedimentu kana-ba situaun sira referidu iha númeru anteriór.

Artigu 302 **Konseitu funsionáriu**

1. Ba lei penál nia efektu, tama iha expresaun funsionáriu:
 - a) Funsionáriu sivíl;
 - b) Ajente administrativu;
 - c) Forsa armada no polisiál sira nia membru;
 - d) Ema ne'ebé, maski provizoriamente ka temporariamente, ho remunerasaun ka gratuitamente¹⁴⁷, voluntariamente ka obrigatoriamamente, simu funsaun atu kaer ka kaer ho ema seluk aktividade iha funsaun públika administrativa ka jurisdisionál, ka, iha sirkunstánsia hanesan sira-ne'e, kaer ka kaer ho ema-seluk funsaun iha organizmu ho utilidade públika ka partisipa iha funsaun sira-ne'e.
2. Ba lei penál nia efektu, sei aplika mós títulu ida-ne'e nia dispozisaun ba ema ne'ebé ezerse funsaun polítika, governativa ka lejislativa.

TÍTULU VII **KRIME FALSIFIKASAUN**

KAPÍTULU I **FALSIFIKASAUN BA DOKUMENTU**

Artigu 303 **Falsifikasaun ba dokumentu ka notasaun téknika**

1. Ema ne'ebé, atu hamosu prejuizu ba ema-seluk ka ba Estadu ka atu hetan benefísiu ilejítimu ba nia rasik ka ba ema-seluk:
 - a) Fabrika dokumentu ka notasaun téknika falsu, falsifika ka altera dokumentu ka abuza ema-seluk nia asinatura hodi halo dokumentu falsu;

¹⁴⁷ (302) Gratuitamente (adv) – Saugati de'it.

- b) Hatama falsamente¹⁴⁸ iha dokumentu ka notasaun téknika faktu juridikamente relevante ;
- c) Atesta¹⁴⁹ falsamente kana-ba ema, animál ka koiza nia estadu ka qualidade fízika ka psíkika, ho baze iha koñesimentu sientífika;
- d) Uza dokumentu ka notasaun téknika referidu iha alínea anteriór sira, ne'ebé ema suluk fabrika, falsifika ka emite

sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Sei konsidera hanesan notasaun téknika nia falsifikasaun aksaun ne'ebé hamosu perturbasaun ba aparelu tékniku ka automatiku ne'ebé uza hodi influencia notasaun téknika nia rezultadu.

3. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

Artigu 304

Falsifikasaun agravada

1. Kuandu faktu sira referidu iha artigu anteriór, n. 1, kana-ba dokumentu auténtiku ka dokumentu ho forsa hanesan dokumentu auténtiku, testamentu serradu, valekorreiu, letra-kámbiu, xeke, dokumentu seluk-tán tansmisivel ho endosu ka notasaun téknika kana-ba veikulu automovel, aeronave ka barku nia identifikasaun, totál ka parsiál, ajente sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

2. Funsionáriu maka pratika faktu sira-ne'ebé hakerek hela iha artigu anteriór ka iha artigu 309, númeru 1, kuandu nia kaer daudaun nia funsaun karik, sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 305

Dokumentu públika nia falsifikasaun

Funsionáriu ne'ebé, iha funsaun ne'ebé nia kaer, atu hamosu prejuizu ba ema-seluk ka ba Estadu ka atu hetan benefísiu ilejítimu ba nia ka ba ema-seluk:

- a) Omite faktu ne'ebé dokumentu ne'ebé lei fo fé públika maka sei sertifika ka autentika; ka

¹⁴⁸

(303) Falsamente (adv) – Falsu de'it

¹⁴⁹

(303) Atesta (v) - Deklara atu halo ema fiar; sertifika.

b) Interkala aktu ka dokumentu iha protokolu, rejistu ka livru ofisiál la tuir formalidade legál sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

Artigu 306
Uza dokumentu ba identifikasaun alleiu

Ema ne'ebé, ho intensaun atu hamosu prejuizu ba ema-seluk ka ba Estadu, uza ema-seluk nia dokumentu ba identifikasaun sei hetan pena prizaun too tinan 1 ka multa.

KAPÍTULU II
FALSIFIKASAUN BA MOEDA

Artigu 307
Kontrafasaun ba moeda

1. Ema ne'ebé halo kontrafasaun ba moeda ka depresiasaun ba moeda metálíka lejítima, ho intensaun atu hatama iha sirkulasaun hanesan verdadeira, sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.
2. Kuandu, hamutuk ho faktu sira deskritu iha número anteriór, ajente hatama mós moeda ne'e iha sirkulasaun, pena nia limite másimu sei agrava datoluk ida.
3. Ema ne'ebé, tuir akordu ho falsifikadór, tau ba ema atu sosa, hatama iha sirkulasaun ka, ho meu seluk tan, difunde moeda ne'e sei hetan pena prizaun tinan 3 too tinan 10.

Artigu 308
Pasajen ba moeda falsa

Se maka, iha kazu ne'ebé la tama iha artigu anteriór, adkire atu hatama iha sirkulasaun ka hatama duni iha sirkulasaun, fa'an ka, ho meu naran ida, difunde moeda kontrafeita ka depreciada, hanesan moeda verdadeira, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

Artigu 309
Kontrafasaun ba valór seladu ka timbradu

1. Ema ne'ebé pratika kontrafasaun ka falsifikasaun ba valór seladu ka timbradu ne'ebé Estadu timór mesak maka bele fabrika ka fornese, atu fa'an, uza ka, oin seluk tan, hatama iha sirkulasaun hanesan lejítimu, sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 8.
2. Ema ne'ebé pratika faktu deskritu sira-ne'e kana-ba estampilla postál ka meu ba frankia postál seluk tan ne'ebé Timór-Leste nia korreiu uza sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
3. Ema ne'ebé uza produtu falsifikadu sira-ne'ebé número anteriór sira temi, maski hatene katak produtu sira-ne'e falsifikadu, sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.
4. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

Artigu 310

Kontrafasaun ba selu, kuñu, marka ka xansela

1. Ema ne'ebé, ho intensaun atu uza hanesan auténtiku ka intaktu, adkire, kontrafáz ka falsifika autoridade ka repartisaun públika ruma nia selu, kuñu, marka ka xansela sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.
2. Se maka uza objetu sira-ne'ebé número anteriór temi, kuandu nia hatene katak buat ne'e falsifikadu ka laiha autorizasaun hosi ema ne'ebé iha direitu atu fo, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
3. Kuandu falsifikadór rasik maka uza objetu sira-ne'ebé temi tiha ona pena referidu iha número 1 nia limite másimu sei agrava datoluk ida.
4. Tentativa kana-ba faktu sira-ne'ebé número 2 deskreve fo-fatin ba punisaun.

Artigu 311

Pezu no medida

1. Ema ne'ebé, ho intensaun atu prejudika ema-seluk ka Estadu, falsifika ka, ho meu naran ida, altera, ka, pratika tiha faktu sira-ne'e, uza pezu, medida, balansa ka instrumentu ba medida seluk tan sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.
2. Tentativa fo-fatin ba punisaun.

Artigu 312
Apreensaun no perda

Sei apreende no halo inutilizavel ka destrui tiha moeda kontrafeita, falsifikada ka diferensiada no objetu ekiparada sira, no mós pezu, medida ka instrumentu ne'ebé atu uza hodi pratika krime sira-ne'ebé título ida-ne'e prevee.

TÍTULO VIII
KRIME HASORU EKONOMIA

Artigu 313
Brankeamentu ba kapitál

1. Ema ne'ebé, maski hatene katak bem ka produktu ruma mai hosi krime terrorizmu, tráfico ho arma ka produktu nukleár, ema nia tráfico ka venda, pornografia ho menór, korrupsaun, burla ka extorsaun, fraude fiskál, tráfico ho espésie protejida no tráfico ho órgaun ka tesidu umanu ka krime grave seluk tan, ne'ebé ema ruma komete, ho kompartisipasaun oin naran ida, no fo-fatin ba pena ho limite mínimu aas-liu prizaun tinan 4:

a) Konverte, transfere, ajuda ka fasilita operasaun ruma atu konverte ka transfere bem ka produktu ne'e, totalmente ka parsialmente, direktamente ka indiretamente, atu okulta ka disimula produktu ne'e nia orijen ilísita ka ajuda ema implikadu iha infrasaun sira-ne'e ruma nia prátika sees-án hosi konsekuénsia jurídika ne'ebé mai hosi nia hahalok;

b) Okulta¹⁵⁰ ka disimula¹⁵¹ bem ka produktu sira-ne'e nia natureza, orijen, lokalizasaun, dispozisaun, movimentasaun ka propriedade ka direitu kana-ba bem ka produktu sira-ne'e;

c) Hetan ka simu vantajen ne'e ho título naran ida ka uza, detein ka konserva vantajen ne'e,

sei hetan pena prizaun tinan 4 too tinan 12.

¹⁵⁰ (313) Okulta (v) – Subar.

¹⁵¹ (313) Disimula (v) – Finje hodi subar

2. Sei aplika nafatin pena ba aktu sira-ne'ebé hakerek hela iha número anteriór, alínea a) too c), maski ajente pratika faktu ne'ebé integra krime subjásente iha territóriu la nasional ka la hatene krime ne'e pratika iha ne'ebé ka se loos maka pratika krime ne'e.
3. Koñesimentu, intensaun ka propóritu ne'ebé tenke tama hanesan krime nia elementu konstitutivu bele rekoñese hosi sirkunstánsia faktuál efektivu no konkreta.
4. Lalika iha tiha uluk kondensasaun tanba krime subjásente nia prátika atu hatudu no prova katak rendimentu ne'e iha orijen ilísita.
5. Infrasaun subjásente inklui mós krime ne'ebé ajente pratika iha territóriu la nasional kuandu aktu sira-ne'e konstitui krime iha Estadu ne'ebé ajente pratika krime ne'e no iha Timór-Leste nia territóriu.
6. Krime brankeamentu ba kapitál la aplika ba ema ne'ebé komete krime subjásente.
7. Brankeamentu ba kapitál nia tentativa fo-fatin ba kondensasaun no bele fo-fatin mós ba redusaun iha pena nu'udar regra jerál.
8. Pena prevista ba faktu ilísitu típiku sira-ne'ebé número 1, alínea a) too c) deskreve labele aas-liu pena prevista ba infrasaun subjásente korrespondente nia limite másimu.

Artigu 314 **Fraude fiskál**

1. Ema ne'ebé, atu la selu ka fo-fatin ba ema la selu, totalmente ka parsialmente, impostu, taxa ka obrigasaun pekuniária fiskál ruma ne'ebé tenke selu ba Estadu, tanba
 - a) La deklara faktu ne'ebé fo-fatin ba tributasaun ka ne'ebé presiza atu halo likidasaun;
 - b) Deklara inkorretamente¹⁵² faktu ne'ebé serve hanesan baze ba tributasaun;
 - c) Impede ho meu naran ida ka sonega¹⁵³ elementu nesesáriu atu halo fiskalizasaun ba aktividade ka faktu ne'ebé fo-fatin ba tributasaun,

¹⁵² (314) Inkorretamente (adv) – Lalós. Deklara inkorretamente = deklara sala hela; la deklara loos.

¹⁵³ (314) Sonega (v) – La temi ka deskreve (buat ruma) iha situasaun ne'ebé, tuir lei, tenke temi ka deskreve; subar.

sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

2. Kuandu kuantia devida ne'ebé seidak selu aas-liu dolar amerikanu 5.000 ajente sei hetan kastigu pena prizaun tinan 2 too tinan 8.

Artigu 315

Bem ka merkadoria nia importasaun no exportasaun ilísita

1. Ema ne'ebé exporta ka importa bem ka merkadoria ne'ebé, tuir lei, tenke iha lisensa hosi entidade ruma atu importa ka exporta, maski laiha lisensa, ka la liu hosi alfándega sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Kuandu ajente pratika faktu tanba neglijénsia sei aplika pena prizaun too tinan 1 ka multa.

Artigu 316

Kontrabandu

1. Ema ne'ebé la halo liu hosi alfándega ka hosi kontrole seluk tan obrigatóriu ba merkadoria ne'ebé tama ka sai hosi Timór-Leste nia territóriu bem ka merkadoria ne'ebé nia importa ka exporta sei hetan pena prizaun tinan 2 too tinan 6 ka multa.

2. Kuandu bem ka merkadoria iha valór aas-liu dolar amerikanu 10.000 ka ajente pratika faktu sira deskritu iha número anteriór abitualmente sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 8 ka multa.

3. Kuandu konduta referida iha número anteriór sira kana-ba ba bem ka merkadoria ne'ebé tenke iha lisensa atu importa ka exporta ka nia importasaun ka exportasaun lei proibe, pena referidu iha número anteriór sira nia limite mínimu no másimu sei agrava datoluk ida.

Artigu 317

Deskamiñu

1. Ema ne'ebé importa ka exporta bem ka merkadoria maibé sees-án tiha atu la selu totalmente ka parsialmente direitu ka taxa alfandegária ne'ebé nia tenke selu tanba

merkadoria ne'e nia entrada ka saida sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4 ka multa.

2. Kuandu bem ka merkadoria iha valór aas-liu dolar amerikanu 10.000 ka ajente pratika faktu sira deskritu iha número anteriór abitualmente sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 6 ka multa.

Artigu 318

Izensaun ba pena

Ajente ne'ebé pratika faktu sira deskritu iha artigu anteriór sira bele hetan izensaun ba pena kuandu nia selu voluntariamente direitu ka taxa alfandegária ne'ebé sei likida no nia konduta ne'e okazonál de'ik.

Artigu 319

Administrasaun irregulár ba verba públika

1. Ema ne'ebé fo ba verba públika aplikasaun ne'ebé la hanesan ho ida-ne'ebé lei estabelese sei hetan pena prizaun too tinan 2 ka multa.

2. Kuandu aplikasaun irregulár ne'e la halo ba fim públiku ida ne'ebé lei estabelese sei aplika pena prizaun tinan 2 too tinan 6.

Artigu 320

Dezobediénsia hasoru rekizisaun ba bem

1. Ema ne'ebé la halotuir rekizisaun ba bem konsideradu indispensavel atu estabelese aktividade ekonómika ka konsumu públiku, nu'udar Governu haruka, sei hetan pena prizaun tinan 1 too tinan 4 ka multa.

2. Konduta negligente sei fo-fatin ba pena prizaun too tinan 1 ka multa.

Artigu 321

Destruisaun ba bem relevante ba ekonomia

1. Ema ne'ebé, ho meu naran ida, destrui, danifika ka halo-aat too labele uza tan bem ne'ebé iha interese relevante ba ekonomia nasionál ka, oin naran ida, hasai

bem sira-ne'e hosi obrigasaun legál ne'ebé tenke iha tanba ekonomia nasionál nia interese sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Konduta negligente sei fo-fatin ba pena prizaun too tinan 1 ka multa.

Artigu 322

Explorasaun ba jogu ilísitu

1. Ema ne'ebé, oin naran ida, explora jogu fortuna ka azár iha fatin ne'ebé la'ós sira-ne'ebé lei autoriza no sem autorizasaun legál devida ka asegura¹⁵⁴ sorte ho erru, enganu ka ekipamentu naran ida, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

2. Jogu fortuna ka azár maka sira-ne'ebé iha rezultadu insertu tanba bazeia deit ka liuliu iha sorte.

Artigu 323

Perturbasaun ba aktu públiku

Ema ne'ebé, ho intensaun atu impede ka prejudika arrematasaun judisiál nia rezultadu ka hasoru arrematasaun judisiál ka konkursu públiku, consege, ho dádiva, promesa, violénsia ka ameasa, halo ema ruma la hato'o lanse ka la konkurre ka, maski hato'o lanse no arrematasaun, ema ne'e la pratika aktu sira-ne'e ho liberdade, sei hetan pena prizaun too tinan 3 ka multa.

¹⁵⁴

(322) Asegura (v) – Kaer-metin, garante.

Lei 13/2008, iha 13 Outubru
Autorizasaun lejislativa iha matéria penal

Mekanizmu konstitusionál kana-ba autorizasaun lejislativa hakerek hela iha artigu 96, n. 1, alínea a), iha Repúblika Demokrátika Timór-Leste nia Konstituisaun.

Mekanizmu konstitusionál ne'e halo prosesu lejislativu la'o lalais liu: Parlamentu define polítika lejislativa nia orientasaun jerál ne'ebé hamahon diploma definitivu; Governu maka sei halo armonizasaun ba aspetu ida-idak kana-ba téknika jurídika, nu'udar orientasaun ne'ebé mai hosi Parlamentu Nasionál. Nune'e sei tuir nafatin separasaun iha órgaun konstitusionál ida-idak nia kompeténsia atu ezerse poder lejislativu.

Lei ba autorizasaun lejislativa ida-ne'e fiksa nia konteúdu no extensaun loloos hodi garante respeitu ba sidadaun sira nia direitu, liberdade no garantia fundamentál iha Direitu Penál nia laran. Solusaun sira-ne'ebé apresenta ne'e haree-tuir mós prinsípiu jerál sira-ne'ebé instrumentu jurídiku internasionál sira-ne'ebé Timór-Leste ratifika tiha ona konsagra, no mós país nia kontekstu sosiál no kulturál.

Autorizasaun lejislativa ida ne'e nia konteúdu mós artikula ho Kódigu ba Prosesu Penál no lejislasaun komplementár ne'ebé aprova tiha ona no moris daudaun.

Ho aprovasaun ne'e sei la aplika tan subsidiariamente iha Timór-Leste Indonézia nia Kódigu Penál no sei revoga ka armoniza diploma lejislativu sira-ne'ebé liu tiha 20 Maiu 2002 maka moris no iha norma ruma ne'ebé define krime, pena ka medida ba seguransa.

Nune'e, ho baze iha Konstituisaun nia artigu 95, n. 1, no 96, Parlamentu Nasionál dekreta, atu vale hanesan lei, buat ne'ebé tuirmai ne'e:

Artigu 1

Objetu

Fo hela autorizasaun ba Governu atu aprova Kódigu Penál no revoga lejislasaun vijente iha matéria ida-ne'e, nomeadamente kana-ba definisaun ba krime, pena no medida ba seguransa no sira nia presupostu.

Artigu 2

Sentidu no extensaun

1. Kódigu Penál elaboradu ho baze iha autorizasaun lejislativa ida-ne'e sei tuir prinsípiu no norma konstitusionál no mós norma iha instrumentu internasionál sira-ne'ebé vinkula Estadu timór iha matéria ne'e.

2. Autorizasaun ne'e nia sentidu no extensaun maka tuirmai ne'e:

a) harii sistema jurídiko-penál ida ne'ebé proteje bem jurídiku esensiál ba vida iha sosiedade timór no reintegra delinkuente iha sosiedade;

b) Konsagra prinsípiu legalidade no proibisaun ba analogia kana-ba lei penál nia aplikasaun, maibé ho possibilidade atu aplika lei ne'ebé, liu tiha krime nia prátika, maka moris kuandu, iha situasaun konkreta, favorese ajente;

c) Estipula katak lei exesionál ka temporária sei aplika ba faktu ne'ebé pratika iha tempu ne'ebé lei moris maski julgamentu halo iha tempu ne'ebé lei ne'e la moris ona;

d) Estabelese norma ne'ebé define fatin no momentu iha ne'ebé ema ida pratika krime ida;

e) Konsagra prinsípiu territorialidade iha lei penál timór nia aplikasaun, hatudu ho limitasaun ida-idak ba prinsípiu ne'e no situasaun sira iha ne'ebé lei ne'e aplika iha territóriu la timór;

f) Regula krime nia presupostu jerál no, iha ne'e, ekipara omisaun ho aksaun, salvu kuandu lei iha intensaun seluk, kuandu rezultadu ruma tama iha krime

nia tipu legál no ajente iha obrigasaun atu evita rezultadu ne'e;

g) Estabelese katak, atu iha imputasaun objetiva, tenke iha neksu de kauzalidade entre konduta no rezultadu típiku;

h) Atu iha imputasaun objetiva tenke iha dolu ka neglijénsia, no sei define dolu nia tipu oioin (diretu, nesasáriu no eventuál) no neglijénsia nia tipu oioin (konxiente no inkonxiente);

i) Prevee katak responsabilidade kriminál tanba krime previstu iha Kódigu Penál labele transmite no nia ajente maka de'it pesoa singulár, maibé admite mós katak bele iha responsabilidade tanba aktuasaun ho ema seluk nia nia naran no lejislasaun espesiál bele konsagra pesoa koletiva nia responsabilidade kriminál;

j) Konsagra menór ho tinan ki'ik liu 16 nia inimputabilidade no mós rekizitu ba inimputabilidade tanba anomalia psíkika;

k) Admite katak bele agrava pena kuandu ajente nia responsabilidade, pelumenus tanba neglijénsia, tenke abranje rezultadu ne'ebé la tama iha tipu;

l) Konsagra erru kana-ba sirkunstánsia hanesan baze atu hasai dolu no erru kana-ba ilisitude hanesan baze atu hasai kulpa;

m) Kana-ba krime nia forma oioin, estabelese hanesan prinsípiu katak aktu preparatóriu labele fo-fatin ba punisaun, no mós regra kana-ba tentativa nia punisaun iha krime dolozu ne'ebé fo fatin ba pena prizaun aas-liu tinan 3;

n) Define tentativa nia konseitu, tentativa nia punisaun too iha ne'ebé, kazu sira iha ne'ebé iha tentativa imposivel, dezisténsia voluntária no arrendimentu posteriór, iha aktuasaun singulár ka iha kompartisipasaun;

o) Estabelese autoria, instigasaun ka kumplisidade nia forma oioin, no define kompartisipante iha kulpa no ilisitude sira nia responsabilidade;

p) Prevee no define presupostu ba situasaun sira-ne'ebé krime barak tama iha konkursu, sansaun barak tama iha konkursu, krime tama iha konkursu ho infrasaun seluk ida no norma barak tama iha konkursu;

q) Estabelese regra kana-ba punisaun ba krime ne'ebé tama iha konkursu, maski ho koñesimentu superveniente, no admite mós katak kúmulu bele fo-fatin ba prizaun too tinan 30 no multa too loron 600;

r) Define krime kontínuadu no regra kana-ba nia punisaun ho pena aplikavel ba konduta ne'ebé todan liu;

s) Konsagra kauza ne'ebé exklui ilisitude no kulpa, no autonomiza sistematikamente sira ida-idak no define presupostu ba ida-idak nia aplikasaun;

t) Hatama iha título ida sirkunstánsia oioin ne'ebé, maski la tama iha tipu legál, iha relevánsia atu determina ajente nia responsabilidade kriminál;

u) Enumera¹⁵⁵ sirkunstánsia agravante jerál no mós sirkunstánsia atenuante jerál;

v) Prevee kláuzula jerál kana-ba atenuasaun extraordinária, hamutuk ho kazu espesiál sira previstu iha lei no delimita sira nia konsekuénsia iha moldura penál nia determinasaun, ho modelu ida ne'ebé hatama atenuasaun nia grau oioin;

w) Hanesan sirkunstánsia agravante modifikativa jerál, konsagra reinsidénsia no abitualidade kriminál ho sira-nia presupostu no konsekuénsia ba pena;

x) harii sistema ida kana-ba pena no medida ba seguransa no hatuur nia diferença iha ajente ne'ebé pratika faktu iha kapasidade ka lae atu hetan kulpa; iha kazu ida dahuluk pena konkreta labele todan liu ajente nia kulpa no iha kazu ida daruak tenke fundamenta iha ajente nia perigozidade;

y) Enunsia prinsípiu determinante¹⁵⁶ atu hili pena no medida ba seguransa no determinante mós kana-ba pena no medida ba seguransa nia efeito no kana-ba kontajen ba tempu iha ne'ebé iha privasaun ba liberdade molok iha kondensaun;

z) Kana-ba pena ho medida privativa ba liberdade nia ezekusaun, prevee possibilidade atu fo liberdade kondisionál no rejime ba prova, kuandu, ho vizadu nia konsentimentu no ho rekizitu sira-seluk ne'ebé sei

¹⁵⁵ Enumera (v) – Halo lista ida. Enumera sirkunstánsia agravante = Hatama iha lista ida sirkunstánsia agravante sira.

¹⁵⁶ Determinante (adj) – Fundamentál; ne'ebé serve hanesan baze; ne'ebé serve hanesan ai-riin; ne'ebé iha influénsia tebes.

hakerek iha lejislasaun komplementár ne'ebé sei prevee kondisaun ba pena prizaun nia ezekusaun, rekluzu sira nia direitu no obrigasaun no mós rejime abertu;

aa) harii sansaun kriminál ba imputavel nia sistema ida ho baze iha pena prinsipál sira-ne'e: prizaun, multa, traballu ba komunidadade no admoestasaun;

bb) Pena prizaun ho nia durasaun mínima iha loron 30 no másima iha tinan 30, ho possibilidade atu suspende nia ezekusaun kuandu pena aplikada la naruk-liu tinan 3 no la presiza pena ne'e nia kumprimentu atu prevene krime futuru, ho kondisaun ka lae atu kumpre devér ruma no/ka tama iha servisu ba reinsersaun nia akompañamentu iha período ba suspensaun nia laran;

cc) Regulamenta possibilidade atu modifika suspensaun nia rejime ne'ebé aplika fofoun no suspensaun nia revogasaun kuandu iha suspensaun nia período kondenadu pratika krime dolozu ne'ebé fo-fatin ba nia atu hetan pena prizaun ka iha kazu ne'ebé iha inkumprimentu dolozu ba obrigasaun ne'ebé monu hela ba nia;

dd) Konsagra rejime kana-ba ba pena prizaun aplikada ne'ebé la naruk liu fulan 12 nia substituisaun ho multa ka traballu ba komunidadade, conforme sirkunstánsia ida-idak, ho obrigasaun ba tribunál atu fundamenta la substituisaun iha situasaun ne'ebé, maski bele, la aplika medida ne'e;

ee) La fo korrespondénsia entre prizaun alternativa ho multa substitutiva no, kuandu laiha pagamentu injustifikadu ba multa ne'e, fo obrigasaun atu aplika prizaun ne'ebé aplika fofoun ne'e;

ff) Estipula katak pena multa tenke fiksa tuir tempu, ho nia mínimu iha loron 10 no nia másimu iha loron 360, hanesan regra, no determina katak multa loron ida-idak sei iha korrespondénsia ho kuantia ida, ho nia mínimu iha dolar sorin baluk no nia másimu iha dolar 200, ne'ebé sei fiksa tuir kondenadu nia situasaun ekonómika no finanseira;

gg) Kuandu aplika direktamente pena multa, estipula obrigasaun atu fo korrespondénsia ba multa ne'e ho prizaun alternativa durante tempu korrespondente tun tiha ba 2/3, no mós possibilidade atu selu multa ho

prestasaun, multa ne'e nia redusaun ka izensaun iha kazu ne'ebé iha difikuldade superveniente boot ka imposibilidade atu selu multa ne'e;

hh) Prevee possibilidade atu tau pena traballu ba comunidade iha pena prizaun ka iha pena multa nia fatin iha situasaun kana-ba kriminalidade pekena no kriminalidade média no estabelese kondisaun ba nia aplikasaun no ezekusaun tuir koordinasaun ho servisu ba reinsersaun, no mós kazu kana-ba izensaun ka redusaun, no husik hela ba lei komplementár atu regula kondisaun sira seluk kana-ba pena ida-ne'e nia aplikasaun no funsionamentu;

ii) Konsagra pena admoestasaun ba kazu sira la punivel ho pena prizaun abstrata naruk liu tinan 3, naran katak, kumulativamente, iha reparasaun ba danu, ajente delinkuente primáriu ida no admoestasaun too atu halo prevensaun no rekuperasaun;

jj) Estabelese pena asesória nia sistema ida, iha ne'ebé, tanba krime balu, sei proibe direitu no profisaun nia ezersísiu, nomeadamente, suspensaun temporária ba funsaun pública, proibisaun atu ezerse funsaun, proibisaun ba kondusaun, kasasaun ba lisensa atu rai kilat no expulsaun ba estranjeiru; pena asesória sira-ne'e la funsiona automatikamente maibé aplika de'it kuandu aplika pena prinsipál no nia medida varia tuir kulpa nia medida;

kk) Konsagra ba sira-ne'ebé deklarara tiha ona inimputavel tanba anomalia psíkika possibilidade atu aplika medida ba seguransa, ho durasaun temporál limitada, nomeadamente internamentu kuandu perigozidade akonsella no konsagra mós katak obrigasaun atu aplika medida ne'e hotu kuandu estadu ne'ebé fo-fatin ba medida ne'e hotu, no ba estranjeiru bele tau expulsaun iha medida ne'e nia fatin;

ll) Prevee mós ba inimputavel tanba anomalia psíkika sira medida interdusaun profesionál, kasasaun ba lisensa no proibisaun ba kondusaun;

mm) harii kapitulu autónomu ida kana-ba pena konkreta nia determinasaun, ba prizaun no ba multa, hatudu ho prinsipiu jerál no operasaun nesesária ba pena ne'e nia eskolla no kuantifikasaun;

nn) Estabelese katak direitu sivíl maka regula indemnizasaun tanba perda no danu ne'ebé mai hosi krime nia prátika, no mós nia presupostu no kálkulu, maibé, salvu lezadu nia deklarasaun seluk, tribunál sei arbitra indemnizasaun ofisiozamente no kréditu ne'ebé mai hosi ne'e sei iha priviléjiu;

oo) Determina kondisaun ne'ebé fo-fatin ba tribunál atu deklara perdudu objetu ka vantajen ne'ebé mai hosi krime;

pp) Define, hanesan kritériu atu ezerse direitu ba keixa, krime oioin hanesan públiku ka semi-públiku, identifika direitu ne'e nia titulár, prazu atu ezerse direitu ne'e no kondisaun ba direitu ne'e nia renúnsia no dezisténsia;

qq) Kana-ba responsabilidade kriminál nia extinsaun, fiksa prazu ba prosedimentu kriminál nia preskrisaun, haree-tuir krime sira oioin ne'e nia moldura oioin, oinsá maka konta no kauza ba preskrisaun nia suspensaun;

rr) Fiksa prazu ba pena, medida ba seguransa no pena asesória nia preskrisaun, no mós situaasaun ne'ebé fo-fatin ba preskrisaun nia suspensaun;

ss) Regula responsabilidade nia extinsaun sira seluk, tanba ajente mate, tanba amnistia, tanba perdaun jenériku no tanba indultu;

tt) Konsagra impreskritibilidade ba prosedimentu kriminál no pena tanba krime gerra, hasoru paz, umanidade no liberdade;

uu) Organiza Kódigu Penál nia parte spesiál, livru II, iha ne'ebé hatama krime nia tipu oioin tuir bem jurídiku protejidu iha título no kapitulu omojéneu nu'udar bele;

vv) Iha título I hatama ilísitu sira kana-ba krime jenosídiu no hasoru umanidade, krime gerra, inkluidu konduta proibida sira-ne'ebé uza métodu no meiu referidu iha direitu internasionál, krime gerra hasoru propriedade no hasoru bem protejidu ho insígnia ka emblema distintivu ka direitu seluk tan, no, iha título ida ne'e mós, krime ne'ebé hanaran krime hasoru paz no liberdade, nomeadamente proibe insitamentu ba gerra, hahalok diskriminasaun rasiál ka relijioza, tráfikulu no eskravaudaun

ba ema no konsagra mós krime nia tipu ida kana-ba terrorizmu;

ww) Iha parte jerál nia título I Timor-Leste nia Kódigu Penál futuro ne'e tanke tau-matan mós ba obrigasaun internasionál sira-ne'ebé País ne'e simu tiha ona kuandu subskreve no ratifika Tribunál Penál Internasionál nia Estatutu;

xx) Iha parte espesiál nia título II sei tutela bem jurídiku eminentemente pesoál sira, hanesan vida, integridade fízika, liberdade pesoál, onra no tutela ba vida privada;

yy) Estrutura tutela ba bem jurídiku vida ho previzaun ba moldura penál oioin nu'udar ajente nia kulpa iha tipu sá (dolu no neglijénsia) no sirkunstánsia ne'ebé kualifika sensurabilidade nia grau menór ka maiór, nomeadamente tuir nia motivu, vítima nia qualidade no meu no métodu ne'ebé uza hodi realiza dezígniu kriminozu;

zz) Konsagra protesaun ba vida uterina; prevee hanesan privilejiada parturiente infantisida nia konduta iha kazu limitadu sira-ne'ebé akontese durante partu tanba partu nia influénsia perturbadora; kriminaliza insitamentu ba suisídiu no abandono ka ema seluk nia expozisaun intensionál ne'ebé hamosu perigu ba vida;

aaa) Define norma inkriminadora lubuk ida ne'ebé proibe komportamentu violadór ba ema seluk nia integridade fízika, ho moldura penál abstrata nia graduasaun tuir ajente nia ilisitude no kulpa ne'ebé hatudu hela iha lezaun nia gravidade, tuir kulpa nia tipu no konforme rezultadu ne'ebé liu tiha dezígniu kriminozu formuladu sei bele fo fatin ba imputasaun ka lae, pelumenus tanba neglijénsia - buat ne'ebé doutrina bolu agravasaun tanba rezultadu;

bbb) Autonomiza inkriminasaun ba ofensa ho substánsia venenoza, ofensa resíproka no partisipasaun iha rixa ho ema na'in rua ka barak-liu;

ccc) Iha ofensa korporál nia kontektu, sei implementa krime nia tipu legál rua ne'ebé prevee punisaun ba maus-tratus ba menór ka inkappáz no ba kónjuje ka ema ne'ebé moris hanesan feen ho lain;

ddd) Iha kapitulu kana-ba liberdade pesoál, konduta ne'ebé, tradizionalmente no tuir direitu komparadu, integra krime nia tipu amesa, koasaun, sekuestru, raptu, no aktu seluk ne'ebé viola liberdade individuál no, espesifikamente, kria ilísitu típiku ida kana-ba fa'an-ema no omisaun ba denúnsia hasoru situasaun ne'ebé bele konstitui krime sira-ne'e;

eee) Konsagra kapitulu ida ba kriminalidade seksuál, ho destake ba bem jurídiku liberdade iha área ida-ne'e hanesan determinante ba konduta ne'ebé atu kriminaliza, hodi proteje sira-ne'ebé sei joven-liu hosi aktu ne'ebé sira seidak iha preparasaun atu, tuir sira nia konxiénsia, deside ho liberdade, inkrimina konduta ne'ebé konstitui explorasaun seksuál no abuzu seksuál nia forma sira komúm-liu, hanesan ho fraude ka tanba idade;

fff) Inkrimina espesialmente prátika ne'ebé konstitui prostituisaun seksuál, pornografia infantíl no aktu seksuál seluk-tán ho menór ho idade ki'ik-liu tinan 12;

ggg) Hatama kriminalizasaun ba violasaun ba segredu, violasaun ba domisíliu no fatin seluk-tán no violasaun ba korrespondénsia no telekomunikasaun;

hhh) Tau-hamutuk iha título ida-de'it krime sira-ne'ebé tutela bem jurídiku kana-ba paz no trankuilidade públika, Estadu nia seguransa, vida iha sosiedade, hasoru autoridade públika no iha aktividade eleitorál nia kontextu;

iii) Kana-ba konduta ne'ebé bele viola paz no trankuilidade públika, prevene asosiasaun kriminoza, instigasaun públika atu pratika krime, partisipasaun iha motín públiku, komportamentu ne'ebé impede sidadaun sira atu ezerse direitu polítiku, dezobediénsia ba orden lejítima atu namkari, kriminaliza prátika ne'ebé konstitui tráfikku ho influénsia no pune mós abuzu ba sinál ka uniforme públiku;

jjj) Kana-ba Estadu nia seguransa interna, prevee norma inkriminadora ba komportamentu ne'ebé bele hamosu tebes perigu ba seguransa ne'e, nomeadamente konsagra hanesan krime nia tipu legál traisaun ba pátria, kolaborasaun ho Estadu timor nia forsa armada inimiga, sabotajen ba defeza nasional no kampaña hasoru esforsu

ba paz iha Timor-Leste, atentadu hasoru Xefe de Estadu ka ka órgaun konstitusionál sira seluk ka konduta ne'ebé buka altera Estadu tuir-lei, infidelidade¹⁵⁷ diplomátika, violasaun ba Estadu nia segredu no ultraje¹⁵⁸ ba símbolu nasional timór;

kkk) Kriminaliza komportamentu fraudulentu iha aktividade eleitorál independentemente hosi nia ajente no prosesu eleitorál nia faze, obstrusaun atu ezerse kandidatura ka ezersísiu ba kandidatura ilegal, propaganda eleitorál hasoru enkuadramentu¹⁵⁹ legál respetivu no aksaun ne'ebé perturba aktu eleitorál nia dezvoltamentu normál;

III) Vida iha sosiedade moderna dezvoltave-án hamutuk ho konduta ne'ebé bele fo-fatin ba perigu ho konkretizasaun mais ou menus próxima no bele viola bem ne'ebé nia integridade tenke garante, hanesan halo kondusaun ba veíkulu automovel, uza ka rai arma no aktividade ho relevánsia iha sidadaun no públiku nia saúde; tanba ne'e tenke prevee krime nia tipu balu kana-ba matéria ne'e;

mmm) Nune'e mós tenke kriminaliza komportamentu ne'ebé viola valór relijiozu implantadu iha sosiedade timór, inkumprimentu ba obrigasaun alimentár no obrigasaun seluk-tán kana-ba menór nia guarda, ba solidariedade iha kalamidade ka dezastre nia laran ka obrigasaun ne'ebé monu ba aktividade profisionál balu;

nnn) Sansiona kriminalmente konduta leziva¹⁶⁰ insustentavel ba meu ambiente, nomeadamente fauna, flora, habitat naturál no rekursu iha subsolu timór;

ooo) Sansiona kriminalmente konduta hasoru autoridade pública nia ezersísiu, nomeadamente ho aktu ne'ebé konstitui dezobediénsia, obstrusaun, destruisaun, rezisténsia ka uzurpasaun ba kargu públiku;

ppp) Kana-ba aksaun ezequtora ba pena no medida ba seguransa ne'ebé hasai liberdade, kriminaliza

¹⁵⁷ Infidelidade (s) – Traisaun; violasaun ba konfiansa

¹⁵⁸ Ultraje (s) – Ofensa; sala.

¹⁵⁹ Enkuadramentu (s) – Dispozisaun. Enkuadramentu legal = dispozisaun legal; norma.

¹⁶⁰ Leziva (adj) – Ne'ebé halo-aat ka hamosu prejuízu

komportamentu ne'ebé konstitui tirada ba prezu, evazaun, funsionáriu nia ajuda ba evazaun no rekluzu sira nia motín;

qqq) Atu proteje bem jurídiku patrimoniál konsagra iha kapitulu ida krime hasoru propriedade no iha kapitulu ida fali krime hasoru patrimóniu;

rrr) harii sistema normativu ida tuteladór ba propriedade ho baze iha krime nia tipu legál sira-ne'ebé uza daudaun iha lejislasaun penál sira-seluk, hanesan furtu, roubu, abuza-konfiansa no danu, no estrutura tipu sira-ne'e hanesan simples no agravadu, tuir sirkunstánsia sira hanesan koiza apropiada nia valór no natureza, meu ne'ebé uza, aktuasaun ne'e oinsá, violénsia, ameasa ka koasaun ka sirkunstánsia seluk-tán ne'ebé bela aumenta signifkativamente kulpa no ilisitude;

sss) Kana-ba propriedade, sei autonomiza mós norma ne'ebé tipifika furtu ba veíkulu nia uzu, violénsia tuir fali subtrasaun, uzurpasaun ba imovel no alterasaun ba marku, inkrimina mós danu involuntáriu no define keimada proibida no inséndiu nia tipu hanesan krime típiku kana-ba danu espeisial tanba meu no perigu ne'ebé representa ho konsekuénsia ne'ebé mosu hosi hahalok sira-ne'e;

ttt) Proteje patrimóniu em jerál ho inkriminasaun sira baibain ne'e, hanesan burla, extorsaun, reseptasaun no falénsia ka insolvénsia, maibé liuliu burla informátika no administrasaun danoza no abuziva oioin, haree ba nesesidade foun ne'ebé mosu iha komérsiu ho teknolojia foun no haree ba responsabilidade ne'ebé tenke ezije hosi ema ne'ebé jere ema seluk nia bem ka patrimóniu no la la'o loos iha administrasaun ida ne'e;

uuu) Iha sosiedade moderna no demokrátika justisa no justisa nia ezersísio mós bem ne'ebé tenke hetan tutela penál; nune'e tenke konsagra punisaun ba aktu prosesuál nia falsidade, ba obstrusaun oioin ba aktividade jurisdisionál, la ezersísio ba aktividade jurisdisionál kuandu konstitui denegasaun ba justisa no violasaun ba justisa nia segredu;

vvv) Hatama mós inkriminasaun ba aktu ne'ebé konstitui subornu, majistradu ka funsionáriu no advogadu ka defensor públiku nia prevarikasaun, no mós aktividade

seluk kana-ba favoresimentu pesoál iha justisa, hamutuk ho inkriminasaun klásika hanesan denúnsia kalunioza, krime nia simulasaun ka la partisipasaun;

www) Hamutuk ho referénsia ne'ebé hakerek hela iha númeru rua ikus ne'e, tenke kriminaliza mós konduta sira-ne'ebé, iha funsaun públika nia ezersísiu, konstitui korrupsaun, pekulatu, abuza-podér ka forsa públika ka partisipasaun ekonómika iha negósiu hosi ema-ne'ebé ezerse kargu ka funsaun públika;

xxx) Iha títulu autónomu ida tenke prevene ho norma inkriminadora adekuada konduta ne'ebé konstitui falsifikasaun ba dokumentu, notasaun téknika, moeda no valór seladu ka timbradu, pezu no medida, marka, kuñu no xansela, ho sira nia sansaun oioin konforme objetu falsifikadu nia natureza, valór probatóriu ka fidusiáriu no uzu ka destinu públiku, no prevee possibilidade ba apreensaun no perda ba objetu ne'ebé destina hela atu pratika krime sira-ne'e;

yyy) Iha ekonomia nia área ne'e mós sei inkrimina aktu ne'ebé konstitui fraude fiskál ka kontrabandu no deskamiñu kana-ba kestaun alfandegária ka fronteirisa, hamutuk ho punisaun kriminál ba dezobediénsia ba rekizisaun ne'ebé governu haruka no komportamentu ne'ebé bele perturba, prejudika ka impede realizasaun ba aktu públiku ruma, hanesan konkursu públiku ka arrematasaun judisiál.

Artigu 3

Artikulasau ho Kódigu ba Prosesu Penál

Tenke artikula Kódigu Penál ne'ebé autorizasaun lejislativa ne'e refere nia momentu atu moris ho Kódigu ba Prosesu Penál no lejislasaun regulamentár kana-ba matéria penál ne'ebé moris daudaun, hodi garante seguransa no koerénsia jurídika iha ordenamentu jurídiku respetivu.

Artigu 4

Durasaun no extensaun

Autorizasaun lejislativa ne'ebé fo ho lei ida-ne'e moris durante loron 180, hahú iha momentu ne'ebé lei ne'e moris.

Artigu 5

Moris

Diploma legál ne'e moris iha loron ida-ne'ebé tuirfali nia publikasaun.

Aprovadu iha 23 Setembru 2008

Parlamentu Nasionál nia Prezidente iha ezersísiu
Maria da Paixão de Jesus da Costa

Promulgadu iha 7 Outubru 2008
Publika ba.

Prezidente da República
Dr. José Ramos Horta

Lei 6/2009, iha 15 Julu
(Alterasaun dahuluk, nu'udar apresiasaun
parlamentár, ba Kódigu Penál aprovalu ho Dekretu-
Lei 19/2009, iha 8 Abríl)

Vida tenke hetan protesaun hahú kedas hosi ser umanu nia konsesaun. Simu tiha prinsípiu ida ne'e, ita la bele haluha katak iha mós situasaun ne'ebé bele justifika interrupsaun ba gavidéz. Maibé, tanba bem sira-ne'ebé tama iha konfliktu iha ne'e todan tebes, bem fetu isin-rua nia vida ho bem fetu ka embriaun nia vida, rua ne'e ho valór hanesan de'it, iha situasaun extrema maka ita bele konsidera interrupsaun ne'e lejítima: kuandu ho sakrifísiu ba vida ida maka bele salva vida ida seluk no la bele kaer nafatin vida rua ne'e hotu dala-ida.

Nune'e, tenke estabelese katak interrupsaun ba gravidéz bele iha de'it kuandu ho interrupsaun ne'e maka fetu isin-rua la mate, no fetu ne'e maka sei decide, tuir nia konxiénsia, kana-ba interrupsaun ne'e.

Nune'e, tuir Konstituisaun nia artigu 92, n. 1, no 98, Parlamentu Nasionál dekreta, atu vale hanesan lei, buat-ne'ebé tuirmai ne'e:

Artigu 1
Alterasaun ba Kódigu Penál

Artigu 141 iha Kódigu Penál aprovalu ho Dekretu-Lei 19/2009, iha 8 Abríl, no aneksu iha diploma ne'e, altera tiha hanesan tuirmai ne'e:

“Artigu 141
(...)”

1. (...)
2. (...)
3. (...)
4. Númeru anteriór nia dispozisaun la aplika kuandu, tuir koñesimentu no experiénsia médika ne'ebé iha ona no halo tiha buat hotu ne'ebé bele halo atu salva fetu isin-rua

no fetu ka embriaun nia vida, interruptsaun ba gavidéz maka bele hadook mate hosi fetu isin-rua, naran katak iha sertifikasaun médika no médiku maka halo ka profisionál seluk iha saúde maka halo, ho médiku nia diresaun, iha estabesimentu ba saude públiku ka ofisialmente rekoñesidu, no ho fetu isin-rua nia konsentimentu.

5. Molok halo interruptsaun painél ida ho médiku na'in tolu tenke sertifika sirkunstánsia sira referida iha número anteriór, iha atestadu médiku eskritu no asinadu; iha painél ne'e halo parte médiku ida-ne'ebé realiza ka supervizona interruptsaun ba gravidéz nia realizasaun.

6. Konsentimentu fetu isin-rua maka sei fo rasik iha dokumentu eskritu no asinadu, rona tiha, kuandu bele, nia kónjuje, ka ema ne'ebé moris ho nia hanesan lain ho feen, ka ema seluk, tuir fetu ne'e nia pedidu, maka fo, no, kuandu bele, sei fo tiha loron rua uluk molok atu halo interruptsaun ne'e.

7. Kuandu fetu isin-rua ema menór ida, nia representante legál maka sei fo konsentimentu.

8. Kuandu fetu isin-rua maiór ka emansipada ema inkapáz psikikamente ida ka ema-ne'ebé sofre hela inkapasidade psikika, nia kónjuje ka ema ne'ebé moris ho nia hanesan lain ho feen, ka nia representante legál, axendente ka dexendente, ka, laiha karik, nia parente kolateral ruma, respetiva no susesivamente, maka fo konsentimentu ne'e.

9. Kuandu labele hetan atestadu médiku referidu iha n. 5 no/ka labele hetan konsentimentu nu'udar hakerek hela iha n. 6 too 8, no interruptsaun tenke halo lalais no labele hein tan ona, médiku, haree ba situaun ida-idak, maka sei decide, uza mós, kuandu bele, médiku seluk sira nia paresér.

10. Iha painél referidu iha n. 5 sei tama médiku ne'ebé iha koñesimentu adekuaudu atu avalia sirkunstánsia ne'ebé justifika interruptsaun ba gravidéz, no, kuandu bele, médiku jinekolojista/obstetra ida.

11. Médiku sira-ne'ebé emite atestadu médiku no médiku sira-ne'ebé realiza ka supervizona interruptsaun ba gravidéz nia realizasaun tenke fo esklaresimentu nesesáriu ba fetu isin-rua no, kuandu tama iha situaun ne'e, ba ema sira-ne'ebé n. 7 no 8 refere, nomeadamente kana-ba métodu atu uza iha interruptsaun, interruptsaun

ne'e nia efektu rasik no nia konsekuénsia ba fetu isin-rua nia saude fízika no psíkika.

12. Médiku no profisionál ba saude seluk sira iha direitu atu apresenta objesaun tuir sira-nia konxiénsia hasoru aktu ruma kana-ba interruptsaun ba gravidéz.

13. Médiku no profisionál ba saude seluk sira-ne'ebé invoka objesaun tuir sira-nia konxiénsia tenke garante profisionál iha saude seluk nia intervensaun imediata iha aktu sira-ne'ebé tenke halo no mós akompañamentu imediatu ba fetu isin-rua.

14. Objesaun tuir konxiénsia tenke hatudu expresamente no tenke fo-hatene ba responsavel klíniku iha estabesimentu ba saude iha ne'ebé objetór servisu”.

Artigu 2

Moris

Diploma ida-ne'e moris iha loron ida-ne'ebé tuir fali nia publikasaun.

Aprovadu iha 26 Maiu 2009

Parlamentu Nasionál nia Prezidente
Fernando La Sama de Araújo

Promulgadu iha 3 Jullu 2009
Publika ba

Prezidente da República
José Ramos Horta